

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



OS MUÇULMANOS NA PENÍNSULA IBÉRICA
FATH AL-ANDALUS: DA INVASÃO À CONQUISTA
(702-756)

Marco Paulo de Oliveira Franco Mendes dos Santos

Dissertação orientada pelo Professor Doutor Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes e co-orientada pelo Professor Doutor José Manuel Henriques Varandas, especialmente elaborada para a obtenção do grau de Mestre em História Militar.

2022



Batalha de Guadalete – Mariano Barbasán Langueruela (1882)

Óleo sobre tábuas 21,9cm x 50,2cm

Disponível na internet: <URL: [christies.com/LotFinder/lot_details.aspx?intObjectID=5601973](https://www.christies.com/LotFinder/lot_details.aspx?intObjectID=5601973)>

ÍNDICE

INVOCAÇÕES	5
RESUMO	8
ABSTRACT	9
I. FATH AL-ANDALUS: DA INVASÃO À CONQUISTA	10
1. INVASÃO, CONQUISTA OU AMBAS?	11
2. O ESTADO DA ARTE	16
2.1. A historiografia anglo-saxónica	20
2.2. A invasão e conquista em língua francesa	21
2.3. Portugal e a historiografia sobre 711.....	22
2.4. Estudos castelhanos sobre a invasão e conquista	26
3. AS FONTES: VENCEDORES E VENCIDOS	35
3.1. Fontes não islâmicas sobre a invasão e conquista.....	37
3.2. Fontes muçulmanas sobre a invasão e conquista.....	48
3.3. Outras fontes literárias: tratados e dicionários geográficos.....	55
4. FONTES MATERIAIS DA CONQUISTA	57
4.1. Os selos de chumbo	58
4.2. As moedas da conquista	60
4.3. Fontes arqueológicas da conquista.....	62
5. EXPANSÃO DO CALIFADO <i>VERSUS</i> CRISE EM TERRAS DE HISPÂNIA?	69
5.1. Uma mancha em constante crescimento: a expansão do Califado	70
5.2. O reino visigodo de Toledo: enquadramento histórico	73
5.3. O crescimento Omíada em progressão.....	78
5.4. A conquista do Magrebe	79
5.5. Fatores de declínio nos últimos anos do reino de Toledo	82
5.6. Expansão muçulmana (quase) concluída e crise conjuntural em terras de Hispânia.....	88
6. ETAPAS DE UMA INVASÃO ANUNCIADA	90
6.1. A algará de Tarif(a).....	91
6.2. O Comes Iulianus.....	94
6.3. Tariq ibn Ziyad, o conquistador do al-Andalus.....	99
6.4. Maio de 711: uma viagem só de ida.....	103
6.5. Morte do rei Witiza e ascensão de Rodrigo, duque da Bética	113
6.6. Em marcha acelerada, rumo ao inimigo!	118

II. O TEMPO DA GUERRA	122
1. OS EXÉRCITOS EM CONFRONTO	123
1.1. Hierarquia, combatentes, armamento, equipamento.....	124
1.2. A batalha decisiva	140
2. O AL-ANDALUS, ENFIM SUBJUGADO: EPISÓDIOS MILITARES.....	152
2.1. Às portas de Écija, nova batalha decisiva.....	153
2.2. Mugit al-Rumi, Senhor de Córdoba.....	157
2.3. Malaqah e Garnatah	159
2.4. Toledo, o mais apetecido dos objetivos.....	161
2.5. A segunda vaga da conquista: Musa ibn Nusayr.....	163
2.6. O cerco de Mérida e revolta em Sevilha	166
2.7. O pacto de Tudmir	168
2.8. A reunião de dois caudilhos	172
2.9. Operações militares, a nordeste e a noroeste.....	174
3. AS CAMPANHAS MILITARES DURANTE O PERÍODO DOS GOVERNADORES	178
3.1. Consolidação da conquista (714-719).....	180
3.2. Invasões e conquistas transpirenaicas (719-730)	184
3.3. A calçada dos mártires (732).....	186
3.4. Resistência muçulmana no Languedoc (732-740)	190
3.5. A 5 000 quilómetros de Damasco, o Califado a colapsar.....	193
3.6. A chegada dos regimentos sírios (741)	196
3.7. Tropas de elite no al-Andalus (742-743).....	198
3.8. O último folego omíada no Ocidente (novembro 742).....	201
3.9. Abd al-Rahman I, o Emigrante (756-788).....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
FONTES E BIBLIOGRAFIA	220
Fontes impressas.....	221
Estudos	227

INVOCAÇÕES

Muito mais do que agradecer, é nosso dever invocar aqueles e aquelas que nos guiaram, que nos inspiraram, e tornaram possível finalizar aquela que esperamos se torne admirável tarefa! A invocação é a mais grandiosa forma de agradecimento...

E começamos por invocar aqueles que nos inspiraram: sem nunca nos termos cruzado fisicamente com eles, cruzámo-nos em milhares de horas de leitura; Herculano, Borges Coelho, Mattoso; depois, alguns nomes, de entre “nuestros hermanos”, aquelas que foram as primeiras leituras mais profundas sobre a história do al-Andalus: Cláudio Sánchez-Albornoz, Eduardo Manzano Moreno, Alejandro Garcia Sanjuán, Luis Agustín García Moreno e José Soto Chica.

A lista de contributos para esta tarefa é colossal, mas há mais um par de nomes que se destacam, na compreensão do fenómeno bélico na Idade Média: os professores João Gouveia Monteiro e Francisco Garcia Fitz, que leio avidamente, e que muito têm contribuído para a construção da história militar medieval da Península Ibérica.

A Ahmed Tahiri devo gratidão eterna, pela disponibilidade para, de férias em Portugal, se encontrar comigo, no meio de uma visita sua ao *hisn* de Palmela, e trazer-me alguns dos seus livros, trocarmos as primeiras impressões sobre a Fath al-Andalus; também por me ter dado o primeiro sinal de que não há amor como o primeiro (o segundo e para mim definitiva deu-me um dos homens do leme, na nossa segunda conversa sobre opções)!

Os Homens do Leme! Somados saberes globais do al-Andalus com uma visão muito assertiva da componente militar dessa mesma história, o resultado não poderia ser melhor! Muito grato por ter podido contar com dois sábios, que passaram à restrita categoria de amigos, na orientação desta dissertação: os Professores Doutores Hermenegildo Nuno Goinhas Fernandes e José Manuel Henriques Varandas...Shukran! Quanto às verdadeiramente importantes questões que envolvem a operação anfíbia comandada por Tariq ibn Ziyad, foram determinantes as propostas do Comandante Semedo de Matos, um iluminado lobo do mar!

Muito inspirador é também para mim o percurso de alguém que admiro, e sem que ele saiba, contribuiu incomensuravelmente para esta dissertação: falo de Santiago Macias, nome incontornável no estudo do al-Andalus, e que faz o favor de ser meu amigo!

Finalmente, a família... a de sangue e a do coração...a meus pais devo a herança sulista. Corre-me nas veias a calma alentejana e a sobranceira algarvia, provavelmente matizadas por origens diversas...a minha mãe devo tudo, e a meu pai tudo devo; a ela pela falta que me fez; a ele, por tudo o que por mim deixou de fazer...e se hoje aqui estou, devo-o a um conjunto de pessoas extraordinárias que vincaram a minha vida...basilar para este desenlace, o meu Mestre, melhor amigo, “irmão” mais velho que, curiosamente, ou talvez não, tem tudo e mais alguma coisa que ver com isto... o seu percurso académico, a autoria de inúmeros livros (que me orgulho de possuir) e o trabalho desenvolvido em torno do fenómeno da guerra na Idade Média são profundamente inspiradores! Na realidade, foi o meu mentor não só nesta dissertação, mas na vida (quase) toda! Gracias, Miguel Gomes Martins!

Uma palavra para os meus camaradas, que, como numa trincheira ou na linha de combate, cerraram fileiras na minha ausência; a uma delas, a Dra. Catarina Simão, muito devo, até nas «artes mágicas» da formatação.

Deixei para o fim as duas mulheres da minha vida, as mais relevantes...a minha filha Nita, que carrega no nome os seus genes do Alentejo, de quem me orgulho todos os dias devido à forma como pensa, o que suspeito ser resultado da educação que lhe tentei dar... e a minha mulher, a minha mais que tudo, esposa, companheira, amiga...e, cumulativamente, minha leitora, aquela que me corrige, que me auxilia nesta construção de saber, também filha desta “casa”, e quem sabe, um dia destes a dissertação em Latim Medieval será dela... meu amor, Ana Paula Santos Pinto Serra!

RESUMO

Numa segunda-feira, dia 5 do mês de Rayab do ano de 92 da Hégira (2 de maio de 711), Tariq ibn Ziyad, *wali* (governador) do Magrebe, dava início a uma operação militar anfíbia, que, a partir de Ceuta, levou até à baía de Algeciras, mais precisamente até ao promontório renomeado Jabal al-Tariq, cerca de 12 000 homens.

Esta operação terá terminado mais de um mês depois, a 16 de Chaban (12 de junho de 711), data da chegada dos últimos combatentes, e do próprio *wali*, consolidado já o domínio da zona de Algeciras.

Este lapso temporal terá permitido o estado de alerta e alguma resposta, ainda que tímida, das tropas visigodas estacionadas na região.

Em meados de junho de 711 um significativo contingente de guerreiros berberes, enquadrados por um número reduzido de árabes, devassava já as proximidades do seu acampamento de partida, em ações exploratórias para aquilo que estava por fazer: a (quase total) conquista da Hispânia Goda.

Este é o ponto de partida de Ahmed Tahiri, um dos inúmeros investigadores que se ocuparam deste processo, que transformou para sempre a face da Península Ibérica: a conquista do Algarve, em meados do século XIII, e do reino de Granada, no final do século XV, em contextos político-militares, põem fim a muitos séculos de presença muçulmana, primeiro para o reino de Portugal, depois para Aragão e Castela; toda a história da Idade Média peninsular está embebida de aspetos islâmicos, que deixaram a sua impressão na língua, na arquitetura, na organização social, na agricultura.

Palavras-chave: conquista; invasão; visigodos; muçulmanos; Península Ibérica; al-Andalus

ABSTRACT

On a Monday, the 5th of the Rayab month of the year 92 of the Hégira (May 711 AD), Tariq ibn Ziyad, emir of the Maghreb, started an amphibious military operation from Ceuta, which led to the bay of Algeciras, more precisely until the promontory renamed Jabal al-Tariq, about 12 000 men.

This operation will have ended more than a month later, on the 16th of chaban, a Saturday, the date of the arrival of the last combatants, and of the emir himself, already consolidating the domain of the Algeciras zone.

This time lapse will have allowed the alertness and some response, albeit timid, of the Visigoth troops stationed in the region.

In June 711 A.D., a significant contingent of Berber warriors, framed by a small number of Arabs, was already searching the vicinity of their departure camp, in exploratory actions for what was yet to be done: the (almost total) conquest of Goth Hispania.

This is Tahiri, among others, starting point for a process that has forever transformed the face of the Iberian Peninsula; the conquest of the Algarve, in the middle of the 13th century, and the kingdom of Granada, at the end of the 15th century, in political-military contexts, put an end to many centuries of Muslim presence, first for the kingdom of Portugal, then for Aragon and Castile ; the entire history of the peninsular Middle Ages is steeped in Islamic aspects, which left their impression on language, architecture, social organization, agriculture ... always with a sword in hand ...

Are we talking about invasion or conquest? And the necessary military operations, which played a role in this intricate election, carried out during the first decade of the Muslims' arrival in the Iberian Peninsula, which was rapidly becoming al-Andalus.

Key words: conquest; invasion; visigoths; muslims; Iberian Peninsula; al-Andalus

I

FATH AL-ANDALUS

DA INVASÃO À CONQUISTA

«Encontrámo-nos. Cruzaram-se sabres,
Golpes sobre golpes em voltas de mó.
Espadas agudas jogavam em torno
De nossas gargantas e das dos contrários.
Enquanto uns na sela se mantinham
Outros havia rolando pelo chão.
Peito eu não vi sem seta cravada
Nem veia sem provar a cimitarra.
Sem descanso nós fomos combatendo
Refúgio buscando no elmo e na lança.
Ah quanta bravura de ambos os lados!
Por fim carregámos, eles vacilaram,
E o que vacila, sem remédio, cai!»¹

¹ Muhammad ibn Wazir, poeta do século XIII, natural de Silves in ALVES, 1987, p. 126.

1.

INVASÃO, CONQUISTA OU AMBAS?

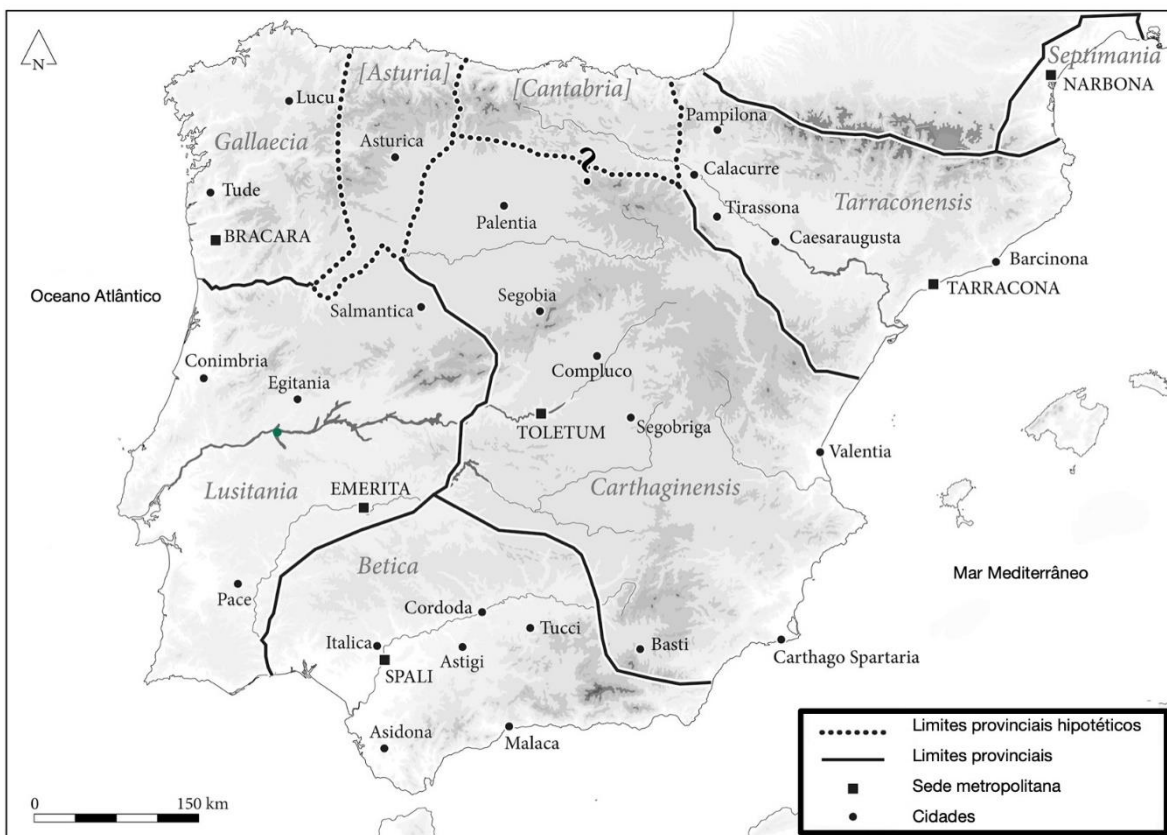


Figura nº 1 – Reino visigodo de Toledo c. 698; mapa adaptado a partir de um original de Pablo C. Diaz <https://doi.org/10.4000/mcv.11009>.

Invasão significa, na língua portuguesa, e de acordo com o *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, a irrupção feita por um exército ou por uma grande multidão de povo noutro país, com o desígnio de o devastar ou de o conquistar; ação ou efeito de invadir, de entrar, de se introduzir em; difusão súbita e geral².

Conquista tem como nomes sinónimos realização, façanha, sucesso, empreendimento; é também o ato de submeter alguém pelas armas; é ainda guerra para conquistar; aquilo que se obteve; e, em sentido figurado, sedução³.

Não resistimos à inclusão deste sentido figurado para conquista, porque entendemos que, da perspetiva da historiografia muçulmana, existiu sedução nos

² SILVA, 1990, p. 282.

³ Idem, *ibidem*, vol II, p. 112 e *Dicionário Priberam*. Disponível na Internet <URL: <https://dicionario.priberam.org/conquista>.

processos de arabização e islamização, quando uma cultura superior e a «verdadeira religião» foram legadas aos hispano-romanos e visigodos que habitavam o al-Andalus⁴.

Do ponto de vista puramente militar, invasão e conquista parecem semelhantes, porque ocupar pela força ou submeter pelas armas são ações naturalmente indissociáveis; mas é quando abrimos o leque a outros possíveis significantes que nos ocorre a questão, tão premente, da legitimidade.

Uma invasão é sempre considerada, do ponto de vista do invadido, ilegítima⁵; as crónicas latinas, produzidas após a chegada dos muçulmanos à Península Ibérica, e durante todo o processo que conhecemos como Reconquista, clamam pela reposição de uma estrutura política que consideram legítima - o reino visigodo, cristão -, por oposição às diferentes facetas de poder muçulmano, que dominam partes da Península Ibérica, até à queda de Granada, no início de janeiro de 1492.

Rodrigo Jiménez de Rada, arcebispo de Toledo e um dos protagonistas desse processo reconquistador⁶, escreveu na sua *De Rebus Hispanie*, no início do capítulo XXII, denominado *Llanto por España y los godos, y la causa de la ruina*: «Portanto, concluída a batalha de forma lamentável e, como dificilmente havia alguém que não tivesse vindo para ela de qualquer lugar, todos mortos entre si, ficou a terra vazia de gente, coberta de sangue, empapada de choros, atroada de lamentos, aberta aos de fora, estranha aos seus, despojada de habitantes, privada dos seus filhos, confundida pelos bárbaros, apodrecida pelo sangue, enfraquecida pela ferida, sem defesa e desprovida do consolo dos seus[...]»⁷.

⁴ TAHIRI, Ahmed, 2019, p. 15.

⁵ As crónicas latinas utilizam termos como *inruptionem* e *intromittunt* para referirem o modo como os muçulmanos chegaram à Hispânia; este discurso, profundamente ideológico, é evidente, por exemplo na passagem da Crónica Moçárabe de 754 que retrata a chegada de Musa ibn Nosair: «Musa, que trouxe a gente mais miserável [...] como se tivessem na mão chaves que abrissem a porta de Hispânia[...] arruína formosas populações, suplicia idosos, apunhala jovens[...] e infunde em todos o terror.» CM 754, a partir de la edición y traducción de T. Martínez de Escobar, que con el título de «Crónica de Isidoro, obispo pacense» publicó en la Revista mensual de filosofía, literatura y ciencias de Sevilla, tomo II, 1870, pp 21-28, 74-79, 118-126, 216-226, 264-272, 317-327, 361-371 y 412-417; tradução nossa.

⁶ Combateu ao lado de Afonso VIII de Castela em Las Navas (1212) MONTEIRO; MARTINS; AGOSTINHO, 2015, p. 120.

⁷ *De rebus Hispanie*, 1989, p. 150 (tradução nossa, do castelhano.).

O discurso da ilegitimidade, aqui sintetizado em «aberta aos de fora, estranha aos seus», percorre séculos, e torna-se, no século XIX, uma das bandeiras da historiografia espanhola, católica, nacionalista e conservadora.

Alejandro Garcia Sanjuan, um dos mais interessantes historiadores espanhóis da atualidade, e que centra as suas atenções no al-Andalus, em recente conferência online promovida por um grupo de historiadores brasileiros, denominado *Translatio Studii*⁸, abordou de forma muito convincente o paradigma, por estes dias muito empolado na sociedade espanhola, da historiografia castelhana dos séculos XIX e XX, que exalta a Reconquista e denigre o al-Andalus.

Francisco Javier Simonet, autor dos finais do século XIX, utilizava termos como dominação, invasão, jugo, na sua *História de los mozárabes de España*⁹; Eduardo Saavedra, na primeira monografia sobre a origem do al-Andalus, *Estudio sobre la invasion de los árabes en España*¹⁰, de 1892, fala de uma «catástrofe nacional»; todos os grandes historiadores espanhóis, conservadores ou liberais, como Modesto Lafuente, Marcelino Menéndez Pelayo ou Cláudio Sánchez-Albornoz, expressaram este conceito – a luta contra o infiel muçulmano – na sua produção historiográfica¹¹.

Mesmo historiadores não comprometidos ou influenciados por este sentimento nacional-católico omnipresente na historiografia espanhola, como Pedro Chalmeta, Vicente Salvatierra e Alberto Canto, utilizaram o termo invasão em títulos de obras suas¹².

Dito isto, e simpatizando com a perspetiva apresentada pelo professor Alejandro Garcia Sanjuán – a noção da utilização ideológica na historiografia espanhola de termos como invasão, conquista ou reconquista – não se nos oferece qualquer problema em concluir que os acontecimentos que vamos abordar tiveram duas etapas, perfeitamente definidas: uma invasão, em 711, antecedida de uma(s) algará(s) exploratória(s) no(s)

⁸ Disponível na Internet <URL: https://www.youtube.com/watch?v=Lt_2nKg2B4Q.

⁹ JAVIER SIMONET, 1897-1903. Logo no prólogo diz que pretende escrever sobre aqueles espanhóis subjugados pela moirama, que ainda assim conservaram a fé (p. 13).

¹⁰ SAAVEDRA, 1892.

¹¹ *História General de España, História de los heterodoxos españoles e de la Andalucía islámica a de hoy*, respetivamente.

¹² CHALMETA, 1994 e CANTO; SALVATIERRA, 2008.

ano(s) anterior(es), e um longo processo de conquista, também de armas na mão, mas sempre que possível recorrendo a pactos de capitulação, frequentemente perturbado por conflitos intestinos e forâneos, só consumado com a declaração de emirato independente, por Abd al-Rahman ibn Marwan, em 756.

Vamos também perceber o estado em que estava o reino visigodo de Toledo, e as conjunturas que terão tornado possível que um pequeno exército berbere tivesse iniciado a conquista de um território vasto, povoado por uma minoria visigoda, com apenas algumas centenas de milhares, mas por 4-5 milhões de hispano-romanos, espalhados desde as costas do Atlântico até à Septimania, a região mais ocidental da antiga província romana da Gália Narbonense, no atual sul de França.

Estabelecemos como balizas cronológicas os anos de 702 e 756, por assinalarem momentos de significativa marca política na Hispânia de então: iniciamos com a ascensão do rei Witiza, já então associado ao trono pelo seu pai, Egica, e que representa os últimos anos de relativa estabilidade governativa no *reinum gothorum* de Toledo; findamos com o início do Emirato Independente de Córdoba, e o nascimento efetivo do Estado do al-Andalus; apesar da conquista militar da península se ter concretizado muito antes, os acontecimentos ocorridos a partir da terceira década do século VIII e até à chegada de al-Dākhil¹³ – Covadonga, Poitiers, revolta berbere, chegada dos sírios – demonstram-nos que o processo de conquista não estava ainda consumado, do ponto de vista político-militar.

¹³ 'Abd al-Rahmān ibn Mu'awiya ibn Hisham ibn Abd al-Malik ibn Marwan, o Emigrante.

2.

O ESTADO DA ARTE

De algum modo, no capítulo anterior, revisitámos parcialmente a bibliografia indispensável para este assunto; no entanto, temos ainda muita produção historiográfica para analisar e referenciar.

Como vimos, o primeiro estudo monográfico sobre a conquista muçulmana da Península Ibérica foi publicado em 1892 por Eduardo Saavedra, membro da Real Academia de História, e tinha por título *Estudio sobre la invasión de los árabes en España*¹⁴; desde o final do século XIX até aos nossos dias, o assunto foi abordado ao sabor de muitos ventos, raramente destacando os aspetos puramente militares dos primeiros (quase) 50 anos da presença muçulmana em terras da Hispânia.

A historiografia espanhola concentra, compreensivelmente, o número mais elevado – e também mais diversificado – de estudos sobre o al-Andalus, e a última década, na qual se lembraram 1300 anos da chegada dos muçulmanos à península, foi extraordinariamente prolífica¹⁵.

A observação da história do al-Andalus tem na historiografia espanhola as primeiras manifestações no século XVII, quando alguns estudiosos perceberam a necessidade imperiosa de compreender os textos árabes medievais, como forma de conhecer outras perspetivas da Idade Média peninsular¹⁶; provavelmente, não o saberiam, mas terá sido este o embrião das sucessivas gerações de arabistas espanhóis.

É o século XIX que nos traz um primeiro conjunto de eruditos e cruzamento de saberes, entre historiadores e arabistas, determinantes para o conhecimento da história do al-Andalus¹⁷. Naturalmente, é dos meios académicos espanhóis que provém maior

¹⁴ Ver nota 10.

¹⁵ Veja-se o artigo denominado “La conmemoración estudiosa en torno al 711 y la conquista musulmana de al-Andalus”, da Professora Maria Jesús Viguera Molins, onde efetua análise e revisão bibliográfica das publicações e eventos académicos sobre a Conquista do al-Andalus, entre 2011 e 2013, estimados em cerca de 250; VIGUERA MOLINS, Maria Jesús, La conmemoración estudiosa en torno al 711 y la conquista musulmana de al-Andalus in FERNÁNDEZ FONFRÍA; GARCIA MORENO; SÁNCHEZ, 2015, pp. 193-214.

¹⁶ São exemplos o marquês de Mondéjar, o padre José de Moret e Martín Vázquez Siruela; RODRIGUEZ MEDIANO, Fernando, Al-Andalus y la lengua árabe en la España de los siglos de oro in MARÍN, 2009, pp. 1-20.

¹⁷ Francisco Javier Simonet, Eduardo Saavedra, Modesto Lafuente e Marcelino Menéndez Pelayo marcam a historiografia do al-Andalus do século XIX, apenas acompanhados por um erudito da Universidade de

interesse no estudo do Islão peninsular, apesar das exceções que constituem Reinhart Dozy e Alexandre Herculano, que na sua monumental *História de Portugal*, com o primeiro volume editado em 1846¹⁸, dedica um capítulo (90 páginas) à conquista muçulmana da Península Ibérica, até à chegada dos Almorávidas.

Francisco Javier Simonet¹⁹, arabista, ultracatólico e conservador, é o exemplo acabado do académico espanhol do final do século XIX, e de uma visão catastrofista do al-Andalus, mero interlúdio da história de Espanha, apesar dos oito séculos de dominação muçulmana, e das profundas marcas conferidas à sociedade espanhola.

Outro notável estudioso da Conquista de 711 é Évariste Lévi-Provençal, francês nascido na Argélia, fundador dos estudos franceses do Islão peninsular e autor de *Histoire de l'Espagne musulmane*²⁰, publicada entre 1944 e 1953. Lévi-Provençal trabalhou com Emilio Garcia Gómez, outro grande arabista espanhol, discípulo de Miguel Asín Palacios e Julián Ribera Y Tarragó²¹.

O século XX espanhol é o da confirmação da Reconquista enquanto lema historiográfico, utilizado por políticos e ideólogos nacionalistas; naturalmente, com o desenvolvimento do conhecimento historiográfico, e através de um cada vez maior cruzamento de saberes, num *cocktail* multidisciplinar fundamental para melhor entendermos a presença muçulmana na Península Ibérica, e os seus contornos, são inúmeras as investigações sobre o al-Andalus, e suas diversas fases.

Um dos historiadores mais importantes do século XX espanhol, Cláudio Sanchez-Albornoz, medievalista e estudioso dos últimos anos do reino visigodo e da conquista

Leiden, holandês de origem francesa, Reinhart Dozy, que escreveu em 1861 *Histoire des Mussulmans d'Espagne, Jusqu'à la Conquête de l'Andalousie par les Almoravides, 711-1110*, Leiden, E.J. Brill edi., 1861.

¹⁸ HERCULANO, Alexandre, 1987.

¹⁹ Simonet representa uma visão, dominante no final do século XIX, que vislumbra no medievo ibérico um combate entre o bem e o mal, personificados pelo Norte cristão, legítimo herdeiro do reino visigodo, e o Sul, islâmico e ilegítimo ocupante de terras cristãs; escreveu *Historia de los mozárabes de España* (1867), publicado postumamente pela Real Academia de Historia (1897-1903).

²⁰ LÉVI-PROVENÇAL, 1950.

²¹ Na transição do século XIX para o século XX, surge uma importante «escola» de arabistas espanhóis, entre os discípulos de Francisco Codera y Zaidín, que ficaram conhecidos como os Beni Codera (veja-se artigo de Maria de Jesús Viguera Molins, denominado «Al-Andalus y España. Sobre el esencialismo de los Beni Codera» in MARÍN, 2009, pp. 67-82.

muçulmana, defendeu durante toda a sua vida a Reconquista como chave da história de Espanha, expressa nas suas obras *España, un enigma histórico* e *De la Andalucía islámica a la de hoy*²². Célebre ficou o seu polémico debate com um historiador contemporâneo, também exilado, Américo Castro, que defendia ser a cultura espanhola resultado da convivência secular entre comunidades muçulmanas, cristãs e judias²³; Sánchez-Albornoz não só alegava ser Américo Castro demasiado focado na literatura, pouco preparado metodologicamente, como lhe respondeu, com a sua já referida obra *España, un enigma histórico*, onde defende que uma cultura «espanhola», pré-existente à invasão muçulmana, persistiu e venceu de forma determinante as instituições legais, políticas e económicas de Espanha²⁴.

Conforme nos aproximamos do final do século XX, começamos a encontrar as obras fundamentais para conhecer a Conquista muçulmana da Península Ibérica, e simultaneamente aquelas que mais contribuiram para o conhecimento dos seus aspetos político-militares; a origem geográfica dos investigadores da história militar do Islão medieval e da Conquista vai-se diversificando, embora as suas origens sejam fundamentalmente quatro: naturalmente a espanhola, ou não fosse Espanha a herdeira natural do al-Andalus; a portuguesa, mais modesta, o que se explica com o foco dos medievalistas lusos no território português e em cronologias mais próximas da fundação do reino; a francesa, também não muito expressiva numericamente, mas tradicionalmente interessada na história do levante peninsular e da Narbonense; e, finalmente, a anglo-saxónica (Grã-Bretanha e EUA), com representantes dos principais centros de conhecimento, como Cambridge, Harvard, Princeton ou Yale, a contribuírem com investigações de grande qualidade para a história do al-Andalus.

²² Escritas com quase 30 anos de interregno, podemos encontrar em ambas, a primeira de 1956 e a segunda de 1983, a mesma coerência na apologia da Reconquista como ponto central da história de Espanha;

²³ Teoria expressa em *España en su historia*, escrito em castelhano em 1948 e traduzido e publicado pela Universidade de Princeton em 1954.

²⁴ SANCHEZ-ALBORNOZ, 1977, p. 155.

2.1. A historiografia anglo-saxónica

Parece-nos pertinente começar pela historiografia anglo-saxónica, aquela que, por estar mais distante, nos parece emocionalmente mais isenta. Em 1981 Fred McGraw Donner publicou *The Early Islamic Conquests*²⁵, crucial para perceber as primeiras etapas da expansão muçulmana, e a sua organização militar; incontornável é também Roger Collins, académico britânico, que se dedicou ao estudo da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média na Península Ibérica e no reino dos francos; a sua primeira obra de fôlego, *Early Medieval Spain: Unity in Diversity, 400–1000*²⁶, abarca um período compreendido entre as invasões bárbaras da Ibéria e o auge do Califado Omíada de Córdoba, numa longa e enriquecedora cronologia; depois em 1989, publica um estudo monográfico a que chama *A Conquista Árabe de Espanha*²⁷.

Outro dos indispensáveis para o estudo da Conquista é Hugh Kennedy, académico britânico, que muito investigou os primeiros tempos da expansão islâmica e da Espanha muçulmana, e nos brindou com duas monografias: *Muslim Spain and Portugal: a political history of al-Andalus* (1996)²⁸ e *The Armies of the Caliphs: military and society in the early Islamic State* (2001)²⁹. David Nicolle, historiador militar da Idade Média, editou desde 1990 um conjunto de publicações que abordam matérias bélicas, em cronologias que vão desde o século IV e as hordas bárbaras, até ao exército otomano da I Guerra Mundial, no século XX, mas com diversas publicações sobre os exércitos muçulmanos do medievo³⁰, é também autor a ter conta.

E, para terminar esta síntese de investigadores anglo-saxónicos, elegemos uma notável análise às fontes árabes escritas e transmitidas entre os séculos IX e XIV, na Península, Norte de África e Oriente: *The Muslim Conquest of Ibéria: Medieval Arabic*

²⁵ DONNER, 1981.

²⁶ COLLINS, 1983.

²⁷ Idem, 1989.

²⁸ KENNEDY, 2014.

²⁹ KENNEDY, 2001.

³⁰ NICOLLE, 1994.

*Narratives*³¹, da professora Nicola Clarke, investigadora convidada de Oxford e docente da Universidade de Lancaster.

2.2. A invasão e conquista em língua francesa

Reinhart Dozy³² e Evariste Levi-Provençal foram os primeiros grandes nomes da historiografia francesa a ocuparem-se do al-Andalus, entre os finais do século XIX e o início do século XX; o interesse dos medievalistas gauleses sobre o Ocidente muçulmano manteve-se, e, num século que «produziu» alguns dos mais extraordinários medievalistas franceses – Febvre, Braudel, Bloch, Le Goff e Duby -, obras realmente significativas para o estudo da Conquista foram dadas ao prelo na sua última década: *Histoire du Portugal et de l'Espagne Occidentale a l'époque musulmane: (début VIIIème-milieu XIIIème siècle)*³³ (1991) e *Le Portugal musulman, VIIIe-XIIIe siècle: l'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*³⁴ (2000), de Christophe Picard; *Al-Andalus, 711-1492 – Une histoire de l'Espagne musulmane*³⁵ (2000), de Pierre Guichard, e *Villes d'al-Andalus : l'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIIIe-XVe siècles)*³⁶ (1996), de Christine Mazzoli-Guintard, com uma primeira edição em francês, e traduzido e publicado em castelhano no ano de 2000.

Estas obras, para além de se ocuparem da nossa cronologia, têm também a particularidade de olharem o Ocidente peninsular com particular atenção, e nos últimos anos os seus autores³⁷ foram presença frequente em obras coletivas editadas em Portugal e orientação de dissertações de investigadores portugueses³⁸, com abordagens a esta cronologia.

³¹ CLARKE, 2012.

³² Resolvemos incluir Dozy na historiografia francesa, apesar da sua naturalidade holandesa; nascido em Leiden, era de família francesa e toda a sua produção historiográfica foi escrita em francês.

³³ PICARD, 1991.

³⁴ Idem, 2000.

³⁵ GUICHARD, 2019.

³⁶ MAZZOLI-GUINTARD, 1996.

³⁷ Picard, Guichard e Mazzoli-Guintard.

³⁸ GUICHARD, Pierre - «La société du Garb al-Andalus et les premiers husūn» in FERNANDES, 2002, pp. 177-187; «Quelques remarques sur la typologie et l'histoire des sites fortifiés du Maghreb (principalement oriental)» in FERNANDES, 2013, pp. 247-254; «Les ribat au Portugal à l'époque musulmane: sources et

Notámos um grande hiato, desde os primeiros anos do século XX até às últimas décadas da centúria, na historiografia francesa. Num século de grandes medievalistas, e do surgimento da Escola dos Annales³⁹, parece-nos um pouco estranho não ter surgido de entre eles um assinalável medievalista do islão. Talvez tenha sido a própria metodologia dos Annales, a incorporação de diversas ciências sociais na história, a desviar medievalistas gauleses do Islão peninsular, cuja história tem um fio eminentemente político-militar.

2.3. Portugal e a historiografia sobre 711

Vamos agora continuar esta incursão «pelo que foi feito», relativamente à historiografia portuguesa, para o nosso assunto e cronologia.

No final de 2011 foi publicado, com direção de José Mattoso e edição de Maria de Lurdes Rosa, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Maria João Branco, *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, que integrava um capítulo denominado «Islam and Mozarabs»⁴⁰, assinado por Hermenegildo Fernandes e António Rei; a primeira parte consiste numa breve viagem pela produção historiográfica portuguesa, no que toca ao Gharb al-Andalus, firmada por H. Fernandes e A. Rei.

A viagem será breve, infelizmente, quer devido ao curto período em análise, que tem como ponto de partida a obra seminal *Portugal na Espanha Árabe (1971/72)*⁴¹, quer à

définitions» in FERNANDES, 2002, pp. 203-212; «L'origine du ribat en Méditerranée: un heritage «Abbasside» in FERNANDES, 2013, pp-163-173; MAZZOLI-GUINTARD, «Madrid et ses territoires (IX^e-XI^e siècles): de relais de la capitale à petit ville» in FERNANDES, 2013, pp. 329-336. Guichard orientou em 2005 a tese de doutoramento de Santiago Macias, denominada «La Kūra de Beja et le territoire de Mértola entre L'Antiquité Tardive et la Reconquête Chrétienne»; Picard orientou, com Filipe Themudo Barata a tese de doutoramento de Fernando Branco Correia (para nós obra de referência) «Fortificação, guerra e poderes no Garb al-Andalus (dos inícios da islamização ao domínio norte-africano)», em 2010.

³⁹ Escola historiográfica que privilegiava abordagens sociológicas, rejeitando a história político-militar.

⁴⁰ FERNANDES, Hermenegildo; REI, António – «Islam and Mozarabs» in MATTOSO, 2011, pp. 547-569.

⁴¹ COELHO, António Borges – *Portugal na Espanha Árabe*, 4^a edi., Lisboa, Editorial Caminho, 2008; nesta edição a data referida para a primeira publicação é 1971; João Madeira, no catálogo da exposição «Procurar a luz para ver as sombras – António Borges Coelho» afirma que os três primeiros volumes foram editados entre 1971 e 1973 (p. 37); no mesmo catálogo e em outros textos confundem-nos, apontando a primeira edição do I volume para 1972...mero detalhe, mas é deles que vivemos...

quantidade de estudos publicados. Depois de Herculano, António Borges Coelho será, ainda hoje, a primeira e fundamental fonte de inspiração para qualquer investigação sobre o al-Andalus; as suas palavras sobre o assunto deviam constituir-se como regra para a historiografia lusa: «Na minha pátria cabem todos aqueles – túrdulos, lusitanos, celtas, romanos, russos, mongóis, berberes, árabes, francos, canários, sudaneses, indianos, javaneses, vietnamitas, chineses, pagãos, cristãos, islamitas ou ateus – que se aqueceram a este sol, mas sobretudo aqueles que abraçaram este chão e o beijaram com o seu esperma e este sangue»⁴². É a sua curiosidade e necessidade de explicar mais de cinco que séculos de presença muçulmana no ocidente da Península Ibérica que o levam a afirmar «[...], mas que raio! Então os muçulmanos estiveram cá e não há nada?»⁴³; é a primeira chamada de atenção para a inexistência de investigações, na historiografia portuguesa, desde Herculano, para a longa cronologia que vai do século VIII ao século XIII, sobre os muçulmanos; e revela um olhar arguto sobre importantes pormenores da história político-militar do Gharb al-Andalus.

Nos anos subsequentes à publicação de *Portugal na Espanha Árabe*, a transformação política que sofreu o nosso país veio também alterar o panorama ideológico e cultural, o que permitiu que as sementes plantadas por Borges Coelho frutificassem: com Cláudio Torres, amigo e colega da FLUL, e Serrão Martins, aluno de ambos e então autarca em Mértola, fundam o Campo Arqueológico de Mértola, num modelo interdisciplinar que muito tem dado ao conhecimento da história muçulmana em Portugal.

Embora não consigamos afirmar que não existe nenhuma publicação sobre o nosso assunto e cronologia na historiografia nacional desde 1975, data da publicação do IV e último volume de *Portugal na Espanha Árabe*, é também verdade que o que existe é um árido deserto pontilhado de diminutos cursos de água: as Histórias de Portugal,

⁴² Já ninguém se atreve a escrever assim! COELHO, António Borges – *Portugal na Espanha Árabe*, Lisboa, Seara Nova, Prólogo da 1ª edição, volume IV, 1975, p. 19.

⁴³ MACIAS, Santiago – Entrevista a António Borges Coelho in *Historiador em discurso directo: António Borges Coelho*, Mértola, CCC, 2003, p. 38.

entretanto publicadas, passaram a dedicar algum espaço ao Gharb al-Andalus⁴⁴; a tese de doutoramento de Fernando Branco Correia⁴⁵, defendida em 2010, é a primeira investigação que incide verdadeiramente sobre a história militar do Gharb al-Andalus, e dedica 75 páginas à nossa cronologia: desde a morte do rei visigodo, Egica, em 702, até ao início do emirato independente de Córdoba, em 756.

De referir, ainda, duas publicações muito recentes: em 2019, a duas mãos, numa edição da «Tinta da China», Santiago Macias e Fernando Branco Correia assinaram um volume de *Portugal, uma retrospectiva*, denominado 929⁴⁶; 6-7 páginas com breve retrato da chegada dos muçulmanos à Península Ibérica e cruciais acontecimentos até à chegada do emigrante omíada que se tornaria emir do al- Andalus.

Na mais recente História de Portugal, datada de maio de 2020⁴⁷, Hermenegildo Fernandes elaborou uma notável síntese explicativa da chegada dos muçulmanos à Hispânia, sua transformação em al-Andalus, consolidação do poder político e da dinastia omíada, e sua longa duração; tudo isto, obviamente, sem foco nos acontecimentos militares ocorridos entre 711 e 756, que são, afinal, episódio de um processo muito mais longo e complexo.

Não existe, portanto, na historiografia em português, investigação verdadeiramente centrada na chegada dos muçulmanos à Península Ibérica, mas é relevante o assinalar de um conjunto de investigadores que, desde a obra seminal de António Borges Coelho, tem mantido a chama dos Estudos Árabes acesa: todos aqueles já

⁴⁴ Registamos seis obras coletivas: *História de Portugal*, direção de José Mattoso, em 92 para o Círculo de Leitores; *Nova História de Portugal*, dirigida por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, para a Presença, em 1993; no mesmo ano, outra *História de Portugal*, direção de João Medina, para o Ediclube; *A History of Portugal and the portuguese Empire*, dirigida por Anthony R. Disney e publicada em 2009 pela Cambridge University Press; no mesmo ano uma *História de Portugal*, coordenada pelo professor Rui Ramos, para A Esfera do Caos; e «last but not the least», *História de Portugal*, de António Borges Coelho, em 2010, para a Editorial Caminho. Tudo espremido, alguns textos notáveis, começando com o contributo de Cláudio Torres e Santiago Macias para a edição do Círculo dos Leitores; Oliveira Marques no volume 2 da Nova História de Portugal e, António Borges Coelho, no volume um da «sua» História de Portugal; quanto ao foco na Conquista de 711 e o conturbado período que vai até à chegada de Abd al-Rahman I, meros apontamentos em curtos parágrafos introdutórios...muito pouco, portanto.

⁴⁵ CORREIA, 2010.

⁴⁶ CORREIA, Fernando Branco; MACIAS, Santiago, «929» in TAVARES, 2019.

⁴⁷ FERNANDES, Hermenegildo, 2020, pp. 163-168.

referidos, aos quais há que juntar nomes como Isabel Cristina Fernandes⁴⁸, Rosa Varela Gomes⁴⁹, Helena Catarino⁵⁰, o grupo CIGA⁵¹ – Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus – António Rei⁵², e, mais recentemente, dois investigadores, com ligação umbilical à FLUL, têm vindo a destacar-se: Inês Bailão Lourinho e Marco Oliveira Borges⁵³; é significativo e animador o número de investigadores do Gharb al-Andalus no nosso meio académico, muito embora seja também verdade que esta curta cronologia que faz a transição do reino visigodo de Toledo para o emirato independente de Córdoba, e os seus aspetos político-militares, não tem sido devidamente investigada.

Terreno, portanto, não inteiramente virgem, este da conquista muçulmana da Península Ibérica, na historiografia portuguesa, mas apenas superficialmente desbravado. Para compreendermos verdadeiramente como uma invasão protagonizada por um conjunto relativamente modesto de combatentes originou a conquista da quase totalidade de um vasto território, que abarcava a Península Ibérica e a parte ocidental da *Gallia Narbonensis*, muito haverá ainda que dizer.

⁴⁸ Tem coordenado obras coletivas e atas de jornadas científicas, a partir do «seu» *hisn* de Palmela, que nos últimos anos muito animaram o estudo da presença islâmica no Gharb al-Andalus; destacamos as duas mais recentes publicações: *Cristãos contra Muçulmanos na Idade Média Peninsular* (2015) e *Da conquista de Lisboa à conquista de Alcácer: 1147-1217 definição e dinâmicas de um território de fronteira* (2019).

⁴⁹ Os seus estudos históricos e arqueológicos sobre a Silves islâmica e o seu território são paradigmáticos; entre tantos outros, evidenciamos *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos* (2011).

⁵⁰ Arqueóloga com alma de historiadora, escreveu o texto «Ocupação Islâmica», em 93, para a *História de Portugal*, coordenada por João Medina; integra o Grupo de Investigação para a Cerâmica Islâmica do Gharb al-Andalus, notável coletivo do Campo Arqueológico de Mértola.

⁵¹ Às já referidas Helena Catarino e Isabel Cristina Fernandes, juntamos mais uma dezena de eminentes investigadores: Susana Gomez Martinez, Catarina Coelho, Constança Santos, Isabel Inácio, Jacinta Bugalhão, Jaqueline Covaneiro, Maria José Gonçalves, Sandra Cavaco, Ana Sofia Gomes e Marco Liberato.

⁵² Arabista, um dos mais prolíferos investigadores do período islâmico do território que viria a dar origem ao reino de Portugal. Realçamos, entre muitas, uma comunicação publicada em 2005, *Almeida e a cidade de Ammayá (Marvão) no itinerário de Târiq ibn Ziyâd e do seu exército em fins 711 – inícios de 712*.

⁵³ «Juntar os dois no mesmo saco» pode parecer displicente...puro engano! Inês Bailão Lourinho é Mestre e Doutora pela FLUL; com dissertação e tese sobre a conjuntura de 1147, e os conflitos fronteiriços entre almorávidas e cristãos, respetivamente; tem-se dedicado, nos últimos anos, à investigação da história do Gharb al-Andalus; Marco Oliveira Borges é um investigador com amplos interesses: não sendo a sua vocação primordial, o período muçulmano tem sido vastamente abordado no estudo da História Marítima dos concelhos de Mafra, Sintra, Cascais e Oeiras, e em estudos sobre a defesa costeira da *kura* (distrito militar muçulmano) de Lisboa.

Se a historiografia produzida em Portugal sobre a Conquista muçulmana da Hispânia e os cerca de 45 anos até ao início do Emirato Independente de Córdoba é humilde, basta cruzar a fronteira linguística que nos separa de Espanha, e deparamo-nos com abundância, principalmente na última década, e quando se comemoraram os 1300 anos da chegada de Tariq ibn Ziyad, comandante da expedição muçulmana de 711.

E se por cá a profunda alteração de mentalidades provocada pela Revolução dos Cravos, em abril de 1974, teve influência direta na produção historiográfica, quase em simultâneo, em terras de Espanha, Francisco Franco promoveu o regresso da monarquia, e o então jovem rei Juan Carlos iniciou um procedimento de transição para a democracia, a partir do desaparecimento do Generalíssimo, em 1975⁵⁴. E, naturalmente, a historiografia espanhola transformou-se, particularmente no que toca à visão dos processos iniciados com a Conquista muçulmana e consequente islamização e arabização, e do longo processo a que se convencionou chamar «Reconquista»; essa transformação providenciou-nos investigações muito mais rigorosas e consequentemente muito menos ideologizadas.

2.4. Estudos castelhanos sobre a invasão e conquista

Foram necessárias quase duas décadas pós-democracia para que surgisse em Espanha uma investigação sobre a Conquista muçulmana que viria a tornar-se paradigmática: falamos de *Invasión y Islamización*, publicada em 1994, por Pedro Chalmeta⁵⁵.

No prólogo, o autor assumia três aspirações fundamentais: corrigir erros anteriores; assinalar preconceitos, fobias e mitos constituídos como história nacional; reconstruir, com a maior exatidão possível, os primeiros 78 anos de presença muçulmana

⁵⁴ GARCIA SANJUÁN, Alejandro – *Al-Andalus, España y la Reconquista*, conferência online realizada a 10/09/2020, Translatio studii, Grupo de Pesquisa dimensões do Medieval, Universidade Federal Fluminense, [Consult. 15-11-2020]. Disponível na Internet: <URL: Youtube.com/watch?v=lt_2nKg2B4Q&t=2205s>.

⁵⁵ CHALMETA, 1994.

no Ocidente europeu⁵⁶; objetivo concluído com grande brilhantismo, de tal forma que se tornou «a referência» de excelência para toda a produção historiográfica posterior sobre a conquista da Hispânia e o nascimento do al-Andalus.

Depois de Chalmeta, uma imensa torrente de historiadores hispanos reavivou os estudos árabes, em particular sobre a fase da chegada e consolidação muçulmana, e os últimos 25 anos tiveram o caudal mais volumoso, naturalmente, por volta do ano de 2011 e 2012.

Em 2015 a Real Academia de la Historia publicou os *III estudios sobre las fuentes de la conquista islâmica*, uma recolha de artigos apresentados no Congresso Internacional *El 711 y Otras Conquistas, Historiografía y Representaciones*, que ocorreu em Alcalá de Henares, em abril de 2011. De entre os diversos artigos de grande qualidade que foram apresentados, destacamos o de Maria Jesús Viguera Molins, denominado *La conmemoración estudiosa en torno al 711 y la conquista*⁵⁷.

Retivemos uma frase, que sintetiza o propósito deste congresso: «Celebrar efemérides, e voltar a analisá-las, dá-nos luz. Não só porque devemos recordar a História, mas também porque há que estudá-la, em contínuos avanços»⁵⁸.

Neste artigo, a autora dá-nos conta do colossal volume de publicações, atas de congressos, exposições, produzidas desde dezembro de 2008 até ao final de 2013; destacamos, para a produção desta investigação, alguns dos trabalhos referidos pela historiadora e filóloga galega: *Del Nilo al Ebro: Estudios sobre las fuentes de la conquista islámica*⁵⁹, atas publicadas em 2009, em resultado das «I Jornadas de Estudio: textos, documentos y arqueología de la conquista islámica»; e em Junho de 2010, as «II Jornadas de Estudio: Del Nilo al Guadalquivir», com as atas apresentadas no Congresso de 2013 e denominadas *Del Nilo al Guadalquivir II estudios sobre las fuentes de la conquista islámica : homenaje al profesor Yves Modéran*⁶⁰ na Real Academia de la Historia.

⁵⁶ CHALMETA, 1994, p. 14.

⁵⁷ VIGUERA MOLINS, «La conmemoración estudiosa en torno al 711 y la conquista» in GARCIA MORENO; SÁNCHEZ MEDINA; FERNANDEZ FONFRÍA, 2015, pp. 193-213.

⁵⁸ VIGUERA MOLINS, 2015, p. 194.

⁵⁹ GARCIA MORENO; VIGUERA MOLINS, 2009.

⁶⁰ GARCIA MORENO; SANCHEZ MEDINA, 2013.

Assinalável é também a exposição que ocorreu no Museu Arqueológico da Comunidade de Madrid, entre dezembro de 2011 e abril de 2012: *711. Arqueología e Historia entre dos mundos*⁶¹; comissariada pelo professor Luis Agustín Garcia Moreno, o seu catálogo tem excelentes textos de cinco especialistas maiores da Conquista muçulmana: o próprio Garcia Moreno, Manuel Castro, Lauro Olmo Enciso, Juan Zozaya e Alejandro Garcia Sanjuán⁶².

A Revista de Estudios Tarifeños, *Aljaranda*, publicada pelo Ayuntamiento de Tarifa, dedicou o seu volume XXI (nº 81, junho 2011)⁶³ ao estudo das incidências da chegada dos combatentes muçulmanos, em 711. Coordenada por Carlos Ruiz Bravo, o prólogo «La Conmemoración Estudiosa en torno al 711 y la Conquista...» é da autoria de Wenceslao Segura González, e contém artigos de M^a J. Viguera Molins, José Beneroso Santos, Esther Sánchez Medina, Enrique Gozalves Cravioto, Ángel J. Sáez Rodríguez, José Luis Gómez Barceló, Manuel López Fernández, y Joaquín Cestino. Muitos destes estudos são favorecidos por um excelente conhecimento do terreno do desembarque, por parte dos historiadores e arqueólogos participantes, que estudaram profundamente o cenário natural onde decorreu a operação anfíbia comandada por Tariq ibn Ziyad.

Em outubro de 2013 decorreu em Mérida o «Encuentro La Lusitania tras la presencia Islámica (713- 94/756-138)», do qual resultaram em 2015 as atas *La Lusitania tras la presencia islámica (713-756 d.C./94-138 H)*⁶⁴, precioso instrumento para a elaboração do capítulo em que iremos observar os contornos da conquista do sudoeste da Península Ibérica.

Uma nota de alguma desilusão (nossa): não se assinala nenhuma evocação da Conquista em Portugal durante estes anos⁶⁵, apesar de algumas sólidas investigações

⁶¹ *711 Arqueología e Historia entre dos mundos. Catálogo de la exposición*, Madrid, Consejería de Cultura y Turismo, 2011.

⁶² VIGUERA MOLINS, 2015, p. 196.

⁶³ Revista de Estudios Tarifeños ALJARANDA Año XXI - Número 81 - 2º trimestre Junio de 2011, Tarifa, Ayuntamiento de Tarifa, 2011.

⁶⁴ FRANCO MORENO; ALBA; FEIJOO, 2015.

⁶⁵ A professora Viguera Molins refere como a «publicação mais aproximada» a obra coletiva, editada pela malograda Teresa Júdice Gamito, *O Algarve e o Magreb (711-1249)*.

sobre a presença muçulmana, fundamentalmente no Gharb al-Andalus, para outras cronologias.

Voltando a cruzar a fronteira que conhecemos hoje, encontramos algumas das obras que nos vão acompanhar, até ao fim desta dissertação, tendo já Viguera Molins referido algumas delas.

Em 2011, é publicado *Fath al-Andalus y la incorporación de Occidente a Dar al-Islam: Musa b. Nusayr y Tariq b. Ziyad*, já citado por nós anteriormente, do professor Ahmed Tahiri. Um olhar «de sul para norte», sobre os principais acontecimentos político-militares da Conquista e as suas principais figuras, do lado muçulmano; e ainda *Acerca de la conquista árabe de Hispania. Imprecisiones, equívocos y patrañas*,⁶⁶ por Felipe Maíllo Salgado, professor de Estudos Árabes na Universidade de Salamanca, que, como o próprio título indica, propõe o esclarecimento de algumas imprecisões, equívocos ou disparates, produzidos sobre a conquista islâmica de Hispânia. Este livro tem origem na investigação para o congresso realizado em 2010, em Oviedo, sobre as origens do Reino das Astúrias⁶⁷.

Em 2013 foram dados ao prelo dois livros individuais, de cariz científico, com visões bastante diferentes, mas que muito vieram acrescentar à historiografia sobre o al-Andalus. O primeiro estudo monográfico é de Luis A. Garcia Moreno, especialista da Antiguidade Tardia e Alta Idade Média, publicou *España 702-719 La Conquista Musulmana*⁶⁸; incontornável, quando queremos perceber como foram os últimos anos do reino visigodo, que, embora fracionado, terá perdurado para lá de 711.

A outra publicação, *La conquista islámica de la Península Ibérica y la tergiversación del pasado*⁶⁹, de Alejandro Garcia Sanjuán, dedica quase 500 páginas a desmontar as teorias negacionistas de Ignácio Olagüe, e dos seus sucessores⁷⁰. A única

⁶⁶ MAÍLLO SALGADO, 2016.

⁶⁷ SANTOS RODRÍGUEZ, «Recenciones» in *Territorio, sociedad y poder: revista de estudios medievales*, nº 12, 2017, p. 114.

⁶⁸ GARCIA MORENO, 2014.

⁶⁹ GARCIA SANJUÁN, 2013.

⁷⁰ Olagüe publicou em 1969, em França, um livro chamado *Les arabes n'ont jamais envahi l'Espagne*, tese absurda, desprovida de rigor científico, com claros objetivos de propaganda nacionalista; o negacionismo regressa em força com Emílio Gonzalez Ferrín, e o seu *Historia General de al-Andalus*, em 2006, com outros contornos, enquanto suporte de um peculiar nacionalismo Andaluz.

via para apagar estes absurdos historiológicos é trazer à luz as evidências, conjugando ciências afins, como a arqueologia e a numismática, e valorizando as fontes mais próximas dos acontecimentos.

Uma palavra, breve, para as teorias negacionistas, que ignorámos, mas que lograram obter alguns seguidores, desde que surgiram, e têm, por isso, que ser mencionadas. Em 1969 um paleontólogo basco aspirante a historiador, Ignácio Olagüe, publicou em França, com os auspícios de Fernand Braudel, um livro de título no mínimo polémico: *Les Arabes n'ont jamais envahi l'Espagne*⁷¹. Desenvolveu depois as suas teorias noutra obra, agora em espanhol, publicado em 1974⁷²; a sua premissa fundamental consiste na noção, para nós fantasiosa, de que nunca houve uma invasão e conquista muçulmana da Península Ibérica. O que aconteceu, segundo Olagüe, foi uma guerra civil, de motivações religiosas, entre visigodos arianos e niceianos (católicos), nos primeiros anos do século VIII; a islamização e arabização resultam de contactos comerciais, no século IX⁷³.

Esta teoria, de tão absurda, poderíamos dizer que não tinha possibilidades de vingar; no entanto, tornou-se ideológica, defendida pelos nacional-católicos espanhóis, e foi seguida por alguns académicos, já em pleno século XXI, principalmente a partir da publicação de *Historia General de Al Ándalus*⁷⁴, de Emílio González Ferrín. Esta é a obra que vem, definitivamente, dar credibilidade ao negacionismo, fazendo das propostas de um «curioso» teorias aprovadas cientificamente. Por fim, e no que toca aos arautos do negacionismo, falta-nos referir Serafin Fanjul, arabista e membro da Real Academia de la Historia, que publicou dois livros⁷⁵, entre 2000 e 2004, obras direccionadas para uma perspectiva profundamente conservadora, e rapidamente criticadas por alguns dos mais

⁷¹ OLAGÜE, 1969.

⁷² Idem, 1974.

⁷³ GARCIA-SANJUÁN, «Denying the Islamic conquest of Iberia: A historiographical fraud» in *Journal of Medieval Iberian Studies*, 11;3, 2019, p. 308. [Consult. 06-01-2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://doi.org/10.1080/17546559.2019.1601753>.

⁷⁴ GONZÁLEZ FERRÍN, 2006.

⁷⁵ FANJUL, 2004.

importantes especialistas espanhóis: Eduardo Manzano Moreno e Maribel Fierro, entre outros⁷⁶.

Uma nota final sobre as teses negacionistas, que rejeitamos categoricamente: podem surgir de onde menos se espera. Cláudio Torres, em entrevista à revista *Sábado*, em 2018, afirmou: «A arqueologia tem uma linguagem diferente da história escrita. A história escrita é escrita por aqueles senhores que sabem escrever, enquanto a arqueologia vai buscar os restos dos que não sabem escrever. São coisas habitualmente contraditórias. Hoje sabemos, por causa da arqueologia, que não houve nenhuma invasão em 711, não vieram exércitos nenhuns.»⁷⁷. Sabemos? Não nos parece, mas voltaremos ao assunto adiante.

Para finalizarmos as nossas impressões sobre o “estado da arte” relativo à conquista de 711, resta-nos acrescentar algumas investigações, que vamos utilizar profusamente, e juntar alguns nomes, enquanto investigadores do al-Andalus: filólogos, historiadores, arqueólogos, arabistas, que, através de *papers* publicados em atas de congressos, revistas científicas e obras coletivas, muito têm contribuído para o conhecimento das matérias pertinentes para a nossa dissertação.

Para além das já referidas obras⁷⁸, que consideramos indispensáveis para o estudo das incidências político-militares dos primeiros 55 anos do al-Andalus, temos necessariamente de acrescentar algumas outras.

Em 2018 foi publicada uma investigação com uma perspetiva muito interessante (e necessária) da conquista muçulmana da Península Ibérica: de Julián M. Ortega Ortega, especialista em História do al-Andalus e Arqueologia Medieval, *La Conquista Islámica de la Península Ibérica – Una perspectiva arqueológica*⁷⁹.

⁷⁶ GARCIA-SANJUÁN, 2019, pp. 313-314 (ver notas 55 a 58).

⁷⁷ TORRES, Cláudio - *Sábado*, 2 de fevereiro de 2018, [Consult. 09-01-2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.sabado.pt/vida/pessoas/detalhe/claudio-torres-d-afonso-henriquesnao-conquistou-lisboa-aos-mouros-foi-aos-cristaos?fbclid=IwAR1N9IrOIIROaJ7Dyz2pUWXpty8XsNWzQLsvS56Fi7nXXmRdHxWI92GPk4>.

⁷⁸ *Invasión y islamización*, de Chalmeta; *España 702-719*, de Garcia Moreno; e *La conquista islámica...*, de Garcia Sanjuán; obviamente, todas as referências que fizemos até agora se constituem como contributos necessários para a nossa investigação.

⁷⁹ ORTEGA ORTEGA, 2018.

Em 2019 e 2020 foram dados à estampa pela editora Desperta Ferro dois livros de José Soto Chica, professor de História Medieval na Universidade de Granada e investigador no Centro de Estudos Bizantinos, Neogregos e Cipriotas da mesma universidade. É investigador com especial interesse na História Militar, e produz investigações abrangentes sobre os principais contendores da Antiguidade Tardia – muçulmanos, bizantinos, persas, francos e visigodos.

No primeiro livro⁸⁰ destacamos os capítulos 8, 9 e 11, uteis para a compreensão da organização tática dos primeiros exércitos islâmicos (8), da luta entre bizantinos e muçulmanos pelo domínio do Mediterrâneo (9) e dos exércitos em confronto em 711, no último capítulo (11).

O segundo livro, publicado em 2020⁸¹, é um extraordinário retrato da história política, militar, cultural e das instituições de um povo, os visigodos, estabelecidos na Hispânia, desde os primórdios até ao confronto com os muçulmanos.

Resta-nos acrescentar alguns nomes de investigadores que muito têm contribuído para o estudo dos primeiros anos de presença muçulmana na Ibéria, na historiografia espanhola. Maribel Fierro⁸², Tawfiq Ibrahim e Philippe Sénac⁸³, Wenceslao Segura González e José Beneroso Santos⁸⁴, e Eduardo Manzano Moreno⁸⁵ são alguns dos mais significativos investigadores da conquista muçulmana, entre muitas dezenas de outros que, em algum momento do seu percurso científico, participaram na construção da historiografia das primeiras décadas de presença muçulmana na Península Ibérica.

⁸⁰ SOTO CHICA, José, 2019.

⁸¹ Idem, 2020.

⁸² Embora especialista em fases mais adiantadas do Islão peninsular, é uma reconhecida estudiosa das fontes muçulmanas sobre o al-Andalus.

⁸³ São autores de décadas de investigação sobre os 141 precintos (selos) de chumbo descobertos na Península Ibérica, e do livro *Los precintos de la conquista omeya y la formación de al-Andalus*, Granada, Universidad de Granada, 2017.

⁸⁴ Relevantes enquanto estudiosos dos aspetos militares de 711, ambos ligados à revista *Aljaranda* e investigadores da zona do Estreito de Gibraltar.

⁸⁵ Autor de um volume da *Historia de España, vol 2, Épocas Medievales*, publicada em 2010 pela Editorial Crítica, de Barcelona e de *Conquistadores, emires y califas: los omeyas y la formación de al-Andalus*, em 2006, para a mesma editora.

Em contexto de guerra, não é possível apresentar uma perspetiva global de um conflito, olhando apenas pelos olhos de um dos lados em contenda; por isso, é necessário observar, no âmbito da invasão e conquista muçulmana da Península Ibérica, que forma de governação foram encontrar os muçulmanos; quais os efetivos disponíveis para os defrontar; qual o modelo de organização do exército visigodo; quais as estruturas defensivas que foi necessário afrontar; quais os modelos táticos da hoste comandada pelo rei de Toledo, em campanha, e o seu pensamento estratégico.

Para uma visão geral do reino visigodo de Toledo, para além das já referidas obras de Soto Chica, juntemos *The Twilight of the Goths*, de Harold Livermore⁸⁶ e *Visigothic Spain 409-711*, de Roger Collins⁸⁷; para o entendimento da «Arte da Guerra» no reino visigodo, um conjunto de investigadores e obras são de assinalar: *El Ejército en la sociedad visigoda*⁸⁸; *Ejército, sociedad y política en la península ibérica entre los siglos VII y XI*⁸⁹; *Warfare and Society in the Barbarian West 450-900*⁹⁰; *Esperando a los Árabes: Los visigodos en Hispania (507-711)*⁹¹; e ainda um conjunto notável de artigos sobre questões militares do reino visigodo: recrutamento, efetivos, fortificações, campanhas e hierarquia.

*El Ejército Visigodo: El primer Ejército Español*⁹² apresenta uma perspetiva do primeiro exército «espanhol», do ponto de vista da estrutura, composição, evolução e relação com a sociedade visigoda; dois artigos de Pablo Diaz Martínez⁹³, o primeiro com análise ao sistema político, administrativo e militar visigodo, e um segundo sobre a dissolução dessas mesmas estruturas; José Avelino Gutiérrez González⁹⁴ dá-nos uma imagem do estado das fortificações visigodas, aquando da chegada dos muçulmanos; e,

⁸⁶ LIVERMORE, 2006.

⁸⁷ COLLINS, 2004.

⁸⁸ PÉREZ SÁNCHEZ, 1989.

⁸⁹ ISLA FREZ, 2010.

⁹⁰ HALSALL, 2003.

⁹¹ ARCE, 2011.

⁹² GALLEGOS VÁSQUEZ, 2011, pp. 15-55.

⁹³ DIAZ MARTÍNEZ, 2011, pp. 29-40; 2012, pp. 167-205.

⁹⁴ GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, 2011, pp. 335-352.

finalmente, um ponto de vista de um militar, num excelente estudo comparativo entre as campanhas de 673 e 711, comandadas, respetivamente, pelos reis Wamba e Rodrigo⁹⁵.

É também muito significativa a publicação de fontes traduzidas, para o conhecimento de muitos aspetos da invasão e conquista da Hispânia pelos muçulmanos, e o seu estudo crítico é por muitas vezes enriquecedor; no capítulo seguinte desta dissertação iremos focar-nos nas fontes traduzidas, e não vamos para já abordar nenhuma delas.

Estamos prontos para viajar até um passado mais distante, e, portanto, mais coetâneo dos acontecimentos que vamos observar; vamos utilizar como veículos privilegiados as fontes disponíveis: literárias, epigráficas, artísticas, e um conjunto de achados arqueológicos, de onde se destacam moedas e cintas de chumbo.

⁹⁵ SOTERAS ESCARTÍN, «El rey Rodrigo y su concepto de fuerza» in *Revista de historia militar*, nº 108, Madrid, Instituto de Historia y Cultura Militar, 2010, pp. 190-230

3.

AS FONTES:

VENCEDORES E VENCIDOS

A metodologia utilizada para a seleção das fontes narrativas sobre a invasão e conquista muçulmana da Península Ibérica constituiu-se como um processo relativamente tranquilo. Antes de nós, muitos se dedicaram ao estudo e exegese desses relatos, quer as produzidas por cristãos, dentro e fora do território do al-Andalus, quer os outros, aqueles que constituem maior volume, com origens orientais, magrebinas e andaluzes.

E as conclusões a que chegaram⁹⁶, e com as quais concordamos, genericamente, são mais ou menos transversais a todos os estudos críticos sobre as fontes da invasão e conquista da Hispânia: são olhadas com mais desconfiança as fontes dos vencedores – mais tardias, frequentemente classificadas como panegíricas, transmitidas de um ponto de vista grupal ou até familiar⁹⁷, repletas de episódios lendários e «anedóticos».

Quanto às fontes textuais não islâmicas, em menor quantidade, dividem-se em dois grupos: aquelas que foram escritas numa cronologia muito aproximada dos acontecimentos, e a subsequente historiografia de tradição moçárabe, transmitida de forma indireta e fragmentada.

Por fim, teremos obrigatoriamente de percorrer algumas fontes, estranhas ao espaço peninsular, e de origem bizantina e arménia⁹⁸, cruciais para a contextualização da invasão e conquista, consequência natural da expansão muçulmana, e também preciosos auxiliares para perceber os modelos de organização dos exércitos árabe-berberes; para uma visão já não a dos derrotados, mas apologética da Reconquista, revisitaremos brevemente algumas crónicas cristãs, produzidas entre os séculos IX e XIV⁹⁹, nos reinos emergentes no norte e oeste peninsular. Uma consulta sistemática da bibliografia dos

⁹⁶ Doravante, vamos seguir abordagens críticas sobre as fontes textuais da conquista, explanadas por dois estudiosos que, recentemente, se têm debruçado sobre este assunto: Luis A. Garcia Moreno e Maria Jesús Viguera Molins.

⁹⁷ São disto exemplo os *Akhbār Majmū'a*, ligado à família de Tamman ibn Alqama, um dos sírios de Balj, e *Tarj iftitah al-Andalus*, escrito pelo cordovês Ibn al-Qutiyya, descendente do rei Witiza.

⁹⁸ O *Stratēgikón*, atribuído ao imperador Maurício (539-602); *Histoire d'Heraclius*, par l'éveque Sêbeos, traduzida do arménio para francês e anotada por Frédéric Macler; e finalmente, a *Crónica*, de Teófanos, o Confessor, traduzida e anotada por Cyril Mango e Roger Scott.

⁹⁹ *Crónica de Afonso III*, *Crónica Albeldense*, *De rebus Hispanie*, *Chronicon mundi* e a *Crónica Geral de Espanha de 1344*.

trabalhos que considerámos indispensáveis¹⁰⁰ para a construção da nossa dissertação revelou-se inestimável para as opções que fizemos, relativamente às fontes a utilizar.

3.1. Fontes não islâmicas sobre a invasão e conquista

Luis A. García Moreno publicou, nas atas *Del Nilo al Ebro...* um artigo denominado «Fuentes no islâmicas de la invasión y conquista de España por el Imperio árabe-islâmico»¹⁰¹, onde divide em dois grupos principais as fontes textuais a considerar sobre a Conquista muçulmana da Península Ibérica: aqueles produzidos durante a primeira metade do século VIII, e um conjunto de testemunhos conservados indireta e fragmentariamente, conjunto esse que apelida usualmente de «tradição historiográfica moçárabe».

No primeiro grupo, dois textos: uma crónica e um hino litúrgico. Decidimos adicionar a este primeiro grupo a *Crónica Árabe-Bizantina*, apesar da escassez de elementos que nos sejam verdadeiramente úteis¹⁰².

*Tempore belli*¹⁰³ constitui-se como a primeira prova literária da invasão e conquista muçulmana da Península Ibérica. Manuel Diaz y Diaz, estudioso da literatura hispanogoda, foi o primeiro a relacionar este texto com a chegada dos muçulmanos, e situou a sua composição em tempo muito aproximado a esses acontecimentos¹⁰⁴.

Existem duas passagens neste texto que nos remetem para a chegada das tropas muçulmanas: uma delas dá-nos conta de uma invasão terrífica, protagonizada por um povo bárbaro, de fé diversa, vitorioso face aos cristãos, e destacando as atrocidades

¹⁰⁰ Indispensáveis *Invasión e islamización*, de Pedro Chalmeta; *España 702-719 La Conquista Musulmana*, de Luis Garcia moreno, *La conquista islámica...*, de Alessandro Garcia Sanjuán, e os dois muito recentes livros de José Soto Chica, *Imperios y Bárbaros: La guerra en la Edad Oscura e Los Visigodos*.

¹⁰¹ GARCIA MORENO; VIGUERA MOLINS, 2009, pp. 181-208.

¹⁰² Apesar do seu laconismo, a ligação com a crónica produzida até então e a sua utilização, a par das crónicas de João de Biclaro e Isidoro de Sevelha, como fontes da *Crónica Moçárabe de 754*, pareceu-nos pertinente.

¹⁰³ *Tempore belli*, in BLUME, 1897, pp. 281-283.

¹⁰⁴ DIAZ Y DIAZ, «Noticias Históricas en dos Himnos Liturgicos Visigoticos» in *Antigüedad y Cristianismo: Los Visigodos: Historia y Civilizacion*, III, Universidad de Murcia, Murcia, 1986, pp. 443-456.

cometidas sobre a Igreja e seus prosélitos¹⁰⁵; para além disso, atesta ainda a vinda do invasor do outro lado do mar¹⁰⁶.

Este é o primeiro reflexo da sociedade hispano-romana, cristã, aos trágicos acontecimentos que se seguiram a Guadalete: derrotas consecutivas, saques e incêndios nos aglomerados urbanos, dizimação das populações e escravização de mulheres e jovens, como troféus de guerra.

O texto reflete também o sentimento do castigo divino, devido aos anteriores comportamentos sacrílegos, por parte das elites visigóticas¹⁰⁷.

Trata-se de uma composição de escassa utilidade para os investigadores que se ocupem do início do século VIII peninsular, mas confirma, de forma muito geral, a invasão muçulmana da Hispânia.

«...O medonho bárbaro cruel semeia guerras,
O furor colérico sem cessar acumula guerras,
E exultante cobre de sangue fresco
A morte ofegante de tanta matança.
A ardente guerra continuamente aterroriza
Sem freio as gentes, fendendo com as
Suas catervas inúmeras a planície do mar, e
Lança a desordem nos campos com as cruéis armas.
Vira costas aos seus terríveis inimigos,
Ei-la, a própria multidão dos cristãos,
E tremendo foge por caminhos inacessíveis e declives,
Impelida pelo horror e esgotada pelo medo.
O feroz povo atormenta milhares impunemente,
E torturando cruelmente mata milhares;
Os corpos regados por sagrada linfa jazem nus,
Por todos os lados, entregues aos corvos.

¹⁰⁵ GARCIA MORENO; VIGUERA MOLINS, 2009, p. 185.

¹⁰⁶ Idem, ibidem.

¹⁰⁷ Idem, ibidem, p. 186.

Até os lugares sagrados, os templos consagrados
E os altares santificados por Deus
O feroso ladrão insolente
Invade sem exceção em violento triunfo.
A voraz bárbara chama reduz a cinzas as cidades,
Abrasa os edifícios públicos e as almas;
O ladrão leva os vencidos – velhos, jovens,
mulheres casadas, viúvas e meninas [...]»¹⁰⁸

A primeira das crónicas, que resolvemos adicionar ao grupo de fontes mais próximas da invasão e conquista muçulmana, resulta de uma elaboração sintética da história política do reino godo de Toledo, do Império Romano do Oriente, e do novo e aterrador poder que surgiu na Arábia, e começa no ano de 601, com a morte do rei visigodo Recaredo, e vai até 743-44, tempo do califado omíada de Walid ibn Yazid: a *Chronica Byzantia-Arabica*¹⁰⁹ trata-se de um relato sucinto que diz respeito à invasão e conquista do reino godo de Toledo: «[...]E nas regiões a Ocidente, através do seu general do exército, Musa, invadiu e submeteu o reino godo da Hispânia, reino há muito firme e poderoso; depois de derrubar esse reino, tornou os godos seus súbditos. [...]»¹¹⁰.

Segundo o estudo efetuado por Jose Carlos Martín, terá sido escrita durante o califado de Walid II (743-44), algures no Sul ou no Levante peninsular, por um moçárabe ao serviço do poder de Damasco. É frequentemente considerada como continuadora das crónicas de João de Biclaro¹¹¹ e Isidoro de Sevilha¹¹², e tem para nós algum relevo, enquanto fonte da muito mais significativa crónica contemporânea dos acontecimentos dos primeiros anos do século VIII peninsular: a *Crónica Moçárabe de 754*.

¹⁰⁸ Tradução do latim para português, dos versos 40 a 64, de *Tempore Belli*, pela Dra. Ana Paula Serra.

¹⁰⁹ Embora tenhamos estudado a versão latina, editada por Juan Gil, é a versão traduzida para castelhano por Jose Carlos Martín, em 2006, a que vamos recorrer.

¹¹⁰ Tradução nossa do castelhano; MARTÍN, Jose Carlos, 2006, v. 36.

¹¹¹ João de Santarém (Biclarense), *Crónica*, edição crítica e apresentação de Carmen Cardelle de Hartmann, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

¹¹² KOON; WOOD, «Chronica Maiora of Isidore of Seville in MARTIN, Georges dir., Chroniques brèves castillanes, Disponível na Internet: <URL: <https://journals.openedition.org/e-spania/13793>.

Javier Albarrán Iruela, em artigo de 2013¹¹³, afirma ser a *CM 754*¹¹⁴ a fonte escrita de maior utilidade sobre a conquista islâmica da Península Ibérica, e deve ser central em qualquer estudo que se preze sobre este feito da História¹¹⁵.

Tal como estes autores¹¹⁶ também entendemos ser este o ponto de partida de qualquer investigação sobre os acontecimentos da primeira metade do século VIII, na península ibérica; isto não significa que a nossa dissertação será concêntrica, mas antes frequentemente excêntrica, nunca deixando de olhar o centro, no que diz respeito à *Continuatio Isidoriana Hispana*¹¹⁷.

Diversas traduções e estudos críticos foram efetuados, desde aquela que conhecemos como a primeira, dos finais do século XIX¹¹⁸; Theodor Mommsen incluiu a versão original, em latim, no *Monumenta Germaniae Historica*¹¹⁹, uma colossal compilação de fontes de diversos territórios que estiveram sob influência do Império Romano, desde os seus últimos tempos até cerca de 1500.

Juan Gil Fernandez, filólogo que muito se dedicou ao estudo e edição de crónicas latinas hispânicas, fez publicar em 1973 o *Corpus Scriptorum Muzarabiorum*, que reúne a produção literária moçárabe dos séculos VIII e IX, e que inclui a *Crónica Muzarábica*¹²⁰.

Conhecemos quatro traduções da *Continuatio Isidoriana Hispana*, três em castelhano e uma em inglês. Já referimos a mais antiga, de Teófilo Martinez de Escobar; Keneth Baxter Wolf traduziu para inglês, em 1990, quatro crónicas fundamentais para o estudo da Hispânia visigoda e do al-Andalus: a *Crónica Biclarense*, a *História dos reis dos*

¹¹³ ALBARRÁN IRUELA, «Dos crónicas mozárabes, fuentes para el estudio de la conquista de al-Ándalus» in *Revista Historia Autónoma*, número 2, Madrid, Universidad Autónoma de Madrid, março 2013, pp. 45-58.

¹¹⁴ Doravante, será esta a designação abreviada da *Crónica Moçárabe de 754*.

¹¹⁵ ALBARRÁN IRUELA, 2013, p. 51 (tradução nossa).

¹¹⁶ Uma perspetiva partilhada, entre outros, por Collins, Garcia Moreno, Chalmeta (embora este tenha dado maior enfoque às fontes islâmicas).

¹¹⁷ Um dos nomes latinos da *CM 754*.

¹¹⁸ MARTINEZ DE ESCOBAR, Teófilo, edição e tradução in *Revista mensual de filosofía, literatura y ciencias de Sevilla*, tomo II, 1870, pp 21-28, 74-79, 118-126, 216-226, 264-272, 317-327, 361-371 y 412-417.

¹¹⁹ MOMMSEN, Christian Theodor - *Continuatio Hispana anno DCCLIV*. *Monumenta Germaniae Historica auctores antiquissimi XI, Chronica minora saec. IV, V, VI, VII*, vol. 2, Berlin, 1894.

¹²⁰ GIL FERNANDEZ, «Crónica Muzarábica» in *Corpus Scriptorum Muzarabiorum*, Madrid, Instituto Antonio de Nebrija, 1973, pp. 15-54.

godos, de Isidoro de Sevilha, a de Afonso III das Astúrias e a «nossa» *CM 754*¹²¹; conhecemos ainda uma tradução de 2011, de Marco Antonio Coronel Ramos¹²².

Para o fim, deixámos a versão que elegemos (na verdade existem duas edições de traduções feitas pelo mesmo autor), a de Jose Eduardo López Pereira, na sua versão mais recente, fundamentalmente devido ao seu estudo e edição crítica, produzidos por alguém que devotou toda a sua vida académica ao estudo desta fonte ¹²³.

Quanto a nós, a *CM 754* constitui-se como um documento fundamental para o estudo da invasão e conquista, não tanto pelo volume ou qualidade das informações, mas fundamentalmente pela perspectiva: a de um cristão submetido, portanto, muito distinta das fontes muçulmanas e do reino das Astúrias¹²⁴.

A *CM 754* divide-se em três planos narrativos, com geografias diferentes: a história do Império Bizantino, desde Heráclio até Constantino V; o início da expansão muçulmana até à revolução abássida e conseqüente fim da dinastia omíada; e o domínio da Hispânia, desde o rei visigodo Sisebuto, até ao último *wali*¹²⁵ do al-Andalus, Abd ar-Rahman al-Fihri.

Ao longo da narrativa, o tratamento de factos e figuras é muito desigual: começa por dar destaque ao período da governação do imperador bizantino Heráclio (610-641), referindo as guerras com sassânidas e árabes; quanto à Hispânia visigoda, o foco está na sua história eclesiástica, com destaque para os concílios toledanos; quanto à sua história político-militar, breves e telegráficos parágrafos que referem os reis visigodos, dando apenas algum realce aos reis Égica e Witiza, nos últimos 25 anos do reino visigodo de Toledo¹²⁶.

¹²¹ WOLF, «The Chronicle of 754» in *Conquerors and Chroniclers of Early Medieval Spain*, 2ª edi., Liverpool, Liverpool University Press, 1999, pp. 91-128.

¹²² FANJUL; CORONEL RAMOS, 2011.

¹²³ López Pereira fez publicar uma primeira versão em 1980, pela Anubar, com 190 páginas; a versão que utilizaremos amiúde é a de 2009, editada em Léon, pelo Centro de Estudios e Investigación San Isidoro, com 334 páginas.

¹²⁴ GONZÁLEZ MUÑOZ, «Un perfil para el autor de la Crónica Mozárabe de 754» in *Collectanea Christiana Orientalia*, nº 15, Córdoba, 2018, p. 33, Disponível na Internet: <URL: https://helvia.uco.es/xmlui/handle/10396/17092/discover?filtertype=author&filter_relational_operator=authority&filter=6d88b129-3fb4-4944-89b4-4d1eff6a3a93.

¹²⁵ Governador.

¹²⁶ GONZÁLEZ MUÑOZ, 2018, p. 32.

Se até à chegada dos muçulmanos à Península Ibérica a *CM 754* se constituía como uma continuadora das suas antecessoras *Biclarense* e *Chronica Maiora*, seguindo o modelo usual de história universal, tendo em conta que o universo se cingia às margens do Mediterrâneo, e estratificando a narrativa cronologicamente para as diversas geografias reportadas, a partir de então torna-se muito mais densa e pormenorizada.

O cronista anónimo, certamente um cristão, religioso ao serviço da governação muçulmana, com origens possíveis em Toledo, Córdoba ou no levante peninsular¹²⁷, conduz-nos saltitando entre Bizâncio, Toledo e a expansão árabe dos primeiros anos do Islão, até à invasão e conquista muçulmana da Península Ibérica, e aos acontecimentos político-militares que se lhes seguiram. Este sim, é o relato que lhe interessa, a que dá maior destaque, apesar de algumas omissões e confusões provocadas pela cronologia complexa; conforme nos vamos aproximando do final da crónica, e do ano de 754, o relato torna-se mais detalhado, o que nos leva a pensar que não só teria melhores fontes como teria acompanhado de perto esses acontecimentos posteriores à invasão de 711¹²⁸.

Vamos, pois, e como aconselha Garcia Moreno¹²⁹, colocar a *CM 754* sempre em perspetiva, mesmo quando utilizarmos as crónicas árabe-muçulmanas, que nos são indispensáveis, mas que jamais poderão ser utilizadas como singulares.

Passemos então, de forma breve, um olhar sobre o segundo grupo de crónicas moçárabes, mais tardias, definido por Garcia Moreno: uma muito danificada *História Universal* descoberta em Kairouan, também conhecida como o manuscrito de Raqqada; o Orósio Interpolado, ou *āab Hurusiys*, conservado, ainda que parcialmente, na sua

¹²⁷ Esta questão tem intrigado muitos estudiosos da *CM 754*: López Pereira situa-o sob o domínio de Teodomiro, senhor de Orihuela, de quem falaremos adiante (na região de Múrcia); Dozy indicava Córdoba como a sua cidade, devido à atribuição de *Patricia* à futura capital emiral; já Sánchez-Albornoz e Collins julgam-no toledano: o seu vasto conhecimento dos concílios toledanos coloca, para estes, o nosso cronista na capital visigoda. De facto, a sua condição e a cidade onde terá nascido ou vivido não são para nós determinantes; compreendemos que esse esclarecimento poderia ajudar a clarificar determinadas referências, muito específicas, que parecem só fazer sentido consoante o nosso autor anónimo vivesse num dos três locais possíveis.

¹²⁸ GONZÁLEZ MUÑOZ, 2018, p. 33.

¹²⁹ GARCIA MORENO; VIGUERA MOLINS, 2009, pp. 194-195.

tradução para árabe, na Universidade de Columbia; e finalmente, o desaparecido original em árabe, que conhecemos como *chronica gotorum pseudo-isidoriana*¹³⁰.

Este conjunto de manuscritos reúne, desafortunadamente, informações modestas para o nosso objeto de estudo; apesar de dois deles se constituírem fundamentais, para esclarecer um equívoco presente em muita da historiografia da invasão e conquista muçulmana¹³¹, temos plena consciência do seu escasso valor.

Em todo o caso, parecem-nos importantes enquanto prova da existência de uma historiografia moçárabe, que perdura até aos séculos da plena «Reconquista»¹³², onde a historiografia muçulmana foi frequentemente buscar informação, historiografia essa que toma forma nos primeiros anos de domínio muçulmano da Península Ibérica.

Visitámos ainda três fontes cristãs, produzidas fora do espaço peninsular, e anteriores à nossa cronologia, por razões de melhor entendimento do processo expansivo dos muçulmanos, e dos seus combates travados no espaço dominado por bizantinos e persas sassânidas.

A primeira delas é um tratado militar, atribuído ao imperador bizantino Maurício I, denominado *Strategikon*¹³³. Escrito no final do século VI, reflete o pensamento militar, tático e estratégico, de Bizâncio; aporta importantes informações sobre campanhas militares, formações de cavalaria, guerra de cerco, cadeia de comando, treino das tropas, disciplina, e, no seu livro XI, reporta profundo conhecimento sobre as principais características dos inimigos do Império Bizantino¹³⁴.

¹³⁰ Idem, p. 196.

¹³¹ Falamos do lendário estupro da filha de Julian, conde de Ceuta, pelo rei godo, que as fontes árabes atribuem a Rodrigo, motivo para o pacto que o conde ceuti terá feito com os muçulmanos; o manuscrito de Raqqada tem uma tradução do nome do rei godo – tlwl – impossível de associar a Rodrigo; a Pseudo-Isidoriana atribui claramente a Witiza (Gueticus) a violação da filha de Julian.

¹³² Impõe-se aqui uma explicação relativamente à utilização deste conceito: trata-se de uma forma de balizar um processo político-militar, com alguns séculos, e que levou ao controle do território peninsular pelos reinos cristãos, após derrotarem o último reduto muçulmano, Granada, em 1492. É um conceito «espanholista», e a sua utilização tem vindo a ser repensada.

¹³³ *Maurice's Strategikon – Handbook of Byzantine Military Strategy*, texto, tradução e comentários de DENNIS, George T, Filadélfia, University of Pennsylvania Press, 1984.

¹³⁴ *Strategikon*, 1984, p. 113.

A *Histoire d'Heraclius*¹³⁵, atribuída ao bispo arménio Sebeos, foi escrita no século VII e narra as conquistas muçulmanas da Pérsia e da Arménia, protagonizadas pelo Califado Rashidun¹³⁶, e termina com a ascensão do primeiro califa omíada, Mu'awiya, em 661. Trata-se, de novo, de uma fonte historiográfica anterior à chegada muçulmana à Hispânia, mas relevante para perceber a expansão muçulmana para Oriente e a composição dos seus exércitos.

Por fim, uma crónica do início do século IX¹³⁷, escrita originalmente em grego e que abarca um longo período (284-813) da história dos bizantinos, bem como de alguns povos vizinhos, como os árabes, os persas e os búlgaros. O seu autor, um monge ortodoxo chamado Teófanos, utilizou crónicas anteriores, entretanto desaparecidas, e apesar da sua pouca objetividade, apresenta-nos alguns relatos inéditos, como a derrota dos muçulmanos que cercavam Constantinopla (674-678) e a sua descrição do fogo grego, mistura explosiva que ajudou os bizantinos a destruir a frota muçulmana¹³⁸.

Quanto às crónicas cristãs que elegemos, falta-nos apenas falar de um grupo, que inclui textos de diversas proveniências peninsulares, e elaborados em diversos momentos do processo político-militar a que se convencionou chamar Reconquista.

A primeira entre este grupo de cinco crónicas que vamos utilizar é a *Chronica Adefonsi tertii regis*, do início do século X, quer a tradução do latim para castelhano¹³⁹, quer as duas versões, ligeiramente diferentes, em latim, que conhecemos por *Sebastianense* e *Rotense*¹⁴⁰.

¹³⁵ *Histoire d'Heraclius, par l'éveque Sêbeos*, Traduite de L'Arménien et annotée par Frédéric Macler, Paris, Imprimerie Nationale, 1904.

¹³⁶ Califado Ortodoxo, ou dos califas bem guiados.

¹³⁷ *The Chronicle of Theophanes Confessor*, Translated with Introduction and Commentary by CYRIL MANGO and ROGER SCOTT, Byzantine and Near Eastern History AD 284-813, Oxford, Clarendon Press, 1997.

¹³⁸ Saint Theophanes the Confessor in *The Editors of Encyclopaedia Britannica* [em linha]. Encyclopaedia Britannica. Atual. 27-04-2020. [Consult. 27-12-2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.britannica.com/biography/Saint-Theophanes-the-Confessor>.

¹³⁹ CASTOR DE CAUNEDO, Nicolás trad. - Un Cronicón del siglo IX, in *Semanario Pintoresco Español*, 22 (28 de mayo de 1854), pp. 169-173.

¹⁴⁰ As duas versões estão editadas em GIL FERNÁNDEZ, Juan – *Crónicas Asturianas*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1985, pp. 114-149 e 151-188, respetivamente.

Foi escrita como uma continuação da *Crónica dos Godos*, de Isidoro de Sevilha, e começa no ano de 672, com a ascensão ao trono do rei Wamba, e termina com o reinado de Ordoño I (850-866), vencedor de Musa ibn Musa, na batalha de Albelda¹⁴¹, e pai de Afonso III das Astúrias.

Contém alguns relatos interessantes, como a chegada dos piratas normandos às costas do al-Andalus ou o episódio de Covadonga; quanto à invasão e conquista, apenas uma breve referência ao desaparecimento do rei Rodrigo e a curiosidade, presente em outras crónicas coevas, da tumba encontrada numa basílica de Viseu, com o seguinte epitáfio: *Hic requiescit Rudericus ultimus rex Gotorum*¹⁴².

É, no entanto, tal como as restantes crónicas cristãs que vamos analisar de forma breve, relevante para perceber como avaliavam os cronistas a invasão e conquista da Península Ibérica e os acontecimentos subsequentes.

O *Codex Conciliorum Albeldensis seu Vigilanus*¹⁴³ ou *Crónica Albeldense* é considerado frequentemente uma cópia da *Crónica de Afonso III*: puro engano, desmontado há muito por Cláudio Sánchez-Albornoz¹⁴⁴. As semelhanças entre ambas são naturais: são coevas, utilizaram provavelmente algumas fontes anteriores comuns, e são ambas apologéticas do reino cristão das Astúrias; as coincidências terminam aqui, e a *Albeldense* é também uma obra-prima da iluminura do século X, e parece-nos basilar para estudar a sociedade Asturiana e Navarra alto-medieval.

Quanto ao texto, é mais sucinto do que a versão «erudita» de Afonso III – *Cronica Ad Sebastianum* – e contém cronologias dos muçulmanos que chegaram a Espanha e seus *walis*, e dos emires de Córdova; refere também os reis navarros.

Seguem-se duas crónicas do século XIII, com muitos pontos de contacto entre si: escritas na primeira metade de *Duzentos*, são ambas defensoras da noção de continuidade dos reinos cristãos peninsulares, desde os godos até aos seus tempos. A

¹⁴¹ *Crónica de Afonso III*, 1854, p. 173.

¹⁴² GIL FERNÁNDEZ, 1985, p. 115 «Aqui jaz Rodrigo, o último rei dos Godos.».

¹⁴³ CASTOR DE CAUNEDO, Nicolás trad. – *Crónica Albeldense* in *Semanario Pintoresco Español*, 18, 19 e 20, 1852.

¹⁴⁴ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, «La Crónica de Albelda y la de Alfonso III» in *Bulletin Hispanique*, tomo 32, nº4, 1930. pp. 305-325.

motivação ideológica dos combatentes que se derramam dos reinos cristãos do norte peninsular, em plena Reconquista, está plasmada nestas duas obras, de forte pendor panegírico.

De rebus Hispanie consiste numa história da Península Ibérica, desde os primeiros povos até 1243. Reinava em Leão e Castela Fernando III; em Portugal, Sancho II; em Navarra, Teobaldo I; em Aragão, Jaime I; da tentativa de domínio almóada restavam já só algumas bolsas de território, e a única que subsistirá é o recém-fundado reino *nazari* de Granada.

O seu autor foi Rodrigo Jiménez de Rada, um navarro de ascendentes castelhanos; feito arcebispo de Toledo um ano depois do acordo de paz entre Castela e Navarra, a 29 de outubro de 1207¹⁴⁵, Rodrigo tornou-se rapidamente protagonista maior da história político-militar da Península: foi um dos comandantes dos contingentes castelhanos que lutaram, em 1212, na batalha de Las Navas de Tolosa, que descreve no livro VIII da sua crónica,¹⁴⁶ e figura destacada do reino castelhano, até à sua morte, em 1247.

Esta crónica liga sequencialmente a história dos povos de Espanha, desde as suas origens, numa personagem bíblica, Jafet, filho de Noé, até ao reinado daquele a quem dedica a obra, Fernando III¹⁴⁷. É a primeira das crónicas cristãs conhecidas, para aquela época, a recorrer a fontes muçulmanas anteriores, e apesar de estabelecer uma «linhagem» hispânica contínua, desde os primeiros homens, consagra parte da sua obra, a partir do final do livro III, ao momento da chegada dos muçulmanos e ao lamento pela ruína do reino godo de Hispânia¹⁴⁸.

*Chronicon Mundi*¹⁴⁹ foi escrita no final da década de trinta do século XIII, por Lucas de Tui, cónego da Basílica de San Isidoro, em León, a pedido da poderosa rainha- -mãe do reino de Leão, Berengária de Castela. Trata-se, tal como a coeva *De rebus Hispaniae*, de

¹⁴⁵ *De rebus Hispanie*, 1989, p. 19.

¹⁴⁶ *Ibidem*, pp. 307-329.

¹⁴⁷ *Ibidem*, p. 54 «A su señor, el serenísimo, invicto y siempre augusto Fernando, por la gracia de Dios rey de Castilla y Toledo, León y Galicia, Córdoba y Murcia, Rodrigo, indigno sacerdote de la silla de Toledo, (dedica) esta obrita, y al Rey de reyes con eterna devoción.».

¹⁴⁸ Capítulo XXII do livro III, denominado «Llanto por España y los godos, y la causa de la ruina».

¹⁴⁹ *Chronicon Mundi*, 1926.

uma história do mundo, aproveitando fontes anteriores, de Isidoro de Sevilha e Julião de Toledo. Na verdade, a crónica de Lucas de Tui só começa no livro III, rescrevendo no livro anterior partes da *Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum*, logo seguida da *Historia Wambae regis*¹⁵⁰.

Esta crónica de Lucas de Tui começa a ter para nós particular interesse a partir do capítulo LIX do livro III, que noticia a chegada de 270 navios muçulmanos às costas de Espanha, no reinado do rei Wamba (672-680), que foram de pronto combatidos e queimados¹⁵¹; no capítulo LXIV começa o relato do reinado de Rodrigo e dos acontecimentos que levaram à invasão e conquista muçulmana, que descreve até ao final do Livro III.

Estas duas encomendas régias, apesar do objetivo panfletário subjacente, são, contudo, duas das mais significativas para o estudo da história da Península Ibérica até meados do século XIII, e contribuem, enquanto perspetivas tardias, para o conhecimento dos aspetos político-militares do reino visigodo de Toledo e do seu fim.

Por fim, a nossa derradeira escolha é uma fonte portuguesa do século XIV, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*¹⁵², uma crónica histórica coligida por Pedro Afonso, conde de Barcelos, um filho natural do nosso rei D. Dinis.

Tal como as crónicas de Lucas de Tui e Rodrigo Jiménez de Rada, também esta fonte é reveladora do modo como as elites dos novos reinos cristãos peninsulares vislumbravam a(s) sua(s) história(s); porém, o aspeto mais relevante da crónica do conde de Barcelos é conter a Crónica do Mouro Rasis, ainda que, como explica António Rei, com «interpolações e alterações mais ou menos significativas»¹⁵³ ao texto original¹⁵⁴.

¹⁵⁰ *Chronica Wambae regis*, 2005.

¹⁵¹ LUCAS DE TUI, 1926, p. 261.

¹⁵² *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 2009.

¹⁵³ REI, António – Manuscrito inédito atribuído à Crónica do Mouro Rasis, em Portugal – o ms. LV do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa in *O Arqueólogo Português*, série IV, 19, 2001, p. 238.

¹⁵⁴ A versão original, *Akhbâr Mulûk al-Andalus*, do cordobês Ahmad ibn Muhammad al-Razi, viu concluída a tradução para português provavelmente em 1312, por Giraldo Peres, tabelião, auxiliado por um árabe de nome Muhammad; estavam ambos ao serviço de Pero Anes de Portel, importante figura da cúria régia de D. Dinis. O senhor de Portel era sogro de Pedro Afonso, conde de Barcelos e autor da *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Para melhor percebermos a incorporação da Crónica do Mouro Rasis na de Pedro Afonso, podemos

São as partes que correspondem a uma descrição da geografia da Hispânia, e à história dos reis godos, invasão muçulmana e consequentes governadores (*walis*) do al-Andalus que nos interessam, e que iremos utilizar profusamente.

E, findas as nossas escolhas das fontes não muçulmanas, importa dizer que não são as únicas a versar a nossa cronologia e assunto; são, de facto, as que considerámos mais relevantes.

3.2. Fontes muçulmanas sobre a invasão e conquista

A primeira razão que nos faz olhar com desconfiança para as crónicas islâmicas sobre a Conquista decorre de terem sido elaboradas muitos anos após os acontecimentos. As primeiras histórias (crónicas) do Islão foram escritas a partir da segunda metade do século VIII; ibn Ishaq terá escrito o seu *Sirat Rasul Allah*¹⁵⁵, uma biografia do profeta, depois da revolução abássida¹⁵⁶; Abu Mikhnaf, que escreveu uma história da conquista muçulmana da Síria¹⁵⁷, viveu até ao ano da Hégira de 157 (773/74).

Os primeiros textos pré-islâmicos, a poesia e os *ayyām al-‘arab* (narrativas das batalhas tribais) eram desprovidos de preocupação com o tempo: estes acontecimentos eram descritos sem serem situados cronologicamente e sem relação com outros, anteriores; a sua transmissão era oral¹⁵⁸. A necessidade de ordenar os acontecimentos cronologicamente é uma consequência natural do advento do Islão, e sua fundação em documentos escritos. E os acontecimentos da invasão e conquista da Península Ibérica ocorreram somente 90 anos depois da Hégira, ou seja, numa sequência de

consultar um outro artigo de António Rei, publicado em 2010 nos *Cahiers d'Études Hispaniques Médiévales* (33) e denominado «A tradução do Livro de Rasis e a memória da casa Senhorial dos Aboim-Portel».

¹⁵⁵ GUILLAUME, 1955.

¹⁵⁶ Terá oferecido uma cópia ao califa al-Mansur, em Hāshimiya, Iraque, pouco depois de al-Mansur ter chegado ao poder (754).

¹⁵⁷ *Futūh al-Shām*, desaparecido, e que serviu de fonte para outras histórias da conquista da Síria, de al-Kalbi e al-Waqidi, com o mesmo nome. Al-Balādhurī e al-Tabari utilizaram-no como fonte principal.

¹⁵⁸ CASTRO, Michele Rosado de Lima - Historiografia islâmica clássica: as narrativas sobre os primeiros anos do Islã in *Oficina Do Historiador*, 11(2), pp. 199-219. Atual. 18-12-2018. [Consult. 02-01-2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/26214>.

acontecimentos político-militares, resultado de um processo de expansão ainda não consumado, dignos de ficarem registados.

Alguns historiadores que investigaram a invasão e conquista, e naturalmente as suas fontes, expressaram de forma veemente as suas desconfianças sobre as fontes muçulmanas¹⁵⁹, analogamente à CM 754.

Já concordámos anteriormente com o argumento da centralidade da *Moçárabe de 754*, mas obviamente não podemos ignorar o manancial de informações das muitas fontes islâmicas que abordam a invasão e conquista da Península Ibérica, independentemente de serem mais ou menos próximas dos acontecimentos.

Maria Jesús Viguera Molins identificou, em artigo da obra coletiva *Del Nilo al Ebro – Estudios sobre las fuentes de la conquista islâmica*¹⁶⁰ 22 fontes, em formato de crónica, escritas em árabe e com origens distintas no Oriente, Magrebe e Andaluzia, relevantes para o estudo da conquista muçulmana da Hispânia.

Foram escritas entre o século IX e o século XVII, e, como sabemos, este formato não exclui o estudo de outras fontes textuais, como os tratados geográficos, os documentos jurídicos e religiosos, biografias ou mesmo a literatura popular¹⁶¹; para já, é nas crónicas, seus autores, e suas edições e traduções que nos vamos centrar, excluindo apenas aquelas que não têm tradução do árabe para alguma das línguas que dominamos.

Começamos com uma exceção: *Kitab al-magazi*¹⁶², do medinês al-Waqidi (m. 821/22); trata-se do primeiro manuscrito conservado sobre conquistas islâmicas, e embora só refira os primeiros acontecimentos do Islão, e as suas conquistas na península Arábica, é utilizado como fonte por cronistas posteriores, como os andaluzes ibn Habib e

¹⁵⁹ Roger Collins afirmou sobre a historiografia islâmica: «devem ser tratadas com considerável ceticismo, e só se lhes deve dar algum crédito relacionando-as com o único relato que é realmente contemporâneo do período considerado (CM 754).» COLLINS, 1991, p.31, nota 20; Luis Agustín Garcia Moreno também perfilha esta opinião: diz-nos que qualquer estudo sobre a conquista muçulmana deve ter como foco a CM 754, em virtude da sua riqueza de detalhes e proximidade aos factos, em contraste com as fontes islâmicas. GARCIA MORENO, 2014, p. 191.

¹⁶⁰ GARCIA MORENO; VIGUERA MOLINS, 2009, pp. 209-228.

¹⁶¹ Musa ibn Nusayr tornou-se herói *nas Mil e uma noites* in GERHARDT, 1963, pp.198-235.

¹⁶² *Kitāb al-mağāzī li-l-Wāqidī* - MARSDEN-JONES, 1966.

ibn al-Faradi, e os orientais al-Baladuri, al-Tabari e ibn al-Atir, e citado amiúde pelo norte-africano ibn Idari¹⁶³.

O andaluz ibn Habib (m. 853) é o autor da *Kitāb al-tārīḥ*¹⁶⁴, a primeira das histórias escritas na Península Ibérica em árabe, com um capítulo dedicado à conquista do al-Andalus – *bab istiftah al-Andalus* – recentemente traduzido por Mamede Jarouche¹⁶⁵; refere a chegada de Tariq ibn Ziyad, depois a de Musa, os tesouros obtidos, e a designação dos homens piedosos (*tabi'ies*) que acompanharam o governador de Ifriqiya, bem como os nomes e cronologias de dezassete *walis* que governaram o al-Andalus, de Musa a Abd al-Rahman I.

Segue-se ibn Abd al-Hakam (m. 871), um egípcio que escreveu um livro sobre a conquista do Egipto, do Magrebe e da Península Ibérica, de que vamos utilizar a tradução parcial em espanhol¹⁶⁶; num relato com apenas 35 páginas, descreve acontecimentos desde a conquista de Barqa¹⁶⁷ até Musa ibn Nusayr iniciar o seu regresso a Damasco, obedecendo a uma ordem do califa al-Walid ibn Abd al-Malik.

O iraquiano al-Tabari (m. 923) escreveu em 15 volumes o seu *tarij al-rusul wa-l-muluk*¹⁶⁸; esta obra, uma história universal desde a Criação até ao ano de 915, relata os feitos dos exércitos muçulmanos e o seu processo de expansão; divide a narrativa por anos e, a partir do ano 91 da Hégira, contém algumas informações pertinentes para a nossa investigação.

Já fizemos aqui referência a Ahmad al-Razi (m. 955) quando abordámos a *Crónica Geral de Espanha de 1344*; a sua importância, no que concerne ao relato da conquista muçulmana, é lamentavelmente aferível apenas em testemunhos indiretos, posteriores,

¹⁶³ GARCIA MORENO; VIGUERA MOLINS, 2009, P.216.

¹⁶⁴ *Kitāb al-tārīḥ*, 1991.

¹⁶⁵ JAROUCHE, Mamede - «A conquista de Alandalus segundo o relato de Abdulmalik Bin Ḥabīb (m. 238. H./853 d.C.)» in *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 222-245, maio/ago. 2017, [Consult. 09-01-2021]. Disponível na Internet: <URL: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X01803501>.

¹⁶⁶ IBN ABD AL-HAKAM – Conquista de África del Norte y de España, introdução, tradução, notas e índices VIDAL BELTRÁN, 1966.

¹⁶⁷ Cidade na costa da atual Líbia, conquistada por Uqbah ibn Nāfi, durante a 2ª invasão muçulmana do Norte de África (665-689).

¹⁶⁸ *The History of al-Tabari (Ta'rikh al-rusul wa'l-muluk)*, volume XXIII, The Zenith of the Marwānid House, traduzido e anotado por HINDS, 1990.

quer em crónicas cristãs, como a já referida e também a *De rebus Hispanie*, quer em diversas crónicas muçulmanas, onde a expressão *qāla al-Rāzī* (disse al-Razi) nos aparece frequentemente¹⁶⁹. De origem persa, era provavelmente uma figura próxima da corte califal do al-Andalus, e os fragmentos das suas obras, conservados em fontes suas devedoras, revelam um cronista palatino ao serviço dos omíadas¹⁷⁰. Eduardo Manzano Moreno considera que uma parte muito significativa dos dados com que contamos para reconstruir a Conquista provém deste autor, ainda que de forma indireta¹⁷¹.

Um dos mais parciais cronistas andaluzes foi Muhammad ibn al-Qutiyya (m.977), descendente de Sara, a Goda, que por sua vez era descendente do rei visigodo Witiza, de quem falaremos adiante. Poeta e gramático, atribui-se-lhe uma *Historia da Conquista do al-Andalus*¹⁷² (*Tarij iftitah al-Andalus*), compilação de notícias diversas sobre a Conquista, finalizada com a chegada de Abd al-Rahman I. Sujeita a diversos estudos e traduções, à primeira das quais¹⁷³, de Julian Ribera, consagramos leitura atenta, mas optámos pela tradução mais recente, de David James, que no seu estudo dá maior destaque à interpretação, nos comentários e notas, do manuscrito original¹⁷⁴.

A professora Maria Jesús Viguera Molins produziu em 2011, para a revista *Aljaranda*¹⁷⁵ um artigo sobre a crónica de al-Qutiyya, com a tradução da parte que na *Tarij iftitah al-Andalus* se refere à conquista muçulmana.¹⁷⁶ Dispomos, portanto, de três traduções desta crónica utilizáveis para recolher dados para a nossa dissertação.

E eis-nos chegados a uma das mais interessantes crónicas muçulmanas sobre a conquista da Península Ibérica, para quem a queira observar na perspectiva da história militar: os *Ajbar machmua*¹⁷⁷. Objeto de diversos estudos e traduções, desde que Reinhart

¹⁶⁹ MANZANO MORENO, 1999, p. 398.

¹⁷⁰ *Ibidem*.

¹⁷¹ *Ibidem*.

¹⁷² IBN AL-QUTIYYA, 2009.

¹⁷³ IBN AL-QUTIYYA, 1926.

¹⁷⁴ VIGUERA MOLINS, 2009, p. 220.

¹⁷⁵ *Idem*, 2011, pp. 8-13

¹⁷⁶ *Ibidem*, pp. 10-13

¹⁷⁷ Visitámos a primeira edição e tradução, de 1867, de Emílio Lafuente y Alcántara, publicada pela Real Academia de Historia; no entanto, com maior frequência optámos pela sua tradução mais recente, para inglês: *Akhbar majmua*, 2012.

Dozy, se lhes referiu, na introdução à sua edição do *Al-Bayano'l-mugrib*, publicada entre 1848 e 1851, em Leiden, até à tradução e estudo do professor David James, publicado em 2012¹⁷⁸, este assinável conjunto de relatos começa por traçar o percurso da expansão muçulmana pelo Norte de África, durante o califado de 'Abd al-Malik ibn Marwān (685-705) e termina com o reinado do primeiro califa omíada de Córdoba, Abd al-Rahmān III (929-961).

Curiosamente, o «prato forte» dos *Ajbar* é constituído pelos acontecimentos finais da nossa cronologia: a chegada dos sírios de Balj (742) até à proclamação do emirato independente de Córdoba (756), período fértil em acontecimentos políticos e militares; contudo, alguns dos episódios da conquista, logo depois da batalha de Guadalete, como a captura de Écija e Córdoba, Toledo e Sevilha, o cerco de Mérida, ou a chegada de Musa ibn Nusayr, são também, embora de forma breve, relatados.

Outra das fontes de grande valor para o estudo da invasão e conquista é a *Fath al-Andalus*¹⁷⁹, crónica anónima, produzida provavelmente nos finais do século XII, relata, como descrito no início do seu manuscrito, a conquista do al-Andalus, os emires que ali se

¹⁷⁸ Para além dos já referidos estudos de Lafuente y Alcántara e David James (o mais antigo e o mais moderno), o mais de século e meio que os separa viu alguns dos mais eminentes historiadores e arabistas ocuparem-se dos *Ajbar*: Julián Ribera comentou-os no Prólogo ao seu *Historia de la conquista de España de Abenalcotía el Cordobés* (1926); Cláudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ publicou no seu exílio na Argentina um polémico estudo denominado *El Ajbār Ma'ymū'a. Cuestiones historiográficas que suscita* (1944); Pedro Chalmeta escreveu em 1973 um artigo sobre a importância dos *khobar* (tradições/relatos/anedotas) na historiografia hispano-árabe, onde dedicou parte substancial aos *Ajbār Ma'ymū'a*; como noutras matérias da história do al-Andalus, a polémica instalou-se, logo após Evariste Levi-Provençal (1894-1995) ter considerado o estudo de SÁNCHEZ-ALBORNOZ questionável, de conclusões duvidosas, até porque o medievalista espanhol não era arabista; esta polémica reacendeu-se, mesmo com o desaparecimento físico do historiador e arabista francês, e em 1958 SÁNCHEZ-ALBORNOZ acusou-o, num truculento artigo, denominado *La saña celosa de un arabista*, disso mesmo: malícia e inveja; mais recentemente, Luis Molina, em estudo (1989) sobre a parte final dos *Ajbar*, definiu-os do seguinte modo: «não se trata de uma fonte única e exótica...mas, como todas as coleções de anedotas históricas islâmicas, trata-se de um trabalho que extrai das fontes escritas uma série de eventos, sem ligação, para criar um texto em que os dados históricos...são de menor importância...» MOLINA, 1989, pp. 540-541; entre 2001 e 2002, Dolores Oliver publicou um conjunto de artigos sobre os *Ajbar*, estabelecendo uma teoria, aceite na comunidade científica, de que se trata de um arquivo familiar, iniciado por Tammam ibn Alqama (720/811) e aumentado por alguns dos seus descendentes. OLIVER, 2001a, pp. 514-554; Idem, 2001b, pp. 77-108; Idem, 2002, pp. 131-150.

¹⁷⁹ Vamos utilizar a tradução de Mayte Penelas (2002) *La conquista de al-Andalus*, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 2002.

sucederam, os reis rebeldes das taifas, e os almorávidas que os aniquilaram¹⁸⁰; esta recompilação utilizou fontes como a desaparecida *Silat al-Mugrib*, de ibn Muzayn, autor dos finais do século XI, e transmite, por essa via, o *Kitab al-rayat*, de Muhammad al-Razi, matriz da historiografia andaluz¹⁸¹.

Ibn al-Atir (m. 1223), nascido no atual Iraque, perto de Mossul, escreveu uma das mais importantes obras da historiografia islâmica medieval: *al-Kamil fi l-Tarij*¹⁸². É uma crónica do tipo história universal, iniciada com a criação do mundo e até 1130/31, tempo do fim do califado de Córdoba e início dos reinos taifa; é também um excelente exemplo de notório cuidado com as explanações fabulosas.

Filipe Maillo Salgado traduziu e editou duas crónicas¹⁸³ escritas no Norte de África, na segunda metade do século XII: ibn al-Kardabus (morto provavelmente já no século XIII)¹⁸⁴, escreveu o seu *Kitab al-iktifa' fi ajbar al-julafa'*, uma crónica de tipo enciclopédico, com cronologia desde o surgimento do Islão, até aos tempos do califa Abu Ya'qub, que morreu depois de cercar Santarém, em 1184; a outra fonte é o *Kitab silat al-simt*, do magrebino ibn al-Sabbat (m. 1282), é uma recompilação de fontes anteriores, e contém 30 páginas sobre o al-Andalus, com breves descrições das suas cidades.

Outra das obras essenciais para o estudo do al-Andalus é o basilar *Kitāb al-bayān al-mughrib fī ākhhbār mulūk al-andalus wa'l-maghrib*, escrito no século XIV (1312) pelo governador de Fez, ibn Idari al-Marrakusi. Inicialmente estudado e editado por Reinhart Dozy (1848-1852), foi posteriormente traduzido para francês por Edmond Fagnan (1901-1904)¹⁸⁵, e mais tarde novamente editada por Evariste Lévi-Provençal e Georges-Séraphin Colin (1948-1951); existe ainda uma tradução parcial de Ambrósio Huici Miranda, que lamentavelmente não abarca a nossa cronologia, e, segundo Maria Jesús Viguera Molins,

¹⁸⁰ VIGUERA MOLINS, 2009, p.223.

¹⁸¹ Idem, *ibidem*, p. 222.

¹⁸² A tradução anotada por Edmond Fagnan em 1898, «Annales du Maghreb & de L'Espagne» carece de estudo e nova tradução (agora total), que ajude a esclarecer as suas fontes anteriores.

¹⁸³ Estão ambas traduzidas e editadas aqui: MAILLO SALGADO, Filipe – *Historia de Al-Andalus: Ibn Al-Kardabūs*, estudo, tradução e notas, 2ª ed., Madrid, Ediciones Akal, 2008.

¹⁸⁴ VIGUERA MOLINS, 2009, p. 224.

¹⁸⁵ IBN IDAHRI, 1901.

as traduções e edições existentes necessitam de novas abordagens¹⁸⁶, que permitam obter mais dados no texto original.

Luis Molina editou, traduziu e comentou uma crónica anónima dos finais do século XIV, o *Dikr Bilad al-Andalus*¹⁸⁷. A parte que nos interessa consiste num capítulo dedicado à conquista muçulmana do al-Andalus e aos governadores, até à chegada de Abd al-Rahman; o texto repete partes de outras fontes, como ibn al-Atir, ibn Idari, ibn al-Qutiyya ou a *Fath al-Andalus*, por exemplo, dispondo apenas a informação com arrumação diversa. Desde a edição desta fonte, nos anos oitenta do século XX, Luis Molina tem dedicado diversos estudos às fontes muçulmanas, e voltou ao *Dikr* em 2015, num artigo denominado «Sobre el autor del Dikr bilad al-Andalus»¹⁸⁸, onde reafirma a condição anónima da crónica, mesmo após suposta atribuição a ibn Yuzayy, um poeta granadino do século XIV, por Fernando Velázquez Basanta¹⁸⁹, e o surgimento de um novo manuscrito.

Terminamos com a história universal de ibn Kaldun (m. 1406), *Kitab al-‘ibar*, do qual utilizámos a tradução parcial de Oswaldo Machado, «La historia de los godos según Ibn Jaldûn»¹⁹⁰; trata-se de uma crónica com duas linhas narrativas distintas: a primeira, a partir da administração califal; a segunda, dos povos envolvidos pela expansão islâmica, com particular enfoque nos berberes.

Das vinte e duas crónicas propostas, excluímos apenas aquelas não traduzidas para uma das línguas que dominamos, como a de ibn Abi I-Fayyad, ou al-Halim, um cronista do século XIV, em virtude do seu relato se cingir à conquista muçulmana do Norte de África.

Ficamos, portanto, com um vasto conjunto de crónicas muçulmanas, de valor desigual, mas que importa «dissecar», para que possamos extrair delas toda a informação que se revele útil para a nossa dissertação. O nosso conhecimento do carácter tardio,

¹⁸⁶ VIGUERA MOLINS, 2009, p. 225.

¹⁸⁷ MOLINA, Luis - *Una descripción anónima de al-Andalus*, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 1983.

¹⁸⁸ Idem - Sobre el autor del Dikr bilad al-Andalus in *Al- qantara, Revista de Estudios Árabes*, vol XXXVI, I, 2015, pp. 259-272.

¹⁸⁹ Idem, ibidem, p. 262.

¹⁹⁰ MACHADO, 1944, pp. 139-155.

denso e por vezes antinómico das fontes textuais muçulmanas não implica a sua não utilização, depois de expurgados os aspetos fantasiosos, e da compreensão dos contextos muito específicos em que foram escritas, e a que grupo ou personagem das elites islâmicas teriam de agradar.

Temos ainda um conjunto de outras fontes literárias muçulmanas, tratados e dicionários geográficos, de grande interesse para o estudo do al-Andalus, e particularmente para os seus anos iniciais.

3.3. Outras fontes literárias: tratados e dicionários geográficos

Cinco autores, cada um deles representado por uma obra, contribuíram de algum modo para o nosso conhecimento da geografia da Península Ibérica à época da sua conquista pelos contingentes militares arábo-berberes.

O primeiro entre eles é Muhammad al-Bakri (m. 1094), geógrafo e historiador nascido em Huelva, e que viveu no al-Andalus no agitado período dos primeiros reinos taifa, entre a sua Huelva natal e Córdova. A sua obra que nos interessa é o *Kitab al-masalik wa-l-mamalik*¹⁹¹, que nos chegou de forma muito fragmentada, mas da qual é possível utilizar a parte sobre o al-Andalus. As suas descrições circunspectas enriquecem o nosso conhecimento sobre as cidades, plantas e minerais do al-Andalus, e, apesar de escritas no século XI, utilizam fontes anteriores, como ibn Rustah e Muhammad al-Razi¹⁹², ambos do século X.

Muhammad al-Idrisi (m. 1164), o Dreses do reino normando da Sicília, terminou os seus dias ao serviço do rei Rogério II, a quem dedicou a sua obra magna, o *Kitab Rudjar*, que era composto pela famosa *Tabula Rogeriana*, um inovador mapa-múndi, e um livro, denominado *Geografia*; António Borges Coelho, na sua obra antológica *Portugal na Espanha Árabe* tem um subcapítulo denominado «O Garbe nos princípios do século XII, segundo o geógrafo Edrici»¹⁹³, que vamos utilizar. Apesar de não aportar dados em

¹⁹¹ Vamos utilizar a parte sobre o al-Andalus, editada e traduzida por Eliseo Vidal Beltran, em 1982.

¹⁹² AL-BAKRI, 1982, p. 9.

¹⁹³ COELHO, 2008, pp.51-62.

cronologia coincidente com a nossa, dá-nos algumas descrições sobre a geografia do Gharb al-Andalus.

Dois geógrafos menos conhecidos, do século XIII, foram estudados e traduzidos por António Rei¹⁹⁴: Yaqut al-Hamawi e ibn Said al-Maghribi. O primeiro escreveu um dicionário geográfico, o *Mu'jam al-buldân*; é simultaneamente muito esclarecedor no que diz respeito à toponímia do al-Andalus¹⁹⁵. Quanto ao segundo autor, al-Maghribi, trata-se na verdade de um poeta, que compilou uma antologia de nome *Al-Mughrib fî hulâ-l-Maghrib*, iniciada um século antes por al-Hijari, e que utilizou al-Razi como fonte¹⁹⁶; contém conjunto de notícias geográficas sobre as povoações de onde são provenientes os poetas presentes na antologia.

Finalmente, al-Himyari, o autor do *Jardim perfumado – al-Rawad al-Mitar*¹⁹⁷: não sabemos exatamente os locais de nascimento e morte nem as suas datas¹⁹⁸; Christine Mazzoli-Guintard dedicou um artigo aos dados relevantes do *Rawad*, nos *Estudios sobre las fuentes de la conquista islámica*¹⁹⁹, onde conclui que, apesar de ter sido escrito no final da Idade Média, engloba um conjunto de elementos sobre o período da conquista muçulmana da Hispânia, e não só as operações militares da primeira década da conquista, mas também matérias de natureza política, económica e religiosa, relativas ao reino visigodo de Toledo²⁰⁰.

¹⁹⁴ REI, 2005, pp. 1-22.

¹⁹⁵ Idem, ibidem, p. 3.

¹⁹⁶ Idem, ibidem, p. 14.

¹⁹⁷ AL-HIMYARI - *Kitab r-Rawd al Mi'tar fi Habar al-Akhtar*, Trad. E. Lévi-Provençal, *La Péninsule Ibérique au Moyen Âge d'après le Kitab ar-Rawd al Mi'tar fi Habar al-Aktar d' Ibn Abd al-Mu'nim al-Himyari*, Leiden, 1938.

¹⁹⁸ Christine Mazzoli-Guintard refere Tunez como possível local de nascimento e morte (embora afirme que também pode ter nascido no al-Andalus) e meados do século XIII para o nascimento, e 1325-26 para a sua morte.

¹⁹⁹ MAZZOLI-GUINTARD, 2009, pp. 245-266.

²⁰⁰ Idem, ibidem, pp. 248-249.

4.

FONTES MATERIAIS DA CONQUISTA

4.1. Os selos de chumbo

A conquista muçulmana da Península Ibérica e sua consolidação, na nossa opinião consumada com a chegada de Abd al-Rahman I, como teremos oportunidade de demonstrar, deixou-nos escassas evidências materiais. Entre elas destacam-se duas tipologias: as fontes sigilográficas e as numismáticas.

Do primeiro tipo, temos de referir obrigatoriamente os cruciais «precintos *de plomo*», ou selos de chumbo. Compreendem 141 selos, com inscrições em árabe (cúfico), datados entre 711 e 756, o que os associa de imediato à nossa cronologia e assunto; foram utilizados para selar volumes repletos de produtos, fruto do saque obtido durante a conquista: dinheiro, metais e pedras preciosas, e cereais recolhidos em forma de tributo. Podiam estar também relacionados com documentos ou pessoas, e atestavam a legalidade face à lei islâmica.

Philippe Sénac e Tawfiq Ibrahim investigam há décadas «o contributo empírico mais importante para o conhecimento da conquista muçulmana, desde o século XIX», nas palavras de Alejandro García Sanjuán, e publicaram em 2017 uma monografia intitulada *Los precintos de la conquista omeya y la formación de al-Andalus (711-756)*²⁰¹. Trata-se, até aos dias de hoje, da investigação mais significativa sobre os selos de chumbo muçulmanos encontrados na Península Ibérica e na Narbonense, mais precisamente no *oppidum* de Ruscino²⁰².

A geografia desses achados é dispersa, e ocupa uma faixa a sul da Península Ibérica, entre Faro e Ruscino; e se os 42 selos «franceses» foram todos encontrados no mesmo local, os ibéricos possuem proveniências diversas: os 103 selos têm origens em achados casuais e coleções privadas²⁰³. Sevilha, Córdoba, Medina-Sidonia, Jaén, Málaga, Elvira, Faro e Beja são as cidades que integram a lista dos selos ibéricos. Quanto às

²⁰¹ IBRAHIM, Tawfiq; SÉNAC, Philippe - *Los precintos de la conquista omeya y la formación de al-Andalus (711-756)*, Granada, Universidad de Granada, 2017.

²⁰² Ruscino, uma antiga cidade galo-romana, situa-se no departamento francês dos Pirinéus Orientais, em posição estratégica entre Perpignan e o mar, dominando o vale de Têt. Trabalhos de arqueologia, em 2005, revelaram o conjunto de 42 selos que compõe o achado da Narbonense.

²⁰³ IBRAHIM; SÉNAC, 2017, p. 27; veja-se a incontornável Coleção Tonegawa: <http://www.andalustonegawa.50g.com/>.

inscrições dos selos de chumbo, constituem um preciosíssimo confirmante de informações sobre as primeiras décadas da conquista muçulmana. Nomes próprios, como a provável primeira evidência material da utilização do termo al-Andalus, num selo reimpresso, com a frase «Ordena al-Hurr a distribuição do saque de al-Andalus»²⁰⁴. Al-Hurr ibn Abd al-Rahman al-Taqaifi foi governador do al-Andalus entre agosto de 716 e março/abril de 719. Para além deste selo, outros nomeiam diferentes governadores, como al-Samh ibn Malik al-Jalawni (719-721) e Anbasa ibn Suhaym al-Kalbi (721-725); e o mais recente e para nós mais extraordinário de todos, contém a frase: «Tem o emir Abd al-Rahman ibn Muawiya um exército com a causa de Deus, que não se deixa vencer nem amedrontar»²⁰⁵. Existe também um selo com referência ao *jund* sírio de Hums, acantonado em Sevilha, e à repartição das aldeias enquanto domínio dos combatentes que vieram com Balj, depois de 742²⁰⁶.

Algumas das ferramentas administrativas e fiscais dos conquistadores estão de algum modo expressas em muitos dos selos que integram esta composição: palavras como *magnūm* (saque), *suhl* e *musālaha* (pacto ou tratado de capitulação), *fay' Allāh* (o dízimo, ou a parte de Deus) *ŷizya* (imposto de capitação sobre os não-muçulmanos), *quism* e *maqsum* (repartição de bens)²⁰⁷.

Quatro selos reportam acontecimentos no Gharb al Andalus: o pacto de paz de Ossónoba (Faro), *Musālahat Akšūniya o Ukšūniba*²⁰⁸, e um outro que surgiu online, no Fórum de Numismática, em 2010, e cujo conteúdo e origem desconhecemos (não tem imagens disponíveis e aparentemente ainda não foi estudado)²⁰⁹; relativos a Beja temos dois selos, ambos relacionados com fiscalidade: o primeiro contém uma frase alusiva à capitação das gentes de Beja: *Jatim ahl Bāŷa*; já o segundo tem inscrito *daqīq Bāŷa*, que significa farinha de Beja, e que aparentemente selava sacos de grão ou farinha, para

²⁰⁴ Idem, ibidem, p. 71.

²⁰⁵ Idem, ibidem, p. 77; este emir governou, de forma independente o al-Andalus, entre 756 e 788.

²⁰⁶ Teremos oportunidade adiante para explicar este modelo de divisão administrativo-militar em *ajnad* (plural de *jund*), tão característico dos primeiros anos da expansão muçulmana, e fundamental para a defesa do território da Síria-Palestina.

²⁰⁷ IBRAHIM; SÉNAC, 2017, p. 32

²⁰⁸ Idem, ibidem, p. 85

²⁰⁹ www.forum-numismatica.com/viewtopic.php?f=59&t=40205.

abastecimento das tropas estacionadas na região, a exemplo do que se constata no pacto de Tudmir²¹⁰.

Estes são, a par das moedas cunhadas nas primeiras décadas da presença arábo-berbere na Península, e também na Narbonense, os mais significativos documentos materiais dessa mesma presença; é espectável que a arqueologia consiga aumentar significativamente o número de ambas as evidências (sigilográficas e numismáticas), o que nos permitiria, depois de cruzada a informação com as fontes narrativas disponíveis, atestar um maior número de dados.

4.2. As moedas da conquista

As fontes numismáticas, relativamente abundantes para o período compreendido entre a chegada dos muçulmanos à Hispânia e o início do emirato independente de Córdoba, são o segundo tipo de fontes materiais que vamos adicionar às evidências da conquista arábo-berbere do antigo reino visigodo de Toledo.

As primeiras emissões de moeda pelos conquistadores reportam-se a 713²¹¹; trata-se de cunhagens áureas (dinares), do tipo transacional²¹². É provável que os feluses de cobre, emitidos em Tanger, imediatamente antes da conquista, e com a inscrição *nafaqa fī sabīl Allāh* (soldo pelo amor de Deus) confirmem o que nos diz Miquel Barceló: «A conquista da Península Ibérica foi concebida no âmbito da *Jihad* (guerra santa) e levada a

²¹⁰ IBRAHIM; SÉNAC, 2017, p. 93, e ainda p. 32.

²¹¹ BALAGUER PRUNES, 1976, p. 15.

²¹² Desde a primeira emissão de moeda muçulmana conhecida, em tempo do califa Utman (644-656) o lento processo de evolução do conteúdo epigráfico das moedas atravessou diversas fases: iniciou-se com uma imitação das moedas bizantinas e sassânidas, apenas com o acrescento da *bismillah* (proclamação do nome de Deus); numa segunda fase, acrescentam a datação pela Hégira e o nome do *wali* responsável pela emissão; em 685 moedas cunhadas na cidade persa de Bishapur ostentavam a inscrição Muhammad rasul Allah (Muhammad o enviado de Deus); por fim, no que toca às emissões arábo-sassânidas, surge em 689 uma versão com uma mais extensa profissão de fé: «Em nome de Allah, não há outro deus senão Allah, e Muhammed é o enviado de Deus» BACHARACH, 2010, pp. 4-6; quanto aos feluses de cobre, imitação de moedas bizantinas, aparecem, segundo Clive Foss, entre 647-658, e contém no reverso da moeda o primeiro registo, escrito em árabe, do nome de Muhammad; com o califa Muawyaia, o fundador da dinastia omíada, começam as emissões auríferas de tipo arábo-bizantino. Este longo processo transacional só termina, no Oriente, com a reforma das emissões instigada pelo califa Abd al-Malik (685-705).

cabo com um objetivo determinado: a hegemonia do Islão, conseguida com a organização de um domínio político estável»²¹³.

O califa Abd al-Malik levou a cabo uma reforma do sistema monetário, a partir de 696, pondo fim às emissões de tipo transacional; o dinar (ouro) e o dirham (prata) eliminam as representações humanas e passam a conter apenas a escrita cúfica.

Uma das mais significativas curiosidades sobre as emissões de moeda pelos muçulmanos, após a chegada à Península Ibérica, consiste na total rotura com o sistema monetário visigodo, comportamento anómalo, se compararmos com o que foi praticado nas décadas anteriores, relativamente aos impérios sassânida e bizantino. As primeiras emissões, dirigidas por Musa ibn Nusayr, ainda de tipo transacional, replicaram o que ele próprio já tinha feito, enquanto governador de Ifriqiya²¹⁴, onde mesmo depois da reforma de Abd al-Malik, continuaram a ser produzidos sólidos/dinares transacionais, para os quais Almudena Ariza Armada aponta diversos motivos: autonomia dos governadores do Magrebe, única província do califado Omíada autorizada a cunhar moeda; outra das hipóteses apontadas é o relacionamento entre Musa e o califa (Musa ibn Nusayr era cliente e genro do governador do Egipto, Abd al-Aziz, irmão de Abd al-Malik), que, segundo as crónicas, terá sido sempre tenso; uma terceira possibilidade reside na conjuntura político-militar da última década no Norte de África. Bizâncio continua a exercer, ainda que de forma atenuada, o seu poder na região, e os omíadas enfrentam ainda focos de resistência berbere, e enfrentar ambos simultaneamente poderia ser problemático (cunhar moeda pode ser uma declaração de guerra)²¹⁵.

De volta à Hispânia, e às primeiras moedas cunhadas pelos muçulmanos em solo ibérico, cruzamos informação entre elas e as fontes narrativas; e constatamos que as primeiras moedas que conhecemos, cunhadas na Península Ibérica, datam do ano da Hégira de 93 (712-713), ano da segunda vaga de contingentes árabe-berberes que se

²¹³ BARCELÓ, 1977, p. 189.

²¹⁴ Para um melhor entendimento das emissões monetárias efetuadas por Musa ibn Nusayr no Magrebe, recomendamos o artigo seguinte: ARIZA ARMADA, 2017, pp. 88-113.

²¹⁵ ARIZA ARMADA, 2017, pp. 91-92.

instalaram na Hispânia, comandados pelo governador de Ifriqiya, Musa ibn Nusayr²¹⁶; esta primeira série de emissões, com exemplares conhecidos para os anos de 93, 94 e 95 da Hégira, ou seja, entre 711 e 714, coincide com a presença de Musa na Península, e trata-se ainda dos chamados sólidos de indicação (moedas datadas pelo sistema bizantino)²¹⁷.

Quanto a uma segunda série de emissões peninsulares, os chamados dinares bilingues (com inscrições latinas e árabes), só conhecemos moedas datadas a partir do ano 98 da Hégira (716-17), provavelmente depois do assassinato de Abd al-Aziz ibn Musa, e já com o primeiro governador do al-Andaluz nomeado a partir de Ifriqiya, onde outro dos filhos de Musa ibn Nusayr, Abd Allah, tinha também sido afastado, e substituído por Muhammad ibn Yazid al-Qurasi²¹⁸.

A reforma monetária do califa Abd al-Malik só chega ao al-Andalus em 721; 25 anos depois do aparecimento de dinares inteiramente árabes terem surgido no coração do Califado, chegam finalmente ao seu extremo mais a Ocidente. Este elemento de afirmação económica, fiscal, administrativa, mas fundamentalmente política, é consonante com a interrupção abrupta do sistema vigente até então, o visigodo, visível também nas emissões monetárias²¹⁹.

4.3. Fontes arqueológicas da conquista

Por fim, vamos abordar outras evidências materiais da presença dos conquistadores muçulmanos, que possamos relacionar com os anos compreendidos pela nossa cronologia (702-756).

A primeira entre elas são os vestígios de acampamentos militares muçulmanos, conhecidos até agora na Hispânia, e os resultados são poucos; podemos começar com um redundante pleonasma: em Algeciras, onde tudo começou. 10-12 000 homens de guerra concentraram-se na testa de ponte para a invasão, durante pelo menos algumas semanas,

²¹⁶ *Akhbar majmua*, 2012, p. 54.

²¹⁷ GARCIA SANJUÁN, 2013, p. 159

²¹⁸ *Idem*, *ibidem*, p. 166

²¹⁹ Para melhor perceber a questão das moedas de conquistadores e conquistados, veja-se o capítulo II da primeira parte de MANZANO MORENO, 2006, pp.55-86.

e os indícios encontrados resumem-se a uma dezena de feluses cunhados no al-Andalus, e anteriores a 756²²⁰, e silos e fossas escavados na margem norte do rio de la Miel, com achados do período emiral, e onde o estudo da cerâmica e a interpretação dos depósitos estratigráficos garante apenas presença no século IX²²¹; por sua vez, na zona da cidade de Algeciras conhecida como Villa Vieja é visível apenas arquitetura do período califal²²².

Não conseguimos, assim, descortinar o local do acampamento dos primeiros conquistadores muçulmanos; se tivermos em conta o relato de al-Himyari, que faz menção a uma mesquita aljama construída nos primeiros anos da conquista, a sul do rio de la Miel²²³, na zona de implantação da velha *Julia Traducta* romana e bizantina, bem como os relatos que situam a mesquita das Bandeiras²²⁴, primeiro local de culto muçulmano na Península Ibérica, na mesma parte da cidade, somos levados a acreditar numa localização em pleno coração da antiga cidade romana; no entanto, e apesar do que nos dizem as fontes literárias, parece-nos plausível que, à imagem do que aconteceu noutras cidades peninsulares, o acantonamento das forças militares tenha ocorrido na periferia da cidade. Confiamos o esclarecimento desta dúvida a futuros trabalhos arqueológicos.

Veja-se o caso de Huesca: al-Udri, no seu *Tarsī al ajbār*²²⁵, providencia-nos uma das melhores descrições de um longo assédio pelas tropas muçulmanas a uma cidade.

«Quando os muçulmanos entraram no al-Andalus avançaram pela Marca Superior; uma parte deles deteve-se junto a Huesca e acampou junto aos seus muros, Então, passaram a um local que ficou conhecido até hoje como al-‘Askar (o acampamento), que

²²⁰ MARTÍNEZ ENAMORADO; TORREMOCHA SILVA, 2000, pp.135-149

²²¹ SUÁREZ PADILLA; TOMASSETI GUERRA; JIMÉNEZ-CAMINO ÁLVAREZ, 2006, pp.364-366

²²² ORTEGA ORTEGA, 2018, p. 60.

²²³ Idem, ibidem.

²²⁴ A mesquita das Bandeiras terá inspirado o livro desaparecido de Muhammad al-Razi, *Kitab al-Rayat* (livro das bandeiras), e a sua existência é transmitida por diversas crónicas muçulmanas: Muhammad ibn Muzayn, autor andaluz do século XI, referido por al-Gassani na sua *Risala* (epístola) do século XVII, utilizou autores anteriores, como ibn Habib ou ibn Hayyan, descreve a origem deste primeiro oratório em território recentemente conquistado; veja-se artigo conclusivo sobre as primeiras mesquitas do al-Andalus na revista *Al-qantara*, nº xxviii, CALVO CAPILLA, 2007, pp. 143-179.

²²⁵ Existem duas traduções parciais do *Tarsī al ajbār*: DE LA GRANJA, 1967, pp. 447-545; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, 1976, pp. 5-82.

ganhou este nome por aí terem acampado. Sitiaram Huesca, cujos habitantes eram cristãos, e fizeram casas em torno da cidade, plantaram hortas e semearam, para garantir a sua subsistência; persistiram durante 7 anos; entretanto, os cristãos, sitiados na Alcáçova Velha, resistiam. Quando a situação ficou insustentável, vieram ao encontro dos árabes, pediram o *amán* para eles, seus filhos e seus bens. Os que se converteram ao Islão continuaram donos de si próprios, e os que se mantiveram na fé cristã tiveram de pagar a *Yizia* (imposto de capitação).»²²⁶.

Este relato de al-Udri tem para nós a relevância de nos colocar no teatro de operações, e simultaneamente de nos indicar o local exato de acampamento da hoste muçulmana que cercou a cidade: *al-‘Askar al a’rāb* (o exército dos árabes), nome pelo qual era conhecido no século XI, e que hoje se chama Angáscara²²⁷, muito próximo da antiga via romana que ligava Huesca a Zaragoza. Este local não tem, até agora, intervenções arqueológicas que permitam perceber a morfologia deste acampamento; no entanto, alguns locais podem dar-nos uma imagem aproximada: Punt del Cid²²⁸ e Tossals de Bullentó²²⁹, dois locais fortificados originalmente no Alto Império, mas identificados como possíveis acampamentos muçulmanos, com intervenções nas estruturas defensivas provavelmente nos primeiros anos da conquista.

Ruscino é, provavelmente, pelos achados sigilográficos e numismáticos, um exemplo paradigmático de reocupação de uma estrutura defensiva, que se pensa ter estado abandonada e algo arruinada, no final do século VII, mas pode, hipoteticamente, ter sido utilizado como acampamento de campanha para os últimos reis visigodos, em trânsito para as suas possessões na região (Gália Narbonense) – foram encontrados tremisses (trientes) alusivos aos reis Égica, Witiza e Agila II –, e aquando da Conquista ocupado por tropas muçulmanas, pelo menos a partir do emir do al-Andalus, Al-Samh ibn Malik al-Jawalani (719-721), e suas campanhas na Septimania²³⁰.

²²⁶ Tradução nossa de DE LA GRANJA, 1967, p. 507.

²²⁷ ORTEGA ORTEGA, 2018, p. 63.

²²⁸ ARASA I GIL, 1980, p. 223.

²²⁹ TORRÓ, 1998, pp. 396-397.

²³⁰ AL-MAKKARI, 1843, p. 33.

Outra possível linha de investigação sobre a relação das evidências arqueológicas encontradas nas proximidades das velhas calçadas romanas que cruzavam a Península Ibérica parece-nos muito interessante. Para as primeiras campanhas, ainda consequência direta da invasão, foram há muito estabelecidos possíveis itinerários para os exércitos comandados por Tariq ibn Ziyad (711), Musa ibn Nusayr (712) e Abd al-Aziz ibn Musa (714)²³¹.

As propostas de itinerários seguidos pelos três primeiros comandantes islâmicos dependem, em cada um dos estudos conhecidos, fundamentalmente das fontes narrativas. Julián Ortega estabeleceu uma conexão entre as rotas seguidas pelos governadores muçulmanos do al-Andalus, o já referido al-Samh e também Anbasa ibn Suhaym al-Kalbi (m. 725), nas suas campanhas contra as cidades da Gália Narbonense, e os achados arqueológicos ao longo das vias *Augusta* e *Domitia*, calçadas romanas que ligavam a Tarraconense Oriental à Narbonense²³²; mais uma vez, as fontes materiais como confirmantes das fontes escritas: os feluses encontrados ao longo das vias romanas que cruzavam aquela região, estão datados entre a captura pelos muçulmanos de Narbona, em 719, e sua tomada pelos francos, entre 752 e 759²³³.

E é devido ao caráter restrito das fontes materiais da conquista, que iram prevalecer as narrativas das fontes literárias.

²³¹ SAAVEDRA, 189, p. 4; SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1948, pp.21-74; para interpretações mais recentes, veja-se uma das «nossas» obras de referência: CHALMETA, 1994; e ainda MOLINA, 1999, pp.27-45 e BENEROSO SANTOS, 2009, pp. 45-55.

²³² ORTEGA ORTEGA, 2018, pp. 68-69.

²³³ Idem, ibidem, pp. 69-70.

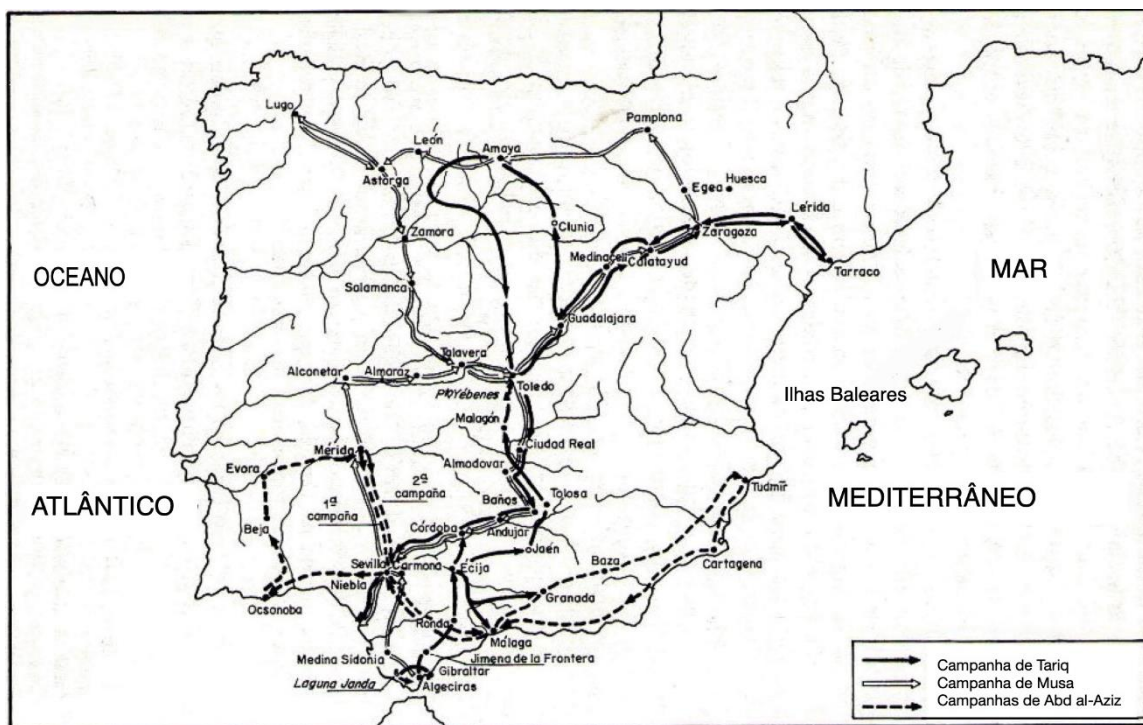


Figura nº 2 –Itinerários da Conquista; mapa adaptado a partir de um original de Pedro Chalmeta, 1994, op. cit., p. 130.

De volta a Ruscino, que como já vimos, foi um importante acampamento de passagem para as tropas muçulmanas em transito entre a Gália Narbonense e a Península Ibérica²³⁴, as escavações do antigo *oppidum* revelaram, para além dos já referidos selos de chumbo e moedas, outros importantes hipotéticos vestígios materiais para a nossa cronologia: foram encontrados e identificados elementos de uma *lorica scamata*, proteção corporal com origens romanas e depois disseminada em várias culturas, datada entre 656 e 769, proteção defensiva muito usada pelos primeiros exércitos muçulmanos, por provável influência sassânida²³⁵; também diversas manilhas de escudo, que permitem

²³⁴ Por vezes podemos esquecer a real dimensão do reino visigodo de Toledo, e centrarmo-nos apenas na sua componente para cá dos Pireneus, fronteira natural entre a atual Espanha e França; mas lembremos as ambições muçulmanas de ligar por terra a Hispânia e a Síria, e as tentativas dos primeiros emires do al-Andalus de continuar a expansão muçulmana pelo reino dos Francos, só travada definitivamente nos arredores de Potiers, quando Abd ar-Rahman ibn 'Abd Allah al-Gafiqi foi derrotado e morto em combate pelas tropas franco-aquitanas comandadas pelo perfeito do palácio de Paris, Carlos Martel, provavelmente em outubro de 732 (ou 33)MONTEIRO, 2014, pp.141-188.

²³⁵ KENNEDY, 2001, pp. 168-169.

identificar três tipologias diferentes²³⁶; não só em Ruscino como também na região da Catalunha, mais concretamente na província de Girona (Puig Rom e San Juliá de Ramis), foram encontrados diversos exemplares da típica panóplia de armamento ofensivo utilizado pelos exércitos visigodos: diversos punhais, uma *sax* (espada curta), dois *scaramax* (sabre curto de origem franca, ou germânica), machados de combate de folha assimétrica, bem como algumas pontas de lança e flecha características dos finais do século VII²³⁷.

Alguns deste armamento, ofensivo e defensivo, é cronologicamente atribuível ao período de transição entre os séculos VII e VIII, e constata a presença de contingentes militares visigodos no Noroeste Peninsular e na Narbonense; lamentavelmente, estas evidências não aportam sinais de hipotética violência exercida pelos muçulmanos, rumo às principais cidades da Gália Narbonense.

Este é o campo de investigação que nos pode vir a confirmar maior número de evidências relativas aos primeiros anos da invasão e conquista do reino visigodo de Toledo. Urge localizar o campo de batalha de Wadi Lakka e escavar; nas cercanias de Écija há que encontrar o local exato da decisiva batalha que dissipou o que restava do exército visigodo; em Mérida, Sevilha, Toledo, Córdoba, e todas as outras cidades visigodas assediadas por Tariq, Musa e Abd al-Aziz, tentar perceber se os vestígios materiais podem acrescentar algo de novo aquilo que as fontes narrativas nos transmitiram²³⁸.

A conquista islâmica da Península Ibérica, vista de uma perspectiva arqueológica, tal como fez Julián Ortega Ortega em monografia de 2018 já referida, acrescenta a qualquer estudo sobre este assunto dados de validação completamente determinantes, bem como linhas de investigação específicas, sobre a epigrafia presente nas moedas muçulmanas, nos selos de chumbo, a tecnologia militar, a violência exercida sobre as populações residentes, as necrópoles coevas, o estado das fortificações aquando da

²³⁶ GARCIA JIMÉNEZ; VIVÓ I CODINA, 2003, p. 174

²³⁷ ORTEGA ORTEGA, 2018, pp. 71-74 (veja-se imagens de armamento ofensivo e elementos da *lorica scamata*, nas pp. 72 e 73, respetivamente.). Para melhor entendimento do armamento visigodo, veja-se HALSALL, 2003, pp. 163-176.

²³⁸ PURTON, 2009, pp. 57-64.

chegada dos contingentes árabe-berberes, os pactos enquanto resultado de assédios, a arqueologia do campo de batalha.

Os próximos anos poderão trazer-nos grande evolução, fruto do constante avanço tecnológico, que pode vir a repercutir-se também na arqueologia, e nestas linhas de investigação.

E em modo de conclusão, relativamente às fontes, escritas e materiais, que vamos utilizar, algumas considerações: manter debaixo de olho a *Crónica Moçárabe de 754*, tendo em conta a proximidade aos factos que nos inquietam, sem deixar nunca de empregar todas as outras fontes narrativas que nos possam facultar conhecimento sobre o nosso assunto; sempre que possível, asseverar com fontes de natureza material, as informações presentes em narrativas pejadas de narrativas lendárias, que nos podem levar a duvidar de tudo o resto, algo que é comum nas fontes de origem islâmica.

5.

EXPANSÃO DO CALIFADO

VERSUS

CRISE EM TERRAS DE HISPÂNIA?

Muitos investigadores têm vindo a apontar uma aparente debilidade das instituições do reino visigodo de Toledo – coroa, igreja, exército, administração fiscal – como a principal causa para uma invasão que redundou em conquista²³⁹; no entanto, e tendo em conta investigações mais recentes²⁴⁰, vamos centrar a nossa argumentação em fatores puramente militares, e eventualmente numa conjuntura política que não era de modo algum sinal de fraqueza.

5.1. Uma mancha em constante crescimento: a expansão do Califado

O plano de invasão e conquista do reino visigodo de Toledo parece ter raízes nos primeiros tempos do processo de expansão do Califado: al-Tabari e al-Himyari atribuem ao terceiro califa, Uthman ibn Affan (644-656), no ano de 647, o plano de conquista de Constantinopla a partir do al-Andalus²⁴¹. Recordemos que é em 647-648, ano da Hégira de 27, que se dá a primeira investida dos exércitos muçulmanos na Ifriqiya bizantina, depois de consolidado o domínio do Egípto; o califa terá enviado uma expedição naval contra as costas da Península Ibérica, comandada por Abdallah ibn Nafi ibn al-Husayn e Abdallah ibn Nafi ibn Abd al-Qays²⁴², sobre a qual nada se sabe.

Al-Tabari, citando al-Waqidi, refere nas notícias sobre este mesmo ano (27 H.) que o resultado, em ouro, do acordo de paz conseguido na região de Ifriqiya deveria ser distribuído pela família de al-Hakam ibn Abi As, por ordem do califa²⁴³; este personagem foi o pai de Marwan ibn al-Hakam, o quarto califa de Damasco (684-685), com origens nos Banu Umayya, e que levou ao poder um ramo distinto desta família, que viria a perdurar até ao advento dos Abássidas.

²³⁹ Pierre Guichard afirmou que esta demasiado fácil conquista podia ser explicada por uma grave crise política e social que assolava o reino visigodo. (GUICHARD, 1976, p. 24); Pedro Chalmeta atribuía ao reino de Toledo uma avançada situação de decomposição. (CHALMETA, 1994, p. 68); Evariste Lévi-Provençal, por sua vez, considerava o reino de Toledo uma empresa claudicante, devido aos muitos fatores de debilidade existentes. (LÉVI-PROVENÇAL, 1990, p. 4).

²⁴⁰ ARCE, 2011; TAHIRI, 2019; GARCÍA SANJUÁN, 2013; GARCÍA MORENO, 20114 e SOTO CHICA, 2020.

²⁴¹ HUMPHREYS, 1990, p. 19 e AL-HIMYARI, 1963, pp. 17-18.

²⁴² HUMPHREYS, 1990, p. 22.

²⁴³ Idem, 1990, p. 24, nota 41.

O primeiro ímpeto expansionista dos árabes, concretizado na Síria (635), Palestina (636) e Egípto (641-642), territórios controlados por Bizâncio, e a Mesopotâmia (636-637) e a Pérsia Ocidental (642), partes integrantes do Império sassânida²⁴⁴, inicia a transformação desse mesmo processo, que progressivamente vai perdendo o seu cariz exclusivamente árabe, com a inclusão dos outros povos conquistados.

Dá-se um período de abrandamento durante a *fitna* (guerra civil) que opôs inicialmente os partidários de Ali ibn Abi Talib, primo e genro do Profeta, a um «partido» liderado por Aisha, uma das viúvas de Muhammad, e dois companheiros próximos do Profeta, al Zubayr ibn al 'Awwam e Talha ibn 'Ubayd Allah; Ali derrota-os na batalha do Camelo, ferida no Iraque, em 656, mas rapidamente outro pretendente, o então governador da Síria, Mu'awiya, entrou em cena; depois de uma batalha inconclusiva em 657 (Siffin), a situação arrasta-se até ao assassinato de Ali, e em 660-661 começa a dinastia Omíada, com a aclamação de Mu'awiya ibn Abi Sufyan, em Damasco ou Jerusalém²⁴⁵, que põe fim à guerra civil.

Neste período travaram-se duas batalhas completamente decisivas para a progressão da expansão islâmica: Yarmuk e al-Qadisiyya, provavelmente em 636²⁴⁶; nestas operações, que presumivelmente ocorreram em data próxima, a *Dar al-Islam* (territórios onde impera a lei islâmica) cresce, e consolida-se. Há estudos que sugerem entre 20 000 e 40 000 *muqatila* (combatentes) para Yarmuk²⁴⁷, e 6 000 a 12 000 para al-Qadisiyya²⁴⁸, e mesmo esses apontam para o número mais baixo; encontramos aqui a primeira contrariedade para um processo de expansão militar corporizado por árabes: a sua escassa demografia, face a potências que conseguiam envolver um número muito mais significativo de contingentes militares, como os bizantinos e os sassânidas. Viriam a resolver este problema com a incorporação de povos submetidos e islamizados, como os

²⁴⁴ COLLINS, 1983, p. 146.

²⁴⁵ Idem, *ibidem*.

²⁴⁶ KENNEDY, 2001, p.2.

²⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 4 e NICOLLE, 1994, p. 43.

²⁴⁸ DONNER, 1981, p. 221.

coptas, que integraram a primeira marinha de guerra muçulmana²⁴⁹, e os berberes, fundamentais na conquista do reino visigodo de Toledo²⁵⁰.

Depois da primeira *fitna*, o califa Mu'awiya fez abrandar a expansão, e dedicou-se à consolidação política e administrativa dos novos territórios do Islão, nunca deixando de lado a sua estratégia de controlo dos territórios anteriormente dominados por Bizâncio, com diversas tentativas para conquistar Constantinopla, até 682²⁵¹.

A década seguinte trouxe uma nova *fitna* ao Islão, depois da morte de Yazid, califa designado pelo próprio pai, Mu'awiya, e dois partidos, associados a duas ilustres famílias: os Banu Umayyad, desta vez através do seu ramo que ficou conhecido como marwanida, e os Banu Asad, ambas pertencentes à tribo de Quraysh; digladiaram-se durante 10 anos, pelo trono e pelo título de *amir al-mu'minin* (Comandante dos Crentes), tendo havido dois califas em simultâneo, Marwan ibn al-Hakam em Damasco e Abd Allah ibn al-Zubayr em Meca. Ambos cunharam moeda, símbolo máximo do exercício do poder àquele tempo²⁵². Marwan morreu em 685, mas terá estabelecido alicerces seguros para a sucessão do seu filho, Abd al-Malik, e total domínio da nação islâmica, depois de os seus comandantes cercarem Meca e Abd Allah ibn al-Zubayr morrer em combate, em 692²⁵³.

Nestas décadas (mais precisamente entre 656 e 692, datas do início da 1ª guerra civil e final da 2ª, respetivamente) repletas de problemas internos para resolver, a atividade militar e o processo de expansão apenas abrandaram, sem cessar completamente. Em 670 Uqba ibn Nafi tomou o controle da província bizantina de Ifriqiya e fundou Kairouan, a decisiva base de operações para as conquistas de todo o Norte de África; em 675, a partir do Egipto e da Tripolitânia, vasos de guerra muçulmanos assolaram as costas do Magrebe e a Sicília; em 681 Uqba cruzou com um exército, em autentico triunfo, toda a margem sul do Mediterrâneo, desde Kairouan até Tânger, e daí até à costa atlântica; dois anos depois, em 683, foi emboscado por um exército berbere e

²⁴⁹ PRYOR; JEFFREYS, 2006, p. 24 e ABULAFIA, 2011, p. 245.

²⁵⁰ Como sabemos, a primeira leva de combatentes que acompanharam Tariq ibn Ziyad em 711 era quase exclusivamente integrada por berberes, «de todas as cábilas do Magrebe.» TAHIRI, 2019, p. 13.

²⁵¹ HOYLAND, 2015, pp. 103-137.

²⁵² TREADWELL, 2015, pp. 73-95.

²⁵³ GIBB, 1960, pp. 54-55.

morto²⁵⁴. E novamente, com o massacre do exército comandado por Uqba, e recrudescimento da atividade militar bizantino-berbere, surge como que um travão nas aspirações expansionistas de Damasco, numa década de reagrupamento e fortalecimento dos *Ajnad* (divisão militar; batalhões; plural de *Jund*) que tomariam todas as possessões bizantinas na Ifriqiya, subjugariam os berberes, utilizando-os para uma nova conquista: o reino visigodo de Toledo.

5.2. O reino visigodo de Toledo: enquadramento histórico

E na outra margem do grande mar, agora cada vez menos *clausum*, quem era o povo que os muçulmanos se preparavam para enfrentar? De que forma se organizavam? Quão grande era a sua solidez e capacidade militar para enfrentar esta ameaça?

O reino visigodo de Toledo formou-se depois da batalha de Vouillé (507); José Soto Chica, na sua análise desse prélio, atribuiu-lhe um subtítulo feliz: exércitos que pariram reinos²⁵⁵; e, de facto, é depois de 507 que surgem, por um lado, a *Francia* merovíngia e, por outro, a Hispânia visigoda. Para este assunto, interessa-nos a formação do reino visigodo de Toledo, ou seja, a trasladação da capital do *regnum gothorum* da Gália Narbonense para o centro da Península Ibérica.

Depois da derrota em Vouillé, a alteração do centro de poder é inevitável, e dá-se por um conjunto de razões, de natureza político-militar, que envolvem os francos, os burgúndios, e os parentes godos que ocupam a Península Itálica (os ostrogodos e o seu rei Teodorico)²⁵⁶. Com o desaparecimento de Amalarico, em 531, e a sucessão (usurpação?) no trono de um oficial de seu avô, governador militar da Hispânia na sua menoridade,

²⁵⁴ CANARD, 2016, p. 64.

²⁵⁵ SOTO CHICA, 2019, p. 123.

²⁵⁶ Depois de Vouillé, Teodorico torna-se o fiel da balança da política galo-hispânica; é a sua intervenção que garante o *regnum tolesanum* por algum tempo; o seu neto, Amalarico, sobrevive-lhe, e governa até 531, quando após ser derrotado em batalha, nas imediações de Narbona, pelo cunhado, Quildeberto I, um dos sucessores de Cludoveo, primeiro rei dos francos, morre, segundo uns, na batalha, segundo outros, assassinado por um guerreiro franco, numa igreja de Barcino (Barcelona). Para melhor esclarecer o contexto da transição de Tolosa para Toledo, veja-se LIVERMORE, 2006, pp. 51-55; ARCE, 2011, pp. 23-43; COLLINS, 2004, pp.40-42.

Teudis (531-548), casado com uma rica hispano-romana, faz de Emérita Augusta (Mérida), transitoriamente, capital do reino. Teudiselo (548-549), sucessor de Teudis, elege Sevilha como capital; e já só com Atanagildo (554-567) se dá a transferência, em definitivo, da capital régia para Toledo.

A parte peninsular do reino visigodo tinha há muito guarnições militares e alguns escassos assentamentos populacionais godos; é, no entanto, a partir do início do reinado de Teudis (531) que têm início as migrações maciças do povo visigodo para a Península Ibérica²⁵⁷.

Na segunda metade do século VI, o reino toledano encontra-se em progressiva consolidação, fundamentalmente com o rei Leovigildo (569-586), o último a professar a heresia de Ário²⁵⁸. Com a conversão do seu filho, Recaredo, inicia-se a sintonia, pela via da fé comungada, entre a igreja hispânica e a monarquia visigótica²⁵⁹. Os outros dois factos mais relevantes deste tempo são a anexação do reino Suevo, com capital em Braga, em 585, e a construção da cidade palatina de Recópolis, em 578, durante o reinado de Leovigildo²⁶⁰.

Durante o seu reinado, a atividade militar foi intensa; para além da já referida conquista e anexação do reino suevo, Leovigildo enfrentou uma guerra civil, que o opôs ao filho Hermenegildo, apoiado por suevos e bizantinos²⁶¹; logo no início do seu reinado, pacifica a Bética, submetendo cidades como Málaga (569), Medina-Sidonia (570) e Córdova (571)²⁶²; em 572 invade a região de Sabaria (entre Salamanca e Zamora) e no ano seguinte ocupa a Cantábria²⁶³; em 574 faz uma campanha militar nos Montes Aregenses,

²⁵⁷ ARCE, 2011, p. 38.

²⁵⁸ Os seguidores de Ário opõem-se aos trinitários: os primeiros acreditam na subordinação do filho a Deus Pai; os segundos, que fizeram imperar a sua doutrina a partir do I Concílio de Niceia, em 325, acreditam num Deus único, consubstanciado em três personas – Pai, Filho e Espírito Santo. Os reis visigodos foram arianos até Recaredo (586-601), que se converteu ao catolicismo no segundo ano do seu reinado.

²⁵⁹ CASTELLANOS, 2020, pp. 25-26.

²⁶⁰ Para a anexação do reino suevo, em 585, veja-se GARCÍA MORENO, 1989, pp.130-131 e THOMPSON, 1969, pp. 87-91; sobre a construção de Recópolis, ARCE, 2011, pp. 213-232. A fonte que melhor descreve este período é a *Crónica*, de João de Bicláro.

²⁶¹ JOÃO DE BICLARO, 2007, p. 57.

²⁶² Idem, *ibidem*, p. 38.

²⁶³ Idem, *ibidem*.

na atual província de Ourense, e um ano depois invade pela primeira vez o reino suevo; já no final do seu reinado, delega no filho, Recaredo, a condução do exército, que derrota os Francos na Narbonense (585)²⁶⁴.

Como vamos ver, é a partir deste reinado, e apesar da infundável disputa pela sucessão, sempre tentando ser dinástica, mas prevalecendo a eletiva, que o reino visigodo adquire o vigor que perdurará até à chegada dos muçulmanos: o rei cunha moeda com a sua imagem (a partir de Leovigildo), constrói cidades (Recópolis, Victoriacum e Ologicus), promulga leis, comanda os exércitos, lidera por delegação os poderes regionais, a partir de Toledo²⁶⁵, e com a conversão de Recaredo, sintoniza-se com os bispos católicos hispano-romanos.

O século VII na Ibéria visigótica vê confirmarem-se parcialmente os objetivos de Leovigildo: um reino territorialmente uno (apesar das constantes ameaças de francos e bizantinos²⁶⁶), economicamente próspero, temido enquanto potência militar; contudo, durante quase metade deste mesmo século a monarquia visigótica viu-se atormentada por frequentes golpes palacianos, uma tentativa de retomar o credo ariano – Viterico, o rei conspirador, entre 603 e 610²⁶⁷ – e o crescente poder da nobreza senhorial, cada vez mais protofeudalizada²⁶⁸.

Apesar de tudo isto, entre 642 e 680 reinam três dos mais notáveis soberanos visigodos: Chindasvinto, seu filho Recesvinto e Wamba, um nobre ancião, cuja ação bem conhecemos, graças a Julião de Toledo, e à sua *Historia Wambae regis*²⁶⁹; quanto aos dois primeiros temos abundante informação escrita, mas fundamentalmente de natureza conciliar e legal: durante os seus reinados conhecem-se atas de cinco concílios, três gerais

²⁶⁴ Idem, ibidem, p. 39.

²⁶⁵ CASTELLANOS, 2020, p. 59.

²⁶⁶ Impõe-se esclarecer o papel de Bizâncio na política peninsular, simultaneamente com o reino visigodo de Toledo. A informação das fontes sobre os séculos VI-VII, quer narrativas quer arqueológicas, é confrangedoramente pobre. No entanto, sabemos que algumas cidades do sudoeste peninsular constituíram uma espécie de *limes* (fronteira) mais ocidental do Império Bizantino, ocupadas por guarnições militares, desde as campanhas encetadas pelo imperador Justiniano (527-565), até à expulsão definitiva dos «imperiais», no tempo do rei Suintila (621-631); ARCE, 2017, pp. 107-110.

²⁶⁷ CEBRIÁN, 2002, p. 133.

²⁶⁸ GARCÍA MORENO, 1989, p. 143.

²⁶⁹ *Historia Wambae regis*, 2005.

e dois provinciais, e publica-se o *Liber Iudiciorum*, em 658²⁷⁰; temos ainda algumas notícias, escassas, na *Crónica Moçárabe de 754*, e na *Crónica de Fredegário*, ou *Pseudo-Fredegário*, uma crónica franca de cerca de 660²⁷¹.

García Moreno considera este duplo reinado – Chindasvinto e Recesvinto – um dos dois momentos mais significativos para a centralização da monarquia visigótica, apenas suplantado pelo período correspondente aos reinados de Leovigildo e Recaredo²⁷². Juan Ortega Rubio considera como momento fundacional, unindo visigodos e hispano-romanos, a alteração legislativa produzida pela anulação do *Breviário de Alarico* e aplicação do *Liber Iudiciorum*²⁷³, compilado no tempo de Chindasvinto, com supervisão de Braulio de Saragoça, figura de grande dimensão no seio da Igreja Hispânica, e promulgado já por Recesvinto.

Quanto à atividade militar nestes dois reinados, as informações são diminutas; no entanto, sabemos que Chindasvinto cunhou moeda em Mérida, com a inscrição *victor*, quando a forma habitual era *pius* ou *iustus*, o que poderá indicar ter essa cidade oferecido resistência, governada por Iudila²⁷⁴. Recesvinto, logo após a morte de seu pai, teve de lidar com uma insurreição na Tarraconense, comandada por Froya, provável *dux* provincial²⁷⁵, e que incluía contingentes bascos e cantábricos; depois de subjugada esta rebelião regional, alguns autores apontam apenas as usuais expedições estivais do exército visigodo contra os sempre insurretos bascos²⁷⁶.

Se sobre a atividade militar destes dois reinados pouco sabemos, no caso do reinado de Wamba dá-se exatamente o oposto. Julião (ou Juliano) de Toledo, um judeu convertido que se tornou o primeiro arcebispo primaz da Ibéria, escreveu a *Historia*

²⁷⁰ GARCÍA MORENO, 1989, p. 161.

²⁷¹ WALLACE-HADRILL, 1981.

²⁷² GARCÍA MORENO, 1989, p. 161.

²⁷³ ORTEGA RUBIO, 1903, p. 56; o *Breviário de Alarico* é a mais significativa compilação de leis romanas, aplicadas num “estado” germânico. Deve o seu nome ao rei Alarico II, morto em Vouillé; quer no reino de Tolosa, quer no de Toledo, aplicava-se apenas aos godos; o *Liber Iudicum* ou *Iudiciorum*, vem alterar este conceito, e aplica-se à população do reino, independentemente da sua origem étnica.

²⁷⁴ LIVERMORE, 2006, p. 77 e nota 119; GARCÍA MORENO, 1989, p. 162.

²⁷⁵ GARCÍA MORENO, 1989, p. 165; THOMPSON, 1969, p. 199.

²⁷⁶ GARCÍA MORENO, 1989, p. 169.

Wambae regis (HWR), provavelmente em 674 ou 675, era então ainda um jovem clérigo²⁷⁷.

Esta fonte compõe-se, na realidade, de quatro textos distintos: a *Epistola*, uma carta de desafio dirigida ao rei Wamba pelo rebelde *dux* Paulo; a *Historia* propriamente dita, que descreve toda a campanha militar de 673, que começa na Cantábria, em luta contra os bascos, continua na Tarraconense, e na Narbonense, onde cerca Nimes, esmaga a rebelião e tentativa de usurpação²⁷⁸, e regressa em triunfo a Toledo; o *Insultatio*, uma repreensão em tom insultuoso à região da Narbonense, «mãe ou berço da insurreiçã»; e, finalmente, o *Iudicium*, uma narrativa efetuada por um presumível oficial da corte do rei Wamba, presente na campanha, com alguns dados sobre os envolvidos na conspiração e seu julgamento, nos arredores de Nimes²⁷⁹.

É um extraordinário documento para o estudo da de história militar do reino de Toledo nos seus anos finais, e ajuda-nos a perceber, a apenas 38 anos da invasão e conquista muçulmana, aspetos político-militares que veremos replicados aquando da chegada de Tariq e Musa.

E os factos que nos interessam são resumidamente estes: na primavera de 673 o rei Wamba estava em campanha contra os bascos, quando lhe chegou a notícia de uma rebelião na Gália Narbonense, liderada pelo *comes* de Nimes; de imediato nomeou um dos seus oficiais, Paulo, duque da Septimania, e enviou-o com um corpo do exército, a fim de controlar a rebelião; Paulo, chegado à Tarraconense (atual Catalunha), congregou apoios para se rebelar ele próprio, e usurpar o trono, o que fez, chegado à Narbonense; para além destes, recebe ainda o apoio de bascos e alguns contingentes francos; Wamba reage de imediato: toma Barcelona e Gerona, divide o exército em três corpos, que percorrem as principais passagens pirenaicas e a *Via Augusta*; cerca Nimes e derrota os sublevados²⁸⁰.

²⁷⁷ *Historia Wambae regis*, 2005, p. 56.

²⁷⁸ Quando estava já em campanha contra os bascos, o rei Wamba recebe a notícia de uma rebelião na Narbonense; envia o seu *dux* Paulo para a subjugar, tendo este, ainda na Tarraconense, e após obter apoios, decidido proclamar-se rei.

²⁷⁹ *Idem*, *ibidem*, pp. 3-4.

²⁸⁰ VELÁSQUEZ SORIANO, 1989, p. 214-215.

É este potencial militar – um exército que se podia dividir em quatro corpos, dotado de capacidade de cerco, que implica algum tipo de tecnologia militar para tomar cidades como Barcelona ou Nimes, e o domínio tático e estratégico da guerra, que permitia combater e derrotar forças semelhantes²⁸¹ – que nos interessa perceber, até para memória futura, quando tivermos de analisar a conjuntura político-militar de 711, e a composição das forças do rei Rodrigo.

5.3. O crescimento Omíada em progressão

De volta aos acontecimentos ocorridos no Califado, e particularmente no Norte de África, retomamos a narrativa ainda durante a segunda *fitna* do Islão: Yazid ibn Mu'awiya autoproclama-se califa em 680, invocando o direito de primogenitura. Opõem-se-lhe duas figuras com ligações familiares ao profeta Muhammad, e de grande prestígio entre as elites muçulmanas: Abd Allah ibn al-Zubayr, durante algum tempo califa em Meca, e al-Husayn ibn Ali, filho de Ali, o quarto califa rashidun (ortodoxo; bem-guiado); al-Tabari descreve-nos a batalha de Kerbala, em 10 de Muharram de 680, primeiro mês do calendário islâmico, dia de luto sagrado para os xiitas, precisamente devido à morte do filho de Ali²⁸²; a segunda guerra civil do Islão só termina em 692, com a derrota em Meca de al-Zubayr, já em pleno califado de Abd al-Malik ibn Marwan.

E é este califa marwanida que retoma a política expansionista no Norte de África. Confirma o seu irmão como governador do Egipto (685) e, dois anos depois, entrega a tarefa da recuperação do domínio da antiga província de Ifriqiya e conquista do Magrebe a Hassan ibn al-Numan²⁸³, que será decisivo para o estabelecimento definitivo da *Dar al-*

²⁸¹ SOTERAS ESCARTÍN, 2010, p. 202 e 208-210; voltaremos recorrentemente a este paper do TeCor Soteras Escartín, que tem como subtítulo «Estudio comparativo de generación de fuerzas entre las campañas militares de los reyes Wamba y Rodrigo en los años 673 d.C. y 711 d.C., respectivamente.».

²⁸² HOWARD, 1990, pp.91-178.

²⁸³ IBN IDAHRI, 1901, p. 23.

Islam por todo o Norte de África; o califa confia-lhe um exército de 40 000 homens, segundo ibn al-Athir, e coloca à sua disposição as riquezas do Egípto²⁸⁴.

Hassan ibn al-Numan enceta então uma série de campanhas em que readquire o controle de Kairouan, anteriormente abandonada, depois da derrota de Uqba ibn Nafi; conquista definitivamente Cartago, aparentemente sem qualquer resistência²⁸⁵; e, por fim, aniquila o último foco de resistência berbere, com origem nas montanhas Aurès, um prolongamento do sistema montanhoso do Atlas, na Argélia Ocidental, de onde partiam os contingentes comandados pela lendária Kahina, que ainda o derrota uma vez em batalha, até ser morta em 695²⁸⁶.

E é a diferente visão dos dois mais altos quadros do califado, o próprio califa e seu irmão, Abd al-Aziz, sobre a política a seguir na Ifriqiya e no Magrebe que vai alterar a liderança muçulmana em todo o Norte de África, e fazer entrar em cena aquele que vai ser protagonista da conquista do Magreb e do al-Andalus: Musa ibn Nusayr.

5.4. A conquista do Magrebe

Com os califas Abd al-Malik (685-705) e o seu primogénito, al-Walid (705-715) o desenvolvimento da máquina administrativa e militar omíada atingiu o seu auge. Depois de resolvidos os problemas internos, a disponibilidade de combatentes para as frentes de expansão do império islâmico aumentou consideravelmente e, somada à eficácia administrativa e fiscal, tornou os exércitos muçulmanos temíveis oponentes.

A questão do efetivo do exército muçulmano para a conquista de Ifriqiya e do Magrebe não pode ser facilmente esclarecida: ibn al-Athir refere um efetivo de 40 000

²⁸⁴ Poderá ter começado aqui o diferendo entre os dois filhos de Marwan ibn al-Hakam, com visões diferentes sobre a política do Islão face ao Norte de África; para os acontecimentos que vamos descrever mais detalhadamente, a importância de Abd al-Aziz ibn Marwan é preponderante: emir no Egípto, foi o protetor (e sogro) de um dos protagonistas da conquista do Magrebe e al-Andalus, Musa ibn Nusayr; quanto às datas do início das campanhas de Hassan ibn al-Numan, os diversos autores não são consensuais: Robert Hoyland aponta o ano de 689 para o avanço das tropas muçulmanas rumo a Kairouan (HOYLAND, 2015, p.142.); Hugh Kennedy aponta para 5 anos depois (KENNEDY, 2007, p. 216.)

²⁸⁵ KENNEDY, 2007, p. 217; HOYLAND, 2015, p. 143.

²⁸⁶ TAHIRI, 2019, p. 39.

homens; um outro autor, ibn Naji²⁸⁷, fala apenas em 6 000 combatentes²⁸⁸; existe um outro cronista que acrescenta um elemento que pode ser determinante para esclarecer esta questão: a criação por Hassan ibn al-Numan do primeiro contingente militar berbere, composto por 6 000 combatentes²⁸⁹.

Questionamo-nos: se o exército do Norte de África era tão grande (40 000 homens), qual a necessidade de criar um regimento berbere? Ou será que uma dimensão mais modesta obrigaria à integração imediata de contingentes das tribos berberes com quem ibn al-Numan tinha estabelecido pactos?

Parece-nos ser este o comportamento usual da administração omíada em territórios recentemente conquistados e islamizados, mas pode também ser um indicador da dimensão do exército muçulmano enviado por Abd al-Malik em 688, insuficiente para consolidar as esperadas conquistas: Ifriqiya, Magrebe e al-Andalus²⁹⁰.

É esta a situação que Musa ibn Nusayr vai encontrar quando, provavelmente em 698, substitui o governador de Ifriqiya, mas não é claro qual dos irmãos marwanidas ordenou esta troca²⁹¹. A leitura das fontes e da bibliografia sobre este período dá-nos constantemente um relato pouco empático com a personagem de Musa: protegido por Abd al-Aziz ibn Marwan, seu sogro, só isso terá impedido maiores dissabores na sua carreira, até chegar a Kairouan²⁹²; segundo Chalmeta, Musa vai ocupar a sua posição em Kairouan, provavelmente em 703, acompanhado de 6 000 combatentes, 4 000 do *Jund* do

²⁸⁷ Também conhecido como al-Qayrawani, escreveu no século X um manual pedagógico denominado *Risala fiqhiya*.

²⁸⁸ CANARD, 2016, p. 69.

²⁸⁹ Esta informação provém de um manuscrito que alguns autores presumem pertencer ao *Kitāb Tārīkh Ifrīqiyah wa al-Maghrib*, uma obra desaparecida de ibn al-Raḥiq, frequentemente citado por cronistas posteriores, como al-Athir, ibn Idhari ou ibn Kaldhun.

²⁹⁰ Incluímos a Península Ibérica porque entendemos que a futura invasão e conquista, embora fruto de uma conjuntura muito específica, terá sido equacionada em diversos momentos anteriores.

²⁹¹ LORENZO JIMÉNEZ, 2020, p. 21.

²⁹² Musa ibn Nusayr terá acompanhado o outro irmão do califa, Bishr ibn Marwan, quando foi nomeado governador do Iraque, em 692, com a tarefa de recolher impostos; quando Bishr morre, em 695, é substituído por al-Thaqafi, que acusa de imediato Musa de sonegar impostos ao califa; só a proteção do seu sogro terá travado a cólera do Califa; LORENZO JIMÉNEZ, 2020, p. 21; TAHIRI, 2019, p. 30; as fontes muçulmanas também traçam um retrato nada simpático sobre o emir de Ifriqiya; embora reconheçam a sua eficácia; *IBN IDAHRI*, 1901, p. 31; *AL-MAKKARI*, 1840, pp. 251-252.

Egipto e 2 000 *muttawwi* (voluntários)²⁹³; seria a sua província de Ifriqiya a fornecer-lhe o restante efetivo, com a incorporação de elementos berberes, provavelmente o remanescente do regimento criado por Hassan ibn al-Numan.

Em 705 morre o califa Abd al-Malik e sucede-lhe o seu primogénito, al-Walid, que confirma Musa como governador de Ifriqiya e do Magrebe, respondendo não já ao Egipto, mas diretamente a Damasco; esta legitimação coincide com um momento de esgotamento da demografia árabe disponível para o combate, o que obriga a que, nas diversas frentes da expansão muçulmana, se torne necessário empregar um cada vez maior número de homens das regiões conquistadas; e Musa, naturalmente, foi engrossando o seu exército com os bérberes que pertenciam às tribos submetidas, e tecnicamente, islamizadas: Zanatas, Masmudas, Hawwaras, Nafzas²⁹⁴, todas foram participando na etapa final da conquista muçulmana do Magrebe, e, progressivamente, passaram de conquistados a conquistadores.

A primeira campanha de Musa ibn Nusayr, com o intuito de conquistar totalmente o Magreb al-aqsa (o Ocidente extremo), replicando o passeio de Uqba ibn Nafi²⁹⁵, dá-se entre 702 e 704. Ahmed Tahiri diz que o exército, de cerca de 10 000 combatentes, se organizou em *Karādīs*, um dispositivo tático com vanguarda, centro, alas e retaguarda²⁹⁶; entregou o comando da vanguarda ao filho mais velho de Uqba ibn Nafi, num gesto claramente simbólico: era preciso vingar aquilo que os Baranis de Kusayla tinham feito a seu pai²⁹⁷.

Prudente, Musa ibn Nusayr estabeleceu um acampamento algures entre os rios Chellif e Muluya, fronteiras naturais entre Ifriqiya e a Tingitânia, antigas províncias romanas; a partir daí, empenhou corpos do exército em incursões cirúrgicas, primeiro na

²⁹³ CHALMETA, 1994, p. 98.

²⁹⁴ Algumas das principais origens dos combatentes berberes; têm proveniência de dois troncos distintos: al-Butr, tribos do interior, mais resistentes à romanização, e Barani, as tribos mais romanizadas e urbanas; FRANCO MORENO, 2005, p. 41.

²⁹⁵ Fundador de Kairouan, terá efetuado campanha militar, iniciada em 680, nos Montes Aurés, na moderna Argélia, que atravessou todo o Norte de África até às costas do Atlântico; no regresso, em 683, foi emboscado e morto em combate, por um exército berbere; LORENZO JIMÉNEZ, 2020, p. 19.

²⁹⁶ TAHIRI, 20119, p. 54.

²⁹⁷ MANZANO MORENO, 2011, p. 583.

região de Siyilmasa, e, com o objetivo de pacificar o extremo mais ocidental do Magrebe. Simultaneamente, outro destacamento cerca a fortaleza de Saqquma e dizima os seus defensores²⁹⁸. Marwan ibn Musa comanda 5 000 combatentes para submeter os Masmudas, poderosa confederação tribal do Extremo Sûs do Magrebe, no seio da qual nascerá, alguns séculos mais tarde, o movimento almóada²⁹⁹.

Em 705 inicia-se a segunda campanha liderada por Musa: confirmado como governador de Ifriqiya e Magrebe pelo novo califa, al-Walid ibn Abd al-Malik, dotado de independência administrativa, não tinha ainda submetido a região de Tamsna, no extremo oeste do Magreb al-aqsa, e confia esta tarefa ao seu liberto, o primeiro wali berbere do Magrebe, Tariq ibn Ziyad³⁰⁰, outra das mais significativas personalidades envolvidas na conquista da Hispânia visigoda.

5.5. Fatores de declínio nos últimos anos do reino de Toledo

Enquanto deambulámos pelos anos finais da conquista muçulmana do Magreb al-Aqsa, a estabilidade do reino visigodo de Toledo, alcançada após reinados incisivos de Leovigildo e Recaredo (568-601), Chindasvinto e Recesvinto (642-672), e finalmente Wamba, até 680, viu-se ameaçada a partir do reinado de Ervígio, que afastou Wamba, em mais um dos golpes palacianos tão frequentes na vida política dos visigodos; coincidentemente, começam a surgir fatores desagregantes para a estrutura do reino, alguns deles incontrolláveis, outros resultantes da ação direta das elites visigóticas, incluindo-se a régia.

O primeiro fator parece-nos ser ideológico, do domínio da teoria política: apesar de esporádicas sucessões dinásticas, sendo a derradeira a de Égica-Witiza (687-710), o paradigma da monarquia eletiva manteve-se até ao fim³⁰¹, o que permitia a qualquer

²⁹⁸ TAHIRI, 2019, pp. 55-61.

²⁹⁹ GARCÍA, 1990, pp. 3-23.

³⁰⁰ Ibn Idhari escreve que Musa enviou Zora ibn Abi Mudrik (Tariq) para pacificar as cabilas berberes; *IBN IDAHRI*, 1901, p. 35.

³⁰¹ DÍAZ MARTÍNEZ, 2012, pp. 171-172.

nascido visigodo acalentar o seu direito natural ao trono³⁰²; a monarquia visigótica tornou-se progressivamente um sistema duplo, assente na estreita relação entre o rei e a aristocracia; isto deve-se em grande medida à sua protofeudalização, e muitos dos estudiosos desta cronologia apontam-na como motivo para uma extrema debilidade das suas estruturas políticas.

Simpatizamos com a perspectiva de Pablo Díaz Martínez, que não considera as explicações normalmente associadas ao modelo feudal surgido entre os godos³⁰³ sinal de debilidade das estruturas políticas³⁰⁴; quando olhamos as fontes desta cronologia, as crónicas de Julião de Toledo, Bráulio de Saragoça e Frutuoso de Braga, os textos dos concílios eclesiásticos e, sobretudo, a legislação militar produzida em tempo dos reis Wamba e Ervígio, que tentava garantir levas de combatentes sempre em número suficiente para garantir a segurança do reino, poderá surgir aqui uma leitura de debilidade; não nos parece que vá nesse sentido, e não devemos confundir instabilidade política com debilidade, pelos menos enquanto causa maior para a rápida derrocada do reino visigodo.

Determinados os condicionalismos controláveis da desagregação do reino de Toledo, existe um outro conjunto de fatores, estes incontroláveis, que poderá ter contribuído, em larga medida, para a incapacidade de resposta por parte das instituições godas face à ameaça muçulmana.

Nas últimas três décadas do reino de Toledo há um conjunto de imponderáveis que ajuda a explicar o seu desaparecimento: secas, fomes, epidemias, pragas, desordens e conflitos sociais, e redução drástica do número de servos³⁰⁵. A ligação entre estes fatores e as suas consequências parecem-nos ter tido um papel mais significativo no estado de debilidade do reino visigodo, aquando das primeiras e fatais incursões árabe-berberes, do

³⁰² As tumultuosas e por vezes sangrentas escolhas culminaram com o processo de ascensão de Rodrigo, que a *CM 754* descreve como violenta e ilegítima; já Sánchez-Albornoz tentou legitimar essa ascensão, apesar do seu caráter violento, através da indicação pelo Senado Cordobense; GARCÍA MORENO, 2014, pp. 148-149, notas 468 e 469.

³⁰³ Veja-se BARBERO; VIGIL, 1978, pp. 154-200.

³⁰⁴ DÍAZ MARTÍNEZ, 2011, p. 32.

³⁰⁵ SOTERAS ESCARTÍN, 2010, P. 205.

que questões de natureza política. Essa debilidade era fundamentalmente demográfica: secas muito drásticas na fase inicial do reinado de Ervígio, bem como na fase final do reinado de Witiza; fomes nos mesmos períodos, que provocaram êxodo rural e migrações para o Norte de África e reino dos francos; peste bubónica em 683 e *inquindis plaga* entre 708-709, o que afetou 15% da população; desordens e conflitos sociais no final do século VII e principio do século VIII, o que causou menos disponibilidade para as levas anuais, e, finalmente, neste mesmo período, deu-se, devido ao conjunto destes fatores, uma redução acentuada do número de servos³⁰⁶.

Parece-nos ser, por um lado, o somatório de todos estes fatores, que levam a uma acentuada quebra demográfica, e, por outro, a particular conjuntura política que se instala com o súbito desaparecimento do rei Witiza, como veremos adiante, que serão decisivos para aquilo que aconteceu depois da batalha de Wadi Lakka/Guadalete.

Relembremos o que ocorreu durante a campanha do rei Wamba, em 673, contra os rebeldes liderados por Paulo: só um exército com grande capacidade conseguiria, durante a habitual expedição punitiva da Primavera, contra os bascos, ter a agilidade e a capacidade tática e estratégica para encerrar vitoriosamente na Cantábria, na costa norte do reino, e reagir rapidamente às notícias de rebelião do seu *dux exercitus*, Paulo, na Tarraconense e Narbonense, colocando o seu exército em marcha, dividido em três corpos, e preparado para cerco e assédio de cidades como Barcelona e Nimes³⁰⁷; falamos de uma marcha de quase mil quilómetros, e sempre em estado de prontidão para ir submetendo as cidades que tinham apoiado os rebeldes.

Ora, a teoria da debilidade provocada pela instabilidade política parece-nos, pelos relatos que temos³⁰⁸, apenas mais um fator a somar a todos os outros, que tornaram a conjuntura, logo após o desaparecimento de Witiza, particularmente penosa para a

³⁰⁶ Idem, *ibidem*.

³⁰⁷ SAYAS ABENGOCHEIA, 1987, p. 73; VELÁSQUEZ SORIANO, 1989, pp. 214-215.

³⁰⁸ A leitura das crónicas, (*Historia Wambae regis* e *CM 754*, por exemplo) da legislação produzida, nomeadamente as leis sobre levas militares, produzidas em tempo dos reis Wamba e Ervígio, e das atas conciliares, terá levado muitos de entre aqueles que se ocupam dos anos finais do reino visigodo de Toledo, a tirar conclusões pouco objetivas sobre a natureza das causas de debilidade, aquando da chegada dos muçulmanos; «conhecemos muito do que deve ter acontecido na Espanha visigoda, mas muito pouco do que realmente sucedeu; COLLINS, 2000, p.210.

sobrevivência das instituições visigodas; no entanto, três décadas antes, a instituição militar visigoda exsudava eficácia, poder bélico, capacidade de recrutamento, e não acreditamos ter sido o único fator decisivo para o desenlace que todos conhecemos.

Retomemos o relato a partir da ascensão de Ervígio, *fidelis regis*³⁰⁹ de Wamba, que, depois de mais uma conspiração aristocrata, se torna rei, no final de 680; com ele, terminam as tentativas de centralização do poder régio³¹⁰, e retomam-se, com vigor redobrado, as perseguições à comunidade judia, fruto das concessões de Ervígio para com o clero³¹¹; parece-nos um reinado de compromisso com as aristocracias laica e eclesiástica; a legislação militar de Ervígio não difere em muito da do seu antecessor, e contém castigos de grande dureza para os que não compareçam à chamada real³¹²; a necessidade de garantir efetivos no exército real aumenta com a dependência dos grandes senhores do reino, progressivamente mais feudalizados.

García Moreno dá-nos conta de uma tentativa de desembarque de uma frota omíada nas costas levantinas de Hispânia, segundo uma crónica alto-medieval³¹³, nos últimos anos do reinado de Ervígio (686-687).

Ervígio morre em 687 e sucede-lhe Égica, parente de Wamba, e seu genro; este «compromisso» entre duas das mais poderosas famílias da elite visigoda terá resultados indesejados, pelo menos da perspectiva da família de Ervígio³¹⁴, e terá repercussões mesmo até ao final do reino visigodo de Toledo.

Égica teve de lidar com uma rebelião, a partir de Toledo, em 691-692, encabeçada pelo seu metropolitano, Siseberto³¹⁵, que reprimiu violentamente. Alguns autores afirmam

³⁰⁹ Literalmente, fiel do rei; o círculo íntimo do monarca visigodo, com funções coadjuvantes na administração da justiça, governação do reino e condução dos exércitos.

³¹⁰ GARCÍA MORENO, 1989, p. 176.

³¹¹ GARCÍA MORENO, 1993, p. 42; THOMPSON, 1969, pp. 234-237.

³¹² GARCÍA MORENO, 1993, p. 177.

³¹³ Idem, *ibidem*, p. 181.

³¹⁴ THOMPSON, 1969, pp. 242-243.

³¹⁵ LIVERMORE, 2006, p. 92; GARCÍA MORENO, 1993, p. 183.

que o bispo de Toledo queria entregar o poder régio a uma enigmática figura, Suniefredo, de quem se conhecem duas moedas (*tremis*), cunhadas em Toledo³¹⁶, mas não datadas,

Outra das questões que sabemos que se repete durante o reinado de Égica é a política régia antijudaica. O décimo sétimo Concílio de Toledo abre com a presumível conspiração dos judeus ibéricos com outras comunidades judaicas de além-mar (Norte de África?), para derrubarem a monarquia visigoda³¹⁷.

Militarmente, o reino de Égica teve que enfrentar uma tentativa de invasão das costas levantinas, provavelmente em 697, que outro dos protagonistas dos primeiros anos pós invasão muçulmana, o então conde Teodomiro, se encarregou de repelir³¹⁸.

Égica e Witiza, seu filho, protagonizam a derradeira tentativa, no seio da aristocracia visigoda, de tornar a monarquia dinástica; de facto, Witiza é o fruto da união de dois poderosos clãs godos: a família de Égica e Wamba, e, claramente rivais, a família de Ervígio, aparentado com Chindasvinto e Recesvinto.

Witiza foi associado ao trono em tenra idade (694), o que pressupõe algum compromisso com a família de Ervígio, seu avô materno; a coroa torna-se formalmente dual em 700, com a unção de Witiza na Basílica dos Santos Pedro e Paulo, em Toledo, a 15 de novembro³¹⁹, momento de grande simbolismo na liturgia régia dos visigodos.

Sabemos pouco sobre a ação governativa deste rei: algumas fontes situam-no em Tuy, na Galiza, como corregente de seu pai, entre 694 e 700³²⁰; os dois últimos anos de vida de Égica, aparentemente já debilitado, são o tirocínio de um jovem rei que muito cedo se vê só, a braços com os destinos do reino.

³¹⁶ García Moreno situa este rei? (*tyranus*) nos últimos anos do reino de Toledo; GARCÍA MORENO, 2014, p. 156; em estudo tendo como base os *tremis*, que, do modo habitual nas emissões monetárias visigodas, não têm data, foi sugerida uma cronologia para 700-702, anos finais do reinado de Egica; CASTILLO LOZANO, 2015, pp. 119-124.

³¹⁷ THOMPSON, 1969, p. 274; SOTO CHICA, 2020a, pp. 485-486.

³¹⁸ SOTO CHICA, 2020a, p. 485.

³¹⁹ GARCÍA MORENO, 2014, p. 65-66; não é muito relevante, mas Roger Collins dá-nos outra data, confirmada com a sua leitura da *Chronica Regum Visigothorum*: 24 do mesmo mês; COLLINS, 2004, p. 109.

³²⁰ Esta informação surge apenas nas crónicas *Ad Sebastianum* e *Rotensis*, versões da Crónica de Afonso III: «[...] habebat es ea filium adulescentem, nomine Vitizanem, quem rex in uita sua in regno participem fecit, et eum in Tudensem ciuitatem habitare praecepit, ut pater teneret regnum Gothorum et filius Sueuorum [...]»; GARCÍA VILLADA, 1918, pp. 103-104; GIL FERNÁNDEZ, 1985, p. 115 e pp. 151-152.

A corte visigoda, torna-se, compulsivamente, itinerante nos primeiros anos do século VIII, devido a frequentes surtos de peste inguinal (bubónica), aparentemente mais severa na Narbonense e nas regiões mais interiores do reino; a peste recua a partir de 702, mas o hábito de itinerância da corte mantém-se. O que muda radicalmente por parte de Witiza é a sua política face a nobres e judeus: quanto aos nobres, a historiografia dá-nos conta de uma política de apaziguamento³²¹; quanto ao seu comportamento face aos judeus, as fontes revelam-se opacas: Lucas de Tuy, na sua tardia crónica, atribui a Witiza uma posição tolerante para com a vinda de judeus para a Hispânia³²², num conjunto de recriminações que incluem o seu comportamento pecaminoso, lascivo, apóstata mesmo, face aos ditames da Igreja. Parece-nos típico do modo como as fontes cristãs, a partir do século X, veem a figura de Witiza, o principal responsável pelo fim da Espanha visigoda, em contraposição com a cronística moçárabe, que traça um perfil mais benévolo do filho de Égica³²³.

O facto para nós mais relevante do reinado de Witiza resulta do ataque da frota bizantina, presumivelmente em 697, às costas do levante ibérico; a ameaça daí resultante, conjugada com as notícias das contínuas conquistas muçulmanas, tornou imperiosa a necessidade de controlar o acesso à Península pela zona da Baía de Algeciras; e assim, em algum momento do seu reinado, Witiza tornou-se suserano da região de Ceuta e Tanger, e surge então mais um protagonista dos acontecimentos de 711, como governador da cidade de Ceuta: Julião, Juliano ou Urbano, visigodo, bizantino ou gomara (berbere)³²⁴.

E de súbito, sem que algo o previsse, no final de 709 ou no princípio de 710, morre o ainda jovem Witiza. García Moreno situa a sua morte neste intervalo cronológico, depois de aclarar as confusas datações da *Crónica Moçárabe de 754*³²⁵; encontrar datas precisas conjugando 5 calendários diferentes - o Juliano e o Gregoriano (com um diferencial de 46 anos), o calendário hegírico (muçulmano), o bizantino (contando os anos de reinado de cada imperador) e, finalmente, os anos de reinado dos califas – é tarefa

³²¹ GARCÍA MORENO, 2014, pp. 70-75; Idem, 1989, p. 188; COLLINS, 2004, p. 112.

³²² LUCAS DE TUI, 1926, p. 266.

³²³ *CM 754*, 2009, p. 217; *chronica gothorum pseudo-isidoriana*, 2000, p. 181.

³²⁴ DEL CASTILLO; MONTENEGRO, 1997, pp. 77-88.

³²⁵ *CM 754*, 2009, p. 217.

árdua e, no caso do nosso cronista anónimo, provocou diversas confusões no momento de datar acontecimentos.

E um reino que vivia uma conjuntura difícil, depois de duas décadas peçadas de pestes, fomes e secas, fica sem líder, e a desordem instala-se.

5.6. Expansão muçulmana (quase) concluída e crise conjuntural em terras de Hispânia

Quer as fontes que lhe são mais próximas³²⁶, quer a historiografia³²⁷ da invasão e conquista do reino visigodo de Toledo, sublinham o papel decisivo do governador de Ceuta, Julião ou Urbano, Yulyān para árabes e berberes, nas operações militares de invasão da Península Ibérica, logo a partir da primeira expedição exploratória, comandada por Tarif Abu Zara, ou, se preferirmos, Tarif ibn Malik, um liberto de Musa ibn Nusayr.

Antes de nos dedicarmos aos protagonistas da invasão e conquista, finalizemos o processo de conquista do Magreb al-aqsa, encetado por Musa por volta de 705, e que, tal como Pedro Chalmeta, dividimos em duas fases: enquanto delegado do *malik* do Egipto, Abd al-Aziz, e depois, nomeado emir pelo califa al-Walid, que vai de 706 a 711³²⁸, quando submete Julião, e conquista Tânger, transformando-a numa cidade-aquartelamento, à imagem de Kairouan. Finda a conquista, divide o exército nesses mesmos dois polos; Kairouan para os árabes, Tânger para os berberes, entre 30 000 e 40 000 combatentes, sem guerra para guerrear. E estamos em 709.

Já na margem norte do estreito vivia-se uma conjuntura caótica, devido à sucessão de acontecimentos nefastos para a demografia do reino de Toledo: pestes, fomes, secas, desordens sociais, conflito religiosos; a questão das constantes conjuras nobiliárquicas,

³²⁶ A primeira vez que Iulianus aparece numa crónica cristã é na anónima *Pseudo Isidoriana* (século XII); e começa a lenda da Cava; na historiografia muçulmana, aparece mais cedo, na obra de Ibn Abd al-Hakam, *Kitab futuh Misr* (século IX); GOZALBES CRAVIOTO, 2010, pp. 7-14.

³²⁷ GARCÍA MORENO, 2014, pp. 88-122; TAHIRI, 2019, pp.88-93; Pedro Chalmeta, muito mais breve, dá-nos conta do pacto de submissão de Julian al-Gumara com o emir de Ifriqiya wal-Magrib, Musa; CHALMETA, 1994, p. 102.

³²⁸ CHALMETA, 1994, p. 99-101.

que diversos autores elegem como *leitmotiv* da rápida derrocada das instituições visigodas, parece-nos errada, ou, pelo menos, demasiado amplificada.

Uma monarquia de natureza eletiva, apesar das melhores tentativas para que se tornassem dinásticas, como aconteceu em diversos momentos da monarquia visigoda, parece-nos sujeita a pressões mais ou menos ferozes, partindo do princípio de que qualquer visigodo, nascido livre, podia ser rei, condutor dos exércitos, desde que pertencendo à *Ghoticæ gentis nobilitas*³²⁹.

E, apesar das muitas tentativas de usurpação do poder régio que o reino visigodo de Toledo conheceu, num contexto de ameaça externa permanente, vinda da sua fronteira a norte³³⁰, a capacidade de resposta militar do reino nunca tinha sido posta em causa. O que os espera agora, num contexto breve que se revelará catastroficamente decisivo, é uma guerra relâmpago, levada a cabo por combatentes mais bem preparados, mais tenazes, motivados pela Guerra Santa, com um filão humano disponível para atravessar o estreito e vir reforçar a máquina militar invasora. E de Vouillé a Wadi Lakka ia um reino.

³²⁹ DIAZ MARTÍNEZ, 1998, p. 188.

³³⁰ Por exemplo, na revolta de Paulo contra Wamba, em 673, com intervenção e apoio franco na Narbonense.

6.

ETAPAS DE UMA INVASÃO ANUNCIADA

6.1. A algara de Tarif(a)

A primeira etapa, protagonizada por Tarif ibn Malik, ou, se preferirmos, Tarif Abu Zara, é descrita nas fontes: a crónica anónima *Akhbār Majmū'a* dá-nos conta da troca de comunicações entre Musa ibn Nusayr e o califa al-Walid, que aconselha prudência ao seu emir, relativamente a uma eventual expedição ao outro lado do Estreito; e é isso que o emir de Ifriqiya e do Magrebe faz: «[...] então Musa enviou um dos seus clientes chamado Tarif, também conhecido como Abu Zara, com 400 infantes e 100 cavaleiros. Atravessaram em quatro navios, até uma ilha chamada Jazirat al-Andalus, que era o local dos estaleiros e das travessias (para os Cristãos). Foi mais tarde chamada a Ilha deTarifa, por ser o local do desembarque. Acampou, até que os homens estivessem prontos, e depois atacou e conquistou Algeciras, tomando um tal número de prisioneiros como nunca tinha sido visto e vasto saque, retornando em segurança no Ramadão de 91/julho de 710.»³³¹.

Uma outra crónica anónima, a *Fath al-Andalus*, descreve uma versão diferente dos acontecimentos: dá-nos conta de uma primeira incursão liderada por Julião, com dois barcos, que saqueia Algeciras, recolhe grande quantidade de riquezas e de cativos; só depois de a notícia se espalhar é que um exército formado por 3 000 berberes, comandado por Tarif ibn Malik, avançou para nova expedição, com vasto saque³³².

Ibn al-Sabbat, um erudito de Ifriqiya, do século XIII, diz que, segundo Ibn al-Farrat al-Isbili, autor do *al-Ijtisar iqtibas al-anwar*, «Foi Abu Zar'a Tarif, mawla de Musà b. Nusayr, o primeiro a realizar uma incursão ao al-Andalus, no mês do Ramadão do ano 91 da Hégira/julho de 710.»³³³.

A mais antiga referência a expedições muçulmanas anteriores à de Tariq ibn Ziyad, ocorrida em maio de 711, provém da *Crónica Moçárabe de 754*: «[...] Rodrigo, depois de

³³¹ *Akhbar majmua*, 2012, p. 49, tradução nossa.

³³² *Fath al-Andalus*, 2002, p. 9.

³³³ IBN AL-SABBAT, 1973, P, 7.

reunir um grande exército para defrontar árabes e mouros enviados por Musa – isto é, Taric, Abuzara e outros – que realizavam já incursões [...]»³³⁴.

A figura de Tarif ibn Malik foi tratada de forma díspar pela historiografia da invasão muçulmana da Península ibérica. Provavelmente berbere, filho de chefe tribal, talvez por isso tenha chegado até nós apodado de ibn Malik (filho de Rei)³³⁵; estudos recentes começaram a dedicar-lhe mais atenção e, o que para nós é mais relevante, à sua ação militar, e ao enquadramento numa campanha com várias etapas, estabelecidas num curto espaço de 2-3 anos, com o objetivo claro de invadir e conquistar a Hispânia.

Ahmed Tahiri defende que a incursão exploratória liderada por Tarif ibn Malik terá ocorrido no ano anterior (709), dando destaque a uma fonte magrebina (al-Zayani) que afirma que a travessia se deu no ano da Hégira de 90³³⁶; já Garcia Moreno segue uma linha distinta: terá ocorrido em 709 uma algara liderada pelo *Comes Septum*, Julião, ou Urbano, se preferirmos, com as suas próprias forças, defendendo esta possibilidade difundida por al-Makkari e confirmada por Ibn al-Athir, afirmando que a notícia do êxito da expedição se teria difundido no Magrebe no final do ano 90 da Hégira, ou seja, nos primeiros dias outonais de 709³³⁷.

Diversas fontes muçulmanas situam a expedição de Tarif no mês de julho de 710, ou seja, no Ramadão de 91³³⁸; e algumas delas fazem também referência à algara anterior, comandada por Julião/Urbano. O que nos parece, até pela cronologia mais consensual para as diversas etapas da invasão, é que terá acontecido uma primeira expedição à zona de Algeciras, encabeçada por Julião³³⁹ - de quem falaremos detalhadamente mais adiante - em 709, quando era ainda possível navegar as águas do

³³⁴ CM 754, 2009, p. 225.

³³⁵ Um investigador que muito se tem dedicado à história de Tarifa, José Beneroso Santos, diz que Abuzara pertencia ao clã dos Banu Tarif, de origem *zanati*, um dos primeiros grupos étnicos berberes a serem islamizados, na região dos Montes Aurès; BENEROSO SANTOS, 2012, p 41.

³³⁶ TAHIRI, 2019, p. 112.

³³⁷ GARCIA MORENO, 2014, p. 223; IBN AL-ATHIR, 1898, p. 11, nota 46.

³³⁸ Akhbar majmua, 2012, p. 49; IBN AL-ATHIR, 1898, p. 42; IBN AL-SABBAT, 1973 p. 7; *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 2009, p. 323; AL-MAKKARI, 1840, pp.250-251.

³³⁹ Terá sido, hipoteticamente, a prova do seu comprometimento com o projeto de invasão de Musa ibn Nusayr.

Estreito de Gibraltar com relativa tranquilidade, presumivelmente no final do verão, início do outono. A segunda, com um contingente suficiente para saquear as povoações nas imediações da baía de Gibraltar – existem diversos números apontados, e o mais consensual, e que não nos parece disparatado, estima em 400 infantes e 100 ginetes o contingente que Tarif ibn Malik liderou³⁴⁰ – terá cruzado o Estreito entre junho/julho de 710, com destino diferente, saqueado a região, e, ao primeiro sinal de perigo, voltado à segurança de Ceuta.

Estas duas operações anfíbias podem ser vistas, da perspetiva da ciência militar, como exercícios que antecedem a execução de uma operação de maior envergadura. No primeiro caso, o alvo foi a baía e a povoação de Algeciras; no segundo, o local de desembarque foi diverso: Tarifa fica a pouco mais de 20 Km de Algeciras, no ponto mais próximo da costa magrebina, em linha reta para a atual Alcácer-Ceguer, o que nos leva a conjecturar uma rota com navegação de cabotagem entre Ceuta e o antigo al-Qsar Masmuda, e daí para Tarifa, a apenas 12 milhas náuticas. Este ponto da costa andaluza era, à época, muito pouco povoado, e propício a um desembarque discreto de uma força de dimensão reduzida (300-500 homens), que se poderia movimentar rapidamente junto à costa, rumo aos povoados entre Tarifa e a baía de Algeciras, saqueá-los, e regressar rapidamente³⁴¹. Já caso o desembarque se desse na zona da baía de Algeciras, mais densamente povoada, na encruzilhada da calçada romana que ligava Sevilha, Córdova e Écija, o que tornava possível uma resposta mais pronta das forças visigodas, perder-se-ia cumulativamente o efeito surpresa, fundamental para um rápido saque e obtenção de informações.

Segundo Segura González, a expedição terá decorrido para oeste de Tarifa, nas atuais povoações de Barbate, Conil, Vejer, sempre junto à costa, e, depois de recolhidos os despojos da algara (bens materiais e prisioneiros), regressaram ao ponto de desembarque e zarparam para Ceuta³⁴²; Beneroso Santos considera que esta expedição

³⁴⁰ *Akhbar majmua*, 2012, p. 49.

³⁴¹ SEGURA GONZÁLEZ, 2011, pp. 48-49.

³⁴² *Idem*, *ibidem*, p. 51.

deve ter durado cerca de 2 meses³⁴³, o que remeteria o regresso para setembro de 710, algo que é contrariado pelas fontes³⁴⁴, e que nos parece um período demasiado longo para o objetivo da missão: recolher informações, saquear, sem enfrentar o inimigo, e eventualmente identificar possíveis locais de desembarque; e, de facto, os contornos desta expedição, apesar da localização diferente do desembarque, funcionaram como um teste à operação que irá acontecer menos de um ano depois, em rayab de 92 da Hégira (maio de 711). E surge outra das figuras do complexo processo de invasão e conquista da Península Ibérica: Julião, Urbano ou Yulian, o estratega e verdadeiro responsável pela logística da algara de Tariq ibn Malik.

6.2. O Comes Iulianus

Não é inocente a nossa utilização dos três nomes pelos quais ficou conhecido o senhor de Ceuta; a cada um deles corresponde uma distinta origem: visigodo, bizantino ou berbere. Pedro Chalmeta chama-lhe Julian al-Gumari (nome algo dúbio, que conjuga um nome cristão, talvez visigodo, com a etnia gomara, um dos ramos dos Masmudas)³⁴⁵; refere ainda as diferentes grafias do nome – Yulyān, Yūlyān, Ulyān ou Ilyān – e aquilo que é mais consensual nas fontes muçulmanas: Julião era o senhor da zona magrebina do Estreito de Gibraltar, e algumas dessas fontes consideram que esse domínio se estendia também à baía de Algeciras³⁴⁶; na nossa opinião, a dominação era territorial e política na região costeira entre Ceuta e Tanger, marítima, nas águas do Estreito de Gibraltar, e, hipoteticamente, estendia essa autoridade a um entreposto comercial na baía de Algeciras, que assegurava o tráfego entre o Magrebe e Hispânia.

Quanto à sua origem étnica e religiosa, Chalmeta, com base nas fontes, indica a sua confissão religiosa como cristã; já quanto à sua procedência étnica, apenas considera

³⁴³ BENEROSO SANTOS, 2012, p. 42.

³⁴⁴ Como já tínhamos visto, o *Ajbar Machmua* coloca o regresso no Ramadão de 91/julho de 710; *Akhbar majmua*, 2012, p. 49.

³⁴⁵ CHALMETA, 1994, p. 113.

³⁴⁶ Idem, ibidem, pp.113-114. Al-Waqidi faz dele senhor de Algeciras; já ibn al-Athir diz que era senhor de Ceuta, Algeciras e outras cidades.

menos provável a sua ascendência bizantina, defendida por Levi-Provençal³⁴⁷; parece mais inclinado para a sua origem goda, como defendem al-Razi, ibn Jaldun e ibn al-Kardabus, entre outros³⁴⁸.

No entanto, não é de descurar completamente a terceira possibilidade: que Yulian fosse o *Malik al-Gomara*, o primeiro entre os seus, e não um governante escolhido por um poder forasteiro, o que nos deixa em aberto diversas possibilidades:

- 1) os gomara eram governados pelo seu rei, e nos anos que medeiam entre a conquista de Ifriqiya por Uqba ibn Nafi, nos anos 70 do século VII, e a invasão muçulmana da Península Ibérica, em 711, deveram a sua obediência a três poderes distintos: Constantinopla, Toledo e Damasco;
- 2) Urbano, um delegado bizantino no Norte de África, viu-se, com o avanço muçulmano pela margem sul do Mediterrâneo, isolado, e tratou de entregar a sua vassalagem ao rei visigodo, provavelmente Witiza, a troco de apoio logístico e manutenção do seu estatuto;
- 3) Julião era um nobre godo, que governava a província Tangitana desde o desaparecimento dos bizantinos.

O povo gomara devia professar outra religião, antes da conquista muçulmana, e seria cristão, ou mesmo judeu³⁴⁹, o que deixa em aberto qualquer uma das possibilidades.

Ahmed Tahiri deixa em aberto as origens de Julião, e considera duas possibilidades: berbere ou godo³⁵⁰.

García Moreno, na sua monografia sobre a conquista muçulmana, em subcapítulo dedicado à política goda na Mauritânia Tingitana e aos avanços islâmicos, dá-nos conta de dois documentos que comprovam o domínio bizantino na região de Tanger, aparentemente até aos últimos anos do século VII: trata-se de uma carta enviada pelo papa Leão II, no último trimestre de 682, a um *comes* de nome Simplício, exortando-o a difundir nas dioceses sob seu domínio os resultados do III Concílio de Constantinopla, o VI Ecuménico³⁵¹, que condena o monotelismo; esta missiva foi levada pelos mesmos legados

³⁴⁷ Idem, ibidem, p. 114. Não queremos descartar esta possibilidade, e vamos defendê-la adiante.

³⁴⁸ Idem, ibidem, p. 115.

³⁴⁹ Segura González, seguindo al-Bakri, defende esta teoria; SEGURA GONZÁLEZ, 2011, p. 45.

³⁵⁰ TAHIRI, 2019, pp. 88-89.

³⁵¹ E não o V, como escreve García Moreno; GARCÍA MORENO, 2014, p. 108.

que transmitiram outras, com teor semelhante, ao rei Ervígio, aos bispos hispânicos e ao arcebispo de Toledo, Quirico. Um outro documento, uma *iussio* (uma ordem) do imperador Justiniano II ao papa João V, com data de 687, dando-lhe conta da existência de uma formidável frota de *dromons* em Ceuta³⁵². Se recordarmos o «passeio triunfal» de Uqba ibn Nafi até às costas do Atlântico, possivelmente no final de 682, os cronistas muçulmanos – ibn Idari, al-Bakri e ibn al-Athir – dão conta da chegada de Uqba à região de Tânger, onde havia um rei chamado Yulian³⁵³, o que faz do conde de Ceuta o *comes* Simplicius ou o seu sucessor.

Um acréscimo mais a esta já longa divagação sobre as origens deste personagem tão decisivo para as etapas que levaram à invasão e conquista do reino visigodo de Toledo: Soto Chica, em monografia recente sobre o reino visigodo, não tem grandes dúvidas sobre Julião: era o *navarjos* (conde) da frota do *thema* (divisão administrativa bizantina) de Ceuta, e devia a sua posição a Apsimar, o imperador Tibério III (698-705)³⁵⁴; os 10 anos que ligam os séculos VII e VIII foram turbulentos em Constantinopla: Justiniano II foi deposto e exilado por um seu general, Leôncio, em 695, que lhe mandou cortar o nariz; Apsimar repetiu na mesma medida o feito de Leôncio; em 705 Justiniano II, exilado em Quersoneso e depois em fuga, reconquista o poder na capital bizantina e executa os seus dois antecessores.

Se Julião devia a sua posição a um dos antecessores de Justiniano II, imperador que adquiriu fama de grande crueldade, a partir de 705 terá ficado sem qualquer suporte, e, a fim de manter a sua posição, terá negociado com Witiza o vital apoio logístico para manter Ceuta e os territórios até Tânger. Com o desaparecimento de Witiza e a chegada de Musa, acontecimentos próximos, a situação política do Estreito de Gibraltar mudou radicalmente, e obrigou Julião a mudar uma vez mais de suserano.

E, antes de passarmos ao papel desempenhado pelo governador de Ceuta no conjunto das operações militares que levaram à invasão e conquista da Hispânia, não

³⁵² Idem, ibidem, pp.108-109; os documentos podem ser consultados no *Regesta Pontificum Romanorum*, 2ª edi., Leipzig, 1885, editado por Philippe Jaffé.

³⁵³ TAHIRI, 2019, p. 85.

³⁵⁴ SOTO CHICA, 2020a, p. 493.

resistimos a percorrer mais uma linha de investigação, muito bem defendida: Carlos Martínez Carrasco, do Centro de Estudos Bizantinos, Neogregos e Cipriotas, da Universidade de Granada, produziu em 2014 um artigo denominado *El último patricio romano de Spania. Una relectura de la figura del «conde don Julián»*³⁵⁵; as suas conclusões são completamente inovadoras: afirma a presença bizantina no extremo ocidental do Mediterrâneo até à invasão muçulmana de 711; a componente militar era fundamentalmente marítima, incluída num novo modelo de organização (*thema*); o centro seria Ceuta, mas aventa a possibilidade de Algeciras se ter mantido como um importante porto controlado por Bizâncio até tarde³⁵⁶; quanto a Julião, considera-o ser um duque de origem persa-arménia, nomeado por Constantinopla para dirigir o *thema* de Ceuta, por volta de 697-698³⁵⁷.

Esta última hipótese parece-nos a mais acertada: Urbano, um bizantino que fica isolado pela grande instabilidade política vivida por Bizâncio nos finais do século VII, caído em desgraça após regressar ao poder Justiniano II, entrega a sua lealdade e os seus meios ao poder mais próximo, os visigodos, tendo depois, com a pressão das forças muçulmanas sobre o seu território, pactuado com Musa.

Tivemos já oportunidade de constatar o papel desempenhado por Julião/Urbano/Yulian na algara comandada por Tariq em 710; vimos também que a primeira expedição pode ter ocorrido em 709, comandada pelo conde de Ceuta, e sem participação árabe ou berbere; vamos agora embrenhar-nos nas fontes, para avaliar os acontecimentos entre junho de 710 e maio de 711, e o fulcral papel desempenhado pelo senhor de Ceuta.

A fonte mais próxima dos acontecimentos é a *Crónica Moçárabe de 754*, e contém a referência mais antiga que conhecemos e que consideramos ser sobre Julião: «[...] quod ille, consilio nobilissimi viri Urbani Africane regionis sub dogma catholice fidei exorti, qui cum eo cunctas Spanie aduentauerat patrias, accepto [...]»³⁵⁸; muito pouco, para a muita

³⁵⁵ MARTÍNEZ CARRASCO, 2014.

³⁵⁶ Idem, ibidem, p. 22.

³⁵⁷ Idem, ibidem, p. 23.

³⁵⁸ *CM 754*, 2009, p. 232.

tinta que se gastou posteriormente em torno da figura de Julião, afinal Urbano, um nobre proveniente de uma região africana, onde se praticava a fé católica; Ibn Abd al-Hakam, cronista egípcio nascido no início do século IX, introduziu na sua *Futuh Misr* o personagem Ilyan, senhor de Ceuta, governador do Estreito e vassalo de Rodrigo, rei do al-Andalus³⁵⁹.

O *Akhbar majmua* é um pouco mais elucidativo sobre os acontecimentos relacionados com a conquista de Tanger e a submissão de Julião: «[...] Musa continuou a lutar com os berberes[...] até chegar a Tânger, praça-forte e principal centro berbere, que conquistou[...] Os seus habitantes converteram-se e tornou-se uma cidade-acampamento para os muçulmanos[...]o califa al-Walid foi informado no ano 89 da Hégira (708-709)[...]»³⁶⁰; a crónica anónima prossegue com o assédio de Musa a Ceuta, e a resistência de Julião, apoiado por navios que de Hispânia trazem víveres e reforços; depois dá-nos conta da morte do rei Witiza, que deixa filhos impopulares: Siseberto e Oppas, nomeadamente; fala ainda da escolha de Rodrigo como rei, um bravo e agressivo general; depois começa a lendária descrição das motivações de Julião para a traição ao seu suserano, Rodrigo, que supostamente decorrem da violação da sua filha, Oliva, *la Caba*³⁶¹, consumada pelo próprio rei. Lenda ou facto, as crónicas muçulmanas, moçárabes e as cristãs peninsulares, e as suas diversas leituras, efetuadas pela historiografia da invasão e conquista, começam a disseminar a ideia do ultraje cometido, nuns casos por Witiza, noutros por Rodrigo, como detonador da traição do *Comes Iulianus*, até para justificar uma origem visigoda³⁶².

De volta a uma das mais significativas monografias sobre a invasão e conquista muçulmana, a de Pedro Chalmeta³⁶³, que sobre a ação e figura de Julião segue preferencialmente o *Akhbar majmua*, bem como outras fontes muçulmanas, onde conclui que, entre Musa e Julião, foi estabelecido um pacto, com as seguintes cláusulas: acordo

³⁵⁹ AL-HAKAM, 1858, pp. 18-19.

³⁶⁰ *Akhbar majmua*, 2012, p. 48 (tradução nossa).

³⁶¹ «A meretriz», em árabe.

³⁶² Para melhor compreender a figura do Conde Julião e as diferentes imagens projetadas pelas fontes, leia-se o artigo de Enrique Gozalbes Cravioto, «El Comes Iulianus (Conde Julián de Ceuta), entre la historia y la literatura»; GOZALBES CRAVIOTO, 2011, pp. 3-35.

³⁶³ CHALMETA, 1994.

escrito; entrega de reféns, da parte de Julião; submissão das localidades controladas pelo conde de Ceuta; pagamento de um tributo; comprometimento de Julião e dos seus homens com as futuras ações do outro lado do Estreito (informações, apoio logístico e participação); tudo isto de forma a garantir o seu *status quo*, bem como o dos seus subordinados³⁶⁴.

Esta apreciação de Chalmeta, que subscrevemos, demonstra o papel determinante do senhor de Ceuta no projeto de invasão das apetecíveis terras do reino de Toledo; é-lhe atribuída por vasto conjunto de fontes³⁶⁵ o planeamento do(s) ataque(s) à Península Ibérica, prontamente aceites por Musa, ou por Tariq ibn Ziyad, previsivelmente pelos dois. E entre julho de 710 e maio de 711 tomou forma a operação militar que constitui a primeira vaga de invasores que viriam a conquistar a Península Ibérica, e que se instalaram, tal como antes deles romanos e germânicos; e, se já temos explorador e ideólogo, falta-nos o executante.

E esse é um dos experientes comandantes tribais berberes, que, desde a chegada de Musa ibn Nusayr se tornou a figura de referência entre os combatentes berberes: Tariq ibn Ziyad.

6.3. Tariq ibn Ziyad, o conquistador do al-Andalus

A imagem que nos chegou do comandante dos contingentes que invadiram e iniciaram a conquista do reino visigodo de Toledo foi moldada em função do comprometimento das fontes muçulmanas com os diversos poderes, em distintos momentos e geografias distantes: os historiadores orientais enalteceram muito mais o papel do árabe (ou oriental) Musa ibn Nusayr; os cronistas andaluzes, empenhados na causa dos Omíadas de Córdoba, foram talvez os mais imparciais, quando descrevem os acontecimentos que envolvem Tariq e Musa; mas são as mais tardias crónicas produzidas

³⁶⁴ Idem, *ibidem*, pp. 118-119.

³⁶⁵ *IBN IDAHRI*, 1904, p. 7; *IBN AL-ATHIR*, 1898, p. 41; *AL-MAKKARI*, 1840, p. 257; *Akhbar majmua*, 2012, p. 49; *Fath al-Andalus*, 2002, p. 9; *Historia Silense*, 1921, pp. 73-74; *De rebus Hispanie*, 1989, p. 145.

entre berberes que produzem a imagética do general conquistador, Tariq, *sayj* (senhor; comandante militar) dos nafza, tribo berbere da região de Tilimsan, na atual Argélia³⁶⁶.

Ahmed Tahiri alvitra um alistamento muito precoce de Tariq ibn Ziyad nos exércitos muçulmanos e sugere que tenha sido capturado muito jovem, por um *āredēh* (inspetor dos exércitos) oriundo de Barca, na atual Líbia³⁶⁷; ibn Abd al-Hakam aponta a sua indigitação, pelo emir do Egípto, Abd al-Aziz ibn Marwan, por volta do ano 65 da Hégira (687-688), para governar a região da Cirenaica³⁶⁸.

A primeira referência à figura de Tariq ibn Ziyad surge no momento da derrota da mítica rainha berbere, Kahina, que Pedro Chalmeta coloca em 700³⁶⁹; Tariq, um comandante militar com origens entre as tribos *hawwara* da região de Tilimsan, na atual Argélia, terá combatido contra o exército de Hassan ibn Numan al-Gassani, tendo a partir de então, estabelecido com Musa ibn Nusayr o seu vínculo de clientela³⁷⁰.

É ainda durante a governação de al-Gassani que se altera a política omíada face aos berberes: foram-lhes oferecidos excelentes termos de paz, incorporados 12 000 dos seus filhos nos exércitos muçulmanos, e oferecidas condições de igualdade na repartição do saque em qualquer campanha futura³⁷¹.

Tariq ibn Ziyad torna-se um dos mais proeminentes comandantes dos exércitos muçulmanos a partir da destituição do governo de Ifriqyia de Hassan ibn Numan, e sua substituição por Musa; é durante estes anos, e até à instalação de Tariq em Tânger, que são submetidas as tribos berberes da região do atual Marrocos.

Parece-nos que se afirma como emir do Magrebe no final de 708, quando Musa decide regressar a Kairouan e entregar-lhe o comando das cabilas berberes que ficam em Tânger, o mais ocidental acampamento militar muçulmano; e a partir de então, e depois

³⁶⁶ BENEROSO SANTOS, 2017, p. 581.

³⁶⁷ TAHIRI, 2019, p. 70.

³⁶⁸ Idem, *ibidem*, pp. 75.

³⁶⁹ CHALMETA, 1994, p. 91.

³⁷⁰ BENEROSO SANTOS, 2017, p. 582; Tariq era, provavelmente, um dos líderes tribais engajados nos exércitos muçulmanos logo depois da derrota de al-Kahina, nos arredores de Qabis (Gabès, na costa sudoeste da atual Tunísia); embora o governador de Ifriqyia ainda fosse al-Gassani, Musa terá participado na segunda campanha contra os berberes.

³⁷¹ TAHA, 1989, p. 71.

da mudança de campo do governador de Ceuta, afinam e executam ambos o plano de invasão do al-Andalus.

Mas a mudança de campo do conde Julião não se dá de forma pacífica; o exército berbere instalado em Tânger assediou a praça-forte de Ceuta durante cerca de dois anos (708-710), apenas conseguindo resistir graças ao auxílio visigodo³⁷².

E é perto do curto espaço temporal entre a expedição de Tarif ibn Malik e a invasão comandada por Tariq ibn Ziyad que os acontecimentos se precipitam, no reino visigodo: morre muito jovem, sem sucessor designado, o rei Witiza, provavelmente no final de 709, ou mesmo no início de 710³⁷³, e começa um período de instabilidade política na Península Ibérica; a sua morte é causa possível para o fim da resistência de Ceuta, com o fim do apoio logístico à cidade, proveniente de Algeciras, o que terá levado o *Comes Iulianus* a submeter-se aos muçulmanos.

Na margem sul do Estreito de Gibraltar estavam milhares de *muqatila* (combatentes) berberes acantonados, sem peleja e conseqüente saque, o que pode ter provocado tensões que compeliram os seus líderes a encontrar um objetivo apetecível, do lado oposto do Estreito de Gibraltar, anteriormente explorado com relativo sucesso³⁷⁴; a preparação da expedição terá sido levada a cabo entre Julião e Tariq³⁷⁵, aparentemente com o conhecimento da cadeia de comando muçulmana – Musa e al-Walid – mas com interferência nula, justificada pelas distâncias: o califa estava em Damasco, Musa em Kairouan; entretanto, o desenrolar da crise política visigoda pode ter levado a facção witiziana a entabular conversações com Julião e os muçulmanos, a fim de garantirem a sua posição patrimonial³⁷⁶, em troca de uma futura traição ao rei que lhes foi imposto, Rodrigo.

³⁷² BENEROSO SANTOS, 2017, pp. 584-585.

³⁷³ GARCÍA MORENO, 2012, p. 129.

³⁷⁴ BENEROSO SANTOS, 2017, p. 588.

³⁷⁵ Ideólogo e executor da invasão de 711, devem ambos ter preparado a estratégia e logística da operação anfíbia que se vai desenrolar em rayab de 92 da Hégira: delinearam o plano, reuniram abastecimentos e armamento, selecionaram os homens e alindaram as embarcações; o *Dikr bilad al-Andalus* diz mesmo que Tariq mandou contruir barcos; MOLINA, 1983, p. 106.

³⁷⁶ ISLA FREZ, 2002, p. 623; considera a possibilidade de Witiza ter algum projeto sucessório, o que nos parece improvável para um rei jovem e com filhos na melhor das hipóteses, a entrar na adolescência.

Tudo terá ficado pronto no final de abril de 711, e foi iniciada a operação militar que irá promover a implementação de diversos estados muçulmanos na Península Ibérica, por oito séculos.

Tariq ibn Ziyad, ou ibn Amr (m. 720) deixou forte impressão nas fontes muçulmanas sobre a conquista da Península Ibérica, num conjunto de narrativas lendárias supostamente ocorridas durante a travessia do Estreito e início da campanha militar. A tradição de ibn Habib refere um ancião berbere que, questionado por Tariq sobre quem iria conquistar o al-Andalus, lhe terá respondido que seria um povo que iria com ele, chamado berbere, e da religião dele³⁷⁷; outra predição relativa a Tariq está presente na *Fath al-Andalus*, que diz que uma idosa hispânica terá citado o seu marido, homem sábio, que descreveu um emir com uma grande cabeça, e um sinal no ombro em forma de crescente, tal como Tariq³⁷⁸; outra das tradições presente em várias crónicas alude a um sonho de Tariq, no qual lhe apareceu o profeta Muhamad, rodeado dos seus fiéis seguidores, armados para combater, e lhe terá dito: «vai em frente, Tariq[...]trata bem os muçulmanos e respeita os pactos!»³⁷⁹. Finalmente, a sua arenga às tropas preparadas para combater em Wadi Lakka, onde basicamente terá exortado os *mujahidin* a combater, ou morrer: «Ó guerreiros! Para onde escapar? Atrás de vós está o mar, e por diante o inimigo; e por Allah, não resta mais do que a verdade e a nossa firmeza [...]»³⁸⁰.

Outra das questões que envolvem este personagem, e que não está completamente esclarecida, é a sua origem. Se para nós se trata indubitavelmente de um comandante berbere, *mawla* de Musa ibn Nusayr, com dez anos de experiência militar ao serviço dos Omíadas de Damasco, outros apontaram-lhe distintas origens, nomeadamente as diversas fontes muçulmanas: al-Maqqari atribui-lhe origem iemenita, da tribo de Sadaf; o *Akhbar majmua* faz de Tariq persa, «um campeão de Hamadan»³⁸¹;

³⁷⁷ HERRERO, 2012, p. 145.

³⁷⁸ *Fath al-Andalus*, 2002, pp. 17-18.

³⁷⁹ HERRERO, 2012, p. 147.

³⁸⁰ AL-MAKKARI, 1840, p. 271.

³⁸¹ *Akhbar majmua*, 2012, p. 49; Hamadan é uma cidade no Oeste do atual Irão.

há mesmo quem o considere árabe, devido ao seu patronímico aparecer amiúde acrescentado da *nisba* al-Laythi³⁸².

Tariq ibn Ziyad parece-nos sobretudo um veterano de guerra, e por isso prudente no comando de todas as ações protagonizadas pelo seu exército: garantiu em primeira instância a aliança com o poder regional, o conde Julião, que lhe garantia os meios para a travessia; enviou uma expedição exploratória, em 710, que lhe permitiu reconhecer o terreno, avaliar as defesas e capacidade de reação dos visigodos, quando intimidados; estabeleceu uma testa-de-ponte em Gibraltar, que permitia ao exército muçulmano avançar em segurança pela baía de Algeciras; e finalmente, liderou o seu exército numa progressão em profundidade muito reduzida, sempre salvaguardando a possibilidade de ser derrotado, e ter de retirar rapidamente, rumo ao ponto de desembarque.

Estes são para nós os traços fundamentais do comandante militar que chefiou a primeira vaga de invasores muçulmanos, que veio a culminar na conquista da Península Ibérica.

6.4. Maio de 711: uma viagem só de ida...

A *Fath al-Andalus*, crónica anónima de autor hipoteticamente andaluz e escrita no final do século XI ou início do século XII sugere, a dado momento, que Tariq, após todos os combatentes terem cruzado o Estreito até Gibraltar, *Djebel T'ârik'*, o monte de Tariq, uma plataforma terrestre com 6,8 quilómetros quadrados, cujo centro consiste num promontório que se eleva aos 426 metros, na orla sudeste da baía de Algeciras, ordenou que todos os barcos fossem queimados, e exortou os seus homens a combaterem ou morrerem³⁸³.

Esta possibilidade parece-nos quase alegórica, um artifício do cronista. A escassez de embarcações existentes naquelas águas fazia delas um bem insubstituível. O que nos parece provável é que tenham regressado a Ceuta, e caso a aventura peninsular não

³⁸² TAHIRI, 2019, pp. 69-70; a *nisba* é a parte de um nome árabe que remete para a sua ocupação, origem geográfica, ou descendência tribal e familiar; o clã Banu Layth pertencia à poderosa confederação Quays, do norte da Arábia.

³⁸³ *Fath al-Andalus*, 2002, p. 11.

corresse bem, qualquer nave mais modesta poderia cruzar o Estreito e solicitar o regresso das embarcações utilizadas na travessia; mas é o simbolismo de tal decisão que nos parece mais interessante: Tariq e os seus homens não tinham vindo saquear as povoações ao redor da baía de Algeiras, ou mesmo uma outra qualquer cidade na sua proximidade; não, eles tinham vindo para, caso a campanha fosse bem sucedida, ficar.

Embora quer as fontes da invasão quer a historiografia contemporânea se tenham preocupado em encontrar uma data para o desembarque de Tariq ibn Ziyad³⁸⁴, não atribuímos importância a essa datação, preferindo antes calcular a duração da totalidade da operação anfíbia. Acreditando no reduzido número de embarcações, ainda que possamos crer na possibilidade de existir em Ceuta uma esquadra, ainda que modesta, de *dromons* de proveniência bizantina³⁸⁵, foram seguramente necessárias cerca de cinco semanas para transportar os cerca de 7 000 homens, armamento, provisões e algumas montadas, envolvidas neste primeiro momento da invasão muçulmana³⁸⁶.

A questão da utilização de meios navais muçulmanos na invasão de 711 continua em aberto, em virtude da escassez de informação pertinente; as fontes muçulmanas apenas mencionam as embarcações de Julião, utilizadas para a travessia. O *Akhbar majmua* diz que Musa nomeou Tariq para, acompanhado de 7 000 muçulmanos, na sua maioria berberes e libertos, passar a Espanha, nos quatro barcos anteriormente mencionados, os únicos que tinham³⁸⁷; ibn al-Athir, na sua obra *Al-Kamil fi l-Tarij*, descreve de forma semelhante estes acontecimentos: a expedição de Tarif, transportada por quatro barcos, e a de Tariq, que dirigiu os seus barcos até uma elevação, que fazia

³⁸⁴ Iniciámos esta dissertação, seguindo uma data apontada por Ahmed Tahiri para o início e fim da operação de desembarque: a primeira semana de maio de 711 e a segunda de junho do mesmo ano; TAHIRI, 2019, p. 13; Garcia Moreno não se compromete: aponta a primavera; GARCÍA MORENO, 2012, p. 246; e segue Chalmeta quanto aos meses: abril e maio; Idem, ibidem, nota 817; Chalmeta apela para al-Razi e aponta o início da operação para 28 de abril, prolongando-se até maio/junho; CHALMETA, 1994, p. 128; José Beneroso Santos, investigador com muita produção sobre a história da região do Estreito de Gibraltar, coloca a operação entre os últimos dias de abril e a terceira semana de junho; BENEROSO SANTOS, 2008, p. 133.

³⁸⁵ MARTÍNEZ CARRASCO, 2014, p. 3 e pp. 21-23.

³⁸⁶ Quanto à questão do efetivo muçulmano, regressaremos a ela mais adiante, obrigatoriamente.

³⁸⁷ *Akhbar majmua*, 2012, p. 50.

uma saliência e pertencia ao continente³⁸⁸; a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, que no que concerne à invasão muçulmana não é mais do que a *Crónica do Moro Razis*, diz o seguinte: «E desy postou sua fazenda de tal guisa que os passou todos ã naves em sã de mercadores aaquẽ mar, poucos e poucos[...]»³⁸⁹; Rodrigo Jiménez de Rada também não menciona o quantitativo de barcos, na expedição de Tariq; diz apenas que o exército muçulmano foi conduzido por barcos de mercadores, de forma a que passasse despercebida a razão da sua chegada; menciona os quatro barcos na algara conduzida por Tarif ibn Malik³⁹⁰.

De um modo geral, as fontes, muçulmanas ou cristãs, apontam para quatro embarcações, de tipologia mercante, até para ajudar a garantir o secretismo inicial da expedição. E onde andava a frota de Ifriqiya, com base em Cartago, e que nesta cronologia deveria garantir o domínio do Mediterrâneo Ocidental?

Pierre Guichard, em 1987, e, mais tarde, Jorge Lirola Delgado aventaram a possibilidade da frota de Ifriqiya ter participado na operação de desembarque das tropas comandadas por Tariq ibn Ziyad³⁹¹, tendo como base alguns textos de al-Dabbi, al-Humaydi e al-Marrakusi³⁹²; segundo Arcádio del Castillo e Julia Montenegro, em artigo dedicado à invasão de 711 e à frota de Ifriqiya, aqueles dois autores teriam sido induzidos em erro por uma tradução errónea dos *Annales*, de ibn al-Athir, da *Histoire*, de al-Nuwayri³⁹³, que sugerem, de algum modo, a possibilidade de que a frota de Ifriqiya tinha participado no desembarque em Gibraltar, e só depois terem efetuado uma expedição à ilha da Sardenha, sob domínio bizantino.

Mas sigamos Jorge Lirola Delgado, e a sua opinião sobre a afirmação do poder naval islâmico no Mediterrâneo Central: em 698 os muçulmanos armam uma grande frota e expulsam definitivamente os bizantinos de Cartago. O estabelecimento de um arsenal naval em Tunes, segundo algumas fontes aconteceu ainda em tempo de Hassan ibn

³⁸⁸ IBN AL-ATHIR, 1898, p. 41.

³⁸⁹ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 2009, p. 322.

³⁹⁰ *De rebus Hispanie*, 1989, p. 146 e p. 145.

³⁹¹ GUICHARD, 1987, pp. 56-57; LIROLA DELGADO, 1995, p. 27 e p. 36.

³⁹² DEL CASTILLO; MONTENEGRO, 2012, p. 756.

³⁹³ Idem, *ibidem*, p. 757.

Numan, em data incerta, entre 685 e 703; outras indicam uma data após 703, já com o novo emir, Musa ibn Nusayr³⁹⁴. Pela mão de um ou de outro, a tarefa terá sido incumbida pelo governador do Egípto, Abd al-Aziz ibn Marwan e ordenada pelo próprio califa³⁹⁵: transferir 1 000 coptas, hábeis nas artes da construção naval, com o objetivo de construir 100 embarcações, aptas para a guerra no mar e o transporte de tropas.

O domínio estratégico do Mediterrâneo Central e Ocidental consuma-se a partir de então, com ataques sistemáticos às ilhas da região (Sicília, Sardenha e Baleares)³⁹⁶, fustigando as guarnições bizantinas locais, quer no mar, quer em terra.

Contrariamente a Guichard e Lirola Delgado, Júlia Montenegro e Arcádio del Castillo desfecham pela não participação da frota tunisina na invasão do reino visigodo, e concluem ainda não ter sido uma operação programada³⁹⁷; temos uma posição, relativamente a esta matéria, algo híbrida, face a estas perspetivas antagónicas: na nossa opinião a frota de Ifriqiya participou, indiretamente, na invasão da Península Ibérica, garantindo pressão na costa levantina e precavendo qualquer aparição de um improvável aliado dos visigodos: Bizâncio. E, obviamente, isto descarta qualquer teoria de não programação. O que as fontes muçulmanas nos dizem, quer, como já referimos, sobre as cautelas iniciais do califa al-Walid³⁹⁸, ou ainda a preocupação demonstrada pelo califa Umar II, já em 717, com a situação dos muçulmanos ocupantes do reino visigodo, isolados e sujeitos a ameaças³⁹⁹, argumentos utilizados por Montenegro e Del Castillo para justificar a sua teoria de uma invasão e conquista fruto apenas do acaso, na nossa opinião, mostram apenas prudência, no primeiro caso, e novamente comedimento, no segundo, e constatação de que, em 717, a conquista do al-Andalus não estava ainda consolidada.

Quanto à dimensão do exército de Tariq ibn Ziyad, teremos de ser muito cautelosos; em primeira instância, vejamos o que dizem as fontes: o *Akhbar majmua* fala

³⁹⁴ LIROLA DELGADO, 1991, p. 72.

³⁹⁵ Idem, ibidem.

³⁹⁶ JEFFREYS; PRYOR, 2006, p.28.

³⁹⁷ DEL CASTILLO; MONTENEGRO, 2012, pp. 764-765.

³⁹⁸ Ver nota 327.

³⁹⁹ IBN AL-QUTIYYA, 2009, p. 59; idem, 1926, p. 6.

num exército de 7 000 homens, num primeiro momento, reforçado posteriormente com mais 5 000⁴⁰⁰.

O *al-Immama wal-Siyasa*, obra erradamente atribuída a Ibn al-Qutayba⁴⁰¹, refere 17 000 combatentes, e de uma vez só⁴⁰².

Ibn Abi Riqa, transmissor dos ensinamentos de ibn Habib, da primeira metade do século IX, dá-nos uma enumeração algo confusa: Tariq pôs-se a caminho com 1 700 homens; depois juntaram-se-lhe os berberes; somaram-se 11 990 e 6 deles eram árabes; mas estes só se juntaram depois dos 1 700 iniciarem a conquista, no mês de Rajab do ano 92 da Hégira⁴⁰³.

A *Fath al-Andalus*, uma crónica anónima do século XI, diz que com Tariq estavam 13 000 homens; diz ainda que Musa ordenou a Julião que, acompanhado dos inúmeros voluntários que o seguiam, se juntasse a Tariq⁴⁰⁴.

Noutro manuscrito traduzido por Pascual de Gayangos, o *Abu Jafar*⁴⁰⁵, escrito em Sevilha no final do século XII, o número de homens que foram com Tariq é de 12 000, entre árabes e berberes⁴⁰⁶.

Ibn al-Athir, no seu *al-Kamal* (A História completa) divide o número dos combatentes muçulmanos em 7 000 numa primeira leva, mais 5 000 de reforço, enviados por Musa, a pedido de Tariq⁴⁰⁷.

O arcebispo Rodrigo Jiménez de Rada diz que Musa mandou Tariq entregar a Julião 12 000 soldados⁴⁰⁸.

Ibn al-Kardabus, historiador tunisino dos séculos XII-XIII, na sua *T'arik al-Andalus*, assevera que Musa ordenou a Tariq que, à cabeça de 12 000 homens, árabes e berberes,

⁴⁰⁰ *Achbar majmua*, 2012, p. 50; idem, 1867, p. 21.

⁴⁰¹ Wenceslao Segura González atribui a autoria a um descendente de Musa; SEGURA GONZÁLEZ, 2010, p. 14.

⁴⁰² AL-MAKKARI, 1840, p. LXX (Appendix E).

⁴⁰³ IBN ABI RIQA, 1944, p. 248.

⁴⁰⁴ *Fath al-Andalus*, 2002, p. 9.

⁴⁰⁵ Corresponde ao Apêndice D da obra «The history of the Mohammedan dynasties in Spain», nas páginas XLII-L.

⁴⁰⁶ AL-MAKKARI, 1840, p. XLVI (Appendix D).

⁴⁰⁷ IBN AL-ATHIR, 1898, pp. 42-44.

⁴⁰⁸ *De rebus Hispanie*, 1989, p. 144.

passasse a Espanha. Mandou ainda que Julião, acompanhado dos seus homens, o acompanhasse; também se uniram (a eles) grande número de voluntários⁴⁰⁹.

No fragmento conhecido da obra de ibn al-Sabbat, o número de homens que acompanharam tariq ibn Ziyad é de cerca de 12 000, marchando entre eles muito poucos árabes⁴¹⁰.

Al-Himyari, geógrafo que viveu e escreveu no século XIV, produziu uma recompilação histórico-geográfica sobre o al-Andalus⁴¹¹, onde diz, num texto bastante confuso, que Musa deu o comando a Tariq e ordenou-lhe que partisse, á cabeça de 7 000 berberes e libertos; diz ainda que havia entre eles muito poucos árabes; logo depois diz que Julião equipou os barcos necessários, e Tariq desembarcou em Gibraltar num sábado do mês de *Sha'aban* (24 de maio a 21 junho de 711) do ano de 92 da Hégira, com 12 000 homens⁴¹².

Já al-Nawayri, egípcio que escreveu no século XIV, diz que Musa ordenou ao comandante da vanguarda muçulmana, Tariq ibn Ziyad, que fizesse a travessia (para Espanha) com 7 000 muçulmanos, a maior parte berberes e novos conversos; só depois de submeter Algeiras, e ter conhecimento do gigantesco exército (100 000 homens) que Rodrigo reunia para o defrontar, Tariq obteve (junto de Musa) um reforço de 5 000 combatentes⁴¹³.

A *Historia de Al-Andalus por Aben Adhari de Marruecos* calcula em 12 000 berberes o contingente comandado por Tariq⁴¹⁴. O *Dikr*, uma crónica anónima do século XIV, traduzida e profusamente estudada por Luis Molina, estima em 12 000 os combatentes que acompanharam Tariq ibn Ziyad já no sagrado mês de *Ramadān* de 92 (22 de junho a 27 de julho de 711), sendo 10 000 berberes, 2 000 árabes, e 700 negros, que colocou na vanguarda⁴¹⁵.

⁴⁰⁹ IBN AL-KARDABUS, 1986, p. 53.

⁴¹⁰ IBN AL-SABBAT, 1973, p. 8.

⁴¹¹ *Kitab al-Rawd al-Mitar*, O Livro do Jardim Perfumado.

⁴¹² AL-HIMYARI, 1963, pp. 29-30.

⁴¹³ AL-NAWAYRI, 1852, pp.347-348.

⁴¹⁴ IBN IDAHRI, 1860, p. 20.

⁴¹⁵ *Dikr Bilad al-Andalus*, 1983, p. 106.

Finalmente, olhemos uma das mais significativas fontes muçulmanas para o estudo da invasão e conquista do reino visigodo de Toledo: o *Nafh al-tīb*, do argelino al-Makkari (séculos XVI-XVII); obra de impagável valor histórico, tendo como base o estudo de fontes anteriores e referências entretanto desaparecidas. Citando frequentemente autores anteriores, como ibn Hayyán, al-Razi ou ibn Khaldoun, faz uma descrição bastante pormenorizada dos acontecimentos, desde a expedição de Tarif ibn Malik até à batalha de Wadi Lakka (Guadalete), em 12 páginas; quanto ao número de combatentes que acompanharam Tariq, e seguindo ibn Khaldoun, o historiador argelino propõe 300 árabes e 10 000 berberes⁴¹⁶. Voltaremos forçosamente ao *Nafh al-tīb*, visto conter, quanto a nós, a mais abonada descrição dos momentos decisivos da operação liderada por Tariq ibn Zyad.

As fontes da invasão e conquista que não surgem neste cômputo são omissas relativamente ao número de combatentes que cruzaram o Estreito com Tariq – a *Crónica Moçárabe de 754*, ibn Abd al-Hakem (*Conquista de África del Norte y de España*), a *Crónica Albeldense*, entre outras – e nesse conjunto encontram-se as fontes conhecidas mais próximas dos acontecimentos.

E que dizem os estudiosos por nós escolhidos, sobre este fundamental detalhe da operação militar que iniciou o processo de conquista?

Pedro Chalmeta fez ele próprio uma estimativa a partir das fontes muçulmanas, e a cifra que lhe parece mais consensual ronda os 12 000 homens⁴¹⁷; Roger Collins afirma ser praticamente impossível estimar as forças envolvidas, apesar dos 7 000 a 12 000 combatentes propostos pelas fontes, e considera provável um número muito inferior, a rondar os 2 000 homens⁴¹⁸; Eduardo Manzano Moreno, em *Conquistadores, Emires y Califas*, indica para o desembarque de 711 cerca de 8 000 homens⁴¹⁹; Ahmed Tahiri segue aquelas crónicas muçulmanas que indicam 12 000 combatentes, quase todos berberes⁴²⁰;

⁴¹⁶ AL-MAKKARI, 1840, pp. 267-268.

⁴¹⁷ CHALMETA, 1994, pp. 126-127.

⁴¹⁸ COLLINS, 2004, p. 141.

⁴¹⁹ MANZANO MORENO, 2006, p. 33.

⁴²⁰ TAHIRI, 2019, pp. 147-149.

García Moreno segue a tradição patente nas crónicas muçulmanas andaluzes, a partir de al-Razi: 7 000 homens no primeiro momento mais 5 000 reforços, enviados por Musa⁴²¹.

Nesta deambulação pela historiografia mais recente da invasão e conquista, deixámos para o fim duas abordagens que consideramos diferenciadas: a primeira é a de José Soto Chica, que no seu livro *Visigodos, hijos de un Dios furioso*, ao abordar a questão do efetivo das tropas muçulmanas, considera que devemos seguir os números das fontes muçulmanas mais antigas – ibn Abd al-Hakam, ibn Qutayba e o *Akhbar majmua* – 1 700 árabes e 12 000 berberes, justificando também com o texto da *CM 754*, que nos diz que os invasores eram mouros e árabes; afirma ainda que a mais antiga descrição, a do egípcio ibn Abd al-Hakam, é a que devemos seguir, e que a posterior dispersão dos números se deve a um contingente inicial de 7 000 homens, reforçado por contingentes que já saqueavam a Península, e por grupos de combatentes que foram engrossando a hoste muçulmana, até à decisiva batalha de Wadi Lakka, perfazendo o efetivo de 13 700 combatentes⁴²².

Por fim, vejamos o que nos diz o General de Brigada Agustín Alcazár Segura⁴²³: seguindo uma obra dos anos 50 do século XX⁴²⁴, este autor avalia os efetivos que cruzaram o Estreito em 7 000 berberes, 900 árabes e 100 witizianos, na qualidade de guias, todos eles comandados por Tariq ibn Ziyad⁴²⁵.

Esta questão – afinal quantos eram os combatentes que atravessaram o Estreito – reveste-se de muitas nuances, que nos obrigam a olhar com imensa cautela qualquer conclusão: a variação do número de homens terá, obrigatoriamente, de nos fazer repensar outras variáveis: o número de embarcações; o número de viagens entre Ceuta e Gibraltar; a presença de número significativo (ou não) de árabes; as tensões interétnicas e a cadeia de comando (um berbere a comandar um contingente significativo de árabes?).

⁴²¹ GARCÍA MORENO, 2012, p. 245.

⁴²² SOTO CHICA, 2020a, p. 499.

⁴²³ Apesar de termos encontrado algumas debilidades ao nível da fundamentação da monografia, com escasso recurso às fontes e bibliografia, e utilizando trabalhos anteriores algo datados, pareceu-nos interessante somar a visão de um militar, para mais um especialista de Tática e Estratégia.

⁴²⁴ *Europa, su forja en cien batallas*, de Alfredo Kindelán, Madrid, 1952.

⁴²⁵ ALCAZÁR SEGURA, 2015, p. 73.

Partindo de detalhes que são comuns a um número significativo de fontes, como vimos anteriormente, parece-nos que com quatro embarcações, fornecidas por Julião, provavelmente barcos mercantes, com capacidade para passar em cada travessia um pouco mais de 100 homens, alguns cavalos e equipamento, teria sido possível um ritmo de uma viagem de ida e volta por dia, desde que as condições de navegação fossem as normais⁴²⁶; os estudos monográficos que examinámos, sobre a invasão e conquista de 711, não aprofundam esta questão: Chalmeta afirma que devido ao limitado número de embarcações disponíveis, a operação terá demorado entre 30 a 40 dias⁴²⁷; García Moreno expõe apenas que a travessia se realizou na primavera de 711, e terá exigido algum tempo, devido á escassez de navios⁴²⁸; Ahmed Tahiri defende uma opinião, com base nas crónicas de al-Himyari e al-Makkari, algo controversa, mas não descabida: às quatro embarcações de Julião, somaram-se dezenas de outras, mercantes, de diferentes dimensões⁴²⁹; Soto Chica, ao abordar a conjuntura político-militar do desaparecimento do reino visigodo de Toledo, assevera que o desembarque, em virtude de os muçulmanos só poderem contar com quatro *dromones* e algumas embarcações de apoio, durou vários dias, sem qualquer tipo de oposição⁴³⁰.

É num número monográfico dedicado à comemoração do XIII centenário do desembarque comandado por Tariq ibn Ziyad em 711, da revista *Aljaranda*, e num ou outro paper de atas de congressos e revistas, que em 2010, 2011 e 2012 dedicaram edições às etapas da invasão e conquista do al-Andalus, que encontramos as análises mais aprofundadas sobre esta questão.

⁴²⁶ Por normais entendemos condições de vento ideais para a navegação à vela: os ventos anómalos que sopram no Estreito de Gibraltar, o Levante e o Terral, ou Sudoeste, podem tornar uma travessia curta (Ceuta-Gibraltar), de cerca de 15 nmi (milhas náuticas), algo no mínimo moroso, ou mesmo muito perigoso. O Levante sopra por vezes com rajadas superiores aos 60 nós, provoca um mar muito agitado e com fraca visibilidade; o Terral pode até favorecer a navegação sul-norte, caso não sopra demasiado forte, provocando também um mar muito agitado; com vento a soprar de oeste, o que acontece normalmente entre 27 de março e 23 de junho, e com velocidades normais para a época (entre 16,8 e 14,5 Km/hora), parece-nos não ter sido possível realizar mais do que uma viagem de desembarque por dia; veja-se <https://pt.weatherspark.com/y/34081/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Gibraltar-durante-o-ano>.

⁴²⁷ CHALMETA, 1994, p. 128.

⁴²⁸ GARCÍA MORENO, 2014, p. 245.

⁴²⁹ TAHIRI, 2019, p. 150.

⁴³⁰ SOTO CHICA, 2020a, p. 499.

José Beneroso Santos, elabora um retrato da operação bastante detalhado, e com conclusões suas que de um modo geral são muito interessantes: as tropas foram embarcadas em Ceuta; apesar das fontes referirem quase sempre quatro embarcações, propõe um número maior; considera ainda que ultrapassada a primeira etapa da operação de desembarque, envolvendo os tais navios mercantes, Julião terá também empenhado o seu pequeno *thema*, composto de alguns *dromones* ou *moneras*⁴³¹; observa ainda que as condições meteorológicas do Estreito de Gibraltar podem variar rapidamente. Em condições normais uma viagem de ida e volta podia durar dois dias; era também possível encurtar as viagens utilizando tripulações de reserva, propõe 45 dias a 60 dias para a operação completa⁴³².

Wenceslao Segura González, por seu lado, sublinha as dificuldades de navegação no Estreito de Gibraltar, citando Estrabão, e referindo as correntes fortíssimas e os ventos dominantes de oeste e leste, que dificultam a navegação transversal costa a costa, e são responsáveis pelos inúmeros naufrágios na zona⁴³³; dá-nos conta também que a larga duração da travessia impedia a previsibilidade das condições de navegação, que mudavam rapidamente⁴³⁴.

Parece-nos perceptível que uma operação desta envergadura, caso tivessem existido meios para lhe fazer frente, teria sido facilmente interrompida: atalaias eficientes, entre Tarifa e Gibraltar; forças suficientemente numerosas, de infantaria e cavalaria, para cobrir a zona de desembarque; meios navais para atacar as carregadas e inoperantes embarcações muçulmanas, no mar.

E isto leva-nos a outra questão. Onde andavam as forças visigodas? Por que razão foi possível durante muitos dias (subescrevemos a possibilidade da operação completa ter demorado cerca de mês e meio) os contingentes muçulmanos, num primeiro momento

⁴³¹ *Dromon* (plural *dromones*): nome genérico atribuído às galés de guerra bizantinas, evolução paulatina das *liburnae* romanas, dominaram o Mediterrâneo entre o século V e o século XII; a *monera* é a versão mais leve (e mais rápida) do *dromon*, com apenas uma coberta, e uma tripulação total de 80 homens, entre remadores e marinheiros; PRYOR; JEFFREYS, 2006, pp. 188-190.

⁴³² BENEROSO SANTOS, 2011, pp. 19-20.

⁴³³ SEGURA GONZÁLEZ, 2011b, p. 130, nota 104.

⁴³⁴ Idem, ibidem, p. 131.

algumas centenas, terem ido engrossando, terem efetuado razias nas imediações da baía de Gibraltar, sem relato de qualquer oposição?

A *Crónica Moçárabe de 754* oferece-nos a primeira pista: «No quinto ano de al-Walid, enquanto a Espanha era devastada pelos já mencionados saqueadores (Tarif, Tariq e outros), e era profundamente flagelada não só pela ira do inimigo estrangeiro, mas também pelas suas lutas intestinas [...]»⁴³⁵; esta frase parece indicar que o reino de Toledo estava em plena guerra civil, aquando da chegada de Tariq ibn Ziyad, ao comando de milhares de berberes.

6.5. Morte do rei Witiza e ascensão de Rodrigo, duque da Bética

Como vimos anteriormente, Witiza terá morrido no inverno de 709/710, segundo Soto Chica⁴³⁶, o falecimento do rei terá acontecido em dezembro ou janeiro; deixa filhos, ainda crianças e sem condições para reclamar o trono; sobrevivem-lhe também irmãos, os filhos mais jovens de Égica, ambiciosos, mas sem correligionários, face a dois partidos que arregimentam nas suas fileiras a maior parte das forças vivas do reino: o duque da Bética, Rodrigo, de estirpe real, naturalmente com fortes apoios nas cidades do sul, Lusitânia e Galécia, e Ágila, duque da Tarraconense ou Narbonense, que se proclama rei e começa a cunhar moeda nas principais cidades do sudeste do reino: Narbonne, Girona, Saragoça e Tarragona⁴³⁷.

A ascensão de Rodrigo ao trono tem sido objeto de variadas avaliações, nomeadamente no que concerne à legitimidade e duração da guerra civil⁴³⁸. Luis Garcia Moreno parte de uma passagem da *CM de 754* para concluir sobre a ilegitimidade da entronização de Rodrigo: «após solicitações do senado, Rodrigo, na sequência de uma

⁴³⁵ *CM 754*, 2009, p. 227 (tradução nossa do castelhano).

⁴³⁶ SOTO CHICA, 2020a, p. 490 e 493.

⁴³⁷ MILES, 1952, pp.384-385.

⁴³⁸ Diversos autores, como García Moreno, Livermore e Thomson consideram ter estalado logo após a morte do rei Witiza uma guerra civil entre pelo menos dois partidos, que durou até à batalha de Guadalete, onde desaparece Rodrigo.

revolta, assume o trono [...]»⁴³⁹, e contradizendo Sánchez-Albornoz, estima como ilegítima a tomada do trono pelo duque da Bética, por ter sido «uma proclamação real mediante ação armada, sediciosa e violenta»⁴⁴⁰, contrária à legislação existente sobre sucessão real goda, com origem nos concílios ecuménicos toledanos.

E porquê discutir a legitimidade ou ilegitimidade da ascensão de Rodrigo? Com o desaparecimento de Witiza, e à revelia dos bispos e da nobreza visigoda, das regiões do sul e do centro da Península, o *dux Narbonensis* ou *Tarraconensis*, Ágila, se teria proclamado rei, repetia-se, quanto à rebelião secessionista, um cenário ocorrido 38 anos antes, com o duque Paulo⁴⁴¹. O que propomos avaliar, para o ano e meio que vai da morte de Witiza ao desaparecimento de Rodrigo, são as movimentações político-militares de um reino dividido, dividido até na norma da sucessão real, entre a eleição pelos pares e a sucessão dinástica; relembremos que Rodrigo possuía todos os atributos, mesmo legais, para se tornar rei dos Visigodos: era varão, de estirpe nobre, aparentado com as famílias reais anteriores (que dominaram a política do reino de Toledo, desde Leovigildo e Recaredo), rico, comandante militar, e nascido livre.

É confuso perceber, no contexto pós-Witiza, quem é que usurpou o poder a quem; existe um código, conservado em Paris⁴⁴², que, na cronologia dos reis visigodos de Toledo, omite Witiza e Rodrigo, e acrescenta Ágila II e Ardo, ou Ardón. Parece-nos claro que existiram em simultâneo dois reis, após Witiza ter desaparecido; provavelmente, o reino estava partido entre o nordeste e o centro/sul; não sabemos durante quanto tempo coexistiram Rodrigo e Ágila II, e podemos até admitir que Rodrigo não morreu na batalha dos Montes Traductinos/Wadi Lakka, e o que nos parece evidente é que a guerra civil, um flagelo mais a acrescentar às fomes, secas e pestes, recorrentes nas últimas décadas, é o fator decisivo para uma tão fácil e rápida invasão e conquista da quase totalidade da Península Ibérica.

⁴³⁹CM 754, 2009, p.225; veja-se ainda nota 4, que remete para SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1946, pp. 5-99, um autêntico manifesto legitimador do rei Rodrigo.

⁴⁴⁰ GARCÍA MORENO, 2014, p. 148.

⁴⁴¹ COLLINS, 2004, p. 94.

⁴⁴² O *Laterculus regum visigothorum*, 1981, p. 469.

E essa mesma guerra civil só foi interrompida pela brusca irrupção muçulmana da primavera/verão de 711.

Parece-nos mais ou menos consensual, entre os historiadores de 711, a região onde se encontrava Rodrigo e a sua hoste, quando, na primavera desse ano, começaram a desembarcar os primeiros contingentes muçulmanos: algures nas imediações de Pamplona, preparado para iniciar campanha contra os bascos; o que não é consensual é o motivo dessa campanha, que para uns se trata da usual campanha primaveril, de apaziguamento dos sempre rebeldes cântabros e bascos. Outros vão mais longe, associando a operação a algo de maior dimensão: à semelhança do que o rei Wamba fez na campanha de 673⁴⁴³, Rodrigo foi em primeiro lugar subjugar os bascos, para mais aliados de Ágila II, garantindo que não restasse nenhuma ameaça na sua retaguarda, quando deslocasse o exército para a Tarraconense e Narbonense, as províncias em revolta.

De regresso à narrativa do desembarque, delineámos já algumas das respostas para as nossas dúvidas: aparentemente desde finais de abril até meados de junho, foram chegando a Gibraltar sucessivos contingentes de berberes, que inicialmente fortificaram uma atalaia já existente em Gibraltar, garantindo defensivamente as sucessivas e diárias chegadas de homens, provisões, armamento, e, eventualmente, alguns cavalos, dos quais os comandantes certamente não abdicariam.

⁴⁴³ Existem muitas semelhanças entre ambas as campanhas (Wamba e Rodrigo), como veremos adiante, apesar da nova variante, corporizada pela invasão muçulmana.



Figura nº 3– Região de Gibraltar/Algeciras; mapa original, efetuado a partir de https://www.pisos.com/obra_nueva/campo_de_gibraltar/.

Neste espaço de tempo (finais de abril/meados de junho), é também provável que, a partir dessa base de operações, tenham existido pequenas expedições de saque, ao redor da baía de Algeciras, com muito pouca oposição das forças visigodas, quase inexistente no litoral, por preferirem, face a qualquer perigo vindo de África, uma estratégia de defesa em profundidade, resultado de acreditarem possuir suficientes recursos para esmagar qualquer ameaça⁴⁴⁴; José Beneroso Santos, em artigo de análise ao embarque e desembarque de 711⁴⁴⁵, defende alguns aspetos que consideramos interessantes: a divisão do exército em dois, sendo liderada a porção mais pequena (400 infantas e 100 ginetes) por Tarif ibn Malik, à imagem do que tinha acontecido um ano antes, com o objetivo de desembarcar dentro da baía, onde terá sido repellido, o que

⁴⁴⁴ LÓPEZ FERNÁNDEZ, 2011, p. 56.

⁴⁴⁵ BENEROSO SANTOS, 2011, pp. 14-27

provocou a mudança de rumo, consumando-se nas praias a norte do promontório de Gibraltar, tendo sido o primeiro acampamento junto à praia de Levante, e os restantes homens chegaram à praia de Guadalquitón⁴⁴⁶; Tariq terá chegado com a posição já completamente consolidada, e com Carteia, ao tempo a povoação mais significativa da zona da baía, conquistada por Tarif⁴⁴⁷.

Tomamos agora a narrativa de Ahmad al-Razi, a partir da *Crónica Geral de Espanha de 1344*, para analisarmos o primeiro enfrentamento de tropas muçulmanas e visigodas; trata-se do episódio em que Sancho, um sobrinho do rei Rodrigo, ao comando de forças de cavalaria, terá tentado impedir a continuação do desembarque de efetivos berberes. Importa referir que, neste momento, Rodrigo, com o exército algures no noroeste peninsular, teria já sido informado da chegada das forças árabe-berberes, e delegou no seu sobrinho, a tarefa de solucionar o problema: «Conta a estoria que, logo que o dia foy viiindo, armaronsse todos, assy de húa parte come da outra, e foransse ao campo e poseron suas aazes e postaronssse o melhor que poderõ[...]E a D. Sancho, que era o mais esforçado cavalleiro que avya em Spanha[...]E tanto que dom Sancho começou, logo se as aazes moveron os huús contra os outros[...]Mas Deus, que avia partida a sua graça dos cristãos, quis que os mouros quebrantassem todallas aazes dos cristãos. E foi morto don Sancho [...]»⁴⁴⁸.

Podemos considerar este confronto ocorrido hipoteticamente em meados de junho, e já com a maioria do efetivo muçulmano espalhado pelas imediações do rochedo de Gibraltar, garantindo o desembarque nas praias situadas imediatamente a nordeste do promontório (Levante, Atunara, Torrecarbonera ou Guadalquitón) ou junto a Carteia, na foz do rio Guadarranque, decisivo para o domínio da região da baía de Algeciras e suas principais povoações (Carteia e Iulia Traducta), que se tornaram a base de partida para algaras depredatórias dos territórios circundantes.

⁴⁴⁶ Idem, ibidem, p. 18.

⁴⁴⁷ Idem, ibidem.

⁴⁴⁸ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 2009, pp. 327-328.

Ibn Abad al-Hakam, que escreveu sobre a invasão e conquista no século IX (803-871), também refere que as tropas de Córdova tentaram cortar o passo a Tariq, e, após batalha encarniçada, foram derrotados⁴⁴⁹.

6.6. Em marcha acelerada, rumo ao inimigo!

As tropas que se encontravam com Rodrigo no nordeste da Península, aquando da chegada dos invasores comandados por Tariq ibn Ziyad, eram aparentemente de dois tipos: o *exercitus*, composto pela oligarquia militar do reino, pelo menos os mais próximos do rei, *fidelis regis* e *gardingos*; e a *hostis*, que resultava das levas forçadas, resultado da aplicação das leis militares de Wamba e Ervígio, compostas das comitivas dos nobres forçados a combater por essa mesma legislação⁴⁵⁰.



Figura nº 4 – Localização dos dois exércitos; mapa original.

⁴⁴⁹ IBN AL-HAKAM, 1966, p. 43.

⁴⁵⁰ GALLEGOS VÁSQUEZ, 2011, p. 36.

Partindo do princípio de que Rodrigo se preparava para acometer Pamplona, pacificar os bascos e avançar depois até à Tarraconense, para defrontar Ágila II, não nos parece que a força que marchava com o rei fosse de grande dimensão, e seguindo números sugeridos por Soteras Escartín⁴⁵¹, deveria rondar os 10 000 homens no momento em que o rei decidiu interromper a campanha no Noroeste e rumar à Bética, para afrontar a nova ameaça, resultante da invasão arábo-berbere.

Ainda que não saibamos exatamente onde se encontrava o exército de campanha do rei Rodrigo, quer fosse no vale do rio Ebro, quer preparando-se para cercar Pamplona, falamos sempre de uma distância a Córdova entre os 630 e os 710 quilómetros, distância que foi necessário vencer rapidamente; Miguel Gomes Martins estima etapas diárias de 20 a 30 quilómetros, num exército composto por tropas de cavalaria e infantaria, e trem de apoio⁴⁵², em marcha regular; mas a marcha de Rodrigo não foi de todo regular, mas sim forçada pelas circunstâncias de acorrer a mais de 900 quilómetros de distância.

São interessantes, como modo de comparação, os dados do exército anglo-saxão de Harold Godwinson, que travou duas batalhas entre 25 de setembro e 14 de outubro de 1066, Stamford Bridge e Hastings⁴⁵³; mais de 400 quilómetros separam estas duas localidades britânicas, e, atendendo a que: a) a invasão normanda deu-se a 28 de setembro; b) a notícia terá chegado a York (onde estava Harold Godwinson) nos primeiros dias de outubro; e c) entre 6 e 11 de outubro o rei já estava em Londres, a reunir um novo exército. Estas datas suportam cálculos para velocidades de marcha acima dos 40 quilómetros por dia⁴⁵⁴, ainda que só as forças montadas tenham acompanhado Harold na viagem até Londres.

⁴⁵¹ SOTERAS ESCARTÍN, 2010, P. 204, quadro nº 3; o autor aponta um efetivo entre os 10 000 e os 20 000 homens, o que nos parece ajustado (o limite superior) para o total de homens presentes na Batalha dos Montes Taductinos; Rodrigo, tendo já avaliado a dimensão da ameaça muçulmana, terá, na nossa opinião, reforçado o seu exército de campanha solicitando levas e auxílio de forças não envolvidas na fase inicial, que se foram agrupando em Córdova.

⁴⁵² MARTINS, 2014, p. 378; esta estimativa é em tudo semelhante a outras, nomeadamente de João Gouveia Monteiro, na sua Tese de Doutoramento *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, e Jan Frans Verbruggen, em *The Art of War in Western Europe During the Middle Ages*, para a deslocação de um exército em marcha regular.

⁴⁵³ MARREN, 2004, p. 9.

⁴⁵⁴ Idem, *ibidem*, p. 93.

Calculamos então, que no caso do rei Rodrigo e do seu exército, a marcha forçada entre o vale do Ebro e Córdoba tenha durado cerca de duas semanas, atendendo à dimensão do exército e composição da sua força (maioritariamente forças de cavalaria, com a infantaria a juntar-se-lhe depois, na cidade *patriciense*⁴⁵⁵), o que coloca Rodrigo pronto para procurar e acometer as tropas muçulmanas em meados de julho de 711; é a partir da tradição de Arib ibn Said, cronista e secretário (*kātib*) dos califas Abd al-Rahman III e al-Hakam II, reproduzida por al-Makkari e pelo cronista anónimo da *Fath al-Andalus*, que identifica Córdoba como o ponto de encontro das tropas visigodas⁴⁵⁶.

E qual era a dimensão do exército reunido por Rodrigo, e o que nos contam as fontes sobre esta questão? A *CM 754*, ibn al-Hakam e a *Crónica Abeldense* nada dizem sobre números; o *al-Imama wal-Siyasa* fala num formidável exército⁴⁵⁷; ibn Abi Riqa, que compilou no século IX a história de ibn Habib, fala em 70 000 homens⁴⁵⁸; Ahmad al-Razi também não estabelece nenhum número, tal como ibn al-Qutiyya; o *Akhbar majmua* dá-nos uma cifra gigantesca: 100 000 combatentes⁴⁵⁹; Abu Jafar fala também num exército cristão de 100 000 combatentes⁴⁶⁰.

Entre aqueles que nos dão a colossal cifra de 100 000 combatentes ou perto disso, e aqueles que nada dizem, temos de encontrar um cômputo prudente para as tropas que, com o rei Rodrigo, combateram em Guadalete. Como já vimos, Soteras Escartín estima entre 10 000 e 20 000 o efetivo visigodo; acreditamos que é provável que a hoste que acompanhava o rei rondasse os 20 000 homens, talvez um pouco mais, não longe dos quantitativos apresentados por Chalmeta ou Soto Chica⁴⁶¹.

E com ambos os exércitos posicionados, o visigodo em Córdoba, o muçulmano aguardando prudentemente a investida de Rodrigo, algures junto aos montes a noroeste

⁴⁵⁵ Gentílico para a cidade de Córdoba.

⁴⁵⁶ AL-MAKKARI, 1840, p. 268; *Fath al-Andalus*, 2002, p. 12.

⁴⁵⁷ IBN AL-QUTIYYA, 1926, p. 106.

⁴⁵⁸ IBN ABI RIQA, 1944, p. 254.

⁴⁵⁹ *Akhbar majmua*, 2012, p. 50.

⁴⁶⁰ AL-MAKKARI, 1849, Apêndice D, p. XLVII.

⁴⁶¹ CHALMETA, 1994, p. 134; SOTO CHICA, 2020a, p. 507; Chalmeta sugere entre 24 000 e 30 000 homens; já Soto Chica aponta para 25 000 combatentes visigodos.

de Algeciras, tudo se encaminha para ser resolvido pelo mais raramente utilizado recurso da guerra na Antiguidade Tardia: a batalha campal.

II

O TEMPO DA GUERRA

1.

OS EXÉRCITOS EM CONFRONTO

E que exércitos estavam prontos a enfrentar-se, algures nas faldas dos Montes Traductinos, com um curso de água nas proximidades?

Anteriormente, vimos cifras aproximadas para os combatentes, quer nas fontes, quer na historiografia. O número que nos parece mais bem sustentado, para as forças comandadas por Tariq ibn Ziyad, é de cerca de 13 700 combatentes, defendido por José Soto Chica⁴⁶² ; quanto às forças visigodas, acreditamos que terá sido possível que Rodrigo tenha reunido entre 20 000 e 25 000 homens, lembrando que as fontes, apesar dos números disparatados - entre 40 000 e 100 000 - destacam sempre a grande superioridade do exército visigodo.

Mas muito mais há que perceber relativamente aos exércitos em contenda: Quais eram os modelos de organização de ambos? Quais foram as tipologias dos combatentes? De que forma eram esses mesmos combatentes equipados, defensiva e ofensivamente? Quais os dispositivos táticos utilizados por cada um dos exércitos?

É sobre este conjunto de indagações que pretendemos lançar alguma luz.

1.1. Hierarquia, combatentes, armamento, equipamento

Vejamos, em primeiro lugar, a forma como se organizava o exército muçulmano comandado por Tariq ibn Ziyad. Sabemos que era um corpo composto na sua esmagadora maioria por berberes; sabemos também que esses mesmos berberes tinham origens tribais diversas e diversos graus de islamização: Zenatas, Gomaras, Lowatas, Masmudas, Lantunas. Com a conquista muçulmana da Ifriqiya e do Magrebe estes *Imazighen* (homens livres), como eles próprios se designavam, foram sendo incorporados nos exércitos muçulmanos, e originando o significativo exército acantonado em Tânger, comandado por Tariq.

O *wali* da recém-adquirida província muçulmana do Magrebe é o comandante do exército invasor. Conhecemos também alguns dos «adjuntos» de Tariq, mencionados nas fontes: Tarif ibn Malik, homem de confiança de Tariq, Mugit al-Rumi, representante do

⁴⁶² Ver nota 412.

califa, comandante da cavalaria e futuro conquistador de Córdoba⁴⁶³. Aparecem também, em algumas das fontes muçulmanas consultadas por Ahmed Tahiri⁴⁶⁴, referências a outros nomes, árabes e berberes, chefes das cabilas e notáveis, que participaram na invasão e conquista.

É provável que tenha sido transposta para a estrutura deste exército, esmagadoramente berbere, o modelo de organização dos exércitos omíadas da segunda metade do século VII: o *wali* ou *amir* delegava o comando das várias divisões do seu exército em *umara al-tabiya*, ou emires adjuntos⁴⁶⁵; estas divisões subdividiam-se depois em unidades com 100 *muqatila*, lideradas por um *umara al-asur*, ou emir de dezenas⁴⁶⁶, que por sua vez se dividiam em *urafa* (pelotões), com dez homens e encabeçadas por um *umara al-urafa*. Na cadeia de comando falta-nos acrescentar os porta-estandartes (*ashab al-rayat*), os chefes tribais (*rus al-qabail*), referidos por David Nicolle e José Soto Chica, e ainda os oficiais com funções administrativas, que se encarregavam de pagar o soldo e distribuir o resultado do saque: o *arif* e o *ashab al-dawawin*⁴⁶⁷.

Vejamos agora o que sabemos sobre o modelo hierárquico do exército visigodo que defrontou Tariq em julho de 711. Um conjunto de testemunhos, que incluem as leis militares publicadas pelos reis Wamba (672-680) e Ervígio (680-687)⁴⁶⁸, e a *Historia Wambae regis*⁴⁶⁹, de Julião de Toledo (642-690), bem como a *Vita Sancti Frutuosi*⁴⁷⁰, escrita por Valério de Bierzo (630-695), e alguns cânones conciliares e escassos registros epigráficos, resultam num diminuto corpo documental, enquanto campo de investigação sobre esta matéria.

⁴⁶³ Ahmed Tahiri cita uma fonte não traduzida, que refere Mugit como comandante da cavalaria (Al-Humaydi, 567, II) e também o *Akhbar majmua*, (2012, p. 51), relativamente à sua condição de enviado do califa al-Walid; TAHIRI, 2019, p. 149.

⁴⁶⁴ Idem, ibidem, pp. 148-149.

⁴⁶⁵ SOTO CHICA, 2019, p. 396; NICOLLE, 1994, p. 33.

⁴⁶⁶ SOTO CHICA, 2019, p.296.

⁴⁶⁷ O *arif* é um oficial não combatente; tem funções semelhantes a um sargento de Intendência e Contabilidade de uma Companhia moderna; o *ashab al-dawawin* é responsável pela gestão do *diwan*, a lista que regista o nome dos combatentes a quem pagar, o documento fundamental da Administração Militar muçulmana; KENNEDY, 2001, p. 22 e p. 59.

⁴⁶⁸ *Liber Iudiciorum*, 1902, pp. 33-456.

⁴⁶⁹ *Historia Wambae regis*, 2005.

⁴⁷⁰ *Vita Sancti Frutuosi*, 1946.

O comandante supremo do exército visigodo em campanha é o próprio rei, que, segundo alguns autores, adquire então o título de *dux exercitus Hispaniae*⁴⁷¹. Quando é necessário, delega o comando, da totalidade (na ausência do rei) ou de corpos do exército⁴⁷², nos *duces exercitus*. Estes comandantes, homens que pertenciam normalmente ao círculo próximo do rei, assumiam este estatuto quando o exército estava em campanha; descendo na cadeia hierárquica encontramos os *dux provinciae*, que governavam as 8 províncias do reino - Bética, Lusitânia, Galécia, Narbonense, Tarraconense, Cartaginense, Cantábria e Asturiense - onde exercia os diversos poderes (administrativo, judicial, fiscal e militar), liderando em campanha as tropas da sua província, que, somados os contingentes de guarnição, comitivas pessoais e levas provinciais, se constituíam como um dos corpos do exército.

Seguiam-se os *comites*, que lideravam unidades denominadas *Quingentenea* (500 homens) ou *Centenae* (100 homens)⁴⁷³; esta nomeação possuía origens diversas: um *comes exercitus* era designado em campanha para desempenhar essa função enquanto ela durasse. Já o *comes civitae* administrava uma cidade ou fortificação⁴⁷⁴, cargo que não dependia de uma campanha e era de natureza permanente.

A unidade mais pequena do exército visigodo era a *Decaniae*⁴⁷⁵, dirigida por um *decanus*. Esta organização decimal é uma provável dupla herança, quer do modelo germânico, que por sua vez o herdou da organização dos exércitos romanos⁴⁷⁶.

A novidade, neste modelo de organização decimal, é a unidade com 500 homens, que não tem paralelo no exército romano baixo-imperial, nem no bizantino. A

⁴⁷¹ José Soto Chica remete-nos para a *Historia Wambae regis* e para a *Vita Sanctis Frutuosi*, onde surge esta designação; só mesmo se atendermos à etimologia da palavra latina *dux* (líder, comandante, chefe) podemos aceitar que um *rex* se torne *dux*; SOTO CHICA, 2020, p. 397.

⁴⁷² SOTERAS ESCARTÍN, 2010, p. 195; SOTO CHICA, 2020, p. 393;

⁴⁷³ SOTERAS ESCARTÍN, 2010, p. 194.

⁴⁷⁴ PÉREZ SÁNCHEZ, 1989, p. 153.

⁴⁷⁵ SOTERAS ESCARTÍN, 2010, p. 94.

⁴⁷⁶ Uma das muitas questões polémicas que envolvem o modelo de organização do exército visigodo: García Moreno e Gárate Córdoba defendem a origem romana desta organização decimal, inexistente antes de Adrianópolis; outros acreditam numa origem anterior, antes de adquirirem a condição de *foederati* do Império Romano; GALLEGOS VÁSQUEZ, 2011, pp. 40-41; acreditamos na dupla herança, que não é, de modo algum, incompatível.

Quingentenea pode ter sido uma de duas soluções: divisão em duas unidades mais flexíveis da *thiufa* ou *milena* (1 000 homens), ou necessidade de formatar unidades que resultam de menor capacidade de recrutamento.

A *thiufa* (liderada por um *thiufado*) é também uma unidade original do exército visigodo. Apesar de alguns autores, como Pérez Sánchez ou Orlandis⁴⁷⁷ a façam corresponder à *milena*, romana ou bizantina, portanto decimal, outros, como García Moreno, concebem a *thiufada* enquanto unidade composta pelos *servi dominici*, servos e escravos dos domínios reais⁴⁷⁸, o que nos parece mais adequado.

Resta-nos ainda falar de duas hipotéticas unidades do exército visigodo, que surgem na *Historia Wambae regis*⁴⁷⁹: a divisão e a *turma*; não nos parece que correspondam a unidades permanentes do *exercitus*, e apenas à designação dada por Julião de Toledo à divisão do exército de Wamba em vários corpos⁴⁸⁰.

Existia ainda um conjunto de dignatários (*comites*), integrantes do *Officium Palatinum*⁴⁸¹, associados à governação, e que, em campanha militar, devido à natureza das suas funções, se ocupavam de aspetos muito específicos da «máquina de guerra» real: o *comes thesaurorum*, responsável pelas finanças reais; o *comes stabuli*, que se ocupava dos estábulos palatinos; e o *comes spatariorum*, comandante da guarda real⁴⁸².

Este tipo de organização ajustava-se aos efetivos que dependiam diretamente do rei e seus *fideles*⁴⁸³, quer aqueles comandados pelo seu círculo próximo, quer os contingentes provinciais e guarnições citadinas; já as unidades proporcionadas pelos *potentiores* (grandes senhores rurais) tinham um formato muito mais flexível⁴⁸⁴, pois dependiam da capacidade de mobilização e disponibilidade de cada um deles.

⁴⁷⁷ ORLANDIS, 2003, pp. 121-122.

⁴⁷⁸ GALLEGOS VÁSQUEZ, 2011, p. 42.

⁴⁷⁹ MARTINEZ PIZARRO, 2005, p. 194; no texto em latim «electis ducibus, in três turmas exercitum dividit»

⁴⁸⁰ A *turma*, ou *tourma*, corresponde a uma unidade do exército bizantino, que podemos fazer corresponder a uma divisão (2 000 a 3 000 homens); HALDON, 2002, p. 48.

⁴⁸¹ O governo do reino visigodo de Toledo; *quos in regimine sócios*, segundo Recesvinto; DÍAZ MARTÍNEZ, 2011, p. 32.

⁴⁸² Idem, ibidem, p. 34. Estes dignatários convertiam-se em comandantes de cavalaria, em campanha.

⁴⁸³ O termo *fidelis regis* (singular) surge nos cânones conciliares para identificar o círculo íntimo do rei; SOLEDAD ORLOWSKI, 2010, p. 85.

⁴⁸⁴ SOTERAS ESCARTÍN, 2010, p. 195.

Isto leva-nos a uma questão que muito tem dividido os estudiosos da organização militar visigoda durante as suas décadas finais: tratava-se ou não de um exército profissional? Soteras Escartín considera o exército visigodo «basicamente profissional, ainda que reforçado em campanha por levas»⁴⁸⁵; Javier Arce afirma algo diametralmente oposto: «o exército visigodo é recrutado pontualmente, em função da necessidade, e composto por não profissionais.»⁴⁸⁶; Pérez Sánchez, por seu lado, considera que no final do reino visigodo o exército se compõe de uma soma de hostes particulares e que as levas assumem papel insignificante⁴⁸⁷; enquanto que Isla Frez afirma que as hostes, maioritariamente constituídas pelos proprietários de terras e seus guerreiros, mantém um vínculo de fidelidade para com os *duces* e *comes*, sendo estes que fazem engrossar o exército real⁴⁸⁸.

Na nossa opinião, que aliás coincide com um dos mais recentes estudos sobre os visigodos e o seu exército⁴⁸⁹, parece-nos que, nos seus anos finais, o exército visigodo era de natureza mista: permanente, regular, portanto profissional, relativamente às guarnições de cidades, *castra*, *castellas* e torres⁴⁹⁰; profissionais eram também as tropas que junto ao rei, aos duques provinciais e *comes civitates*, executavam funções de segurança e policiamento em tempo de paz⁴⁹¹.

A sua sofisticada logística e cadeia de comando são também apanágio de um exército profissional, e apesar da preponderância numérica das levas, que forçadas ou voluntárias, constituíam sempre a maior parte do exército em campanha, mas dependiam da cadeia de comando e do enquadramento que lhes era proporcionado, e que era altamente profissionalizado.

As tipologias dos combatentes que se defrontaram nas diversas etapas da invasão e conquista da Península Ibérica eram bastante diversificadas. No campo muçulmano,

⁴⁸⁵ Idem, *ibidem*, p. 196.

⁴⁸⁶ ARCE, 2017, p. 119.

⁴⁸⁷ PÉREZ SÁNCHEZ, 1989, p. 192.

⁴⁸⁸ A ligação ao rei visigodo é, portanto, indireta; ISLA FREZ, 2010, p. 84.

⁴⁸⁹ SOTO CHICA, 2020.

⁴⁹⁰ Idem, *ibidem*, p. 392.

⁴⁹¹ Idem, *ibidem*.

poderíamos assumir que este exército não seria muito diferente dos exércitos omíadas anteriores e posteriores, quanto ao modelo de organização; parece-nos claro que os combatentes eram na sua esmagadora maioria infantas, fruto das circunstâncias, pelo menos até à Batalha de Guadalete (Wadi Lakka)⁴⁹², com um nível de equipamento ofensivo e defensivo muito variado, que consistia em lanças, dardos, espadas, arcos, fundas; quanto ao armamento defensivo variava entre um mero escudo de couro a couraças e escudos de tipologia bizantina ou persa, muito em voga nos exércitos do início do século VIII. Não estamos certos, mas podemos deduzir que estes guerreiros, maioritariamente, berberes tinham já, pelo menos alguns deles, adestramento militar, resultado da incorporação nos exércitos bizantinos e omíadas⁴⁹³. Temos, portanto, para o exército de Tariq, infantas armados de lança, escudo e espada, (protegidos ou não) por armamento defensivo corporal; arqueiros, infantaria ligeira, ainda mais escassamente armada, e mesmo fundibulários; por fim, um pequeno contingente de cavalaria, constituído pelos oficiais mais graduados, e pela pequena hoste que acompanhava Julião.

Quanto às tipologias de combatentes envolvidos na invasão e conquista do reino visigodo de Toledo temos ainda de ter em conta o segundo exército, que invadiu a Península em 712, liderado por Musa ibn Nusayr, e formado por cerca de metade dos 40 000 homens que compunham o *jund* de Ifrikiya⁴⁹⁴. Maioritariamente árabe, é admissível que, tal como nos exércitos omíadas anteriores, existissem tipologias de combatentes assimiladas, como a cavalaria e a infantaria pesada sassânida (os *asvārān* ou catafractários, e os *dailamitas*)⁴⁹⁵, combatentes tribais sírios, *ahâbis* das costas do Mar Vermelho⁴⁹⁶.

⁴⁹² A operação anfíbia não terá permitido o transporte de um número significativo de cavalos; só após o confronto com o exército de Rodrigo, e a vitória que lhes trouxe farto saque, que incluiria muitas montadas, temos referência a tropas montadas, nomeadamente aquelas que conquistaram Córdova; GARCÍA MORENO, 2014, p. 312.

⁴⁹³ SOTO CHICA, 2019, p. 551.

⁴⁹⁴ CHALMETA, 1994, p. 170.

⁴⁹⁵ SOTO CHICA, 2019, pp. 393-394.

⁴⁹⁶ Idem, ibidem, p. 393; estes guerreiros negros, recrutados entre as tribos do atual Sudão, eram, apesar do seu equipamento militar primitivo, terrivelmente eficazes.

Sobre a tipologia dos combatentes do exército visigodo temos mais informações, que resultam das fontes e dos diversos estudos efetuados sobre o reino de Toledo e o seu exército, para os seus últimos anos⁴⁹⁷.

Os dois tipos de combatentes mais frequentes no exército visigodo do início do século VIII eram os *saiones* e *bucellarii*⁴⁹⁸. Diferenciava-os a ascendência – godos os primeiros, hispano-romanos os segundos⁴⁹⁹; José Soto Chica considera, no entanto, mais importante o grau e tipo de relação entre estes guerreiros profissionais e o seu senhor, que podia ser eclesiástico ou laico: os *saiones* compartilhavam casa e mesa com o seu senhor, e o vínculo entre ambos era de pendor pessoal; o laço que os envolvia podia dissolver-se quando o *saio* abandonava o seu senhor, devolvendo terras ou outros bens adquiridos, e levando o seu equipamento militar, mesmo que patrocinado pelo seu *dominus*⁵⁰⁰. Já o bucelário diferia apenas no grau de ligação para com o seu senhor, e era verdadeiramente um mercenário, que quando partia, entregava o seu equipamento completo e metade dos bens adquiridos durante a ligação ao seu patrono⁵⁰¹.

Bucelários e *saiones* eram guerreiros bem equipados, que lutavam a pé ou a cavalo, e que, em tempo de paz, se ocupavam da segurança e produtividade do domínio do seu senhor⁵⁰².

A maioria dos combatentes do exército visigodo eram servos e escravos, que integravam as *thiufadas* régias ou os contingentes fornecidos pelos grandes senhores laicos e eclesiásticos. Estavam escassamente armados, quer defensiva quer ofensivamente, e tinham pouco ou nenhum adestramento militar; combatiam como infantaria ligeira ou escaramuçadores.

A elite do exército visigodo era formada por jovens nobres, muito bem adestrados para o exercício da guerra, e que formavam a guarda pessoal do rei: os *spatharii* e

⁴⁹⁷ Isidoro de Sevilha, na sua *Etymologiae*, e Julião de Toledo na sua *Historia Wambae regis*, bem como as leis militares de Wamba e Ervígio fazem referência a *gardingos*, bucelários e *sayones*; Cláudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ destaca a importância da cavalaria no exército visigodo; SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1970, p. 7.

⁴⁹⁸ GONZÁLEZ SALINERO, 2020, p. 27.

⁴⁹⁹ SOTO CHICA, 2020a, p. 403.

⁵⁰⁰ Idem; 2020b, p. 38.

⁵⁰¹ Idem, *ibidem*.

⁵⁰² ISLA FREZ, 2010, pp. 76-77.

*gardingi*⁵⁰³. Combatiam como lanceiros a cavalo e possuíam equipamento militar de excelente qualidade, que incluía lança, escudo e *spatha*, que dava aos primeiros a sua denominação; tinham laços de fidelidade para com o rei, recebendo dele benefícios (terras); assumiam por vezes funções de comando no enquadramento das levas.

Resta-nos ainda referir duas figuras, não combatentes, de extrema importância para o exército visigodo. O *compulsor exercitus*, recrutador encarregue de entregar aos *thiufadi* as ordens reais relativas às levas, e os responsáveis pelo aprovisionamento de guarnições, hostes e exércitos, os *annonarii*, erogadores ou dispensadores *annonarum*⁵⁰⁴.

Quanto ao armamento utilizado pelos exércitos que se defrontaram na batalha de Guadalete/Wadi Lakka, não nos parece, em virtude dos achados arqueológicos, das fontes escritas e epigráficas que abarcam esta cronologia, e do conhecimento que temos, quer dos exércitos omíadas anteriores e posteriores, quer dos contingentes visigodos que se defrontaram na guerra civil entre Wamba e Paulo, que fosse significativamente diferente; não obstante existissem algumas particularidades, o armamento mais usual nos finais do século VII/inícios do século VIII, para estas geografias, é o de inspiração bizantina.

Relativamente ao armamento visigodo, é usual entre os seus historiadores empregar-se como ponto de partida para o seu estudo a obra de Isidoro de Sevilha, *Etymologiae*, a primeira grande enciclopédica produzida no mundo ocidental, durante as primeiras décadas do século VII⁵⁰⁵; de facto, o arcebispo hispalense dedicou um livro (XVIII) à natureza da guerra e dos jogos⁵⁰⁶, onde nos dá definições elaboradas da panóplia do equipamento visigodo: espadas, adagas, punhais, franciscas, lanças, dardos, escudos, couraças e elmos.

Também as leis militares de Wamba e Ervígio contém referências ao equipamento militar do combatente visigodo⁵⁰⁷. Quanto às fontes arqueológicas e iconográficas, dependemos obviamente delas para identificar o armamento visigodo do início do século

⁵⁰³ GONZÁLEZ SALINERO, 2020, p. 26.

⁵⁰⁴ ARCE, 2017, p. 124.

⁵⁰⁵ Diversas abordagens referem esta obra: SOLER DEL CAMPO, 2011, p. 341; SOTO CHICA, 2020a, p. 413; CATALÁN RAMOS, 2020, p. 52.

⁵⁰⁶ MARCOS CASQUERO; OROZ RETA, 2004, pp. 1215-1262.

⁵⁰⁷ CATALÁN RAMOS, 2020, p. 49.

VIII, contando à partida com uma desvantagem: contrariamente aos francos e anglo-saxões, os visigodos não enterravam os mortos com as suas armas⁵⁰⁸.

A arma ofensiva fundamental do guerreiro visigodo era a lança, e equipava desde o guerreiro mais modesto – escravos e servos que integravam as *thiufadas* reais e senhoriais – ao cavaleiro aristocrata, a elite combatente, que a utilizava para combater corpo a corpo. Esta lança utilizada pela cavalaria goda, evoluiu das pesadas lanças utilizadas a duas mãos, para versões mais ligeiras, que permitiam ao cavaleiro um melhor uso do escudo e das suas restantes armas ofensivas⁵⁰⁹. A arqueologia tem-nos devolvido diversas tipologias de pontas de lança: em folha de louro ou triangulares⁵¹⁰; García Jiménez e Vivó I Codina⁵¹¹ examinaram diversas armas e peças de equipamento militar provenientes de duas estruturas defensivas, com ocupação visigoda, da província de Girona (Catalunha): o *castellum* de Sant Juliá de Ramis e o castro de Puig Rom, abandonadas provavelmente com a conquista muçulmana; analisaram cinco tipologias diferentes de pontas de lança, que aparentam utilização por infantes e ginetes, com formatos muito diversos: ponta para penetrar, folha longa e larga para golpear no corpo a corpo, folha longa e estreita, para combater a cavalo, ponta de lança de folha lanceolada, e que podia ser arrojada ou utilizada para perfurar⁵¹².

A outra arma ofensiva que consideramos ter sido mais utilizada pelos combatentes visigodos é o *scramasax*, que também aparece nas fontes como *scrama* ou *sax*⁵¹³. Trata-se de uma faca longa, de folha larga e apenas um gume, que terá evoluído relativamente às suas dimensões, para uma espada curta e leve, como sugerem Kelly DeVries e Robert Smith⁵¹⁴.

⁵⁰⁸ Idem, *ibidem*, p. 48.

⁵⁰⁹ SOTO CHICA, 2020a, pp. 411-412.

⁵¹⁰ SOLER DEL CAMPO, 2011, p. 341.

⁵¹¹ GARCÍA JIMÉNEZ; VIVÓ I CODINA, 2003, pp. 175-178.

⁵¹² Idem, *ibidem*.

⁵¹³ CATALÁN RAMOS, 2020, p. 52; SOTO CHICA, 2019, p. 168.

⁵¹⁴ DEVRIES; SMITH, 2007, p. 300.

Outra das armas bastante disseminada entre os guerreiros visigodos era o machado de guerra de origem franca, de dupla cabeça e cabo curto, a *francisca*⁵¹⁵; arma temível para o combate corpo a corpo, era também utilizada como arma de arremesso⁵¹⁶. Raúl Catalán Ramos considera que durante os séculos VII e VIII os modelos mais leves (de arremesso) foram desaparecendo, persistindo machados mais pesados, para o combate de proximidade⁵¹⁷.

Falta-nos ainda falar da arma ofensiva que só aqueles de elevada condição económica podiam possuir: a espada. O Código de Ervígio determina que todo o homem que integre o exército visigodo, de origem germânica ou hispano-romano, deve passar a possuir uma espada⁵¹⁸. Não nos parece que isso fosse possível, ainda que desejável, e como já vimos, o *scramasax*, muito mais económico quanto à produção, seria o natural substituto da muito mais dispendiosa espada.

Podemos referir dois tipos, completamente diferentes, utilizados pela cavalaria: o primeiro é a *spatha*, sucessora da espada romana e antecessora da espada longa da cavalaria medieval; curiosamente, o exemplar mais próximo da época em que ocorreu a conquista muçulmana da Península Ibérica, com datação entre 680 e 750, foi encontrado em escavações realizadas em 1965 no sítio arqueológico de Conímbriga, e pode ser visto no Museu Monográfico, em Condeixa-a-Nova⁵¹⁹. Trata-se de uma espada longa, com lâmina de secção oval, com uma depressão central; possui punho retangular que diminui de espessura junto ao pomo, revestido de uma placa alongada, mal conservada; a guarda é constituída por uma barra curvada em redor da qual se enrola fio de prata, de que já só restam alguns fragmentos; tem de comprimento de lâmina 850 milímetros⁵²⁰.

⁵¹⁵ THOMSON, 2008, p. 128.

⁵¹⁶ CATALÁN RAMOS, 2020, p. 53.

⁵¹⁷ Idem, ibidem.

⁵¹⁸ DEVRIES; SMITH, 2012, p. 19.

⁵¹⁹ GONZÁLEZ SALINERO, 2020, p. 26.

⁵²⁰ ALARCÃO; ETIENNE, 1979, p. 95.

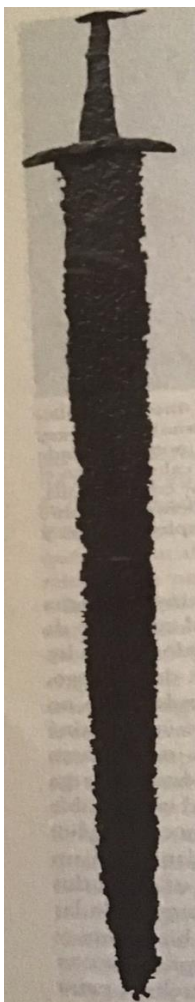


Figura nº 5 - Espada visigoda, Museu Monográfico de Conimbriga
780-850, José Soto Chica, 2020, op. cit., p. 412.

A cavalaria visigoda utilizava também uma espada de lâmina reta e apenas um gume, semelhante ao *scramasax*, mas de folha mais estreita e fina, e que era utilizada para golpear a cavalo⁵²¹.

Quanto ao armamento ofensivo, falta-nos referir a letal panóplia utilizada para agredir o inimigo à distância: flechas, fundas e dardos.

O tiro com arco é uma das mais antigas formas que o homem encontrou para caçar, e simultaneamente acometer os adversários, à distância, de forma letal e em relativa segurança. Existiam certamente arqueiros em ambos os exércitos, com uma

⁵²¹ CATALÁN RAMOS, 2020, p. 54.

diferença, que pode ter sido decisiva: aparentemente os visigodos utilizavam arcos simples⁵²², mais toscos, menos potentes, e por isso, com reduzida eficácia de tiro; por seu lado, o exército muçulmano estaria dotado de arcos compostos operados por arqueiros experimentados, com uma cadência de tiro lenta, mas terrivelmente eficaz contra a cavalaria inimiga⁵²³. José Soto Chica faz ainda referência à utilização de longos arcos árabes, os *hiyâzi*, potentíssimos e que competiam com os mais utilizados arcos compostos persas, bizantinos ou turcos⁵²⁴.

As pontas de flechas recuperadas revelam precisamente maior capacidade letal do lado muçulmano, com a utilização de flechas mais longas e com pesadas cabeças de folha com três gumes⁵²⁵, por oposição a flechas mais leves e de escassa capacidade de penetração no armamento defensivo adversário, utilizadas pelos visigodos⁵²⁶.

As fundas e os dardos são o restante equipamento ofensivo dos escaramuçadores (infantaria ligeira), e é provável que equipasse os mais pobremente armados combatentes de ambos os exércitos, que carregariam também adagas e punhais⁵²⁷, as últimas das armas para o combate corpo a corpo. No caso dos homens recrutados pelo sistema visigodo das levas, muitos deles estariam armados apenas com instrumentos agrícolas.

Quanto ao armamento defensivo, as diferenças entre visigodos e muçulmanos era significativa.

No caso dos combatentes visigodos era possível encontrar diversos níveis de proteção, proporcionais à condição do guerreiro: os cavaleiros lutavam mais ou menos couraçados (homens e cavalos); já na infantaria, a esmagadora maioria dos guerreiros não possuíam qualquer tipo de proteção corporal; no entanto, é admissível a utilização de algumas proteções corporais em pele e o fornecimento de escudos.

⁵²² SOLER DEL CAMPO, 2011, p. 342.

⁵²³ NICOLLE, 1994, p. 37.

⁵²⁴ SOTO CHICA, 2019, p. 405.

⁵²⁵ Idem, ibidem.

⁵²⁶ As pontas de flecha de tipologia eminentemente militar recuperadas na Península Ibérica (Zamora, Puig Rom e Toledo) são normalmente de secção plana ou ligeiramente ovalada, nalguns casos de perfil em arpão, muito mais curtas e leves do que as tipologias muçulmanas; CATALÁN RAMOS, 2020, p. 54.

⁵²⁷ GARCÍA JIMÉNEZ; VIVÓ I CODINA, 2003, p. 164.

O elemento comum do armamento defensivo era o escudo. Philippe Contamine definiu para esta cronologia e geografia a tipologia mais frequente: um escudo de madeira, de formato circular e bossa semiesférica⁵²⁸. A inexistência de escudos preservados, ou mesmo de bossas, em ambiente visigodo, remete-nos para as manilhas (pegas) de escudo recolhidas nas escavações do sítio arqueológico de Sant Juliá de Ramis: as cinco manilhas encontradas pertencem a três tipologias de escudo, que nos permitem tentar aclarar que combatentes os utilizavam⁵²⁹.

Os escudos utilizados pelos guerreiros muçulmanos não deveriam ser muito diferentes, e perduraram pelo menos até ao período califal, ou mesmo das primeiras Taifas⁵³⁰ - existe um exemplar recuperado em escavações na taifa de Albacete, de formato ovalado, em madeira de nogueira, com 58 cm de altura⁵³¹. Eram frequentemente revestidos da pele de animais como o rinoceronte, o búfalo ou o elefante⁵³².

As proteções corporais utilizadas em ambos os exércitos também não apresentavam diferenças significativas. Durante os séculos VII e VIII subsistem as cotas de malha formadas por argolas ou elos de ferro entrelaçados, que já conhecemos nos exércitos romanos da República, de prováveis origens celtas⁵³³, a que chamamos *lorica hamata*, e a também proveniente das legiões romanas *lorica squamata*, composta por pequenas escamas de ferro cosidas umas às outras, sobre uma base de tecido ou couro.

Estes tipos de proteções corporais, utilizados desde a República até ao final do Império Romano, continuou a ser empregue pelos combatentes bizantinos e adotado pelos persas sassânidas, bem como pelos povos federados que combateram o serviço de Roma, como os francos e os visigodos.

Estas couraças, que encontraríamos a proteger igualmente quer um gardingo visigodo, quer um guerreiro berbere de alta estirpe, eram muito dispendiosas, o que

⁵²⁸ CONTAMINE, 1984, p. 228.

⁵²⁹ As três tipologias correspondem a um escudo de cavalaria, mais leve, e dois exemplares diferentes de escudos de infantaria; GARCÍA JIMÉNEZ; VIVÓ I CODINA, 2003, p. 169.

⁵³⁰ SOLER DEL CAMPO, 2000, pp. 18-19.

⁵³¹ Idem, ibidem, p. 19.

⁵³² KALUS, 1977, p. 40.

⁵³³ BISHOP; COULSTON, 2006, p. 63.

obrigava frequentemente a que os guerreiros, visigodos e muçulmanos, recorressem a proteções corporais como a *zabae*, uma camisa larga de couro reforçada por placas de ferro, a provável precursora do *gambax* medieval⁵³⁴. Utilizavam ainda grevas, como proteção dos membros inferiores, e do lado visigodo, era também comum o uso de uns «botins» em couro denominados *socko*⁵³⁵.

Relativamente às proteções da cabeça era usual nos dois exércitos um tipo de elmo que ficou conhecido como *spangenhelm*. Trata-se daquela que é provavelmente a mais original peça do armamento defensivo dos povos bárbaros da Antiguidade Tardia, apesar das suas plausíveis origens orientais⁵³⁶. Consiste num tipo de elmo fabricado com segmentos de metal, preso com rebites a uma outra estrutura metálica, e revestido com couro, ou mesmo com osso a preencher os espaços deixados pelo cruzamento dos segmentos. Alguns dos modelos conhecidos possuíam ainda uma secção de malha que protegia, atrás e nos lados, o pescoço⁵³⁷. Este modelo de elmo/capacete perdurou durante a Idade Média, e no caso dos exércitos muçulmanos, existem inúmeros exemplos de *spangenhelms* encontrados em torno do Mediterrâneo Oriental, com datações desde o século VII até ao século X, de proveniência islâmica⁵³⁸.

Eram também usuais proteções de cabeça em couro, e de metal mais simples, muito mais económicas e acessíveis aos combatentes de mais baixo estrato social.

Finalizamos a nossa explanação sobre armamento ofensivo e defensivo com alguns elementos peculiares que podem ter feito parte do equipamento de pelo menos um dos exércitos em confronto. As fivelas decoradas são achadas frequentemente em escavações arqueológicas de inumações visigodas, e muitas delas tinham clara utilização militar, quer em cintos de espada, quer nos arreios dos cavalos de combate⁵³⁹.

⁵³⁴ SOTO CHICA, 2020, p. 412; CATALAN RAMOS, 2020, p. 54; o *gambax* era uma vestimenta grossa que se usava por baixo do babador, das costas e das proteções dos braços, para amenizar o impacto da loriga no corpo; HOFFMEYER, 1982, p. 118.

⁵³⁵ SOTO CHICA, 2020, p. 413; GÓMEZ ARAGONÉS, 2016, p. 39.

⁵³⁶ DEVRIES, SMITH, 2012, pp. 59-60; SOLER DEL CAMPO, 2011, p. 343; CATALAN RAMOS, 2020, p. 54.

⁵³⁷ DEVRIES; SMITH, 2009, p. 39.

⁵³⁸ NICOLLE, 1997, pp. 66-67.

⁵³⁹ GARCÍA JIMÉNEZ; VIVÓ I CODINA, 2003, pp. 179 e 182.

Um dos elementos do equipamento da cavalaria cuja utilização é mais controversa entre os investigadores da história militar ibérica, para os séculos VII e VIII, é o estribo. Terão sido os exércitos omíadas, na segunda metade do século VII, a tornar generalizado o seu uso ao redor do Mediterrâneo Oriental, espalhando-se para Ocidente no século VIII⁵⁴⁰. David Nicolle dá-nos conta que no final do século VII, o governador muçulmano da região do Khurasan obrigou os seus cavaleiros a usar estribos metálicos⁵⁴¹. No lado visigodo, é improvável que se tivesse já generalizado o uso de estribos na primeira década do século VIII, e imaginamos cavaleiros e montadas protegidos por algum tipo de armadura, com selas de madeira elevadas, de modo que o cavaleiro pudesse utilizar, a duas mãos, as lanças pesadas, tipo *contus*, então em voga⁵⁴².

Resta-nos ainda falar do aprovisionamento dos exércitos em confronto: quem combate necessita que lhe seja garantida a alimentação, bem como armas arrojadas (flechas, lanças, dardos) em quantidade suficiente, enquanto durar a campanha. Precisa ainda de ver assegurada a manutenção das montadas (alimentação, arreios e proteções defensivas).

E neste contexto, observamos duas realidades muito diferenciadas: o exército visigodo, a combater «em casa», tinha, pelo menos teoricamente, uma rede de logística, ajustada nas cidades e fortificações, onde funcionários específicos, já referidos por nós anteriormente⁵⁴³, se encarregavam de fornecer a necessária alimentação e partes substituíveis do armamento; quando em campanha, eram também eles – *eragator annonae*, *annonae dispensator* ou *annonarius* – que asseguravam essas tarefas, dependendo de que as chefias das unidades garantissem o normal fluxo de abastecimentos; quando esta linha hierárquica falhava, era o *comes exercitus* que, após

⁵⁴⁰ SOTO CHICA, 2019, pp. 406-407.

⁵⁴¹ NICOLLE, 1982, p. 13.

⁵⁴² BALBÁS, 2020, p. 61.

⁵⁴³ Ver nota 504.

tomar conhecimento, reportava ao rei, para que fossem aplicados castigos⁵⁴⁴ aos comandantes em falta para com as suas tropas, e o avitualhamento fosse garantido⁵⁴⁵.

O reino visigodo estava também dotado de um sistema fiscal que lhe permitia grande estabilidade militar: existem diversos exemplos de cunhagem de moeda visigoda para pagar campanhas militares⁵⁴⁶; uma rede de calçadas (construídas em tempos romanos) permitia uma eficaz satisfação das necessidades logísticas dos exércitos.

Não sabemos se falhou, nos momentos decisivos da entrada dos muçulmanos na Península Ibérica, mas, teoricamente, não terá sido a logística visigoda a provocar a derrota dos seus exércitos, primeiro em Wadi Lakka, logo depois em Écija.

E como funcionava o aprovisionamento do exército berbere de Tariq ibn Ziyad? Sabemos que as tropas eram pagas, pela emissão de *feluses* de cobre, com datas muito próximas à invasão, e cunhados no Norte de África, e depois na Península⁵⁴⁷; sabemos também que desde o final de abril/principio de maio de 711, viagens sucessivas entre Ceuta e Gibraltar/Algeciras garantiram não só o transbordo de milhares de *muqatila* berberes, alguns cavalos, provisões e armamento.

Garantidamente, o sucesso destes primeiros exércitos muçulmanos é a sua frugal logística, que aparentemente, quase não existe. O trem de apoio em terras hispânicas era muito pequeno ou inexistente; os berberes, tal como os árabes, levavam as suas próprias armas e alimento para as primeiras etapas da campanha, vivendo depois do saque e do que o terreno providenciava⁵⁴⁸.

Esta característica tornava-se uma enorme vantagem, do ponto de vista da mobilidade. E se os exércitos omíadas possuíam grande percentagem de cavalaria e a sua infantaria era normalmente montada, Tariq ibn Ziyad terá resolvido o problema causado pela ausência de montadas, ao efetuar uma progressão lenta, embora antecipando a chegada do exército inimigo; escolhendo o terreno, na proximidade de uma linha fácil de

⁵⁴⁴ Implicavam o pagamento de uma multa quatro vezes maior que o valor em falta; SOTO CHICA, 2020, p. 409.

⁵⁴⁵ ALCÁZAR SEGURA, 2015, pp. 53-54; ARCE, 2017, p. 125.

⁵⁴⁶ SOTO CHICA, 2020, p. 409.

⁵⁴⁷ MANZANO MORENO, 2006, p. 68; esta moeda, embora de escasso valor, era adequada para pequenas transações.

⁵⁴⁸ SOTO CHICA, 2019, p. 401.

retirada, que o conduziria, em caso de derrota até ao seu acampamento-base, em Algeciras.

1.2. A batalha decisiva

Optámos por não lhe atribuir para já um nome, apesar de a qualificarmos desde já como decisiva. O batismo desta batalha decorre da sua localização geográfica, e a historiografia apelidou-a de «isto» ou «aquilo», em função de diferentes possibilidades de localização; já voltaremos ao nome que consideramos mais correto, quando apresentarmos as nossas próprias conclusões.

Quanto ao qualificativo, parece-nos óbvio que, nas diferentes etapas da invasão e conquista, duas delas são completamente determinantes: a chegada de Abd al-Rahman al-Dakhil, em setembro de 755, e a batalha travada entre o exército de Rodrigo e as forças muçulmanas lideradas por Tariq ibn Ziyad, em julho de 711; sobre a importância da chegada do príncipe omíada falaremos muito perto do final desta dissertação; a batalha que vamos analisar de seguida é extraordinariamente decisiva para o futuro da Península Ibérica pelo seu desfecho, pelo desaparecimento de significativa parte da aristocracia visigoda e pela transformação do comportamento tático-estratégico do exército invasor, que passou de uma progressão lenta e uma postura defensiva, para uma rápida penetração territorial e postura muito mais agressiva e ofensiva.

Vamos à leitura das fontes: o *Akhbar majmua* aporta duas visões distintas para a localização da batalha; na tradução de Emilio Lafuente y Alcántara, Rodrigo e Tariq encontraram-se num lugar chamado «O Lago»⁵⁴⁹, e adiante, na «Relación de la conquista de España por Ebn Àbdo-l-Haquem», coloca Rodrigo, que vinha de Toledo contra os muçulmanos, em Medina-Sidonia, junto a um rio chamado depois Umm Hakím⁵⁵⁰. Ibn Abd al-Hakam também refere Sidūna (Medina-Sidonia) e um rio chamado Wadi Humm

⁵⁴⁹ *Akhbar majmua*, 1867, p. 22; na sua nota 3, o tradutor apoia-se em Dozy para refutar a tradicional localização da batalha junto ao rio Guadalete, argumentando que a duração da mesma possa ter permitido que as primeiras escaramuças tenham ocorrido junto ao lago de La Janda e o desfecho nas cercanias do rio Guadalete.

⁵⁵⁰ Idem, ibidem; p. 210.

Hakim⁵⁵¹. Ibn al-Qutiyya, na *Historia de la conquista de España*, situa a batalha nas margens do rio Beca, no distrito de Medina-Sidonia⁵⁵². A crónica anónima *Fath al-Andalus* aponta para as proximidades do rio Guadalete⁵⁵³. Al-Idrisi, geógrafo do al-Andalus, diz que Tariq, com todo o seu exército de árabes, venceu no Guadalete os cristãos, diz-se que em Wadi-leka⁵⁵⁴. Ibn al-Atir, nos *Annales du Maghreb & de l’Espagne*, localiza o embate de Tariq com o exército de Rodrigo teve lugar junto à ribeira de Bekka⁵⁵⁵.

O Lago, Umm Hakím, Guadalete, Wadi Lakka, rio Baca ou Bekka. Esta dispersão de topónimos, tendenciosamente e muito cedo encaminhando a leitura de Wadi Lakka como Guadalete, pode ser a razão da tradicional localização da batalha nas margens desse rio, nas imediações de Arcos de la Frontera, defendida por muitos historiadores, e apesar de interpretações anteriores divergentes, a escolha de Cláudio Sánchez-Albornoz, que se tornou, desde meados do século XX, paradigmática⁵⁵⁶.

Os historiadores mais recentes da invasão e conquista, começam, a partir da obra de Pedro Chalmeta, *Invasión y Islamización*, escrita em 1994, a divergir quanto à localização da batalha; o próprio Chalmeta resume a apenas duas possibilidades a identificação do topónimo Guadalete: rio que banhava a antiga cidade romana de Lacca, ou rio do Lago⁵⁵⁷. Estas duas hipóteses apontam duas localizações muito díspares, sendo a primeira a oeste de Arcos de la Frontera⁵⁵⁸, a mais de 80 quilómetros de Algeciras. Já a segunda localização, a lagoa de La Janda, ou qualquer um dos braços do rio Barbate, que correm na sua proximidade, parece-nos muito mais plausível. Lembremos que a *Crónica Moçárabe de 754* diz que Rodrigo foi aos *Transductinis promonturiis*, caindo na refrega⁵⁵⁹; ora, os Montes Traductinos correspondem ao conjunto de serras situadas a oeste de

⁵⁵¹ IBN AL-HAKAM, 1966, p. 44.

⁵⁵² IBN AL-QUTIYYA, 1926, p. 5.

⁵⁵³ *Fath al-Andalus*, 2002, P. 10.

⁵⁵⁴ AL-IDRISI, 1799, p. 172.

⁵⁵⁵ IBN AL-ATHIR, 1898, p. 44.

⁵⁵⁶ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1944, pp. 11-140.

⁵⁵⁷ CHALMETA, 1994, p. 136.

⁵⁵⁸ A antiga cidade romana de Lacca está associada a um conjunto de ruínas existentes junto à povoação de Cortijo de Casablanca, nos arredores de Arcos de la Frontera; para uma possível identificação, veja-se CHIC GARCÍA, 1979-1980, pp. 255-278.

⁵⁵⁹ *CM 754*, 2009, p. 225.

Algeciras - Ojén, Los Cabritos, Torrejosa, Fate, Niño - e é no sopé dessas serras que encontramos as marismas do rio Almodóvar e da lagoa de La Janda; o relevo, inclinado desde o esporão natural formado a partir da serra de Torrejosa, até às zonas planas onde se situavam o curso do rio Almodóvar e a lagoa, parece-nos adequado para uma formação defensiva de infantaria⁵⁶⁰. García Moreno estabelece como local da batalha a mesma localização (aproximada) que a de Soto Chica; no entanto, traduz o topónimo *Iulia Transducta* como Tarifa, e estabelece aqui uma confusão que não conseguimos explicar⁵⁶¹: segundo investigação conduzida por José Soto Chica e Ana Maria Berenjano Borrego, a *Iulia Traducta*, que num latim mais tardio se torna *Transducta*, corresponde à *Mesopotamenoii/Mesopotaminoi* bizantina, a Algeciras muçulmana⁵⁶².

Ahmed Tahiri, numa interpretação muito singular das fontes, divide a batalha em duas: uma primeira junto ao rio Barbate, a que chama Batalha de al-Bahira⁵⁶³, numa zona plana entre o rio e a cidade de Medina-Sidonia, tendo o exército visigodo vindo dessa cidade, encontrando as tropas de Tariq posicionadas numa elevação próxima, com a retaguarda assegurada pela lagoa pantanosa de La Janda⁵⁶⁴. Consideramos algo confusa, do ponto de vista tático, esta proposta: com o exército muçulmano a ocupar o sopé da elevação próxima, de frente para a zona plana onde iria surgir Rodrigo, a lagoa ficaria na retaguarda dos visigodos, e não dos muçulmanos.

Propõe um segundo e final recontro a cerca de 25 quilómetros de Medina-Sidonia, junto ao rio Guadalete⁵⁶⁵, onde Rodrigo terá morrido ou desaparecido, e o exército visigodo terá sofrido pesadas baixas.

⁵⁶⁰ SOTO CHICA, 2020a, pp. 500-503.

⁵⁶¹ GARCÍA MORENO, 2014, p. 269 e p. 271; quando publicou este livro, a maioria dos investigadores tinha já abandonado a localização de *Iulia Traducta* em Tarifa.

⁵⁶² BERENJANO BORREGO; SOTO CHICA, 2014, pp. 163-194.

⁵⁶³ A crónica anónima *Achbar majmua* tem, nas duas traduções que utilizámos, a denominação de Batalha do Lago, embora David James lhe acrescente o término árabe al-Buhayra; a nota 3 da tradução espanhola de Lafuente y Alcántara refere que a longa duração da batalha (19-28 julho) pode ter sido devido a diferentes geografias para os embates inicial e final, tendo a derrota sido consumada já nas imediações do Guadalete; *Akhbar majmua*, 2012, p. 50; idem, 1867, p. 22, nota 3.

⁵⁶⁴ TAHIRI, 2019, p. 159.

⁵⁶⁵ Idem, ibidem, p. 163.

Muito mais importante do que atribuir-lhe um nome, será encontrar o local onde ela se deu, e posteriormente, através da arqueologia do campo de batalha, encontrar respostas para as diversas questões sobre tão decisiva disputa.

Quanto à localização da batalha, a proposta que nos parece mais sensata (e atualizada) é a de José Soto Chica: nunca perdendo de vista a *Crónica Moçárabe de 754*, e tendo em conta que o cronista situa a batalha nos *Transductinis promonturii*, que correspondem às serras que fecham a baía de Algeciras - Cabrito, Ojén, del Niño e del Saladar - onde encontramos, no seu sopé, a zona plana e pantanosa das marismas do rio Almodóvar e da lagoa de La Janda⁵⁶⁶, mais concretamente na base de um esporão conhecido como cerro de Torrejosa. Esta possível localização, que subescrevemos, situa-se a apenas 1 quilómetro da bifurcação das calçadas romanas que ligavam as cidades de Mérida, Sevilha, Medina-Sidonia e Algeciras⁵⁶⁷, provavelmente aquelas que ambos os exércitos percorreram até ao local da contenda.

O exército muçulmano optou por uma estratégia de penetração pouco profunda⁵⁶⁸, escolhendo o terreno para defrontar Rodrigo e aguardando a sua chegada, salvaguardando a possibilidade de caso fosse derrotado, poderia regressar rapidamente ao acampamento-base (Algeciras) e cruzar o Estreito rumo ao Magrebe.

Quanto aos itinerários seguidos pelos dois exércitos até ao local da batalha, divergem consoante a colocamos nas margens do Guadalete, nas proximidades de Arcos de la Frontera, ou junto à hoje diminuta lagoa de La Janda, próxima dos cursos dos rios Barbate e Almodóvar. De entre os estudos mais recentes, elegemos o de José Soto Chica, também relativamente a este tema: o local escolhido por Tariq para enfrentar o exército visigodo estaria muito próximo do cruzamento das diversas calçadas romanas da região, que se ligavam à mais longa e uma das mais importantes vias de comunicação junto ao

⁵⁶⁶ SOTO CHICA, 2020a, p. 501.

⁵⁶⁷ Idem, ibidem, pp. 501-502.

⁵⁶⁸ MIRANDA CALVO, 1973, p. 53; o autor considera que, independentemente da localização da batalha em Arcos (Guadalete) ou La Janda (Barbate), o que lhe parece mais importante é a fraca penetração em profundidade do exército muçulmano, muito cauteloso em relação à proximidade das vias de comunicação, que lhes permitia acesso rápido à sua base de operações.

Mediterrâneo Ocidental - A Via Augusta⁵⁶⁹. Seguindo a proposta do professor granadino, os muçulmanos cruzaram os Montes Traductinos pelo hoje Camino de Facinas, desde Algeciras⁵⁷⁰ e escolheram a posição, que se tornaria, na nossa opinião, determinante para o desfecho da batalha: com o esporão natural que constituía o cerro de Torrejosa nas costas, dominavam os dois ramais de calçada que circundavam o cerro, aquele por onde haviam chegado, e o outro, que fazia a ligação entre Baelo Cláudia e Emérita Augusta (Mérida), passando por Sevilha⁵⁷¹; é provável que o exército visigodo, em marcha desde Córdova pela estrada que passava por Écija rumo a Sevilha⁵⁷², tenha contornado o cerro por este ramal, avistando o exército muçulmano à sua esquerda, formados numa estreita frente de cerca de 3 500 metros, só acessível a partir da planície onde foram forçados a formar, entalados entre os montes, a lagoa de La Janda e o rio Almodóvar⁵⁷³.

Enfrentados os dois exércitos, devemos de novo debruçar-nos sobre as fontes e estudos realizados sobre a batalha, para tentar compreender a sua longa duração. É quase unânime a ideia de que o confronto se terá alongado por diversos dias⁵⁷⁴; são para nós mais relevantes os motivos de um enfrentamento prolongado nos dias, do que a sua duração exata.

Uma das razões mais válidas para tão longo enfrentamento pode residir nas habituais cautelas que os comandantes dos exércitos da Antiguidade Tardia usavam antes

⁵⁶⁹ A Via Augusta era a mais longa calçada romana da Hispânia. Ligava os Pirenéus a Gades (Cádiz), passando pelas principais cidades romanas da Península Ibérica: Gerona, Tarragona, Valência, Cartagena, Córdova, Écija e Sevilha.

⁵⁷⁰ SOTO CHICA, 2020a, pp. 501-502.

⁵⁷¹ Idem, ibidem, p. 501.

⁵⁷² GARCÍA MORENO, 2014, p. 257.

⁵⁷³ SOTO CHICA, 2020a, p. 503; com os arqueólogos Ana Berenjano Borrego e Eduardo Kavanaugh, trabalha presentemente na identificação exata do local da batalha.

⁵⁷⁴ Ibn Abd al-Hakem fala em três dias de combates (IBN AL-HAKAM, 1858, p.22); Rodrigo Jiménez de Rada e al-Makkari avaliam em oito dias a duração da batalha (*De rebus Hispanie*, 1989, p. 147 e AL-MAKKARI, 1840, p. 174); Chalmeta remete-nos para as fontes muçulmanas e para a ideia generalizada de que a batalha durou de 19 a 26 de julho de 711 (CHALMETA, 1994, p. 136); García Moreno subescreve, e acrescenta que apenas a Crónica Moçárabe de 754 contradiz estas datas (GARCÍA MORENO, 2014, p. 263); finalmente, Soto Chica remete-nos também para os cronistas muçulmanos, e para uma cronologia mais generalizada de domingo 19 a domingo 26 de julho (SOTO CHICA, 2020, p. 505).

de se decidirem por um confronto total⁵⁷⁵; Tariq ter-se-á mantido em formação defensiva; Rodrigo, por seu lado, terá chegado ao campo de batalha com a sua cavalaria, ansioso por defrontar os invasores, e viu o seu exército ser engrossado ao longo dos dias por diversos contingentes de infantaria retardatários⁵⁷⁶. Os primeiros dias terão sido consumidos em escaramuças periféricas e inconclusivas, até Rodrigo ter considerado que o efetivo era suficiente para atacar a posição muçulmana.

Escolhemos duas entre as fontes que descrevem as etapas de Wadi Lakka. Uma cristã, outra muçulmana, ambas tardias; e foram estas as nossas escolhas, devido à condição guerreira dos autores. Rodrigo Jiménez de Rada, comandante castelhano em las Navas, que escreveu no século XIII, diz-nos que no quinto dia do mês de Sawwal do ano de 92 dos árabes, Rodrigo e o seu exército foram vencidos e massacrados, restando-lhes apenas a fuga⁵⁷⁷; o arcebispo toledano faz ainda referência à valentia com que Rodrigo e os seus *fideles* se bateram, ao combate encarniçado, bem como a um aspeto transversal a todas as crónicas da Conquista, aquelas que são baseadas na tradição de Ahmad al-Razi e Arib ibn Said⁵⁷⁸: a traição dos filhos de Witiza, Sisiberto e Opas, que comandavam as alas do exército visigodo⁵⁷⁹.

Ibn al-Athir (1160-1233), também ele um combatente nos exércitos de Saladino, deixou-nos uma breve, mas esclarecedora descrição da batalha: «o choque entre os dois exércitos deu-se a sul do rio de Bekka⁵⁸⁰, no território de Medina-Sidonia, a 28 do Ramadão de 92 (19 julho 711), e compôs-se de diversos enfrentamentos, que duraram

⁵⁷⁵ NICOLLE, 2011, p. 27.

⁵⁷⁶ MIRANDA CALVO, 1973, p. 64.

⁵⁷⁷ *De rebus Hispanie*, 1989, p. 147.

⁵⁷⁸ GARCÍA MORENO, 2014, p. 274.

⁵⁷⁹ Por muito que gostássemos de o fazer, não podemos ignorar esta questão, que cruza todas as crónicas, muçulmanas e cristãs, e que constitui uma das causas possíveis para a derrota do exército visigodo. A hipotética traição, com o abandono do combate pelas tropas que se encontravam nas alas, comandadas pelos filhos de Witiza, surge-nos nos *Achbar majmua* (2012, p. 50); na *Historia de rebus Hispanie* (nota 535); na *Chronica Gothorum Pseudo-Isidoriana* (2000, p. 187); ibn al-Athir também faz menção à traição dos filhos de Witiza (1898, p. 44).

⁵⁸⁰ O tradutor faz aqui uma chamada de atenção para o facto de ser necessário corrigir o texto original, baseado em Muhammad al-Idrisi e ibn al-Qutiyya, para a localização cerca da lagoa de la Janda, mais precisamente nas margens do Salado; ([NdT] FAGNAN, 1898, p. 44, nota 1).

oito dias.»⁵⁸¹; faz ainda referência à traição dos filhos de Witiza, que comandavam as alas visigodas, bem como à derrota de Rodrigo e seu afogamento⁵⁸².

Aqueles que escreveram sobre Guadalete exploraram exaustivamente aspetos como a localização exata da batalha, o número dos combatentes em confronto, a sua duração, e mesmo aspetos acessórios (que não são de menor importância), como a traição dos witizianos ou o desaparecimento do rei Rodrigo, morto em combate, afogado ou em fuga, para vir morrer na Lusitânia, nas proximidades de Viseu⁵⁸³.

Todos estes aspetos são relevantes, até pela possível influência decisiva no desenlace da batalha. Mas é o confronto entre os dois exércitos que nos importa explorar; Miranda Calvo, no seu estudo de 1973, e Soteras Escartín, em 2010, propõem abordagens centradas na capacidade de recrutamento de ambos os exércitos, nas decisões estratégicas dos seus comandantes, e nos dispositivos táticos utilizados⁵⁸⁴. Entendemos ser aqui, nos dados de natureza militar, que devemos procurar a chave para o resultado da batalha.

Temos então, frente a frente, duas hostes completamente diferentes: os visigodos, comandados por um líder experimentado, mas que nesta campanha tomou diversas decisões imprudentes – procurou com demasiada urgência defrontar os muçulmanos, com um exército cansado, insuficiente e enquadrado por reforços em marcha, o que terá provocado alguma desorganização entre os combatentes - podendo ter confiado o comando das suas alas aos filhos de Witiza ou a quem os representava, o que pode ter sido fatal; os muçulmanos, sempre muito prudentes, provavelmente devido à escassez de cavalaria, com tropas descansadas, elegeram o terreno para o combate, que lhes era favorável⁵⁸⁵.

⁵⁸¹ IBN AL-ATHIR, 1898, p. 44.

⁵⁸² Idem, ibidem.

⁵⁸³ GARCÍA MORENO, 2014, pp. 283-284, notas 963 e 964.

⁵⁸⁴ MIRANDA CALVO, 1973, pp. 61-69; SOTERAS ESCARTÍN, 2010, pp. 219-227.

⁵⁸⁵ SOTERAS ESCARTÍN, 2010, p. 226.

Esta foi uma batalha desigual também do ponto de vista dos modelos táticos utilizados. Os visigodos formavam em três *azes*⁵⁸⁶, com a vanguarda ao centro e duas alas de cavalaria; os seus infantes, pobremente armados e posicionados na retaguarda, aguardavam os contra-ataques adversários. Os muçulmanos, deficitários em cavalos, terão aproveitado a inclinação do terreno, que lhes era favorável, para inicialmente formarem em linhas cerradas de infantaria (lanceiros pesados), com os escaramuçadores (infantes ligeiros, arqueiros e fundibulários) em movimentações entre as alas e o centro, a fustigarem constantemente os *azes* visigodos.

⁵⁸⁶ Az, ou Azes (plural) é uma formação militar com origem no período da República romana (séc. IV a. C.-II a.C.) e que perdurou em cenários de guerra até aos nossos tempos; consistia na distribuição do exército em linhas, sendo cada um dos corpos dividido em três linhas, com a infantaria pesada ao meio, os escaramuçadores nas alas, e a cavalaria a ocupar os extremos da formação. Este modelo tático tinha, segundo Vegécio, que escreveu o seu *Epitoma rei militaris* entre 383-450, sete variantes para a formação dar batalha ao inimigo; MONTEIRO, 2009, pp. 54-58 e pp. 91-92.

A historiografia encarregou-se de encontrar na traição dos comandantes das alas visigodas, no desenrolar da batalha, a chave para o seu resultado. Traição ou deserção, que pode ter sido provocada por uma ofensiva decisiva das tropas muçulmanas, é transversal em todos os relatos que foi após esse desfazer das alas que o exército visigodo (ainda que o centro tenha resistido durante algum tempo) foi completamente derrotado.

Se seguirmos os relatos da batalha, o resultado foi desastroso para os visigodos: a Crónica Moçárabe de 754, muito sintética, diz que Rodrigo, depois de reunir um grande exército para lutar contra os árabes e mouros enviados por Musa - Tariq, Abuzara e outros - dirigiu-se aos Montes Traductinos para lhes dar batalha, e nela caiu, depois da fuga do seu exército, que a ele se tinha juntado com ignominiosas intenções. Assim perdeu vida, trono e pátria, e morreram também os seus rivais⁵⁸⁷; ibn Abd al-Hakam, um historiador egípcio do século IX, deixou-nos um texto sobre a batalha com pormenores curiosos: «[...]contam alguns que Rodrigo veio em busca de Tariq, que estava nas montanhas, e quando se aproximou, Tariq saiu para defrontá-lo. Foram ao seu encontro a pé, porque não possuíam cavalos, e lutaram entre o nascer e o pôr do sol[...] Deus matou Rodrigo e os seus[...]os muçulmanos não cessaram de matar cristãos durante três dias.»⁵⁸⁸; O *Akhbar majmua* dá-nos uma perspetiva mais sóbria da batalha: «Rodrigo e Tariq – que tinha permanecido em Algeciras – defrontaram-se num local chamado *al-Buhayra*, o Lago, numa batalha furiosa. Os flancos, comandados por Sisiberto e Opas, os filhos de Witiza, desmoronaram-se em conjunto; o centro ofereceu alguma resistência e, após a queda de Rodrigo, a ofensiva muçulmana intensificou-se[...]»⁵⁸⁹; Rodrigo Jiménez de Rada, que escreveu no século XIII, faz do combate uma questão personalizada, entre Rodrigo e Julião, e descreve o auge da batalha da seguinte forma: «[...]Ao iniciar-se o combate, o rei (Rodrigo) comportava-se com valentia;[...]Julião, por seu lado, estimulava aqueles que estavam com ele, godos e árabes, para que reavivassem o seu ardor na peleja[...]mas,

⁵⁸⁷ *CM 754*, 2009, p. 225 (tradução nossa).

⁵⁸⁸ *Akhbar majmua*, 1867, pp. 211-212 (tradução nossa).

⁵⁸⁹ *Akhbar majmua*, 2012, p. 50 (tradução nossa).

resultado da grande duração do combate, os godos perecem, em grande parte, mas alguns salvam-se, fugindo[...]»⁵⁹⁰.

A historiografia recente da invasão e conquista muçulmana da Península Ibérica também lhe traçou contornos determinantes. Pedro Chalmeta destaca a mudança de atitude do exército muçulmano depois da batalha: de uma posição defensiva e expectante, passou celeremente à penetração em profundidade⁵⁹¹. Luis García Moreno enfatiza o desaparecimento de Rodrigo e dos principais nobres visigodos, durante a batalha, deixando o reino momentaneamente decapitado, algo que Tariq terá resolvido aproveitar de imediato⁵⁹².

José Soto Chica considera a derrota do exército visigodo espantosa; o rei, os nobres principais e os melhores homens de armas pereceram na batalha; e assim se perdeu o reino de Hispânia⁵⁹³.

De facto, a batalha de Guadalete/Wadi Lakka não foi definitiva, mas constituiu-se como o momento de alteração radical do rumo da expedição comandada por Tariq ibn Ziyad. Até então era aparentemente uma algara superdimensionada, com o usual objetivo de saquear uma região, e voltar ao acampamento, na margem sul do Estreito. Como já vimos, o desaparecimento de grande parte da hierarquia do reino visigodo pode ter impulsionado o propósito que acabou por se concretizar: a conquista da quase totalidade do reino visigodo de Toledo.

A primeira consequência da derrota visigoda é a imensa quantidade de despojos - armas e cavalos - que ficou nas mãos dos combatentes muçulmanos, transformando um exército de infantaria em múltiplos destacamentos de cavalaria, bem armada⁵⁹⁴.

E quanto às baixas? Se do lado visigodo as baixas foram numerosas, ainda que tenham permitido reunir um exército para combater em Écija, como veremos adiante, no campo muçulmano os mortos e feridos também terão sido significativos: o produto do saque obtido no final da batalha terá sido distribuído por 9 000 combatentes, muitos

⁵⁹⁰ *De rebus Hispanie*, 1989, p. 147 (tradução nossa).

⁵⁹¹ CHALMETA, 1994, p. 138.

⁵⁹² GARCÍA MORENO, 2014, pp. 284-285.

⁵⁹³ SOTO CHICA, 2020, p. 512.

⁵⁹⁴ CHALMETA, 1994, p. 137.

deles feridos⁵⁹⁵, e que terão ficado em convalescença num improvisado hospital militar em Algeciras, então tornada acampamento-base das operações na Península; os 5 000 ou 6 000 guerreiros em condições de continuar a campanha terão sido rapidamente engrossados por milhares de voluntários que cruzaram o Estreito, logo que os ecos do fabuloso resultado material obtido na batalha começaram a chegar ao Magrebe.

⁵⁹⁵ Idem, ibidem, p. 143.

2.

O AL-ANDALUS, ENFIM SUBJUGADO:

EPISÓDIOS MILITARES

Desde a batalha de Wadi Lakka, nos finais de julho de 711, até à chegada de um príncipe omíada fugido da revolução Abássida, Abd al-Rahman ibn Muwaiya, em setembro de 755, e que haveria de instituir no ano seguinte um emirato independente, decorreram 44 anos. Este quase meio século viu serem operadas na Península Ibérica múltiplas transformações, de natureza política, económica e social, sendo provavelmente as mais profundas os processos de islamização e arabização da sua população, então já imparáveis, apesar de se irem tornar visíveis muito mais tarde.

Vamos agora observar essas modificações, apenas de uma perspetiva militar, em virtude de estas décadas transformadoras constituírem um autêntico compêndio de ciência militar, nas múltiplas formas de fazer a guerra utilizadas pelos exércitos muçulmanos que consolidaram a conquista do reino visigodo de Toledo.

Batalhas campais, cercos de cidades fortificadas e fortalezas, operações especiais noturnas, assassinatos de líderes, invasões transpirenaicas, conflitos intestinos entre as diferentes etnias do Islão; são anos de, primeiro, consumação da conquista iniciada nas imediações dos Montes Traductinos, e depois, durante o denominado período dos Governadores, de consolidação do poder político-militar.

2.1. Às portas de Écija, nova batalha decisiva

Logo após se terem reagrupado e sido reforçadas pelos voluntários que acorreram vindos do Magrebe, as tropas muçulmanas tomaram previsivelmente a calçada romana que unia Carteia a Córdova⁵⁹⁶, com o objetivo de conquistar esta importante cidade; Écija, a cerca de 50 quilómetros da cidade cordobense, era então uma importante fortificação visigoda da região, e terá sido para lá (primeiro para Medina-Sidonia) que se dirigiram os sobreviventes do exército de Rodrigo.

Seguimos, a partir daqui a tradição historiográfica indireta de Ahmad al-Razi, replicada nos *Akhbar majmua* e nos *Annales du Maghreb et de L'Espagne*: ao aproximar-se de Écija, o exército muçulmano viu-se afrontado pela guarnição local, muito reforçada

⁵⁹⁶ GARCÍA MORENO, 2014, p. 287.

pelos sobreviventes do exército de Rodrigo, que decidiram cortar-lhe a progressão e oferecer batalha campal⁵⁹⁷. Terá sido, como alguns dias antes, um combate encarniçado, entre dois exércitos com números equivalentes, com pesadas baixas para ambos os lados, e com uma cambiante decisiva, relativamente a Wadi Lakka, referida por Pedro Chalmeta, seguindo de novo o *Akhbar majmua*: Já não havia infantes muçulmanos, pois não sobrou um único homem apeado⁵⁹⁸. Depois do brutal embate, com vantagem muçulmana, os sobreviventes visigodos encerraram-se nas muralhas de Écija, e a Tariq não restou outra alternativa senão sitiar a praça-forte situada nas margens do rio Genil. O cerco terá durado cerca de um mês, e ter-se-á resolvido depois de um insólito episódio, de caráter anedótico, no qual Tariq, ao dirigir-se ao rio para efetuar as suas abluções matinais, se deparou com um visigodo de aparência nobre, que capturou, e se veio a revelar o governador de Écija⁵⁹⁹, com quem estabeleceu desde logo o habitual pacto de capitulação, mediante rendição e pagamento de *jizya*.⁶⁰⁰

Começam por aqui as nossas dúvidas, relativamente às primeiras ações militares pós-Wadi Lakka, e ao itinerário seguido por Tariq ibn Ziyad. A tradição historiográfica devedora de al-Razi coloca invariavelmente o exército muçulmano a partir de Algeciras rumo a Córdoba, na verdade rumo a mais uma batalha campal em Écija, da qual conhecemos escassos detalhes, e um cerco que durou cerca de um mês. Existe um outro possível trajeto, logo após travada a batalha de Wadi-Lakko, este defendido por al-Maqqari: «Tariq marchou para Medina-Sidonia, que cercou e tomou pela força, após alguma resistência; dirigiu-se de seguida a Morón, 90 quilómetros a norte, onde influiu para noroeste, rumo a Carmona, que se rendeu e pagou tributo de imediato»⁶⁰¹.

Só depois de rendida Carmona é que o recompilador magrebino coloca Tariq a cercar Écija; se olharmos para um mapa de Espanha, e tivermos em conta que o primeiro

⁵⁹⁷ *Akhbar majmua*, 2012, p. 51; *IBN IDAHRI*, 1898, p. 44.

⁵⁹⁸ CHALMETA, 1994, p. 146.

⁵⁹⁹ AL-MAKKARI, 1840, p. 275.

⁶⁰⁰ Esta solução para o cerco de Écija é mais uma das muitas tradições lendárias que abundam nas fontes escritas muçulmanas; a *jizya* corresponde a um tipo de tributo por capitação imposto aos não muçulmanos (*dhimmiés*) que vivam no seio da *Dar al-Islam*. Subentende sujeição e aceitação da legislação islâmica e do modelo de estado.

⁶⁰¹ AL-MAKKARI, 1840, p. 275 (tradução nossa).

local de refúgio dos derrotados visigodos terá sido Medina-Sidonia, não devemos para já descurar a possibilidade de que o percurso conquistador de Tariq se ter iniciado com a conquista do eixo Sidónia-Morón-Carmona, tal como descrito por al-Maqqari e nas obras *Kitab Silat al-simt*, de ibn al-Sabbat, a crónica anónima *Fath al-Andalus* e o *Rihlat al-Wazir*, de al-Gassani⁶⁰².



Figura nº 7 – Cidades e fortalezas da Bética; mapa de elaboração própria.

No entanto, as mais «canónicas» propostas para o itinerário inicial de Tariq parecem-nos mais sensatas, em consonância com o habitual comportamento cauteloso das expedições muçulmanas: reagrupar na baía de Algeciras, cuidar dos feridos, receber reforços, e definir o trajeto em função dos objetivos primordiais: Córdoba e Toledo; e

⁶⁰² Estas três obras, forjadas tendo como base o *Mujtasar Tarij al-Tabari*, de Arib ibn Said, formam com o *Nafh*, de AL-MAKKARI, o conjunto de crónicas muçulmanas que propõe um itinerário diverso daquele que é o mais vulgarizado no conjunto das fontes literárias que se ocupam da conquista muçulmana; *Fath al-Andalus*, 2002; IBN AL-SABBAT, 1973; quanto ao *Rihlat al-Wazir* lamentavelmente ainda não foi traduzido na íntegra. Conhecemos apenas traduções parciais e edições anotadas, como a de Alfred Bustani, Tanger, 1940 ou a tradução parcial de Nabil Matar (MATAR, 2003, pp. 118-195).

essas, podem ser acreditadas pelas narrativas de diversas fontes sobre a conquista muçulmana⁶⁰³, todas devedoras da tradição indireta de Ahmad al-Razi⁶⁰⁴.

Durante o cerco de Écija, dá-se um encontro entre Tariq, os seus lugares-tenentes, o conde Julião e os líderes do partido witiziano, a que García Moreno chamou a Conferência de Écija⁶⁰⁵. Terá sido durante o cerco à cidade que o governador de Ceuta e os seus homens se reuniram ao exército muçulmano, e Tariq terá ouvido a sugestão, que prontamente seguiu, de dividir o exército em três corpos: um para assediar e conquistar Córdoba, comandado por Mugit al-Rumi, homem de confiança do califa al-Walid; um outro, segundo Henry Coppée⁶⁰⁶, comandado por Zeyd ibn Kassed, um dos oficiais de confiança de Tariq, com a dupla tarefa de conquistar as regiões de Málaga e Elvira (Granada); e finalmente, o corpo principal do exército, comandado pelo próprio Tariq, ficou encarregue do objetivo mais apetecível: a capital dos visigodos, Toledo.

Relativamente ao partido dos filhos de Witiza, a muito parcial *História*, de ibn al-Qutiyya, descendente de Sara, a Goda, filha do mais jovem filho de Witiza, Artobas ou Ardabasto, situa o momento da traição e acordo com os muçulmanos nas vésperas da Batalha do Lago⁶⁰⁷; apesar desta aparente confirmação, García Moreno considera ser a própria obra de ibn al-Qutiyya a afirmar que os filhos de Witiza procuraram a aprovação do *wali* de Ifriqiya, tendo-se mesmo deslocado a Damasco, pouco antes da passagem de Musa à Península Ibérica⁶⁰⁸, no início do verão de 712. Esta cronologia dos movimentos da descendência do rei Witiza parece indicar que só depois do acordado em Écija⁶⁰⁹ (e não durante a batalha de Guadalete/Wadi Lakka) cessou a resistência do partido Witiziano.

⁶⁰³ IBN IDAHRI, 1860, P. 30; *Akhbar majmua*, 1867, pp. 23-24; *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 2009, p. 334; *De rebus Hispanie*, 1989, pp. 153-154.

⁶⁰⁴ Luis Agustín García Moreno afirma mesmo que apenas através da narrativa de al-Razi é possível conhecer os primeiros momentos do exército muçulmano; GARCÍA MORENO, 2014, p. 285.

⁶⁰⁵ Idem, *ibidem*, p. 290.

⁶⁰⁶ Norte-americano, professor em West Point, publicou em dois volumes *Conquest of Spain by the Arab-Moors*, em 1881; COPPÉE, 1881, p. 287.

⁶⁰⁷ IBN AL-QUTIYYA, 2009, pp. 49-50.

⁶⁰⁸ GARCÍA MORENO, 2014, p. 292.

⁶⁰⁹ Faz todo o sentido seguir as propostas de Chalmeta ou García Moreno: Écija é o momento mais importante do processo de invasão e conquista do reino visigodo de Toledo; não só do ponto de vista militar – esta segunda derrota do exército visigodo aniquilou qualquer possibilidade de oposição efetiva aos

Os episódios militares, que se seguem à batalha, conferência e conquista de Écija, após cerco, estão descritos de forma desigual nas diferentes fontes, quer nas muçulmanas, quer nas cristãs. A Crónica Moçárabe de 754, a mais próxima dos acontecimentos de todas as que conhecemos, é muito telegráfica, fazendo apenas referência à devastação de Espanha, quer «pelos expedicionários, quer pelas lutas intestinas, chega então Musa ibn Nusayr, [...] a devasta até Toledo [...]»⁶¹⁰.

Ibn Idahri, por exemplo, providencia-nos uma exaustiva descrição da tomada de Córdoba⁶¹¹; já para as conquistas de Málaga e Agarnata (Málaga e Granada) um parágrafo a cada⁶¹²; quanto a Tolaitola (Toledo), o cronista magrebino concedeu-lhe praticamente a mesma atenção que a Córdoba⁶¹³.

Rodrigo Jiménez de Rada providencia-nos uma descrição algo mais pormenorizada da conquista das cidades de Córdoba, Málaga, Granada e Toledo⁶¹⁴.

2.2. Mugit al-Rumi, Senhor de Córdoba

As narrativas da conquista de Córdoba, fontes literárias ou produção historiográfica, falam quase em uníssono de uma cavalgada de 700 ginetes comandados

invasores – mas também é momento de grandes decisões políticas. Terá sido na «Conferência de Écija» que Tariq garantiu aos três filhos de Witiza parte do património da coroa visigoda, e que ficaram conhecidos como «Feudos Reais», tendo como contrapartida desde aí, a colaboração dos witizianos no que restava conquistar do reino de Toledo; GARCÍA MORENO, 2014, pp. 292-293; CHALMETA, 1994, p. 140-142.

⁶¹⁰ *CM 754*, 2009, p. 227.

⁶¹¹ IBN IDAHRI, 1860, pp. 30-34

⁶¹² *Idem*, *ibidem*, pp. 34-35.

⁶¹³ *Idem*, *ibidem*, pp. 37-41.

⁶¹⁴ *De rebus Hispanie*, 1989, pp. 153-156; em capítulo denominado «De que maneira conquistou Tariq as cidades e as fortalezas» dá-nos o arcebispo toledano uma mais expressiva imagem das primeiras etapas do itinerário de Tariq ibn Ziyad pela Península Ibérica: a fuga dos visigodos para Toledo, deixando escassos defensores nas outras cidades; o conselho do conde Julião, prontamente seguido por Tariq, para dividir o exército em três (ou quatro) corpos; a conquista de Córdoba e os seus detalhes rocambolcos. Finaliza este seu Livro Terceiro com um capítulo dedicado à conquista de Málaga e Múrcia, mas que na verdade descreve as restantes etapas do itinerário de Tariq ibn Ziyad, bem como a chegada de Musa ibn Nusayr e o seu roteiro conquistador pela Hispânia.

pelo «delegado» do califa al-Walid, o converso Mugit al-Rumi⁶¹⁵. Esta personagem era provavelmente de origem bizantina, e terá sido criado na companhia dos filhos do califa Abd al-Malik ibn Marwan, tornando-se um relevante comandante dos exércitos omíadas⁶¹⁶. Ao aproximar-se da futura capital do al-Andalus, este contingente muçulmano acampou nos arredores, na zona de Secunda, onde interrogou um pastor, que lhes identificou uma fragilidade na muralha, e o número escasso dos seus defensores.

Estabelece-se aqui uma das muitas lendas que embaraçam as fontes literárias sobre a conquista, peçadas de recursos fantasiosos: o pretense canibalismo dos muçulmanos, a casa de Toledo, as premonições sobre Tariq, a violação da filha do Conde Julião, só para citar algumas⁶¹⁷; esta descreve a escalada da muralha de Córdoba, quando o próprio comandante do contingente muçulmano terá arrojado o seu turbante a um dos seus homens, que a partir dos ramos de uma figueira, trepou a muralha, surpreendendo os defensores⁶¹⁸. Depois de penetrarem no perímetro amuralhado da cidade, abriram uma das portas, por onde entrou todo o contingente muçulmano; os defensores, surpreendidos, fugiram pela porta de Sevilha e entrincheiraram-se no mosteiro de San Acisclo, um dos primeiros mártires cristãos de Córdoba⁶¹⁹.

Resistiram durante três meses, e só depois de uma tentativa de fuga do líder da defesa da cidade, presumivelmente um nobre visigodo que ficou com essa função, anulada pelo próprio Mugit; os restantes defensores terão morrido queimados, quando os muçulmanos atearam fogo à igreja, ou pela espada⁶²⁰.

⁶¹⁵ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 2009, pp. 333-337; *De rebus Hispanie*, 1989, p. 154; IBN IDAHRI, 1860, pp. 30-34; GARCÍA MORENO, 2014, pp. 309-321; CHALMETA, 1994, pp. 150-152.

⁶¹⁶ García Moreno apelida-o mesmo de «olhos e ouvidos» do califa al-Walid, nos exércitos de Tariq e Musa; GARCÍA MORENO, 2014, pp. 311-312.

⁶¹⁷ Qualquer uma das crónicas muçulmanas sobre a Conquista, bem como as cristãs, fortemente influenciadas pela narrativa de Ahmed al-Razi, são pródigas nestes eventos anedóticos. Sebastián Gaspariño García, no III volume da sua *Historia de Al-Andalus según las crónicas medievales*, dedicado à Conquista, recolhe as fundamentais partes dos textos onde estão presentes as muitas referências de teor lendário: IBN AL-QUTIYYA, 1926, pp. 7-8; *Fath al-Andalus*, 1889, p. 6; *Akhbar majmua*, 1867, pp. 16-18.

⁶¹⁸ IBN IDAHRI, 1904, pp. 14-16, por exemplo.

⁶¹⁹ GARCÍA MORENO, 2014, p. 313.

⁶²⁰ CHALMETA, 1994, p. 152; o ilustre historiador matritense diz que a *Fath al-Andalus* lhes conserva a vida (p. 9); de facto, diz literalmente que «alguns (que ficaram na igreja) morreram queimados e os que saíram foram mortos, na sua maior parte; *Fath al-Andalus*, 1889, p. 9.

Sobre a conquista de Córdoba importa realçar a natureza das operações militares: primeiro a entrada furtiva no perímetro amuralhado, a remeter-nos para as «operações especiais» de Geraldo Geraldês, o *Sem Pavor*⁶²¹, na década de sessenta do século XII, ou a conquista de Santarém por Afonso Henriques, alguns anos antes, na noite de 15 de março de 1147⁶²²; depois, o cerco ao complexo monástico de San Acisclo, que terá incluído, para além do cerco em regra, propriamente dito, alguma guerrilha urbana numa primeira fase, até que os sobreviventes se enclausuraram na igreja que ficou conhecida na Córdoba omíada como Igreja dos Queimados⁶²³.

Pedro Chalmeta destaca que depois de Écija, nas operações militares seguintes, os corpos do exército muçulmanos depararam-se com um número de opositores sempre inferior – em Córdoba a proporção era de 700 muçulmanos para 400 visigodos⁶²⁴ – devido à desmoralização da aristocracia visigoda (e da população em geral), que ter-se-á rendido, ou fugido para o norte da Península (Galiza).

2.3. Malaqah e Garnatah

Sobre a conquista de Málaga e Granada diz-nos ibn Idhari: «De Écija, Tariq envia contra esta cidade (Málaga) um corpo de tropas comandadas por um oficial que tinha como guia um dos homens de Julião. Esta cidade foi conquistada simultaneamente que a província de Reyya; contudo, os cristãos tiveram tempo de se refugiarem nas altas e inacessíveis montanhas da província.»⁶²⁵.

É em termos muito semelhantes, de forma lacónica, que a generalidade das fontes descreve a conquista das cidades que hoje conhecemos como Málaga e Granada; na realidade, falamos de duas urbes com histórias muito distintas: Malaka, de fundação fenícia e sucessivamente ocupada por gregos, cartagineses, romanos, visigodos e muçulmanos, foi sempre um porto significante para qualquer um destes povos; já Elvira, a

⁶²¹ MARTINS, 2013, p. 34.

⁶²² Idem, 2011, pp. 70-72.

⁶²³ GARCÍA MORENO, 2014, p. 314, nota 1071.

⁶²⁴ CHALMETA, 1994, p. 152.

⁶²⁵ IBN IDAHRI, 1904, pp. 16-17.

cidade (região) que os muçulmanos conquistaram, situava-se a alguns quilómetros a sudoeste da atual Granada. Não existe consenso entre os investigadores sobre a importância da cidade no início do século VII: uns defendem a continuidade entre a antiga Ilíberis e a atual cidade⁶²⁶, outros consideram que o povoado existente na colina do Albaicín era insignificante, tendo os muçulmanos optado por fixar-se na antiga cidade romana⁶²⁷.

Pedro Chalmeta considera que não podemos falar de genuína conquista, em Málaga e Granada; propõe até que se tratou de meras algaras, mais ou menos espontâneas, lideradas por berberes, e justifica-o com os subseqüentes assentamentos norte-africanos na região⁶²⁸; García Moreno vai mais longe: considera ter sido o duque Teodomiro a comandar este corpo do exército, como aliado dos muçulmanos, e depois de devastar as regiões de Rayya e Elvira, comandou um primeiro ataque à cidade que ficará ligada ao seu nome: Orihuela⁶²⁹.

Esta tese, defendida pelo professor segoviano, não é para nós totalmente descabida: Teodomiro pode perfeitamente ter mudado de lado, um pouco ao sabor dos acontecimentos: derrotado em Waddi Lakko, novamente derrotado em Écija, pode ter aí, enquanto figura grada da sobrevivente aristocracia visigoda, passado a militar no partido invasor; depois de comandar o ataque às regiões das atuais Málaga e Granada, ter-se-á dirigido para o sudeste da península, fazendo-se forte e independente em Orihuela, até 713, quando a região foi, mais tarde, ameaçada por Abd al-Aziz ibn Musa⁶³⁰.

⁶²⁶ SOTTOMAYOR MURO, 2008, p. 31.

⁶²⁷ RODRÍGUEZ AGUILERA, 2001, p. 79.

⁶²⁸ CHALMETA, 1994, pp. 149-150.

⁶²⁹ GARCÍA MORENO, 2014, pp. 294-309; em capítulo dedicado ao duque Teodomiro e ao seu papel após a invasão, conclui, com base em algumas fontes que replicam al-Razi, que o substituto de Rodrigo no ducado da Bética foi um dos nobres aliados dos muçulmanos, numa fase inicial, tendo obtido assim a soberania da cidade de Orihuela; dois anos depois defendeu-a, cercado por Abd al-Aziz ibn Musa, mas lá voltaremos, adiante.

⁶³⁰ Esta dedução do professor García Moreno, ainda que bastante razoável, contraria as fontes, que fazem do duque Teodomiro o líder da defesa de Orihuela contra um primeiro ataque muçulmano, logo no final do verão de 711. Ibn Idahri, por exemplo, diz que o mesmo corpo do exército que conquistou Agarnata (Granada) seguiu depois para Tadmir (Tudmir/Múrcia) onde defrontou os visigodos, comandados por Teodomiro; depois de rija peleja, os cristãos encerraram-se atrás das muralhas da cidade de Orihuela; e utilizando mulheres para fazer crer serem os guerreiros muito numerosos, Teodomiro veio negociar com os

2.4. Toledo, o mais apetecido dos objetivos

Relembremos que o exército muçulmano, hipoteticamente reforçado por aliados visigodos a partir dos acontecimentos de Écija, foi dividido em três corpos, tendo o corpo principal, comandado pelo próprio Tariq ibn Ziyad, o objetivo de conquistar o centro de poder do reino visigodo: a sua capital, Toledo, a *Toletum* romana, *Tulaytula* muçulmana.

Pela dimensão das unidades dirigidas contra Córdova e ao sul e sudeste da Península⁶³¹, o corpo principal do exército muçulmano, possivelmente entre os 8 000 e os 10 000 guerreiros, dirigiu-se, a partir de Écija, à capital do reino, a 350 quilómetros. Todo e qualquer investigador que tenha escrito sobre a invasão e conquista muçulmana da Península Ibérica, dedicou, após leitura atenta das fontes disponíveis, algum espaço aos possíveis itinerários dos diversos exércitos da Conquista.

Eduardo Saavedra, no seu *Estudio sobre la invasión de los árabes en España*, defende um percurso entre Écija e Toledo seguindo a calçada romana de Aníbal⁶³²; Cláudio SÁNCHEZ-ALBORNOZ não difere muito de Saavedra: Tariq terá avançado de Écija para Toledo, via Mentesa (hoje Villanueva de La Fuente, na província de Ciudad Real, Castilla la Mancha), numa curva para nordeste, e daí para Toledo, curvando ligeiramente a noroeste⁶³³; Pedro Chalmeta, tendo como base estas e outras propostas anteriores, também difere muito pouco, embora situando Mentesa muito mais para sul, nos arredores de Jaén (La Guardia)⁶³⁴, fazendo do seu percurso um ziguezague muito menos pronunciado⁶³⁵.

muçulmanos, disfarçado de mensageiro, só revelando a sua identidade no final das negociações; IBN IDAHRI, 1860, pp. 35-37.

⁶³¹ Segundo as fontes utilizadas, contingentes muito reduzidos: 700 cavaleiros rumo a Córdova, uma «divisão» rumo a Málaga e Granada: IBN IDAHRI, 1860, p. 30 e 35-36; *Akhbar majmua*, 2012, p. 51; AL-MAKKARI, 1840, p. 277; IBN AL-ATHIR, 1898, p. 45.

⁶³² SAAVEDRA, 1892, mapa *Itenerarios de los ejércitos musulmanes*, p. 1 e p. 78.

⁶³³ SÁNCHEZ-ALBORNOZ, 1948, pp. 36-37.

⁶³⁴ Este topónimo terá dado muitas dores de cabeça a todos os que se propuseram traçar o primeiro itinerário de Tariq: é que Mentesa Bastitana fica nos arredores de Jaén; a outra Mentesa, a Oretana,

Quanto a este primeiro itinerário da Conquista, parece-nos sobretudo que os muçulmanos, desconhecedores do território invadido, ter-se-ão guiado pelos mais fiáveis caminhos da Península: a rede de calçadas romanas; quanto ao itinerário mais provável dependerá, na nossa opinião, de qual das passagens possíveis terá escolhido Tariq, para cruzar a Serra Morena.

A informação que temos, nas crónicas produzidas a partir da tradição de Ahmad al-Razi, sobre a chegada do exército muçulmano a Toledo, é consensual: Tariq encontrou uma cidade indefesa, abandonada pelos seus habitantes, fugidos para o norte da Península⁶³⁶, restando apenas na cidade um escasso número de habitantes, e a sua comunidade judaica⁶³⁷.

Sabemos, pois, muito poucos detalhes sobre os acontecimentos em Toledo, até porque as diversas fontes, muito lacónicas, dizem que Tariq seguiu de imediato em perseguição das riquezas retiradas da capital pela fugitiva aristocracia visigoda⁶³⁸.

Entregue a administração e defesa da despovoada cidade à comunidade judaica, ficando presente uma pequena guarnição muçulmana, Tariq e o exército dirigiram-se, segundo a generalidade das crónicas, para norte, acossando os foragidos. Seguindo de novo a tradição de al-Razi, os muçulmanos cruzaram a serra de Guadarrama, conquistaram a cidade «Da Mesa» e tomaram em combate Amaya, capital da Cantábria, onde fizeram milhares de prisioneiros e obtiveram riquíssimo saque⁶³⁹; a historiografia em castelhano nunca equacionou a possibilidade de, quer a cidade «Da Mesa» quer Amaya se

corresponde a Villanueva de La Fuente, a cerca de 160 quilómetros da primeira; MIRANDA CALVO, 1973, p. 85.

⁶³⁵ CHALMETA, 1994, p. 152.

⁶³⁶ *De rebus Hispanie*, 1989, p. 155; AL-MAKKARI, 1840, p. 282; IBN IDAHRI, 1860, p. 37; *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 2009, p. 337.

⁶³⁷ A teoria da «5ª coluna judaica» surge nas crónicas da Conquista, quer nas muçulmanas, quer nas cristãs, produzidas em espaço peninsular. É Lucas de Tuy, que escreve na primeira metade do século XIII, a consolidar a ideia da traição da comunidade judaica de Toledo, com o seguinte texto: «E também a cidade de Toledo, vencedora de muitas gentes, caiu derrotada pelos ismaelitas e pela traição dos judeus...os judeus, que tinham dado sinal de traição aos muçulmanos, fecharam as portas da cidade aos cristãos, abrindo-as aos sarracenos.»; LUCAS DE TUI, 1926, p. 270.

⁶³⁸ MOLENÁT, 2014, pp. 171-180.

⁶³⁹ BALBÁS, 2021, p. 11.

situassem para oeste, e não para norte de Toledo, correspondendo a Almeida e Ammaia, nas imediações de Marvão, atualmente em território português.

António Rei demonstrou a forte possibilidade de, a partir de Guadalajara, onde ficou uma pequena guarnição, o exército ter rodado para sudoeste, primeiro rumo a Almeida, e depois mais para sul, para a então ativa cidade de fundação romana de Ammaia, no sopé do monte onde, no século IX, veio a ser fundado o povoado de Marvão⁶⁴⁰.

Rodrigo Jiménez de Rada escreveu que, depois de conquistada Amaya, Tariq e o exército continuaram em campanha na região das Astúrias, conquistando Gijón e muitos outros lugares, de imediato providos de guarnições militares, tendo então regressado a Toledo, no ano de 93 da Hégira⁶⁴¹.

Estas movimentações em campanha, supostamente ocorridas no inverno de 711/12, não nos parecem inquestionáveis. Ibn Idahri, que usou como fonte o *De rebus Hispanie*, segue uma narrativa semelhante à do arcebispo toledano, mas deixa em aberto uma outra possibilidade: O exército ficou onde tinha travado batalha (Medinat Almeyda), e foi aí que se deu o encontro com Musa ibn Nusayr; outra possibilidade coloca os dois exércitos reunidos nas imediações de Córdoba⁶⁴². As agrestes condições meteorológicas da Meseta ibérica no inverno levam-nos a ponderar a possibilidade de o exército muçulmano ter estacionado num destino mais meridional, ou, em alternativa, ter recolhido a Toledo antes da chegada do «General inverno».

2.5. A segunda vaga da conquista: Musa ibn Nusayr

No mês de Ramadão do ano de 93 da Hégira (julho de 712) o governador muçulmano do Norte de África, Musa ibn Nusayr, duplicou o poderio militar muçulmano

⁶⁴⁰ REI, 2005, pp. 85-90; é notável, a fundamentação de António Rei, que após releitura das fontes muçulmanas, e situando a destruição de Ammaia, depois de uma catástrofe natural, num intervalo entre a segunda metade do século VIII e a fundação de Marvão, em 876, demonstra a forte possibilidade de ter sido esse o destino do exército comandado por Tariq ibn Ziyad.

⁶⁴¹ De rebus Hispanie, 1989, pp. 155-156.

⁶⁴² IBN IDAHRI, 1860, pp. 37-38.

na Península Ibérica, através de nova operação anfíbia que fez transportar um expressivo exército entre os portos de Ceuta e Algeciras. O *al-Imama wal-Siyasa*, também conhecido por Pseudo ibn Qutayba⁶⁴³, é a única fonte muçulmana que coloca a partida no mês de Safar de 93 (novembro de 711), o que pode significar que foi nessa data que o exército começou os preparativos: transportar alguns milhares de homens, cavalos e equipamento (as fontes referem entre 12 000 e 18 000 combatentes), mesmo com a capacidade da frota de Ifriqiya⁶⁴⁴, só nos parece provável entre abril e setembro, devido às particularidades da navegação no Estreito de Gibraltar.

A crónica anónima *Fath al-Andalus* e a *Rihlat al-wazir*, de al-Gassani, citando ibn Muzayn, assinalam a fundação da primeira mesquita em terras de Hispânia, a Mesquita das Bandeiras (Masyid al-Rayat), que terá sido o local onde decorreu a primeira assembleia dos líderes do exército de Musa ibn Nusayr, depois de instalado em Algeciras⁶⁴⁵. O elevado número de estandartes, que correspondem às diferentes unidades do exército muçulmano, parece indiciar a dimensão desse mesmo exército.

Esta força, que cruzou o Estreito com Musa, era bastante diversa da anterior, na sua composição e no seu propósito. Em Kairouan ficou a reserva, provavelmente metade do total de efetivos árabes presentes no Norte de África; o escolhido para governar a província africana foi o primogénito de Musa, Abd Allah. Depois de uma primeira vaga composta quase exclusivamente por berberes, desta vez é a aristocracia árabe que chega a Algeciras, para normalizar a invasão, para se apoderar do controlo das operações, para legitimar a conquista⁶⁴⁶.

⁶⁴³ Obra que por muitos anos foi atribuída a ibn Qutayba (m. 889) um prolífico erudito do Califado Abássida; nos dias de hoje é mais ou menos consensual a autoria de um descendente de Musa ibn Nusayr; IBN AL-QUTIYYA, 1826, p. 108.

⁶⁴⁴ Em tese de doutoramento dedicada ao Poder Naval do al-Andalus na época do Califado Omíada, Jorge Lirola Delgado considera que o desaparecimento das fontes da atividade da frota de Ifriqiya, entre 711 e 718/719, comprova que a frota esteve empenhada, pelo menos na segunda vaga da Conquista de Hispânia; LIROLA DELGADO, 1991, p. 86.

⁶⁴⁵ CALVO CAPILLA, 2007, pp. 148-149; A *Risala*, de al-Gassani, traduzida e publicada por Julián Ribera, em 1926, como apêndice da *Historia de la conquista de España de Abenalcotía el cordobés*, refere que os estandartes dos «regimentos» muçulmanos eram mais de vinte (IBN AL-QUTIYYA, 1926, p. 171).

⁶⁴⁶ CHALMETA, 1994, pp. 170-171.

Após breve descanso, e reunido o conselho de comandantes muçulmanos, Musa terá traçado então o seu itinerário de conquista, diverso do de Tariq ibn Ziyad. A maioria das fontes literárias, devedoras de Ahmad al-Razi e Abd al-Malik ibn Habib incluem entre as conquistas de Musa ibn Nusayr Medina-Sidonia, Carmona e Sevilha⁶⁴⁷; no entanto, um conjunto de três crônicas (*Diwan silat al-simt*, de ibn al-Shabbat, a anónima *Fath al-Andalus* e a *Rihlat al-Wazir*, de al-Gassani) considera que foi Tariq a conquistar estas cidades, antes de se virar para Córdoba⁶⁴⁸.

Preferimos a mais consolidada tradição de al-Razi, apesar dos constrangimentos estratégicos causados pela decisão de Tariq ibn Ziyad, ao passar ao largo de tão importantes fortalezas como Medina-Sidonia e Carmona, e Sevilha, à época já uma das mais importantes cidades do reino; parece-nos que o itinerário de Tariq terá resultado da incapacidade de dominar todos os pontos fundamentais do sul do reino, e da necessidade urgente de chegar a Córdoba e Toledo, as duas «cabeças» da Hispânia; e Musa veio precisamente ultimar a conquista, aliviar qualquer pressão sobre essas mesmas cidades, limpar de escolhos a retaguarda, assegurando linhas de retirada rumo ao porto de Algeciras.

Não sabemos exatamente como caíram aquelas três localidades, embora tenhamos alguns indícios: existe um selo com a inscrição *musalaha Saduna* (pacto de paz de Sidónia), que parece indicar ter a meridional praça-forte acordado a rendição⁶⁴⁹; Sevilha reúne o maior número de selos (15), com pactos de paz e capitulação (*ahl Isbiliya*)⁶⁵⁰; já sobre Carmona o *Bayan* relata a sua conquista pela força⁶⁵¹ e dá conta de um estratagema utilizado por Musa – o envio de um contingente de homens do conde

⁶⁴⁷ GARCÍA MORENO, 2014, p. 382 e 385.

⁶⁴⁸ IBN AL-SABBAT, 2016, p. 5.

⁶⁴⁹ SÉNAC; IBRAHIM, 2017, p. 81; na verdade, não temos datação deste selo, e a utilização do termo *kurat* pode indiciar datas mais tardias, do período final dos governadores (nota 1).

⁶⁵⁰ Idem, ibidem, pp. 82-84 e 91-92; este elevado número de selos de pacto de paz também não estão datados, e as fontes indicam diversas perturbações em Sevilha, desde a governação de Tariq até á de Abd al-Aziz.

⁶⁵¹ IBN IDAHRI, 1904, p. 21.

Julião⁶⁵², que se apresentaram como foragidos visigodos, após batalha contra os muçulmanos⁶⁵³, e que abriram durante a noite uma das portas da cidade, o que permitiu a sua conquista.

A *Historia de la Conquista de España, de Abenalcotía el Cordobés* menciona dois locais de passagem do exército muçulmano, entre Sevilha, e o próximo objetivo, a capital da Lusitânia: *Laqant* e o desfiladeiro de Musa (*Fayy Musa*)⁶⁵⁴. Al-Gassani refere um castelo do termo de Sevilha, *Zaguac*⁶⁵⁵ (*Ragwal*) como o primeiro atacado por Musa: trata-se de uma fortificação nas imediações de Alcalá del Rio, a escassos treze quilómetros de Sevilha, e que defendia o Vado de las Estacas, um ponto estratégico para cruzar o Guadalquivir⁶⁵⁶.

Pedro Chalmeta subescreve integralmente a proposta de Félix Hernández Jiménez⁶⁵⁷ relativa ao itinerário seguido por Musa ibn Nusayr, desde Sevilha até Mérida; e nós, apesar de outras propostas mais confusas, seguimos convictamente o historiador madrilenho.

2.6. O cerco de Mérida e revolta em Sevilha

As primeiras conquistas lideradas por Musa poderiam indiciar um fácil passeio pelo sul e sudoeste da Península Ibérica. As fortificações de Medina-Sidonia e Carmona, e a

⁶⁵² Ainda não tínhamos reintroduzido o conde de Ceuta e seus homens, que terão protagonizado este episódio; foram os leais de Julião que serviram também de guias ao exército de Musa.

⁶⁵³ GARCÍA MORENO, 2014, p. 386.

⁶⁵⁴ IBN AL-QUTIYYA, 1926, p. 7. Estes locais foram identificados por Félix Hernández Jiménez como uma antiga *mansio* (estalagem para acolher viajantes) romana, Lacunis, e um desfiladeiro por onde passava o caminho que ligava a Andaluzia à Extremadura, entre as serras de Castillo e San Roque, uma variante da calçada que unia Sevilha a Mérida (GARCÍA MORENO, 2014, p. 393). Santiago Macias, José Gonçalo Valente e Vanessa Gaspar defendem, num artigo denominado *Lacalt e Laqant: da toponímia antiga à islamização*, a possível correspondência do topónimo à cidade de Moura. (MACIAS, VALENTE E GASPAS, 2014, pp. 166-177).

⁶⁵⁵ Idem, ibidem, p. 166.

⁶⁵⁶ GARCÍA MORENO, 2014, p. 391 (nota 1331).

⁶⁵⁷ «Ragwal y el itinerario de Musa, de Algeciras a Mérida» in *Al-Andalus: revista de las Escuelas de Estudios Árabes de Madrid y Granada*, vol. 26, nº 1, 1966, pp. 43-154.

cidade de Sevilha, foram neutralizadas com relativa facilidade, mas a capital da Lusitânia opôs dura resistência às tropas muçulmanas.

A capital da Lusitânia, de fundação romana, contava com sólidas muralhas, que até ao século V estavam antemuradas por torres semicirculares, da construção fundacional, e algumas retangulares, do século IV, basicamente junto aos acessos; já no período visigodo a muralha dobrou a sua espessura, e foi forrada com silares de cantaria, adossados por novas torres⁶⁵⁸.

A urbe que Musa ibn Nusayr e o exército tentavam conquistar era uma das maiores cidades da Península Ibérica, com 72 hectares formidavelmente protegidos, e foram necessários alguns meses para que, finalmente, fosse estabelecido um acordo, descrito, por exemplo, no *Akhbar majmua*: «então acordaram a paz, adquirindo as riquezas dos mortos, daqueles que fugiram para a Galiza, e a da Igreja. A cidade foi capturada no dia de *Id al-Fitr* do ano de 94/30 de junho de 713»⁶⁵⁹. Depreende-se que os sobreviventes pagassem desde então a *jizya*, a fiscalidade dos *dhimmiés*.

O assédio ao perímetro urbano de Mérida constitui um verdadeiro tratado de ciência militar do século VIII, da perspectiva do ataque e defesa de uma cidade muralhada. Começa por se travar uma batalha⁶⁶⁰ a curta distância da cidade, na qual as forças visigodas foram desbaratadas⁶⁶¹; há também nas fontes literárias referência a uma emboscada montada pelos combatentes muçulmanos, quando os visigodos saíram da cidade, para mais um enfrentamento em campo aberto; seguiu-se um período de assédio, durante o qual terá acontecido uma tentativa de, com a utilização de uma «tartaruga» (*dabbaba*), fazer cair uma torre, que ficou conhecida entre os muçulmanos como Torre dos Mártires⁶⁶². Controlada Mérida, e como veremos a seguir as mais significativas

⁶⁵⁸ ALBA, FEIJOO, FRANCO, 2009, p. 194 e 195.

⁶⁵⁹ *Akhbar majmua*, 2012, p. 55.

⁶⁶⁰ De facto, não sabemos a sua dimensão; no entanto, só um forte contingente visigodo poderia defrontar o exército de Musa.

⁶⁶¹ CHALMETA, 1994, p. 178.

⁶⁶² As operações militares da conquista de Mérida surgem replicadas em diversas fontes literárias: *Akhbar majmua*, 1867, p. 29; IBN AL-ATHIR, 1898, p. 47; *De rebus Hispanie*, 1989, pp.156-157; *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 2009, pp.342-344; a tartaruga (*dabbaba*) é uma formação militar, utilizada pelos exércitos romanos e seus sucessores, que consiste num quadrado ou retângulo de homens, defendidos por escudos

idades do sudoeste peninsular, ficava então consolidado o domínio da Lusitânia e Bética Central, aplacando qualquer pressão sobre Toledo ou Córdoba.

Durante o assédio às muralhas de Mérida, terá chegado notícia de uma revolta em Sevilha, apoiada por tropas visigodas das regiões de Niebla e Beja⁶⁶³. Musa ibn Nusayr terá decidido então dividir o exército, confiando o comando de um forte contingente a seu filho, Abd al-Aziz, com diversos objetivos: rumar a oeste, e conquistar as principais cidades que pudessem opor alguma resistência, como Niebla, Beja, Ossónoba (Faro) e outras cidades da Lusitânia; depois, consolidar o poder militar no sudoeste, asfixiando a revolta de Sevilha, e por fim, rumar à Andaluzia Oriental, para firmar conquistas anteriores (Málaga, Granada) e submeter o anterior aliado dos muçulmanos, Teodomiro⁶⁶⁴.

2.7. O pacto de Tudmir

Lamentavelmente, chegou-nos um muito escasso número de documentos associados à invasão e conquista da Península Ibérica. O texto do pacto de Tudmir, firmado entre Abd al-Aziz ibn Musa e Teodomiro, governador da região de Orihuela (Múrcia), é um raro exemplo de um acordo de paz (*aman/ahd/musalaha*) replicado integralmente nas fontes muçulmanas.

por cima e pelos lados da formação, que pode ser utilizada defensivamente ou para progressão lenta e trabalhos de menagem, tal como terá acontecido em Mérida.

⁶⁶³ *De rebus Hispanie*, 1989, p. 157.

⁶⁶⁴ García Moreno, no seu estudo dedicado à conquista muçulmana, elenca muito bem esta sequência de acontecimentos, fundamentados pelo *Akhbar majmua* e pela *Historia de rebus Hispanie* (GARCÍA MORENO, 2014, pp. 395-397 (nota 1347)).

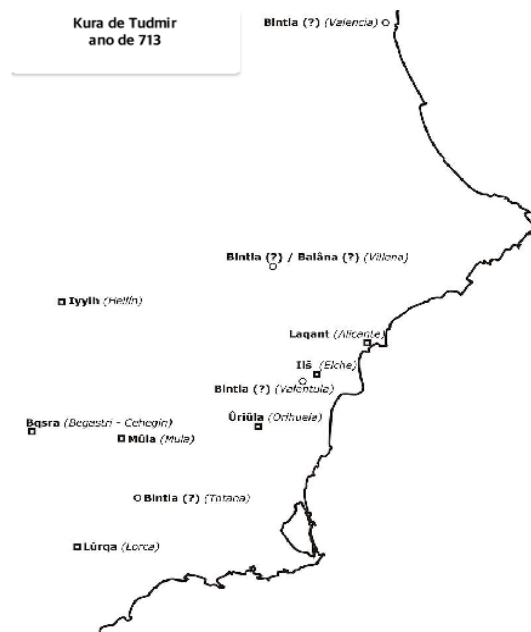


Figura nº 8 – Kura de Tudmir; mapa de elaboração própria.

Este documento, reproduzido com algumas variações em diversas fontes literárias de diversos autores – al-Udri, al-Dabbi, al-Garnati e al-Himyari – bem como na *Crónica Geral de Espanha de 1344*, compilada por Pedro Afonso, conde de Barcelos⁶⁶⁵, contribui para preciosas deduções sobre a movimentação do corpo destacado do exército de Musa, e comandado pelo seu filho Abd al-Aziz: o texto do acordo termina com a frase «escrito no mês de *Rajab* do ano de 94 da Hégira (abril de 713)»⁶⁶⁶; ora, assumindo-se que Mérida abriu as suas portas a Musa ibn Nusayr a 30 de junho de 713, e o seu assédio terá durado largos meses, a decisão de criar um corpo do exército comandado por Abd al-Aziz, com objetivos tão diversos como a submissão das cidades da Lusitânia (que segundo alguns autores pode ter incluído, para além das já citadas Faro e Beja, ainda Lisboa, Santarém e Coimbra), para depois restabelecer o poder muçulmano em Sevilha, e finalmente passar à Andaluzia Oriental, tendo como tarefa final sujeitar a região de Orihuela e o seu «resvaladiço» governador, terá sido tomada logo nos alvores do cerco de Mérida.

⁶⁶⁵ VIGUERA MOLINS, 2010, p. 192.

⁶⁶⁶ MELVILLE; UBAYDLI, 1992, p. 13; a tradução é nossa, do texto traduzido para inglês de al-Udri, da sua obra *Kitab bughyat al-multamis* (ed. Cairo 1967).

Outro dos dados relevantes que podem ser extraídos do texto do acordo é o número de cidades envolvidas no pacto, e quais essas mesmas cidades; sete, a saber: *Uryula, Mula, Lauraqa, Balantala, Laqant, Baqasra e Ayyo*, ou seja, Orihuela, Mula, Lorca, Valentilla, Valência, Bigastro e Ello. Estes topónimos árabes trazem-nos mais problemas do que certezas, visto as diferentes versões do texto do pacto, bem como as tentativas de os fazer corresponder a diversas localidades da região de Orihuela terem gerado diversas possibilidades.

Este acordo de paz, ou *aman*, propiciava condições muito favoráveis à comunidade cristã da região: liberdade pessoal, religiosa, manutenção dos bens, mediante rendição das mencionadas cidades, e pagamento da *jizya* anual, em numerário e bens alimentares (farinha, vinho, mel e azeite)⁶⁶⁷.

Importa referir que todas as fontes baseadas em al-Razi não atribuem a conquista de Orihuela a Abd al-Aziz, em 713, mas sim a um dos contingentes em que se dividiu o exército de Tariq ibn Ziyad, que como já vimos, era provavelmente comandado pelo próprio Teodomiro⁶⁶⁸.

Pedro Chalmeta chega mesmo a duvidar da veracidade do documento, questionando esta segunda «conquista» da região de Orihuela⁶⁶⁹; mas são os argumentos defendidos por Luis García Moreno que nos parecem os mais acertados, nesta matéria: é a partir do relato presente na *Crónica do Mouro Rasis*, que na sua versão portuguesa surge na *Crónica Geral de Espanha* de 1344, que afirma ter Musa enviado o seu filho Abd al-Aziz para recuperar Sevilha; depois, sucedeu o seguinte: «E Belaazim se foy o mais cedo que elle pode e lidou con a gente d’Ouriolla, e d’Orca e de Vallença e de Alicante e quis Deus assi que os venceo.»⁶⁷⁰.

⁶⁶⁷ Idem, *ibidem*.

⁶⁶⁸ O *Akhbar majmua*, por exemplo, descreve a conquista de Orihuela após combate favorável aos muçulmanos, e replica a lendária «anedota» sobre o estratagema utilizado por Teodomiro, que aqui lidera a defesa da cidade: mandou que as mulheres soltassem os cabelos e ocupassem lugares na defesa da muralha, devido à escassez de combatentes; *Akhbar majmua*, 1867, p. 26.

⁶⁶⁹ CHALMETA, 1994, p. 214.

⁶⁷⁰ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, 2009, p. 345.

Embora não exista aqui nenhuma referência ao duque Teodomiro no texto do *Rasis*, ele está claramente identificado nas distintas versões do pacto de Tudmir, que começa com a fórmula «Em nome de Deus, o Misericordioso, o Clemente: acordo (escrito) entre Abd al-Aziz ibn Musa ibn Nusayr e Tudmir ibn Ghabdush [...]»⁶⁷¹; e o raciocínio do professor García Moreno, sobre o papel de Teodomiro nas diferentes etapas da invasão e conquista muçulmana da Península Ibérica, é convincente: Teodomiro, nobre witiziano que ascende ao ducado da Bética quando Rodrigo se torna rei, sobrevive a Wadi Lakka e a Écija, onde se torna aliado dos muçulmanos, com a tarefa de conquistar a Andaluzia Oriental e Orihuela; em qualquer momento após chegar Musa, terá decidido opor-se de novo ao domínio árabe-berbere, situação só resolvida com o pacto estabelecido com Abd al-Aziz⁶⁷².

Sónia Gutiérrez Lloret produziu em 2014 um estudo denominado «La materialidad del Pacto de Teodomiro a la luz de la arqueología»⁶⁷³. Trata-se de uma perspetiva histórico-arqueológica sobre um assunto escassamente investigado relativamente à sua materialidade, e até então, tratado apenas do ponto de vista puramente textual⁶⁷⁴. Trabalhos arqueológicos conduzidos pela própria permitiram identificar Cerro de Almagro com a cidade de *Mula* das fontes muçulmanas, bem como em El Tolmo de Minateda, a cidade de *lyih* ou *lyyuh*, em al-Udi ou ibn al-Jarrat⁶⁷⁵.

Não nos podendo guiar pelas fontes literárias, relativamente ao momento e aos protagonistas da tentativa de conquista da região que configura a futura *cora* de Tudmir, parecem-nos de muito interesse as aporções materiais que possam amparar conclusões relativas a esta etapa da conquista do sudeste da Península Ibérica.

⁶⁷¹ Ver nota 646.

⁶⁷² GARCÍA MORENO, 2014, pp. 294-308 e 406-416.

⁶⁷³ GUTIÉRREZ LLORET, 2014, pp. 262-288.

⁶⁷⁴ Idem, ibidem, p. 263.

⁶⁷⁵ Idem, ibidem, p. 271.

2.8. A reunião de dois caudilhos

De abril/maio ao final de junho de 713, a situação do 1º exército invasor do reino visigodo melhorou, fundamentalmente graças à presença no terreno das forças comandadas por Musa. A normalização da situação na região de Orihuela, após hipotético confronto inconclusivo e assinatura do pacto de Tudmir, e especialmente a rendição de Mérida e conseqüente submissão do sul e centro da Lusitânia⁶⁷⁶, aliviaram qualquer tipo de pressão sobre o exército berbere de Tariq. Asseguradas as principais cidades a sul da capital (Sevilha, Mérida, Córdoba, Orihuela) e um vasto território que, numa linha horizontal traçada sobre Toledo, compreendia cerca de metade da Península Ibérica, Tariq deixou de se preocupar com qualquer ameaça que pudesse surgir dos centros urbanos até aí ainda não submetidos.

As crónicas da conquista colocam, de modo geral, Tariq e o seu exército em Toledo, logo depois de Musa ibn Nusayr ter saído de Mérida e solicitado que viesse ao seu encontro⁶⁷⁷; Roger Collins subscreve os cronistas muçulmanos⁶⁷⁸; Alberto Canto e Vicente Salvatierra defendem o mesmo: Musa, depois de estabelecer um pacto e organizar a administração da cidade de Mérida, dirigiu-se à capital, e Tariq saiu (de Toledo) ao seu encontro⁶⁷⁹.

Pedro Chalmeta propõe um itinerário do exército comandado pelo governador de Ifrikyia, em que, depois de descartar algumas propostas fantasiosas (para ele bem como para nós)⁶⁸⁰, remata com uma dedução baseada nas fontes: se, durante o cerco de Mérida,

⁶⁷⁶ Apesar da generalidade das fontes fazer apenas referência à conquista de Niebla, Faro e Beja (pela força ou pacto de submissão), alguns autores consideram que a campanha de Abd al-Aziz pode ter submetido todo o território a sul do Mondego. José Garcia Domingues, discípulo de David Lopes, publicou nas Atas do Congresso de Estudios Arabes e Islámicos, em 1964, um artigo denominado «Invasão e conquista de Lusitânia por Muça Ben Noçair e seu filho Abdalaziz», onde sugere que Abd al-Aziz, depois de resolvida a revolta em Sevilha, foi enviado para Mérida, com o comando do setor sudoeste da Península, e foi a partir daí que planeou uma campanha para conquistar o centro oeste da Lusitânia, e submeteu por pacto as cidades de Évora, Lisboa, Santarém e Coimbra; TAHA, 1989, p. 98.

⁶⁷⁷ *De rebus Hispanie*, 1989, p. 157; *IBN IDAHRI*, 1904, p. 24; *AL-MAKKARI*, 1840, p. 286, por exemplo.

⁶⁷⁸ COLLINS, 1983, p. 153.

⁶⁷⁹ CANTO; SALVATIERRA, 2008, p. 29.

⁶⁸⁰ CHALMETA, 1994, p. 176.

aconteceu uma revolta cristã em Sevilha, acolitada por tropas de Niebla e Beja, isto significa que o Gharb al-Andalus não estava submetido⁶⁸¹; portanto, da capital da Lusitânia, Musa dirigiu-se diretamente a Toledo, utilizando a calçada romana que ligava as duas cidades; curioso é o facto de em momento algum, se comprometer com o local de origem do exército berbere, tão bem suportado pelas crónicas muçulmanas.

Luis García Moreno propõe, uma situação completamente diversa: coloca o exército de Tariq ibn Ziyad em campanha (e não acantonado em Toledo), tentando bloquear qualquer tentativa de auxílio visigodo a Mérida; ainda segundo este autor, a governação da capital estaria entregue a Opas, um irmão do rei Witiza, aliado de Tariq, algo que a população toledana não aceitou, revoltando-se⁶⁸².

Esta proposta não nos parece de todo descabida; mesmo que o general berbere tenha feito de Toledo o seu quartel, é muito possível que o exército estivesse no terreno, como já vimos, para impedir qualquer contra-ataque visigodo, vindo de leste.

Quanto ao local de reunião dos dois exércitos, parece ser o dado mais consensual, quer nas fontes, quer na historiografia: Musa saiu de Mérida no final de julho de 713 (*sawal* de 94), para, após marcha de cerca de 250 quilómetros se encontrar com Tariq e os seus berberes, nas imediações de Talavera de La Reina, junto ao rio Tietar (Almaraz)⁶⁸³.

Os aspetos anedóticos da reunião dos dois caudilhos muçulmanos são para nós pouco relevantes⁶⁸⁴; no entanto, Chalmeta desfecha os seus comentários relativos ao momento tenso do encontro entre Musa e Tariq, com a seguinte observação, que reproduzimos: «Ainda que o coloque erradamente em Córdova (o encontro), al-Raiq é o único que assinala um facto da maior transcendência. Depois do encontro, os exércitos fundiram-se num só, produzindo um formidável exército, naturalmente, às ordens de Musa. O governador retomou as rédeas, e a partir de então, tudo obedecia à sua iniciativa, ou pelo menos aprovação. Fechava-se a fase berbere da conquista muçulmana,

⁶⁸¹ Idem, *ibidem*.

⁶⁸² GARCÍA MORENO, 2014, p. 418.

⁶⁸³ CHALMETA, 1994, p. 180; GARCÍA MORENO, 2014, p. 419; *De rebus Hispanie*, 1989, p. 157, *Akhbar majmua*, 2012, p. 56.

⁶⁸⁴ As crónicas muçulmanas afirmam que Musa terá maltratado o seu cliente, fustigando-o no rosto com uma chibata, mandando rapar-lhe o cabelo e que terá mesmo equacionado mandar matar o seu *maula*.

só retomada por almorávidas e almóadas. A história do al-Andalus torna-se árabe, no seio do império sírio-mediterrânico, omíada e muçulmano»⁶⁸⁵.

E é esta a razão do comportamento agressivo, factual ou lendário, do caudilho árabe para com o seu cliente berbere: legitimar a conquista enquanto árabe, assumir o controle do saque e da fiscalidade, impor a máquina administrativa omíada.

A partir de então, o todo-poderoso senhor de Ifriqyia (e agora de uma significativa porção do reino da Hispânia) passava a comandar um poderoso exército com perto de 30 000 homens. Em Toledo, mesmo que subsistisse alguma oposição da nobreza visigoda, a simples visão de tão colossal contingente terá de imediato abafado qualquer intenção de resistência.

A *Crónica Moçárabe de 754*, tão parca em informações, retrata a ação de Musa na capital: «depois de arrasá-la (a Hispânia) até Toledo, e castigar desapiedadamente as regiões circundantes, condena ao patíbulo alguns nobres varões, (culpados) da fuga de Toledo de Opas, filho do rei Égica, e por isso os passou pela espada.»⁶⁸⁶.

Esta curta passagem elucida muito bem a ação de Musa ibn Nusayr ao longo dos meses em que permaneceu na Península: uma política que poderíamos apelidar de «uma no cravo, outra na ferradura»; ou seja, preferencialmente submeter as elites visigodas, principalmente as urbanas, mediante pactos do tipo *musahala*; caso não fosse possível, a conquista era operada pela força.

2.9. Operações militares, a nordeste e a noroeste

A total capacidade bélica muçulmana, reunida debaixo do comando de Musa ibn Nusayr, repousou, no inverno de 713/714, em Toledo, preparando-se para a campanha primaveril de conquista das regiões nortenhas da Península Ibérica.

⁶⁸⁵ CHALMETA, 1994, p. 181 (tradução nossa do parágrafo).

⁶⁸⁶ *CM 754*, 2009, p. 227.



Figura nº 9 – Campanhas no norte da Península; mapa de elaboração própria.

O primeiro objetivo do exército terá sido Saragoça, no vale do Ebro, e a região de Aragão⁶⁸⁷; as fontes apresentam informação muito escassa sobre estas campanhas. Aparentemente, grande parte da Espanha Citerior, ou Tarraconense, foi conquistada então, com o exército novamente dividido em dois: Tariq dirigiu-se para norte, para controlar os bascos, e Musa tratou de garantir, pela força ou através de pactos, a submissão das cidades da faixa mediterrânica⁶⁸⁸.

Esta campanha, geograficamente semelhante à etapa inicial do rei Wamba, 40 anos antes, tinha como finalidade primeira terminar aquilo que o rei Rodrigo teria iniciado: a guerra contra o secessionista Ágila II. Este personagem, do qual conhecemos algumas moedas cunhadas na Tarraconense e Narbonense⁶⁸⁹, surge também num documento denominado *Laterculus Regum Visigothorum: Parisunus Lat 4667*, uma lista dos reis visigodos, que curiosamente, exclui Rodrigo⁶⁹⁰.

⁶⁸⁷ *Akhbar majmua*, 1867, p. 31; *IBN IDAHRI*, 1904, p. 25; *CM 754*, 2009, p.229.

⁶⁸⁸ AL-MAKKARI afirma que na sua caminhada para o país dos Francos, Musa submeteu as cidades de Gerona, Calahorra, Tarragona e Barcelona; 1860, p. 289.

⁶⁸⁹ Ruth Pliego, investigadora da UNIARQ (Universidade de Lisboa) aponta as cidades de Cesaragusta, Gerunda e Tarracona como aquelas onde Ágila II cunhou moeda; PLIEGO, 2020, p. 192.

⁶⁹⁰ *Laterculus...*, 1898, p. 469.

A maioria dos autores significativos que escreveram sobre o final do reino visigodo de Toledo – Thomson, Collins, García Moreno, entre outros – admitem um reinado de três anos, no nordeste da Península Ibérica⁶⁹¹, continuado na Narbonense e Septimânia, pelo último rei visigodo, Ardo ou Ardón, durante mais sete anos; ora, se tivermos em conta o desaparecimento de Witiza em 710, e excluirmos Rodrigo, ele sim o usurpador, para o *Laterculus*, Ágila reinou em parte do reino visigodo até 714, quando, provavelmente durante o assédio a Saragoça, ou numa batalha prévia, desapareceu⁶⁹².

Eliminado aquele que podia encabeçar algum foco de resistência visigoda, Musa e o exército, de novo reunido, viraram-se, a partir de Pamplona, para o nordeste, seguindo a calçada romana, submetendo Astorga e Amaya, e as fortalezas de *hisn Baru* (que alguns autores defendem tratar-se de Viseu) e *hisn Lukk* (Lugo)⁶⁹³; ibn al-Athir e al-Maqqari dizem que, a partir de Lugo ou Astorga, Musa ibn Nusayr enviou destacamentos de reconhecimento até ao Oceano⁶⁹⁴, e submeteu toda a região, com a sua habitual política de «pacto logo depois da força»⁶⁹⁵.

Enquanto decorriam estas campanhas, em Damasco «cozinhava-se» o regresso de Musa ibn Nusayr. Al Walid ibn Abd al-Malik não considerou suficientemente esclarecedor o relatório da invasão e conquista da Hispânia, elaborado por Musa; o portador dessa missiva, Mugit al-Rumi, o enviado do califa durante a invasão, foi devolvido à Península, incumbido de levar ao *qayid* ordens expressas para se apresentar em Damasco⁶⁹⁶.

⁶⁹¹ COLLINS, 2004, pp. 139-140.

⁶⁹² Num estudo denominado «El final del regne visigot (710-725)» Jorge Sánchez Delgado afirma que Ágila II abdicou em 713/714, e os nobres visigodos da Tarraconense e Narbonense escolheram outro rei (SÁNCHEZ DELGADO, 2013, p. 318); não subscrevemos esta teoria, e achamos que Ágila pode ter sido capturado e exibido como troféu em Damasco, no regresso de Musa.

⁶⁹³ CHALMETA, 1994, p. 195.

⁶⁹⁴ AL-MAKKARI, 1840, p. 291; IBN AL-ATHIR, 1898, p. 49.

⁶⁹⁵ A atividade militar de Musa ibn Nusayr pautou-se, desde a sua chegada, por conquistas preferencialmente através de pactos, mas com as sempre necessárias exibições de força; veja-se o assédio e pacto de Mérida, pp.141-143.

⁶⁹⁶ As fontes literárias divergem sobre este momento, quer quanto à localização de Musa aquando da chegada da mensagem do califa, quer quanto à possibilidade da existência de dois mensageiros. O *Tarikh iftitah al-Andalus*, de ibn al-Qutiyya, diz apenas que depois de receberem ordens de al-Walid para regressarem, na Galiza (Astorga), assim o fizeram, não sem antes resolverem algumas diferenças entre ambos (IBN AL-QUTIYYA, 2009, p. 53); a crónica anónima *Akhbar majmua* afirma que no ano de 95 chegou

Luis García Moreno defende algo completamente diferente: baseando-se em ibn al-Hakam e no *al-Immama wal-Siyasa*, ou *Pseudo ibn Qutayba*, refuta os argumentos favoráveis à chegada de um ou mais mensageiros do califa a terras de Hispânia; alega que a decisão de passar a Ifriqyia e confiar a governação da Hispânia a seu filho, Abd al-Aziz, é anterior à missiva do califa, e que desde o Norte de África até Damasco a viagem terá durado apenas três meses⁶⁹⁷.

Não nos parece de todo disparatada esta conclusão: Musa era o governador de toda a margem sul do Mediterrâneo, por indicação de al-Walid, e seria para *al-Qairawan* que deveria voltar, logo que tivesse resolvido quaisquer questões pendentes na Península, como fez.

Entregou as rédeas dos territórios peninsulares já conquistados a seu filho, Abd al-Aziz, que se instalou em Sevilha, e passou o Estreito, com centenas de cativos, e um saque digno de um califa.

um legado do califa que destituiu Musa, e o fez sair de Hispânia, com Tariq e Mugit (*Akhbar majmua*, 1867, p. 31); Al-Makkari regista no seu *Nafh* acontecimentos mais detalhados: Mugit chega à Galiza com ordens para fazer regressar Musa; este, oferece metade dos seus despojos ao enviado do califa e convence-o a ficar com ele até a conquista estar consolidada, o que acontece. Ainda na Galiza, surge um segundo enviado desde a Síria, de nome Abu Nafs, com novas ordens para o fazer regressar, agora mais veementes (AL-MAKKARI, 1840, p. 291).

⁶⁹⁷ GARCÍA MORENO, 2014, pp. 458-467.

3.

**AS CAMPANHAS MILITARES
DURANTE O PERÍODO DOS GOVERNADORES**

Algumas listas dos governadores do al-Andalus dependentes de Damasco incluem Tariq ibn Ziyad e Musa ibn Nusayr, invasores e conquistadores, que nunca governaram, ainda que parcialmente, qualquer porção do território peninsular.

Decidimos adotar a que se segue, e com a qual concordamos, com algumas reservas, que decorrem da leitura de várias outras, nem todas coincidentes nas balizas cronológicas de cada mandato:

Abd al-Aziz (714-716); Ayyub ibn Habib al-Lajmi (716); al-Hurr (716-719); al-Sahm (719-721); al-Ghafiqi (721); Anbasa (721-726); Yahya ibn Salama (726-728); Hodayfa ibn al-Ahwas al-Qaysi (728-729); Utman ibn Ani Nisa (729); al-Haytam ibn Ubayd (729-730); Muhammad ibn Abd Allah (730); Abd al-Rahman al-Ghafiqi, 2.^a vez (730-732); Ibn Qatan (732-734); Uqba ibn al-Hayyay (734-740); Ibn Qatan, 2.^a vez (740-742); Balj ibn Bishr (742-743); Talaba (743); Abu l-Hattar (743-745); Tuwaba ibn Salama (745-746) e Yusuf al-Fihri (746-755)⁶⁹⁸.

O procedimento natural, dentro da administração territorial omíada, para este período (714-755), resultava da dependência do al-Andalus relativamente a Ifríquia, e era o seu *wali* que nomeava o governador do al-Andalus; no entanto, a lista de dezoito governadores, dois deles repetentes (al-Ghafiqi e Ibn Qatan), tem diversas exceções: Abd al-Aziz, o primeiro, não é uma verdadeira exceção, visto seu pai ser então o *wali* de Ifríquia; Ayyub ibn Habib al-Lajmi, que sucedeu ao malogrado filho de Musa, foi o primeiro governador a ser escolhido pelos seus pares, os *baladíes*⁶⁹⁹, tal como aconteceu por mais três vezes; por quatro vezes foi o próprio califa a nomear diretamente o governador, resultado de diferentes visões políticas para o al-Andalus (al-Sahm em 719, al-Ghafiqi em 730, Balj ibn Bishr e Abu-l-Hattar em 743); temos ainda um governador escolhido pelos regimentos (*aynad*) sírios, o sucessor de Balj e os últimos dois, antes da chegada de Abd al-Rahman I e declaração do Emirado Independente de Córdoba, foram escolhidos por uma coalizão de *baladies* e sírios, governaram o al-Andalus por 10 anos.

⁶⁹⁸ CANTO; SALVATIERRA, 2008, p. 255.

⁶⁹⁹ A palavra *baladi* significa no árabe, «nacional», «do país»; na historiografia do al-Andalus aparece para referir os primeiros árabes a colonizar a Península, por oposição aos sírios, chegados na década de 40 do século VIII.

Uma breve observação da lista de governadores mostra-nos que a duração mais comum de cada mandato são dois anos; alguns governadores ocuparam o cargo ainda por menos tempo, e não possuímos informação relevante sobre a sua ação. A sua principal função era garantir que esta nova porção do Califado Omíada providenciava os impostos devidos a Damasco⁷⁰⁰; para que tal sucedesse, os representantes do governador, muitos deles governantes visigodos que pactuaram com os vencedores, tiveram que operacionalizar os censos, para apurar quanto era devido ao estado islâmico⁷⁰¹.

Outra das funções primordiais dos governadores do al-Andalus era garantir a emissão de moeda: dinares, dirhams e feluses que permitiam pagar todas as despesas estatais e recolher a parte em numerário da fiscalidade arrecadada. Existem evidências de emissão de moedas hispânicas desde a passagem de Musa pela Península, no ano de 93 da Hégira⁷⁰².

Mas, de entre todas as atribuições conferidas aos governadores do al-Andalus, aquela que naturalmente mais nos interessa, é a sua função militar; e é essa que vamos analisar, com algum detalhe, desde o governo de Abd al-Aziz (714-716) até ao desaparecimento do último *wali* dependente de Damasco, Yusuf Abd al-Rahman al-Fihri (746-755).

3.1. Consolidação da conquista (714-719)

É nas crónicas muçulmanas da conquista que recolhemos o maior número de detalhes sobre os três primeiros governadores do al-Andalus. Al-Maqqari descreve num primeiro parágrafo, sucintamente, o curto mandato de Abd al-Aziz: «Na ausência de Musa, que como foi relatado anteriormente, deixou o al-Andalus no mês de *Dhí-l-hajjah*

⁷⁰⁰ MANZANO MORENO, 2006, p. 72; CANTO; SALVATIERRA, 2008, p. 34.

⁷⁰¹ LORENZO JIMÉNEZ, 2020, p. 27.

⁷⁰² A coleção Tonegwa, de moedas do al-Andalus, contém diversos exemplares do período dos governadores, e de facto, a mais antiga moeda é um dinar, cunhado na Hispânia (SPN), no ano de 93 H; *Tonegwa Collection*, [Consult. 17-07-2021]. Disponível na Internet: <URL: <http://www.andalustonegawa.50g.com/governors.html>

do ano de 95 da Hégira (agosto ou setembro de 714), Abd al-Aziz tornou-se governador do país; reuniu as dispersas forças muçulmanas, fortificou as fronteiras, e muito contribuiu para a consolidação do poder muçulmano, e para estender os limites da conquista, subjugando várias fortalezas e cidades que até então tinham escapado ao olhar de seu pai e Tariq. A sua administração revelou um príncipe justo e sábio, e infelizmente foi de curta duração: o exército revoltou-se e foi assassinado no 2º ano da sua administração (97 da Hégira).»⁷⁰³. Da perspectiva militar, Abd al-Aziz consolidou a presença muçulmana na Tarraconense, a partir da sua capital, Sevilha.

O valor militar de Abd al-Aziz tinha já sido demonstrado sob a liderança de seu pai: à frente de um corpo do exército, pacificou a velha *Hispalis*, e subjugou os focos de revolta na Lusitânia Ocidental (Faro, Beja) e pactuou com outras cidades da Lusitânia (Lisboa, Coimbra, e talvez o Porto)⁷⁰⁴. Como governador do reino de Toledo e sucessor de Musa, a sua ação militar, ainda que não detalhada pelas fontes, parece indicar que, apesar da prática de diversos compromissos/acordos de paz, a conquista pelas armas terá também ocorrido, como vimos na descrição al-Makkari.

Outras fontes insinuam as causas para o seu assassinato: o casamento com a viúva de Rodrigo, Egilona (Umm Ásin), que terá instigado ideais separatistas e comportamentos blasfemos; ou então, as ordens do novo califa, Sulayman ibn Abd al-Malik⁷⁰⁵. Alguns autores consideram que a política de tolerância seguida por Abd al-Aziz relativamente aos indígenas, e a consequente indisponibilidade de terras para os árabes e berberes, poderá ter levado estes a planearem o seu assassinato⁷⁰⁶.

Quem certamente teve papel de destaque na conjura que fez desaparecer Abd al-Aziz foi Habib ibn Abi Ubayda al-Fihri, um neto do grande conquistador omíada do Norte de África, Uqba ibn Nafi. Este dignatário árabe possuía grande prestígio entre os primeiros

⁷⁰³ AL-MAKKARI, 1843, p. 30; confusa, a datação de al-Makkari: *Rajab* de 95 da Hégira (março de 714), que nos parece um claro erro (no texto original ou de tradução).

⁷⁰⁴ CHALMETA, 1994, p. 219; alguns autores, sem grande fundamento, incluem o Porto na lista de cidades lusitanas que estabeleceram algum tipo de acordo com Abd al-Aziz.

⁷⁰⁵ IBN IDAHRI, 1860, pp.56-59; *Akhbar majmua*, 2012, pp. 56-57; *IBN IDAHRI*, 1904, pp.30-33.

⁷⁰⁶ TAHA, 1989, p. 186.

conquistadores, aqueles que optaram por ficar no al-Andalus, os *baladies*; foi uma escolha de seu pai e exerceu, até ao assassinato de Abd al-Aziz, as funções de *wazir*, ou vizir⁷⁰⁷.

Com o desaparecimento de Abd al-Aziz, os *baladíes* elegem um seu primo, Ayyub ibn Habib, homem virtuoso, cuja curta ação governativa se desconhece; no entanto, há um ato político-administrativo de grande relevo, durante o seu mandato: a alteração da capital, de Sevilha para Córdoba, que assim ficará até ao final do Califado, em 1031.

A provável incapacidade para administrar o território terá ecoado em Ifriqyia, e o novo governador norte-africano, Abd Allah ibn Yazid, enviou para administrar o al-Andalus al-Hurr ibn Abd al-Rahman al-Taqhafi, acompanhado de 400 dos melhores ginetes de Ifriqyia⁷⁰⁸. A atividade deste governador foi diferenciada, em função da geografia da conquista: nos territórios já conquistados, ocupou-se da normalização da fiscalidade, da efetiva aplicação dos pactos de paz e do controlo das atividades ilegais dos grupos berberes⁷⁰⁹; para o restante território, a Espanha Citerior da *CM 754* (a Tarraconense), al-Hurr levou-lhes «o ferro e o fogo», sem descartar a possibilidade de estabelecer novos pactos.

É a *Crónica Moçárabe de 754* que atribui campanhas militares a al-Hurr, inexistentes nas crónicas muçulmanas; refere intervenções na Tarraconense e Narbonense⁷¹⁰. Huesca terá sofrido prolongado ou recorrente assédio, de tal modo que al-Hymiari, no seu *Kitab ar-Rawad al-Mitar*, refere mesmo que os muçulmanos construíram habitações, cultivaram e colheram, enquanto os cristãos estiveram sete anos encerrados na sua cidadela⁷¹¹; os estudiosos da conquista consideram, de um modo geral,

⁷⁰⁷ CHALMETA, 1994, pp. 249-250.

⁷⁰⁸ *IBN IDAHRI*, 1904, p. 34; Pedro Chalmeta considera que neste momento poderão ter passado à Península mais 6 000 ou 7 000 *muqatila* (CHALMETA, 1994, p. 256).

⁷⁰⁹ GARCÍA MORENO, 2014, pp.495-497.

⁷¹⁰ CHALMETA, 1994, p. 258.

⁷¹¹ AL-HIMYARI, 1963, pp. 389-390; este texto, baseado em al-Udri, remete qualquer investigação arqueológica para o já identificado local de Angáscara, nas imediações de Huesca, o *al-Askar al-arab*, O exército dos árabes (ORTEGA ORTEGA, 2018, p. 65).

ter terminado então definitivamente a oposição aristocrática visigoda ao domínio muçulmano, com o desaparecimento de Ardo (Ardón), morto em combate⁷¹².

García Moreno propõe uma tentativa de invasão do ducado da Narbonense ainda em período de governação de al-Hurr, que Sénac subescreve⁷¹³, mas terá sido o seu sucessor, al-Samh ibn Malik al-Khawlani (719-721), a conquistar a cidade de Narbonne, ainda em 719.



Figura nº 10 – Campanhas dos governadores; mapa de elaboração própria.

É durante estes cinco anos de governação muçulmana que se consolida territorialmente a conquista da Península Ibérica, primeiro com o total apaziguamento da

⁷¹² GARCÍA MORENO, 2014, pp. 498-500; não existe nenhum documento que comprove o momento do desaparecimento de Ardo; tal pode ter acontecido durante o assédio a Huesca, ou mais tarde, já quando al-Samh invadiu a Narbonense.

⁷¹³ SÉNAC, 2021, p. 51

Tarraconense e extensão das expedições militares para lá dos Pirenéus, momentos em que terão desaparecido Ágila II e Ardo, as últimas lideranças visigodas em rebelião.

Provavelmente, durante este período, só foi possível manter efetivos de combatentes que permitiam um permanente estado de campanha com a atração de clientes omíadas e berberes, o potencial humano disponível na outra margem do Estreito. Musa, no seu regresso a Damasco, terá levado com ele muitos dos guerreiros árabes que compunham a segunda vaga da invasão, e a forma de atrair novos combatentes terá sido através da concessão de terras e benefícios, às custas daqueles que ficaram.

É tempo das primeiras tentativas de dotar o novo território islâmico de ferramentas governativas: administração fiscal, exército e justiça; estas tentativas nem sempre foram bem-sucedidas, um pouco em função dos interesses do califado, bem como dos poderes regionais, no Norte de África e na Península Ibérica.

3.2. Invasões e conquistas transpirenaicas (719-730)

Este novo governador, diretamente nomeado por um também novo califa, Umar ibn Abd al-Aziz (717-720), vem para o al-Andalus incumbido de estabelecer novas premissas⁷¹⁴: a sua primeira tarefa teria sido organizar a retirada dos muçulmanos, ordenada pelo califa, em consonância com a política de Damasco, um pouco por todo o Império (abandono do cerco de Constantinopla, tentativa de retirada da Transoxiana)⁷¹⁵. Esta decisão foi prontamente contrariada pelos primeiros colonizadores, berberes e árabes, e então, al-Samh, homem muito escrupuloso a aplicar as diretrizes do califa, particularmente em matérias fiscais, entrou em conflito com os *baladíes*, exigindo deles um zeloso cumprimento das suas obrigações⁷¹⁶. Os impostos recolhidos serviram para as

⁷¹⁴ Podemos agora referir-nos sempre ao antigo reino visigodo de Toledo como al-Andalus, cuja primeira referência escrita surge num selo de chumbo com a seguinte frase: ordena al-Hurr a partilha de al-Andalus (716-719); IBRAHIM; SÉNAC, 2017, p. 71.

⁷¹⁵ CHALMETA, 1994, p. 259.

⁷¹⁶ Idem, ibidem, p. 260.

primeiras obras públicas muçulmanas, realizadas no território – a reparação da ponte romana sobre o Guadalquivir, e das muralhas da cidade, em Córdoba⁷¹⁷.

É também durante este mandato que o al-Andaluz deixa de depender de Ifriqya, reportando diretamente a Damasco. As tensões com os primeiros colonizadores acumulam-se, mas a súbita morte do califa Umar II, piedoso e relutante face a ações bélicas, faz rolar de novo os dados: o novo califa, irmão do anterior, Yazid II, era adepto da expansão e da *Jihad*, o que permitiu que o exército andaluz fosse de novo reunido, com um destino: a Gália Narbonense.

Al-Samh liderou o exército que retomou a campanha de invasão e conquista da Narbonense; segundo a *CM 754* e o *Chronicon Mossaice* assediou e conquistou Narbonne, passando os homens pela espada e enviando mulheres e crianças para Hispânia, como cativos⁷¹⁸. Depois de conquistada a capital do ducado da Narbonense, al-Samh cercou Toulouse, em 721, e morreu a combater.

Segue-se Abd ar-Rahman al- Ghafiqi, que liderou interinamente o exército derrotado em Toulouse, no regresso a Córdoba, apenas para o entregar ao novo governador, Anbasa ibn Suhaym al-Kalbi (721-726), nomeado pelo *wali* de Ifriqya, em momento que o al-Andalus volta a prestar contas a Kairouan; este governador agrava de imediato a carga fiscal, fundamentalmente sobre os cristãos⁷¹⁹. Abdulwahid Taha considera esta necessidade de arrecadar mais impostos um sinal do recrudescimento da atividade militar⁷²⁰. É durante a governação de Anbasa que terá ocorrido o incidente de Covadonga, amplamente retratado nas crónicas cristãs peninsulares⁷²¹, insignificante para o rumo imediato dos destinos do al-Andalus, contudo considerado momento fundador da monarquia ásturo-leonesa, e embrião do processo político-militar usualmente denominado Reconquista⁷²².

⁷¹⁷ TAHA, 1989, p. 188.

⁷¹⁸ *CM 754*, 2009, p. 243; *Annales et Chronica aevi carolini*, 1925, p. 290.

⁷¹⁹ *CM 754*, 2009, p. 247.

⁷²⁰ TAHA, 1989, p. 188.

⁷²¹ *Crónica de Afonso III*, 1918, p. 111-114; *História Silense*, 1921, pp. 7-8; *Crónica Abeldense*, 1852, p. 12.

⁷²² Fizemos questão de passar ao largo desta mitológica batalha, onde pereceram, segundo as fontes cristãs, 187 000 sarracenos; dois terços em combate e os restantes por intervenção divina; ainda segundo essas

A outra zona de intervenção militar, durante o mandato de Anbasa, foi a Narbonense: cercou e conquistou Carcassone e Nimes, garantindo total domínio da «Gália Goda»; fizeram, a partir de Nimes, algaras em território franco, devastando a cidade Autun e atingindo o sul da região de Paris. Regressaram ao al-Andalus carregados de despojos.

As fontes não são claras, relativamente à forma e data do desaparecimento de Anbasa al-Kalbi: a *CM 754* refere que terá morrido numa batalha antes de chegar à Península; ibn Idhari contraria, afirmando que depois da morte de Anbasa, em janeiro de 726, os muçulmanos do al-Andalus escolheram entre eles o novo governador, Udhra ibn Abd Allah al-Fihri⁷²³, que aparentemente, teve como única função supervisionar a retirada das tropas muçulmanas, o que nos leva a crer ter sido escolhido além Pirenéus.

Seguem-se quatro anos e seis governadores, irrelevantes do ponto de vista militar, e reveladores quer da dependência renovada face a Ifriqiya, quer da importância alternada dos mais importantes clãs tribais árabes, e da política fiscal a aplicar no al-Andalus.

3.3. A calçada dos mártires (732)

Em abril/maio de 730, e após período conturbado na governação do al-Andalus, chega Abd al-Rahman al-Ghafiqi, nomeado por Ubayda al-Sulami, governador do Norte de África⁷²⁴; Pedro Chalmeta opina diversamente, pois considera que a sua nomeação foi

mesmas fontes, Opas, filho de Witiza, foi capturado e os líderes muçulmanos, al-Qama (o Alcama de Borges Coelho) e Uthman ibn Naissa, Munuza nas crónicas asturianas, tiveram sortes diferentes: o primeiro morreu na batalha; o segundo voltou a enfrentar Pelágio em batalha (Proaza), onde também morreu; o problema é que este parece ser o mesmo Munuza, berbere, genro e aliado de Eudo de Aquitânia, senhor dos Pirenéus Orientais, morto por al-Ghafiqi, durante o seu segundo mandato (730-732), provavelmente em 731; CHALMETA, 1994, p. 282.

⁷²³ TAHA, 1989, p. 190, que cita a *Crónica Moçárabe de 754* e a *Nafh*, de Al-Makkari, que sustentam a primeira possibilidade; ibn Idhari, ibn al-Qutiyya e ibn Hayyan divergem, propondo a segunda.

⁷²⁴ BLANKINSHIP, 1994, p. 163.

decidida em Damasco, por Hisham ibn Abd al-Aziz, mantendo-se, contudo, a relação de dependência face a Ifriqiya⁷²⁵.

Este repetente (lembramos que já tinha ocupado provisoriamente o cargo, em 721, depois da derrota nas muralhas de Toulouse) terá vindo aplacar as queixas dos *baladies* e *dhimmies*, relativas a al-Haytham, mas rapidamente teve de focar as suas atenções na aliança entre Munuza, um berbere que governava a região da Cerdanya, nos Pirenéus Orientais, e o duque Eudo da Aquitânia, que ameaçava os muçulmanos instalados na Narbonense.



Figura nº 11 – Campanhas de al-Ghafiqi; mapa de elaboração própria.

⁷²⁵ CHALMETA, 1994, P. 281.

Al-Ghafiqi entrou de imediato em campanha; reuniu o exército e deslocou-se para os Pirenéus, onde defrontou e matou Munuza⁷²⁶; cruzou a cordilheira, aparentemente pelas passagens mais ocidentais, e iniciou campanha atacando Arles, no sudeste da Provença, virando-se depois para noroeste, onde depois de uma marcha de mais de 500 quilómetros, atingiu Bordéus. Eudo tentou impedir a progressão muçulmana na Aquitânia, mas foi copiosamente derrotado num recontro entre os rios Dordogne e Garonne⁷²⁷.

A derrota das forças aquitanas obrigou Eudo a pedir ajuda ao seu rival, aquele que queria impor a soberania franca ao ducado da Aquitânia: Carlos Martel, *major domus* (perfeito do palácio) da Austrásia, uma das três regiões do *regnum francorum*. O auxílio veio, porque Carlos Martel sabia que o confronto com os muçulmanos era inevitável, e garantia ainda a vassalagem do ducado da Aquitânia.

O exército muçulmano, depois de devastar Bordéus, dirigiu-se para norte, na mais profunda expedição andaluz em território franco, com o objetivo de saquear Tours. Algures, entre as cidades de Poitiers e Tours, Carlos Martel cortou-lhes o passo.

João Gouveia Monteiro dedicou estudo à batalha de Poitiers, em livro sobre os grandes conflitos da História da Europa, onde traça fino retrato de cinco das mais significativas batalhas campais da Antiguidade e Alta Idade Média: Gaugamela (331 a. C.), Canas (216 a.C.), Adrianopla (378), Poitiers (732) e Hastings (1066)⁷²⁸.

A hoste franca surpreendeu os muçulmanos, deslocando-se por caminhos secundários; os batedores do exército de al-Ghafiqi foram ineficazes, e os dois contingentes avistaram-se, já com o terreno escolhido por Carlos Martel, numa colina arborizada, onde formou uma considerável «muralha de escudos» num semicírculo, com disposição no terreno semelhante ao da temível falange, sem as sarissas⁷²⁹.

O exército muçulmano, talvez um pouco mais numeroso que o franco, era fundamentalmente constituído por cavalaria, árabe e berbere, e um vasto trem de apoio com valiosos despojos.

⁷²⁶ TAHA, 1989, p. 192; BLANKINSHIP, 1994, p. 164.

⁷²⁷ TAHA, 1989, p. 192.

⁷²⁸ MONTEIRO, 2012, pp. 141-188.

⁷²⁹ O professor Gouveia Monteiro propõe como armamento ofensivo espadas curtas, do tipo *gladius*, e/ou *scramasax*; Idem, ibidem, p.180.

Os dois contendentes estudaram-se durante uma semana, e no sábado, 25 de outubro de 732, entrechocam-se; Martel manda apelar todos os cavaleiros, eventualmente colocando na retaguarda uma pequena reserva, que prevenisse manobras de envolvimento; os cavaleiros muçulmanos começaram a castigar a formação defensiva franco-aquitana, utilizando o tiro com arco seguido de cargas; o insucesso provocou cansaço, que se apoderou dos cavaleiros muçulmanos, ainda segundo Gouveia Monteiro, alguns batedores francos invadiram o arraial de al-Ghafiqi, e libertaram alguns prisioneiros aquitanos, o que obrigou a retaguarda muçulmana a recuar, no intuito de salvar o rico saque já obtido⁷³⁰.

Abd al-Rahman al-Ghafiqi terá então tentado impedir a debandada, momento em que foi atingido por lanças, e morto; sem liderança, os ataques muçulmanos sumiram-se, passando gradualmente a retirada, no final do dia. A formação franca privou-se da instintiva perseguição, o que permitiu que os sobreviventes muçulmanos desaparecessem na noite, regressando em marcha acelerada rumo ao al-Andalus.

As fontes narrativas não são muito exuberantes; contudo, transmitem algumas informações pertinentes; a Crónica Moçárabe de 754, a mais próxima dos acontecimentos, descreve poeticamente a «muralha de escudos» dos francos: «os Nortenhos permaneceram imóveis como um muro; juntos como um glaciador das regiões frias.»⁷³¹; o cronista anónimo descreve-nos ainda o dia seguinte, quando o exército franco invadiu o acampamento muçulmano, e o encontrou vazio de gentes, mas repleto de despojos. Al-Maqqari, citando ibn Khaldun, refere que no mês de Ramadão do ano da Hégira de 114, o exército de al-Ghafiqi foi chacinado num lugar chamado *Baláttu-sh-shohadá* – a Calçada dos Mártires⁷³².

Olhamos esta batalha como Guadalete/Wadi Lakka, só que ao contrário; a escolha do terreno, e a vitória de uma formação defensiva de infantaria sobre a cavalaria, parecem-nos muito idênticas, num tempo em que começava a ganhar ascendente no campo de batalha a cavalaria, ascendente esse, curiosamente, só de vez perdido,

⁷³⁰ Idem, *ibidem*, p. 182.

⁷³¹ *CM 754*, 1999, p. 117 (tradução nossa).

⁷³² *IBN IDAHRI*, 1843, p. 37.

novamente em Poitiers, em 1356, quando a cavalaria francesa de João II foi esmagada por uma hoste inglesa, toda ela apeada, formada essencialmente por homens de armas e arqueiros, e comandada por Eduardo de Woodstock, o Príncipe Negro⁷³³.

O impacto desta batalha na historiografia cristã foi sobredimensionado durante muito tempo; é verdade que se tratou da última grande investida muçulmana, oriunda do al-Andalus, em território franco; no entanto, os andaluzes mantiveram o domínio da Narbonense, até 751, quando Pepino, o Breve, conquistou o derradeiro reduto da «Gália Goda», a cidade de Narbonne.

Há um aspeto da governação de al-Ghafiqi que carece de uma investigação mais aprofundada: a revolta de Munuza, um berbere, que terá começado ainda em 729, e que pode ter constituído o primeiro foco da grande revolta dos berberes, no Norte de África e al-Andalus.

3.4. Resistência muçulmana no Languedoc (732-740)

Este período de oito anos, entre o desaparecimento de Abd al-Rahman al-Ghafiqi, e a chegada dos sírios, é tratado na maioria da historiografia das primeiras décadas da Conquista com alguma ligeireza, no que concerne aos acontecimentos militares⁷³⁴; afortunadamente, algumas investigações mais aprofundadas, como a *Invasión y Islamización*, de Pedro Chalmeta, a que podemos juntar *The Muslim Conquest and settlement of North Africa and Spain*, de Abdulwahid Taha, e *The End of the Jihād State : The Reign of Hisham Ibn Àbd Al-Malik and the Collapse of the Umayyads*, de Khalid Blankinship, trataram com mais detalhe os acontecimentos na Península Ibérica e nas possessões muçulmanas para lá dos Pirenéus.

O governante que se seguiu é um dos primeiros conquistadores do reino de Toledo, e poderá ter sido ele a liderar o exército derrotado em Poitiers, de regresso a

⁷³³ NICOLLE, 2004, p. 83.

⁷³⁴ CANTO; SALVATIERRA, 2008, p. 36; neste exemplo recente, em volume denominado «Al-Andalus: de la invasión al Califato de Córdoba», de uma História de Espanha, saltamos da derrota de Poitiers para a crise berbere de 739-740, com breves alusões à conjuntura militar desses anos, com ataques continuados dos muçulmanos até 734, e recuperação franca, a partir de 737.

terras peninsulares, escolhido pelos *baladies*⁷³⁵: trata-se de Abd al-Malik ibn al-Qatan al-Fihri, que governou o al-Andalus entre 732 e 734, e que a *CM 754* retratou como um medíocre comandante militar, não tendo obtido grande sucesso na sua única campanha contra os bascos⁷³⁶; foi também retratado como um governante opressivo, que agravou a carga fiscal conduziu uma aplicação da justiça muito severa para com os habitantes do al-Andalus.

Em 734 o califa Hisham ibn Abd al-Aziz nomeou um novo governador para Ifríqya, com tarefa assaz complicada: efetuar uma fusão administrativa e fiscal entre o Norte de África e o al-Andalus. Para a Península Ibérica veio Uqba bin al-Hajjaj al-Saluli, que encontrou a administração da província num estado caótico⁷³⁷. É de considerável importância a governação de Uqba, até por coincidir com um dos mais significativos momentos da ainda impúbere história do al-Andalus: a revolta berbere de 739-743; todavia, os seis anos de governação de Uqba foram muito mais do que ser apenas um espectador privilegiado dos acontecimentos do final da década. Pedro Chalmeta alerta-nos para a visão empática que a *Crónica Moçárabe de 754* faz do seu mandato: «[...] depois dele (Uqba) ter tomado as rédeas do poder, toda a Espanha tremeu com a sua nobreza e escorreita aplicação da lei, colocando de imediato na prisão o seu antecessor e punindo severamente os juizes nomeados por ele [...] ordenou um recenseamento da população e promoveu uma escrupulosa exação fiscal [...] enriqueceu o fisco e viveu uma vida austera. Também empreendeu uma expedição contra os francos, e quando se encontrava já em Saragoça, recebeu cartas de África, dando conta de uma revolta [...]»⁷³⁸.

Esta passagem da *CM 754* resume sinteticamente a administração de Uqba, embora lhe atribua apenas uma expedição transpirenaica. Contraditoriamente, uma crónica muçulmana diz que escolheu Narbonne como a «sua» cidade, para a partir dela, fazer a *jihad*⁷³⁹.

⁷³⁵ TAHA, 1989, p. 193.

⁷³⁶ *CM 754*, 1999, p. 118.

⁷³⁷ BLANKINSHIP, 1994, p. 196.

⁷³⁸ *CM 754*, 2009, p. 263 (tradução nossa).

⁷³⁹ AL-MAKKARI, 1843, pp. 37-38; o sábio argelino sustenta diversas incursões em território franco, e faz de al-Saluli um muito popular líder entre os muçulmanos.

A expansão do al-Andalus e domínio das suas regiões mais remotas, a afinação da máquina fiscal e implementação da fronteira (*tagr*) superior bem para lá da cordilheira dos Pirenéus, resultam da intensa atividade guerreira de Uqba ibn al-Hajjaj, bem como das suas capacidades administrativas.

Quando recebe, vindas de África, missivas dando conta da insurgência berbere, dirige-se de imediato a Córdova, onde se prepara para cruzar o Estreito, numa tentativa de participar na contenção da revolta, recompondo as guarnições das fortalezas com árabes⁷⁴⁰.

O final deste mandato é confuso, quanto à natureza dos factos que levaram ao seu término, bem como quanto à cronologia. Al-Maqqari, cita outros três cronistas muçulmanos, com ligeiras diferenças – ibn Khaldun, ibn Bashkuwal e al-Razi – a primeira versão diz que Abd al-Malik ibn Qatan al-Fihri se revoltou, depôs Uqba e matou-o; a segunda diz que Uqba foi aprisionado, não sendo claro se foi morto ou banido do al-Andalus; ambas apontam para dezembro de 738. A última versão, a de al-Razi, diz que no mês de *Safar* de 123 (dezembro 740) estalou uma revolta no al-Andalus, e os *baladies* elegeram al-Fihri pela segunda vez⁷⁴¹.

Estes dois governadores veem a sua ação perturbada por um evento que traz consequências imediatas para a organização política, administrativa e militar, do Norte de África e al-Andalus, e que assinala na realidade o final abrupto (ou talvez espectável) de um modelo de estado islâmico expansionista, com a premente necessidade de combater os inimigos do Islão (*Jihad*); falamos, é claro, da revolta berbere que eclodiu em Tanger, em 739, mas cujas sementes irrompiam, na realidade, desde o início da invasão e conquista do reino visigodo de Toledo, devido ao tratamento que os árabes davam aos berberes, esses muçulmanos de 2ª ou 3ª categoria.

⁷⁴⁰ Estas *démarches* de Uqba ibn al-Hajjaj al-Saluli são descritas apenas na *CM 754*; as crónicas muçulmanas não fazem qualquer referência a estes acontecimentos (nota 715).

⁷⁴¹ *IBN IDAHRI*, 1843, p. 38.

3.5. A 5 000 quilómetros de Damasco, o Califado a colapsar

O mandato de Hisham ibn al-Malik (724-743), à frente dos destinos da *Umma* foi um dos mais longos da história do Califado, e de intensa atividade militar. A extensão do império estava nos seus limites máximos, com frentes ativas, que exigiam um forte investimento de recursos humanos e financeiros, da Narbonense a Xinjiang (Turquestão Chinês), das montanhas do Cáucaso ao sul da Península Arábica. Este gigantesco território incluía partes da Índia (Sindh) e a Transoxiana, região composta por partes dos atuais Cazaquistão, Uzbequistão e Turquemenistão.

Hisham tentou revolucionar o modelo administrativo muçulmano, inicialmente muito dependente da supervisão de vastas regiões, a partir dos acantonamentos militares (*amsar*), com a criação de mega províncias, e o surgimento uma maior dispersão da máquina administrativa e fiscal⁷⁴².

A fusão de Ifriqyia com o al-Andalus estava, na época em que se deu a revolta berbere no Norte de África, em convulsão. À revelia do governador do Norte de África e al-Andalus, Ubayd Allah ibn al-Habhab al-Saluli, os primeiros colonizadores escolheram al-Fihri para os dirigir, provavelmente aproveitando a erupção da revolta em Tanger⁷⁴³.

Os sinais de que a situação dos berberes dentro da nação islâmica era conflituosa são diversos, e muito precoces. Na Península Ibérica a inferioridade berbere revela-se logo, na nossa opinião, que é contrária à de diversos autores⁷⁴⁴, nos territórios peninsulares que lhes foram atribuídos, os mais isolados, em zonas de fronteira e com escassos recursos. A sua posição na hierarquia político-militar muçulmana só lhes permitia muito raramente ocupar posições de destaque, como foi o caso de Uthman ibn Naissa, o Munuza das crónicas latinas, um dos primeiros comandantes berberes de Tariq, que como já vimos, foi governador da Cerdanya, nos Pirenéus Orientais⁷⁴⁵. A *Crónica Moçárabe de*

⁷⁴² BLANKINSHIP, 1994, pp. 40-41.

⁷⁴³ *Akhbar majmua*, 1867, p. 41; IBN AL-ATHIR, 1898, p. 69; IBN AL-QUTIYYA, 2009, p. 60.

⁷⁴⁴ Os autores significativos que escreveram sobre a instalação de árabes e berberes na Península Ibérica (Guichard, Manzano Moreno, Chalmeta, entre outros) remetem para a replicação das estruturas socioeconómicas precedentes; FIERRO, 2011, p. 171.

⁷⁴⁵ Ver p. 157.

754 sugere que a causa da revolta de Munuza reside nos maus-tratos infligidos aos berberes no Norte de África (Libia)⁷⁴⁶.

No outro lado do Estreito, a política fiscal dos omíadas tinha provocado já incidentes sangrentos. Em 720, nova viragem na condução dos destinos norte-africanos coloca um novo governador em Kairouan, Yazid ibn Abí Muslim, que terá chegado para reverter a branda administração anterior. Um mês depois, a sua própria guarda berbere assassinou-o, em virtude das suas intenções: tatuá-los nas mãos, sinal extremo de servidão, e escravizar em larga escala a população amazigue, enviando um quinto para o tesouro público⁷⁴⁷.

Outros aspetos são recorrentemente referidos como causas para a revolta berbere: a sua exclusão no momento da partilha dos despojos de guerra, e a utilização dos seus contingentes sempre na vanguarda, fazendo os árabes deles «carne para canhão»; finalmente, as mais belas adolescentes berberes iam invariavelmente parar ao serralho de algum dignatário árabe⁷⁴⁸.

As fontes muçulmanas centram o relato dos acontecimentos nos conflitos entre berberes e árabes, olvidando as suas causas. Ibn Idari, no seu *al-Bayano*, descreve os incidentes entre sírios e berberes, no Norte de África, e a chegada dos primeiros ao al-Andalus⁷⁴⁹; Abd al-Hakam segue a mesma narrativa⁷⁵⁰ e al-Maqqari vai no mesmo sentido⁷⁵¹.

E são esses factos que irão marcar indelevelmente a história político-militar do al-Andalus nas décadas seguintes: Habib ibn Abi Ubayda al-Fihri, comandante militar em Kairouan e descendente do conquistador do Norte de África, Uqba ibn Nafi, encabeça uma grande expedição naval rumo à Sicília, em 740⁷⁵², que deixa sem freio os berberes.

⁷⁴⁶ CM 754, 1999, p. 116.

⁷⁴⁷ TAHA, 1989, p. 199.

⁷⁴⁸ Idem, ibidem; MANZANO MORENO, 2006, p. 90; Idem, 2011, p. 591; BLANKINSHIP, 1994, p. 204.

⁷⁴⁹ IBN IDAHRI, 1904, pp.42-43.

⁷⁵⁰ IBN AL-HAKAM, 1858, p. 35-38.

⁷⁵¹ AL-MAKKARI, 1843, pp. 40-41.

⁷⁵² BLANKINSHIP, 1994, p. 206.

A revolta estala a 15 de agosto de 740 em diversas localidades do Magrebe, aparentemente de forma concertada. O primeiro incidente militar relevante dá-se às portas de Tanger, onde os exércitos rebeldes liderados por Maysara al-Magdari esmagaram as tropas do governante da cidade, al-Muradi, e de seguida, chacinaram os restos da guarnição e suas famílias⁷⁵³. De seguida, os rebeldes conquistaram o al-Sus, no Sudoeste do atual Marrocos. O governador de Ifriqyia, ibn al-Habhab chamou de imediato as tropas expedicionárias que lutavam no Mediterrâneo, e um contingente rumou a Tanger, comandado por Khalid al-Fihri, onde travou, junto ao rio Shalaf, inconclusiva batalha com os berberes⁷⁵⁴; os rebeldes retiraram para Tanger, onde eliminaram o seu líder, Maysara, que se tinha proclamado *amir al-muminin*, Comandante dos Fiéis, título apenas atribuído ao califa.

O seu sucessor, Khalid ibn Hamid al-Zanati, aniquilou a restante aristocracia árabe numa batalha, novamente nas imediações de Tanger, que ficou conhecida como a Batalha dos Nobres (*ghazwat al-ashraf*), em 741⁷⁵⁵.

Provavelmente em data anterior, os berberes do al-Andalus, instalados nas regiões de Mérida, Cória e Talavera, bem como na Galiza e no nordeste peninsular, rebelaram-se, agredindo qualquer guarnição árabe, e assumindo uma das suas marcas étnicas e culturais: a cabeça rapada, tal como tinham feito os seus «irmãos» sublevados no Norte de África⁷⁵⁶. Numa ação aparentemente coordenada, enviaram contingentes para atacar Toledo e Córdova, e ainda um outro para a região de Algeciras. Estes alvos demonstram uma clara intenção de afastar o domínio árabe do al-Andalus⁷⁵⁷.

A total ausência de controlo da administração omíada nas províncias ocidentais afligiu o califa, e a resposta de Hisham ibn Abd al-Malik foi contundente: com o objetivo de esmagar a rebelião amazigue no Magrebe, empenhou parte significativa da elite

⁷⁵³ Idem, ibidem, p. 207; MANZANO MORENO, 2006, p. 92.

⁷⁵⁴ TAHA, 1989, p. 201.

⁷⁵⁵ Idem, ibidem, p. 2002; MANZANO MORENO, 2006, p. 92; BLANKINSHIP, 2004, p. 208; CHALMETA, 1994, p. 304; Pedro Chalmeta considera que só o desastroso resultado desta batalha permitiu o alçamento de ibn Qatan al-Fihri no al-Andalus, sem intervenção de Ifriqyia.

⁷⁵⁶ FELIPE, 2021, p. 19.

⁷⁵⁷ MANZANO MORENO, 2006, p. 93.

combatente do Califado: os *ajnad* sírios, que como veremos adiante, não tiveram resultados satisfatórios no Magrebe, mas vieram alterar o *status quo* da Península Ibérica.

3.6. A chegada dos regimentos sírios (741)

«Por Alá! Enfurecer-me-ei com eles, com uma fúria árabe, e enviar-lhes-ei com toda a certeza um exército cujo início é lá onde eles estão, e o fim é aqui, onde eu estou!»⁷⁵⁸.

Khalid Blankinship atribui esta frase ao califa Hisham, que, quando tomou conhecimento do desfecho da *Ghazwat al-Ashraf*, decidiu enviar um exército, composto por combatentes dos *ajnad* sírios: Damasco, Homs, Jordânia e Palestina contribuíram com 6 000 *mujahidin* cada; o *jund* de Qinnacerin contribuiu com 3 000 homens, perfazendo 27 000 combatentes, comandados por um ancião aristocrata *Quays*⁷⁵⁹, Khultum ibn Iyad al-Qushayri, acolitado por um seu sobrinho, Balj ibn Bishr, e Talaba ibn Salama al-Amili, comandante militar e futuro governador do al-Andalus (741-742)⁷⁶⁰.

Quando chegou às imediações de Kairouan, Khultum tinha já engajado tropas do Egito, às quais se juntaram os árabes que restavam em Ifriqiyia e no Magrebe, constituindo um formidável exército, que o *Akhbar majmua* estima em 70 000 combatentes⁷⁶¹, o que nos parece efetivamente exagerado, o que é habitual nas fontes muçulmanas; parece-nos mais razoável a sugestão de diversos autores, que consideram este número impraticável, devido às dificuldades para a governação omíada no Egito, e à escassa quantidade de combatentes árabes, no Norte de África⁷⁶².

Logo na chegada, a soberba dos militares sírios terá originado conflitualidade com os árabes do Norte de África, só neutralizada com negociações entre os líderes, Khultum e

⁷⁵⁸ BLANKINSHIP, 1994, p. 209.

⁷⁵⁹ Trata-se da principal confederação político-tribal do norte da Arábia, com grande preponderância durante o califado Omíada; FISCHER, 1934, p. 652.

⁷⁶⁰ *Akhbar majmua*, 2012, p. 65; esta crónica anónima providencia-nos uma muito elucidativa descrição destes acontecimentos.

⁷⁶¹ *Akhbar majmua*, 2012, p. 65.

⁷⁶² BLANKINSHIP, 1994, p. 210; TAHA, 1989, p. 203; CHALMETA, 1994, p. 227 (Chalmeta reproduz as cifras do *Akhbar*, mas não parece convencido).

Habib. Resolvidas as questões entre as partes, o exército iniciou a marcha rumo a Tanger, centro da revolta, e em Baqdura, junto ao rio Sabu (Marrocos) encontraram um grande exército berbere.

Sabemos alguns detalhes da batalha de Baqdura/Wadi Sabu, nomeadamente por ibn al-Hakam: «apesar de lhe ser aconselhada prudência, Khultum ordenou que a cavalaria, comandada por Balj, perseguisse e atacasse os berberes; assim fez, tendo os berberes respondido com uma chuva de pedras, que feriram Balj e o puseram em fuga; a cavalaria berbere ripostou, atacando o corpo de infantaria árabe, que foi massacrado; Habib, Khultum e outros comandantes pereceram, tendo os restantes soldados fugido para Ifriqyia»⁷⁶³.

O *Akhbar majmua* providencia uma descrição também minuciosa da batalha, mas com aspetos diferentes: coloca o exército árabe entrincheirado, e em cena dois clientes omíadas, enviados pelo califa, Harun al-Qarni e o nosso velho conhecido Mugit al-Rumi, que terão aconselhado que fosse mantida uma posição defensiva; «Balj contrariou essa opinião, incentivando o tio a atacar, com a cavalaria, o que aconteceu. Os berberes usaram éguas com peles e odres presos à cauda, que lançaram o pânico entre a cavalaria árabe.»⁷⁶⁴.

Mais uma vez, um grande exército árabe foi derrotado pelos berberes, e os acontecimentos subsequentes foram decisivos para o futuro imediato do al-Andalus: os comandantes árabes morreram na batalha, com exceção de Balj ibn Bisr; alguns sírios terão escapado rumo a Ifriqyia, mas o corpo de cavalaria sobrevivente tentou procurar refúgio em Tanger, sem sucesso, visto essa praça-forte estar em poder dos revoltosos, tendo então escapado para Ceuta, sempre acossados pelos berberes⁷⁶⁵.

Esta batalha, travada provavelmente em outubro/novembro de 741, produziu efeitos colaterais tremendos. O Magrebe nunca mais foi dominado por poderes árabes, circunscrevendo-se esse poder a Ifriqyia; terá sido o último estertor de um império

⁷⁶³ IBN AL-HAKAM, 1858, pp.36-37 (tradução nossa, muito sintética, de um longo parágrafo que descreve a batalha).

⁷⁶⁴ *Akhbar majmua*, 2012, pp. 35-36 (tradução nossa).

⁷⁶⁵ MANZANO MORENO, 2006, p. 93; BLANKINSHIP, 1994, p. 212.

agonizante, sem capacidade militar para continuar a responder aos diversos conflitos nas suas vastíssimas fronteiras; e finalmente, acrescentou ao xadrez étnico e político do al-Andalus mais uma peça, a juntar a visigodos e hispano-romanos, *baladies* e berberes: os sírios.

3.7. Tropas de elite no al-Andalus (742-743)

Ibn al- Qutiyya e o cronista anónimo do *Akhbar majmua* estimam em cerca de 10 000 homens os sobreviventes da batalha de Wadi Sabu, que acompanharam Balj ibn Bistr na fuga até Ceuta⁷⁶⁶. Ibn Idhari também fala em cerca de 10 000 sobreviventes, aqueles que chegaram ao al-Andalus, em completa penúria⁷⁶⁷.

Encerrados em Ceuta, acoitados pelos berberes, sem provisões e apenas com o mar como ponto de fuga, os sírios solicitaram ajuda ao governador do al-Andalus, Abd al-Malik ibn Qatan, primeiro em forma de mantimentos, depois solicitando permissão para passarem à Península. Ibn Qatan aconselhou-se com Abd al-Rahman ibn Habib, um dos filhos do comandante militar norte-africano desaparecido com Khultum, e que tinha escapado do desastre junto ao rio Sebu, que recomendou vivamente que não os autorizasse a cruzar o Estreito⁷⁶⁸.

Mas a própria conjuntura andaluz compeliu o governador em exercício a autorizar a vinda do exército sírio. Os berberes faziam-se fortes, de dia para dia, na Galiza, e começaram a dominar outras regiões, mais meridionais, como Cória, Talavera e Mérida⁷⁶⁹.

Depois de enviar contingentes, na tentativa de parar o avanço dos berberes, e que foram sucessivamente derrotados, ibn Qatan não teve outra solução senão negociar com Balj; os termos eram bastante claros: os sírios teriam autorização para passar à Península, com condições muito particulares, que passavam pela entrega de reféns, de entre cada um dos *ajnad* (dez de cada), e ficariam até um ano, após derrotarem os rebeldes. Em

⁷⁶⁶ IBN AL-QUTIYYA, 2009, pp. 60-61; *Akhbar majmua*, 2012, p. 67: um terço (do exército sírio) fugiu; um terço foi morto; e os restantes capturados.

⁷⁶⁷ IBN IDAHRI, 1860, p. 74.

⁷⁶⁸ BLANKINSHIP, 1994, p. 218; TAHA, 1989, p. 206.

⁷⁶⁹ *Akhbar majmua*, 2012, p. 68; IBN IDAHRI, 1904, p. 43.

troca, o governador do al-Andalus deveria proporcionar-lhes o regresso, em bloco, a Ifriqiya⁷⁷⁰.

É apenas ibn al-Qutiyya que nos proporciona versão completamente diferente da passagem dos sírios ao al-Andalus: «Em desespero, sem notícias dele (do governador da Península), Balj construiu barcaças e apoderou-se de alguns barcos, e com o armamento e equipamento que conseguiu reunir, fez-se à vela. E foi dessa forma que chegaram ao al-Andalus. Quando Abd al-Malik al-Fihri soube da chegada dos sírios, reuniu tropas e encontrou-os junto a Algeciras. Deu-se uma grande batalha, e os andaluzes foram derrotados. Abd al-Malik retomou o ataque, mas Balj perseguiu-o até Córdova, derrotou-o por 18 vezes, e na última escaramuça, capturou-o. Mandou-o crucificar na ponte que fica junto à Grande Mesquita, e a seguir, entrou na cidade.»⁷⁷¹.

A agenda pró-omíada do gramático cordovês pode ajudar a explicar esta descrição, tão diversa de todas as outras crónicas muçulmanas, que nos parecem muito mais autênticas.

Os sírios, logo após terem sido reequipados e restabelecidos dos dias árduos em Ceuta, foram enviados para combater um contingente berbere em Wadi al-Fath, perto de Medina-Sidonia⁷⁷², onde derrotaram copiosamente os rebeldes, e obtiveram um faustoso espólio, fruto desse embate. De seguida, Abd al-Malik terá dado instruções a Balj para que, na companhia dos seus filhos, contivesse outra incursão berbere que ameaçava seriamente Toledo. Ibn Idhari considera a batalha que ocorreu então, nas imediações da capital visigoda, e que ficou conhecida como Wadi Salit, a maior derrota dos berberes, na revolta de 740-742⁷⁷³.

Esmagada a rebelião, guerreiros sírios e *baladies* regressaram à então capital do al-Andalus, onde o governador instou os sírios, na pessoa do seu comandante, a cumprir o estipulado, e regressarem a África. Balj não se terá oposto, desde que os andaluzes cumprissem a sua parte, transportá-los em conjunto para Ifriqiya; e terá sido então que o

⁷⁷⁰ CHALMETA, 1994, pp. 314-315, citando ibn Hayyan.

⁷⁷¹ IBN AL-QUTIYYA, 2009, p. 61.

⁷⁷² BLANKINSHIP, 1994, p. 219.

⁷⁷³ IBN IDAHRI, 1860, p. 75.

entendimento anterior se desfez, com Abd al-Malik a invocar falta de meios (navios) e a propor conduzi-los por etapas, algo que lhes desagradava; a alternativa era, a partir de Algeciras, reconduzi-los a Ceuta, mas Balj terá presumido que isso era inaceitável⁷⁷⁴, ou então, como pensa Abdulwahid Taha, os sírios tinham já tomado a decisão de se instalarem, procuravam apenas um pretexto para o consumarem⁷⁷⁵.

E assim fizeram, atacando o palácio governamental em Córdoba, onde depuseram o nonagenário Abd al-Malik, e alçaram ao poder o seu comandante, Balj ibn Bishr. O período que se segue, e que compreende o inverno de 741-742 é confuso, e o clima é de guerra civil: ibn Idhari refere que Abd al-Malik foi inicialmente poupado, mas a morte de um dos reféns dos *ajnad*, figura grada da casa nobre de Ganan⁷⁷⁶, de origem iemenita, reacendeu a velha ferida, nunca sarada, entre os árabes do norte e centro, e os iemenitas, do sul⁷⁷⁷.

Os homens de cada um dos *jund*, maioritariamente de origem iemenita, exigiram a cabeça de Abd al-Malik, um Quays (árabe do norte), e Balj não teve outro remédio senão satisfazê-los: Dozy descreve a sua morte, por crucificação, ao lado de um cão e de um porco, igualmente sacrificados, a suprema humilhação para um muçulmano⁷⁷⁸.

Entretanto, os filhos de Abd al-Malik, Qatan e Umayya, reuniram um grande exército em Saragoça e rumaram a Córdoba para defrontar os sírios. Esta coligação de *baladies* e berberes, que algumas fontes estimam em 100 000 homens⁷⁷⁹, foi copiosamente derrotada por uma parte dos *ajnad*, comandada pelo próprio Balj, gravemente ferido durante a batalha.

⁷⁷⁴ TAHA, 1989, p. 215.

⁷⁷⁵ Idem, ibidem, p. 216.

⁷⁷⁶ Ibn Idhari deve referir-se ao clã dos Banu Gassan, ou gassanidas.

⁷⁷⁷ Esta querela resulta da batalha de Marj Rahit, ferida em 684, entre as tropas iemenitas e sírias que suportavam o omíada Marwan I, e os apoiantes do autoproclamado califa em Meca, Abd Allah ibn al-Zubayr, um conjunto de tribos onde pontificavam os Quays do Norte da Árabia. Na verdade, esta rivalidade é pré-islâmica, e foi utilizada para justificar muitos dos conflitos intestinos de *dar al-islam*, quer pelas crónicas muçulmanas da conquista, quer pela historiografia contemporânea, e as conjunturas de cada *fitna* devem ser observadas com mais rigor, devido às suas intrincadas ligações, que no caso peninsular, incluem *baladies*, de uma ou outra facção, sírios e berberes.

⁷⁷⁸ DOZY, 1984, p. 172.

⁷⁷⁹ IBN IDAHRI, 1860, p. 77; *Akhbar majmua*, 1867, p. 52.

Estamos no verão de 742, e em agosto, Balj terá morrido, vítima dos ferimentos sofridos na batalha. O seu sucessor, Thalaba ibn Salama al-Amili, era o comandante do *jund* da Jordânia. O seu mandato ficou marcado por forte agitação militar, com diversas escaramuças entre os sírios e os seus adversários, principalmente na região de Córdoba; mas é um incidente em Mérida, que o faz cair em desgraça: cercado pelos partidários dos filhos de Abd al-Malik, e à espera de reforços a partir da capital, aproveita-se de um dia santo muçulmano⁷⁸⁰, e ataca *baladies* e berberes, aprisionando muitos notáveis entre os originais colonizadores do al-Andalus. Num ato de grande humilhação, efetuou um leilão onde vendeu muçulmanos como escravos, pela menor oferta⁷⁸¹.

3.8. O último folego omíada no Ocidente (novembro 742)

A pedido de muçulmanos peninsulares, ou por ordem do califa Hisham, o governador de Ifriqiyia, Hanzala ibn Safwan nomeou um *kalbi*, Abu l-Khattar al-Husam ibn Darar, que chegou ao al-Andalus com a árdua tarefa de pacificar os diferentes partidos peninsulares. Foi um *wali* relativamente bem-sucedido, pois apesar de ter chegado sem tropas, foi aceite pelas diversas fações. Al-Maqqari descreve este mandato dando destaque à sua realização mais significativa para o futuro imediato do al-Andalus: a dispersão dos *ajnad* pela Península Ibérica, com duas funções primordiais, controlar militarmente essas regiões, e arrecadar impostos⁷⁸². Elvira (Granada) para Damasco, Sevilha e Niebla para Homs, Rayyo (Málaga) para o *jund* da Jordânia, em Algeciras e Medina-Sidonia o regimento de Qinnasrin, e finalmente, os egípcios foram divididos entre Beja e Tudmir⁷⁸³.

⁷⁸⁰ O *Eid al-Fitr*, que assinala o fim do jejum do Ramadão, e se celebra no 1º dia do 10º mês do calendário muçulmano, o *Shawwal*.

⁷⁸¹ TAHA, 1989, p. 218.

⁷⁸² AL-MAKKARI, 1843, pp. 45-46.

⁷⁸³ MANZANO MORENO, 2006, p. 102; CHALMETA, 1994, p. 331-332.

Para resolver os conflitos entre os diferentes clãs árabes instalados na Península Ibérica, Abu I-Kattar libertou os muçulmanos escravizados, e deportou em seguida para África alguns notáveis do al-Andalus, líderes dos *ajnad* e proeminentes *baladies*⁷⁸⁴.

Depois de uns primeiros tempos conciliadores, este governador começou a tomar partido pelas tribos lemenitas, maioritárias entre os sírios, em detrimento das pertencentes à «confederação» de Qays e Mudar, originárias do norte da Arábia. A sua impopularidade instigou alianças entre diversas lideranças peninsulares, que incluíam líderes sírios e proeminentes colonos dos primeiros tempos. Reuniram um forte exército, que defrontou os apoiantes do governador, nas imediações de Medina-Sidonia, e os derrotou rapidamente; Abu I-Kattar foi capturado e executado pelo chefe dos revoltosos, al-Sumayl ibn Hatim al-Kilabi⁷⁸⁵.

Segundo Abdulwahid Taha, em abril de 745, os dois partidos árabes (Mudaritas e lemenitas) escolheram um modelo de governação alternada, e a primeira escolha recaiu num dos comandantes sírios, Tuwaba ibn Salama al-Gudami⁷⁸⁶, chefe do *jund* da Palestina, e que tinha governado Sevilha, até ser destituído por Abu I-Kattar⁷⁸⁷. Este compromisso durou até ao desaparecimento de Tuwaba, no final de 746. No entanto, o verdadeiro líder da revolta contra Abu I-Kattar foi al-Sumayl, um *qaisie* chegado ao al-Andalus com Balj (741), e que entre 744, no início da revolta, e 756, governou na sombra os destinos da Península Ibérica.

Mudaritas/Qaysitas e lemnitas tentam impor um governador do seu partido, e durante meses não chegam a nenhum consenso; Chalmeta, contrariando Taha, diz que é então que surge o compromisso entre os diferentes partidos árabes⁷⁸⁸; no entanto, uma leitura do *Akhbar majmua* leva-nos a equacionar que o compromisso entre partidos rivais, embora calculado, tenha ocorrido, como sugere Taha, aquando da escolha de Tuwaba: «al-Sumayl disse aos nobres do seu clã: não vos quero expor à fúria e antagonismo das tribos de Quda e Yamana (Iemenitas)! Sejamos cautelosos e relembremos a batalha de

⁷⁸⁴ IBN AL-QUTIYYA, 2009, p. 63; Idem, 2012, p. 72.

⁷⁸⁵ Idem, 2009, p. 67.

⁷⁸⁶ TAHA, 1989, p.

⁷⁸⁷ CHALMETA, 1994, p. 339.

⁷⁸⁸ Idem, ibidem, p. 341.

Marj Rahit e o apoio das tribos de Lakhm e Judham! Escolhemos um homem que possamos eleger. Ele terá a autoridade, mas nós teremos o poder! E então escreveram a Tuwaba [...]»⁷⁸⁹.

Mais adiante, no relato destes acontecimentos, e até à ascensão ao poder de Yusuf ibn Abd al-Rahman al-Fihri (746-756), o cronista anónimo fala num estado de guerra civil, que dividiu os muçulmanos da Península Ibérica: de um lado, liderados por ibn Hurayth e pelo regressado Abu l-Kattar, os clãs iemenitas, quer aqueles que vieram nas primeiras incursões, quer os integrados nos *ajnad* sírios⁷⁹⁰; do outro, al-Sumayl e al-Fihri, que comandavam Mudaritas/Qaysitas, também estes transversais aos diversos momentos de entrada de árabes na Península Ibérica⁷⁹¹.

Já com al-Fihri a cumprir o seu mandato, representando os Qaysitas, a destituição de ibn Hurayth da governação da província de Reiyo (Málaga) terá provocado o conflito aberto. Travaram batalha num arrabalde de Córdova, Secunda, decida pela intervenção dos trabalhadores do mercado da cidade, que tomaram partido por al-Sumayl; cerca de 400, armados com o que tinham disponível: instrumentos de trabalho, como as facas dos açougueiros, e paus, algumas espadas e lanças⁷⁹².

Depois da batalha, al-Sumayl executou 70 prisioneiros adversários, entre eles alguns dos chefes iemenitas, na igreja onde hoje é a Mesquita de Córdova⁷⁹³. Depois deste ajuste de contas, em 749, al-Sumayl decidiu ir submeter o norte peninsular, dominado por clãs iemenitas e berberes, e tornou-se governador da sua principal cidade, Saragoça.

Nesta fase da ainda breve história do al-Andalus, a sua autonomia face a Damasco é já total, em virtude dos acontecimentos ocorridos no seio do califado omíada. Com o desaparecimento do califa Hisham, em 743, sucedem-se, até 750 os últimos quatro califas

⁷⁸⁹ *Akhbar majmua*, 2012, p. 78.

⁷⁹⁰ AL-WASIF, 1990, p. 219; este estudo demonstra que embora não fossem maioritários entre os muçulmanos no al-Andalus, os iemenitas eram numerosos, e representavam uma significativa força político-militar.

⁷⁹¹ *Akhbar majmua*, 2012, pp. 79-80.

⁷⁹² CHALMETA, 1994, p. 342.

⁷⁹³ IBN IDAHRI, 1904, p. 55; *CM 754*, 2009, p. 281; TAHA, 1989, p. 225.

omíadas, impotentes para animar o grandioso império que lhes foi transmitido. A oriente, a erupção que conhecemos como Revolução Abássida, protagonizada pelos descendentes de um tio do Profeta, al-Abbas, congrega todos aqueles que se opõem ao poder dos marwanidas: xiitas, muçulmanos não-árabes, árabes do norte prejudicados nas suas pretensões pela hegemonia sírio-iemenita⁷⁹⁴.

A partir de 747, ano em que se inicia a rebelião abássida⁷⁹⁵, Damasco já não reúne condições para prestar qualquer atenção às suas províncias mais longínquas, e o al-Andalus entra definitivamente em autogestão. O mandato de Yusuf ibn Abd al-Rahman al-Fihri, último governador «dependente», foi longo, e atribulado. Em 753 dá-se a derradeira grande revolta na Península Ibérica, no período dos governadores (714-756).

Secas e fomes, desde os últimos anos da década de Quarenta, enfraqueceram a governação de al-Fihri. Alguns dos líderes *baladies* e berberes decidiram revoltar-se contra a governação mudarita, que os ia despojando de terras, para poder favorecer os sírios⁷⁹⁶. Quando foi informado da revolta, al-Sumayl enviou um destacamento de cavalaria, que foi copiosamente derrotado pelo exército rebelde nas imediações de Saragoça; logo de seguida, os vencedores dirigiram-se à cidade, e cercaram-na, durante sete meses⁷⁹⁷.

Apesar de uma coluna de voluntários de socorro, recrutada entre os *ajnad* simpatizantes de al-Sumayl, ter permitido que retirasse de Saragoça, os rebeldes ocuparam a cidade por um ano, até que, em campanha dirigida pelo próprio governador Yusuf al-Fihri, a cidade foi reconquistada e a rebelião suprimida, em junho de 755⁷⁹⁸.

Al-Maqqari faz referência a diversas rebeliões durante a governação de al-Fihri, em Beja, Sevilha, Narbone, e mesmo a uma declaração de obediência ao novo poder do Oriente, os Abássidas⁷⁹⁹.

⁷⁹⁴ HITTI, 1970, pp. 282-284.

⁷⁹⁵ A Revolução Abássida terá começado a 9 junho de 747, no Khurasan (Pérsia), liderada por Abu Muslim; Idem, *ibidem*, p. 284.

⁷⁹⁶ TAHA, 1989, p. 227.

⁷⁹⁷ Idem, *ibidem*.

⁷⁹⁸ IBN IDAHRI, 1904, p. 56; *Akhbar majmua*, 2012, pp. 82-83; AL-MAKKARI, 1843, p. 55.

⁷⁹⁹ Idem, *ibidem*, pp. 54-55.

As rodas do destino estão já em movimento, e os acontecimentos no Oriente influenciarão de forma determinante o futuro imediato do al-Andalus.

3.9. Abd al-Rahman I, o Emigrante (756-788)

Em janeiro de 750 um derradeiro exército sírio, omíada, foi esmagado pelos abássidas numa batalha ferida nas margens do rio Zab, um afluente do rio Tigre. Nos meses seguintes, todos os símbolos do poder marwanida desaparecem: a capital do califado, Damasco, cai após cerco, em abril, e o califa, em fuga, é capturado e executado em agosto, no Egito⁸⁰⁰.

Abd Allah, um general abássida, iniciou então uma campanha sistemática para aprisionar e executar os sobreviventes omíadas. O episódio mais célebre ocorreu em Antipatris, no Egito, onde cerca de oitenta descendentes da casa de Marwan foram convidados para um banquete, onde foram massacrados. Escaparam apenas alguns elementos da família omíada, e um deles era um jovem príncipe, na casa dos vinte anos, neto do califa Hisham.

A fuga de Abd al-Rahman ibn Muawiya é sobejamente conhecida: perseguido pelos esquadrões abássidas, fugiu para o norte de África, onde procurou refúgio entre os seus familiares maternos, da tribo berbere Nafza, na atual Mauritânia. Deambulou pelo Magrebe, sempre perseguido por emissários abássidas, e decidiu tentar a sua sorte no al-Andalus em 755, entre agosto e outubro⁸⁰¹.

Enviou um seu liberto, Badr, para sondar os clientes omíadas, relativamente ao apoio político-militar à sua pretensão de se tornar governante do al-Andalus; tendo sido bem-sucedido, o pretendente cruzou então o Estreito, tendo desembarcado em Almuñécar, na atual província de Granada⁸⁰².

⁸⁰⁰ HITTI, 1970, p. 285; HAWTING, 2000, p. 117.

⁸⁰¹ MARTÍNEZ ENAMORADO, 2006, p. 200; Chalmeta clarifica a questão da data de chegada de Abd al-Rahman al-Dakhil (o Emigrante); alguns cronistas colocam-na no mês de Rabi al-Awwal; outros em Rabi al-Thani, o que nos dá este intervalo de três meses; CHALMETA, 1994, p. 353.

⁸⁰² As fontes são quase unânimes quanto ao local de desembarque do futuro *amir* do al-Andalus: o cronista dos *Akhbar majmua*, ibn al-Qutiyya, al-Makkari ou ibn al-Athir, entre outros, situam o desembarque em

Os aspetos mais relevantes que antecedem o desembarque do príncipe omíada são as negociações com os Quays/Mudaritas, que fracassam, o que faz com que os clientes omíadas se virem para apoios iemenitas⁸⁰³.

Depois de se instalar junto dos seus seguidores, Abd al-Rahman entabula negociações com o seu homónimo (al-Fihri), que lhe oferece uma sua filha em casamento, bem como substancial parte do território do al-Andalus, dinheiro e riquezas. Abd al-Rahman ibn Muawiya declina, e trata de reunir os seus partidários, entre os *jund* de Homs, Palestina e Jordânia, segundo os *Akhbar majmua*⁸⁰⁴, que somados aos clientes omíadas e aos iemenitas da região de Granada, se preparam para defrontar os seguidores de al-Fihri e al-Sumayl, fundamentalmente qaysitas e berberes.

O momento fundacional do emirato independente de Córdoba acontece nas imediações da capital, numa batalha campal que conhecemos por al-Musara, em maio de 756⁸⁰⁵.

As fontes muçulmanas proporcionam-nos descrições desta batalha, e entre elas destacamos duas, aquelas que oferecem melhores detalhes; começamos com uma crónica anónima, o *Dikr bilad al-Andalus*:

«Nos primeiros dias de Dhul Hijjah do ano 138 pôs-se a caminho de Córdoba (Abd al-Rahman) e ao chegar à aldeia de Tocina, passou revista às tropas, seguindo depois para acampar junto ao rio. Al-Fihri, que tinha saído ao seu encontro acampou na outra margem do rio [...] na quinta-feira, 14 de março, o rio estava mais baixo, e o *íman* (Abd al-Rahman) dispôs as suas companhias em ordem de combate [...] no dia seguinte, sexta-feira, a cavalaria atravessou um vau, sem que al-Fihri se tenha apercebido, e o seu exército foi imediatamente atacado. Iniciada uma batalha feroz, Yusuf al-Fihri foi derrotado e teve de fugir [...]»⁸⁰⁶.

Almunecar; *Akhbar majmua*, 2012, p. 87; IBN AL-QUTIYYA, 2009, p. 69; AL-MAKKARI, 1843, p. 66; IBN AL-ATHIR, 1898, p. 99.

⁸⁰³ CHALMETA, 1994, p. 352.

⁸⁰⁴ *Akhbar majmua*, 2012, p. 91.

⁸⁰⁵ AL-MAKKARI, 1843, p. 70; al-Makkari providencia-nos uma data exata: o dia de *Arefah* do ano 138 da Hégira (14 maio 756).

⁸⁰⁶ *Dikr Bilad al-Andalus*, 1983, p. 121 (tradução nossa).

A outra crónica anónima, os *Akhbar majmua*, descreve com prodigalidade os detalhes de al-Masara: «Então ele organizou os seus esquadrões, dando o comando da cavalaria síria a Abd al-Rahman ibn Nuaym al-Kalbi; a infantaria iemenita a Baluha al-Lakhmi, do *jund* da Palestina; a infantaria omíada e berbere foi comandada por Assim al-Uryam, *O Despido*, que ficou assim conhecido por combater desnudado. A cavalaria omíada foi comandada por Abd al-Malik al-Qurashi; por fim, a cavalaria berbere, que o acompanhava, foi comandada por Ibrahim ibn Shajara al-Awdi, e o porta-estandarte foi Abu Uthman[...]As divisões de cavalaria comandadas por Khalid – berberes, escravos e outros – era imensa, com Ubayd ibn Ali a comandar a ala esquerda, onde estava a cavalaria Qaysi[...]os dois lados entrecrocaram-se, e teve lugar uma batalha desapiedada[...]o flanco esquerdo do exército de al-Fihri foi o que resistiu mais tempo; no entanto, acabaram por ceder, e foram todos chacinados, tendo desaparecido Ubayd ibn Ali e a elite Qaysita.»⁸⁰⁷.

O príncipe omíada entrou então na sua capital, rezou na mesquita, e proclamou a sua declaração de emirato independente; *Imarat Qurtuba* significava exercer a autoridade política, sem pretensões ao califado religioso, que para já, continuava a residir no Oriente, já não em Damasco, mas na nova capital abássida, Bagdade.

E está feita, a história da invasão e conquista do al-Andalus, que acolhe neste momento a continuidade da dinastia iniciada por Marwan I em 684, e que, em troca, recebe uma identidade política, até aí não concretizada.

⁸⁰⁷ *Akhbar majmua*, 2012, p. 95 (tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta nossa dissertação de mestrado versa, indubitavelmente, sobre os aspetos político-militares de uma conjuntura muito específica: os anos finais de um reino, o visigodo, que perdurou na Península Ibérica e Narbonense por mais de dois séculos, e a chegada de Abd al-Rahman I, que declarou em Córdova um emirato independente de Damasco, apenas 46 anos depois da chegada dos muçulmanos à Península Ibérica (702-756).

A História Militar, frequentemente minorizada ou espartilhada, é, como dizia John Keegan, muitas coisas. Muitos investigadores olham-na como um «parente pobre» da História, sem vislumbrarem o alcance de uma disciplina que observa infalivelmente aspetos sociais, económicos, ideológicos, culturais e religiosos, em tempo de guerra.

A guerra, tão antiga como a humanidade, marca-a, como um ferro em brasa, desde que o homem se organizou em grupos, que entraram em antagonismo por bens e território. E se não a percebermos, na sua totalidade enquanto fenómeno, nunca poderemos pôr-lhe fim.

Para entendermos um conflito específico temos de o escalpelizar, recorrendo a um conjunto de interrogações, para as quais devemos encontrar respostas.

A chegada dos muçulmanos consistiu numa invasão, numa conquista ou em ambas? Claramente ambas; esclarecidos os conceitos, que de um ponto de vista militar se podem equivaler, são evidentes as duas etapas deste processo: a primeira vaga, comandada por Tariq ibn Ziyad, é muito cautelosa; e, tal como as anteriores, vem em busca de despojos, limitando-se a devastar a região de Algeciras; a penetração do exército em território inimigo é muito pouco expressiva, à imagem das anteriores algaras conduzidas por Julião e Tarif ibn Malik, devido a um conjunto de circunstâncias que pesaram na decisão do comandante muçulmano: prudência, desconhecimento do território inimigo e um exército numericamente diminuto.

As circunstâncias que modificam as intenções do exército berbere resultam de dois momentos bélicos completamente determinantes para o futuro da Península Ibérica: Wadi Lakka e Écija; é depois dessas vitórias concludentes, e do conseqüente desaparecimento das mais prováveis e imediatas lideranças visigodas, que Tariq ibn Ziyad

divide o exército; e passa de invasor a conquistador, tomando a decisão de assegurar a posse das principais cidades do sul da Península e da cabeça do poder visigodo, Toledo.

Na segunda vaga, em 712, Musa ibn Nusayr vem claramente colher os louros daquilo que o seu *mawla* plantou, já um conquistador, legitimado (do ponto de vista muçulmano) pelo poder delegado pelo califa, al-Walid ibn Abd al-Malik. Aquando da sua chegada, apenas algumas cidades da Bética possuíam guarnições e administração muçulmana, e o exército de Tariq vagueava pela Meseta, nas proximidades de Toledo, sem capacidade para as necessárias operações militares em falta: conquistar Carmona e Medina-Sidonia, Mérida, e a região de Tudmir; escorar o inseguro domínio de Córdova, Sevilha, Málaga, Granada, e, principalmente, Toledo.

Foi o que Musa ibn Nusayr se propôs fazer ao comando de um exército de 18 000 combatentes, somado ao que restava dos berberes de Tariq, ainda que mais não tenha conseguido que garantir o domínio sobre um terço do território da Península Ibérica.

E a invasão e conseqüente conquista da Península Ibérica resulta de uma conjuntura de expansão do califado omíada, em simultâneo com uma crise no reino visigodo de Toledo? Podemos dizer que sim, se bem que os fundamentais acontecimentos bélicos da primeira vaga de invasores (Wadi Lakka e Écija) tenham funcionado como catalisador para o futuro imediato do reino peninsular. Depois de conquistada toda a faixa costeira do Norte de África, e engajados os povos *amazigh* nos exércitos muçulmanos, assiste-se a alguma retracção da presença árabe no Magrebe, deixando a região de Tânger entregue a uma governação berbere, assegurada por militares também berberes.

Estes guerreiros, que desde o pacto com Ceuta⁸⁰⁸ tinham ficado sem atividade, podem ter fornecido o real motivo para as expedições, aparentemente exploratórias, de Tarif e Tariq, até porque um exército sem ocupação pode tornar-se extremamente perigoso para o poder em exercício. Mas não é apenas na margem meridional do Estreito de Gibraltar que devemos procurar os motivos para a invasão e conquista da Península Ibérica.

⁸⁰⁸ Momento em que depois do cerco, a cidade de Ceuta se submete ao domínio muçulmano através de um pacto estabelecido entre o conde Julião e Tariq ibn Ziyad (710).

A crise do reino visigodo de Toledo é evidente na primeira década do século VIII: secas, fomes, pandemias somam-se a problemas sucessórios que culminam numa guerra civil; muitos entre aqueles que estudaram o final do reino visigodo de Toledo defendem que Tariq terá levado o seu exército à Península para lutar por um «partido» interveniente na guerra civil (os witizianos), e sem sanção do seu superior, Musa ibn Nusayr; não nos parece nada que assim tenha sido. Para além da busca incessante de saque, uma das duas premissas dos exércitos muçulmanos, a conquista de um reino cristão satisfazia a segunda: a Guerra Santa⁸⁰⁹.

Os exércitos em confronto eram, de facto, muito diferentes nos embates iniciais. De um lado, uma hoste régia, composta de *fideles regis*, gardingos, espatários, bucelários e *sayones*, a componente profissional do exército visigodo, fundamentalmente tropas de cavalaria, muito bem armadas, talvez um terço do total das forças visigodas; os restantes, homens da leva, servos e escravos pobremente armados.

Já o exército de Tariq ibn Ziyad era, por força das circunstâncias, no primeiro embate com o exército visigodo, uma força de infantaria berbere, composta por muitos arqueiros e fundibulários, com um centro formado por lanceiros pesados, e uma pequena reserva de cavalaria, que cobriria uma hipotética retirada.

Na batalha de Wadi Lakka, o terreno e as circunstâncias provocaram a opção muçulmana por uma cerrada formação defensiva, numa posição elevada, onde aguardaram as clássicas cargas de cavalaria visigoda, que após algumas investidas colina acima, e muito fustigadas pelas alas muçulmanas, com pesadas baixas, soçobraram; terá sido provavelmente neste momento que as alas visigodas, comandadas por witizianos, debandaram, iniciando-se então o contra-ataque muçulmano, que, qual rolo compressor, desceu a colina e desbaratou o que restava dos *azes* visigodos.

Os exércitos muçulmanos deste período lutavam frequentemente a pé, mas os seus súbitos ataques resultavam de uma infantaria que chegava ao local do combate no

⁸⁰⁹ A *Jihad* é um conceito vital para os primeiros 130 anos do Islão; na verdade, a palavra pode significar esforço, luta ou empenho, dependendo do contexto em que é utilizada. Khalid Blankinship definiu o conceito sublimemente: «a luta para estabelecer a regra de Allah na terra, através de um esforço militar contínuo contra os não-muçulmanos até que eles abracem o Islão, ou concordem em prestar homenagem (*jizya*) á *Dar-al-Islam*, em troca de protecção.» BLANKINSHIP, 1994, p. 11.

dorso de cavalos, mulas ou dromedários, em prontidão para entrar de imediato em combate. Em Wadi Lakka os berberes combateram a pé, mas a partir de então, e graças ao resultado da batalha, passam a dispor de inúmeras montadas, fazendo do primeiro embate em Écija um choque entre cavaleiros; depois disso, e segundo as fontes muçulmanas, aquilo que começou por ser uma força de infantaria tornou-se um exército de cavaleiros.

O armamento utilizado pelos dois exércitos não era certamente muito diferente; no entanto, um elemento diferenciado parece ter sido decisivo nas vitórias muçulmanas: o arco composto, e a sua utilização massiva nas alas das formações árabe-berberes. A partir da vitória muçulmana sobre o exército de Rodrigo, para além dos cavalos e riquezas subtraídas aos visigodos, o exército berbere ficou também na posse de muito armamento visigodo: espadas, lanças, proteções corporais, quer para os combatentes, quer para as montadas.

O início do século VIII não é, do ponto de vista do armamento, um momento de grandes inovações, e nos embates entre visigodos e muçulmanos parece-nos ter sido o arco composto a «arma secreta» que mais contribuiu para as vitórias árabe-berberes; o estribo, com origens entre as civilizações montadas do Oriente, era já conhecido no mundo ocidental nesta época, mas a sua utilização seria então ainda muito esporádica.

Com a exceção do cerco de Mérida, não fizemos referência à utilização de máquinas de cerco ou técnicas de assédio, mas sabemos que ambos os exércitos as utilizavam. Arietes, balistas, *scorpios*, torres de assalto, colocação de minas, não eram estranhos a nenhum dos contendentes; o que não sabemos, devido à falta de informação nas fontes, mas que imaginamos ter sido natural, é a utilização de máquinas de guerra nos diversos assédios conduzidos pelos exércitos muçulmanos ao longo da conquista do reino visigodo.

Taticamente, parecem-nos dois exércitos muito diferentes: os visigodos recorriam à clássica formação com centro e alas, em linhas (*azes*), com a cavalaria na frente da

infantaria, desdobrando-se depois nas variantes deste modelo⁸¹⁰; o seu corpo mais efetivo, a cavalaria, carregava em vagas sucessivas até romper e desbaratar as linhas inimigas. Os exércitos muçulmanos deste período eram muito mais versáteis, e as campanhas peninsulares demonstram-no: em Wadi Lakka lutaram a pé, numa formação defensiva, com um centro a lutar quase como uma formação hoplita, e com alas muito dinâmicas, recheadas de arqueiros e escaramuçadores, que foram dizimando as cargas inimigas; em Écija começaram com uma batalha campal de cavalaria, onde poderá ter sido utilizada uma mescla de cavalaria e infantaria que efetuou um ataque súbito (*ghazwa*)⁸¹¹ à hoste visigoda; passaram depois a cercar e assediar cidades e fortalezas, e combateram em campo aberto em diversas ocasiões, demonstrando grande adaptação tática em função das circunstâncias.

A *karr wa farr*, ou *torna-fuy*, que numa tradução muito livre pode significar «toca e foge», é um modelo ofensivo de cavalaria, com origens muito antigas, provavelmente no Alto Império Romano, mas que os muçulmanos «herdaram» no contacto com os bizantinos, e sublimaram nos seus exércitos; este recurso foi utilizado frequentemente pelos exércitos muçulmanos ao longo da Idade Média; foi o sistema usado por Abd al-Rahman al-Ghafiqi em Poitiers (732); lembremos o fustigar, com repetidos ataques, da coluna cristã nas imediações do lago Tiberíades, antes da batalha de Hattin (1187), ou o início das hostilidades na batalha de Las Navas de Tolosa (1212), quando a cavalaria ligeira almóada, acolitada por arqueiros turcos e curdos, começou a dizimar as linhas da vanguarda cristã, dois belíssimos exemplos da utilização desta tática, ainda que com resultados muito diversos.

A logística dos dois campos era também significativamente diferente. As fontes demonstram que as linhas de abastecimento do exército visigodo em campanha eram, pelo menos no campo teórico, muito funcionais; já a logística muçulmana destacava-se pela sua quase inexistência: cada combatente devia assegurar alimentos e armamento,

⁸¹⁰ Ver o estudo introdutório de João Gouveia Monteiro, de *Epitoma Rei Militaris*, sobre o modelo tático, p. 54 e seguintes.

⁸¹¹ A palavra significa batalha, e deu origem em francês a *razzier*, e em português a *razia*.

pelo menos para a fase inicial da campanha. Depois, eram os despojos que asseguravam a manutenção das necessidades do exército.

E será que a invasão e conquista do reino visigodo de Toledo teve uma batalha decisiva? Na verdade, teve duas, localizadas a 200 quilómetros uma da outra, e separadas por apenas duas ou três semanas; Guadalete/Wadi Lakka foi, apesar dos ecos que nos chegaram, que nos descrevem uma grande batalha campal - dois grandes exércitos em confronto que se arrastou por diversos dias, e culminou com expressiva vitória dos berberes de Tariq ibn Ziyad -, uma batalha decisiva, mas não definitiva.

E porque não definitiva, quando desaparece o rei, também grande parte da aristocracia visigoda, e o exército visigodo sofre pesadas baixas? Como observámos logo de seguida, duas ou três semanas depois, outro exército visigodo, construído pelo que restava do exército de Rodrigo, e reforçado com novas tropas das guarnições béticas, defrontou os muçulmanos às portas de Écija.

Este segundo momento, com nova derrota visigoda, e onde podem ter desaparecido ou mudado de lado os potenciais líderes imediatos do reino, parece-nos ser completamente decisivo, em termos políticos e militares.

Decisivo pela falta de soluções do lado visigodo, decisivo também para os muçulmanos, que depois de cercarem e dominarem a cidade, ficam sem qualquer oposição significativa em toda a província da Bética (com a exceção das guarnições de Medina-Sidonia e Carmona). É também depois de Écija que as tropas berberes se transformam, de uma força lenta e muito cautelosa, ainda com muitos infantas, em vários corpos de cavalaria, rápidos e muito mais audazes, que conquistam as principais cidades da província.

Este longo processo militar, que se inicia com duas algaras exploratórias, uma terceira de grande dimensão, a que chamamos invasão, e culmina nas primeiras conquistas peninsulares, está recheado de episódios militares, como o cerco de Mérida, as campanhas de Abd al-Aziz no Gharb al-Andalus, ou dos governadores na Tarraconense e Narbonense; só foi possível devido ao continuo reforço de combatentes, que desde a expedição de Tariq ibn Ziyad (711) até à chegada de Abd al-Rahman I (755), somaram

muitas dezenas de milhares. Os momentos mais significativos quanto ao número de guerreiros entrados na Península terão sido as duas campanhas iniciais (Tariq e Musa) e a chegada dos sírios de Balj, na década de quarenta do século VIII; para além destes, cada governador trazia consigo pelo menos umas centenas de homens, como séquito pessoal.

Também a migração constante de berberes para o al-Andalus nestes cerca de 45 anos terá garantido que os muçulmanos substituíssem a elite governativa visigoda, com números semelhantes aos dos anos finais do reino de Toledo (200 000-250 000).

O trajeto de conquista da totalidade do território que compreendia o reino visigodo de Toledo, a Península Ibérica e a província além-Pirenéus da Narbonense pode parecer algo errático, mas resulta de conjunturas muito específicas, a cada momento da sua cronologia; as equações inerentes a cada uma delas dependem de poderes como o dos califas de Damasco, e da sua política externa, mais ou menos virada para a *Jihad*; esta mesma política influenciava o grau de autonomia do Norte de África, e a sua relação com o al-Andalus, poderes regionais que se tornavam, nesses diferentes momentos, mais ou menos dependentes do poder central.

Outros fatores condicionantes do grau e velocidade do sucesso da política expansiva dos andaluzes foram os seus problemas internos: a réplica dos problemas nascidos em Marj Rahit (684), entre quaysitas e kalbitas, e as desigualdades entre árabes e berberes, que provocaram revoltas significativas no final do período estudado, condicionaram a possibilidade de um total e eficaz domínio de todo o território do antigo reino visigodo.

Um artigo do diário *El País* publicado em 2011, ano do 1300º aniversário da chegada do exército berbere comandado por Tariq, reúne comentários de diversos «especialistas» espanhóis, que de algum modo sintetizam o pensamento dominante na historiografia castelhana sobre este momento da História Peninsular.

Alejandro García Sanjuán fala de um episódio de conquista, uma erupção que deu lugar a um enfrentamento com os visigodos; fala ainda dos pactos de capitulação e da incapacidade de resposta visigoda, devido à profunda crise política, social e económica.

Rafael Valência vê a conquista como uma oportunidade de mercado, e acrescenta que o Islão, em formação, tem um comportamento de esponja que absorve culturalmente experiências anteriores.

Emílio Santiago assinala a conquista, através de uma invasão concretizada na sua maior parte por pactos de paz.

Eduardo Manzano Moreno subscreve, mas acrescenta um dado que é para nós o cerne desta questão (os pactos de capitulação, nas suas diferentes formas): quem aceita o pacto, fá-lo porque é compelido a fazê-lo; ninguém cede as suas posses porque lhe apetece, mas porque é compelido a fazê-lo.

A voz dissonante é a de Emílio González Ferrín, um neonegacionista, que não crê ter acontecido nenhuma invasão ou conquista, mas a continuação de processos migratórios ancestrais, facilitados pela desagregação do poder central visigodo; diz ainda que quem chega do Norte de África não tem religião nem idioma distinto da Península Ibérica.

A questão dos pactos de capitulação, dos quais conhecemos muitos exemplos, de Ceuta a Coimbra⁸¹², sendo o exemplo mais investigado o estabelecido entre Abd al-Aziz e Teodomiro, em 713, levou muitos investigadores a vislumbrarem uma conquista «flower power», perdoem-nos a expressão. Foi tudo menos isso; a *Crónica Moçárabe de 754*, a que conhecemos mais próxima dos «nossos» acontecimentos, refere momentos de grande violência, e houve grande derramamento de sangue em Wadi Lakka, Écija, Córdoba, Mérida e Saragoça, só para referir os exemplos de maior dimensão. E, repetindo a pertinente observação de Manzano Moreno, só capitula quem é obrigado a capitular.

Esta nossa dissertação de mestrado faz apenas breves alusões a acontecimentos ocorridos no território que é hoje Portugal, o Gharb al-Andalus: a participação de forças de Beja na revolta de Sevilha; as campanhas de Abd al-Aziz no extremo sul da Península, com a submissão de Faro e Beja; os pactos estabelecidos com as principais cidades do ocidente da Lusitânia, como Lisboa, Coimbra e Porto, ou mesmo a tumba descoberta na

⁸¹² Alguns investigadores sugerem que Abd al-Aziz tenha estabelecido um pacto com a cidade do Porto; no entanto, José García Domingues refere apenas Évora, Lisboa, Santarém e Coimbra; DOMINGUES, 1964, pp. 224-225.

Egitânia com a inscrição *Hic requiescit Rodericus, rex Gothorum*, que remete o desaparecimento do rei visigodo para outra geografia que não Wadi Lakka.

São mesmo breves alusões, que pretendemos aprofundar futuramente, e que considerámos periféricas aos acontecimentos de invasão e conquista da Península Ibérica.

Trata-se, do ponto de vista militar, de um longo conjunto de operações bem-sucedidas, alicerçadas nos dois princípios basilares da expansão islâmica - Guerra Santa e obtenção de despojos -, «temperada» pela elaboração, sempre que possível, de pactos de capitulação, que permitiam a instalação do sistema fiscal muçulmano, algo facilitado pelo aproveitamento de estruturas, metodologias e funcionários do fisco visigodo.

A primeira grande vitória muçulmana é uma façanha de uma formação de infantaria, em tempos de protagonismo da cavalaria; o momento de retração da expansão islâmica, Poitiers (732) é também a vitória de uma muralha de escudos sobre a cavalaria muçulmana, a mesma cavalaria que sustentou séculos de domínio andaluz.

O «nosso» assunto é praticamente virgem na historiografia portuguesa e, mesmo no âmbito peninsular, não tem uma abordagem mais profunda desde 1994, quando Pedro Chalmeta publicou *Invasión e islamización: la sumisión de Hispania y la formación de al-Andalus*.

Duas limitações foram de algum modo impeditivas para que esta investigação fosse mais detalhada: a primeira decorre da própria dimensão de uma dissertação de mestrado, algo que só poderá ser resolvido no âmbito de um trabalho de maior fôlego; a segunda prende-se com a impossibilidade de ler fontes muçulmanas no texto original, o que nos fez excluir *a priori* algumas delas, aquelas não traduzidas para inglês, francês ou castelhano. Novas traduções e edições «mais frescas» de traduções já muito datadas afiguram-se-nos imperativas para o futuro dos estudos do al-Andalus, e em particular das suas primeiras décadas, algo para o qual gostaríamos de contribuir.

As dificuldades com que nos deparámos foram afortunadamente escassas, se comparadas com o desfecho das observações efetuadas. Esta nossa dissertação de mestrado resvalou frequentemente para outros aspetos, embora conexos, da história dos

primeiros anos do al-Andalus, que não aqueles puramente militares, algo que nos pareceu absolutamente necessário.

No entanto, nunca perdemos o foco, e identificámos os principais aspetos dos dois sistemas militares em confronto: o visigodo e o muçulmano. O recurso a estudos muito recentes sobre a conquista parece-nos um dos aspetos mais inovadores desta dissertação, e contribuiu decisivamente para desfechos muito interessantes sobre diversas noções acerca do processo de conquista do reino visigodo de Toledo.

Tendo como base investigações muito atuais, como as de García Moreno, Ahmed Tahiri e Soto Chica, só para destacar as mais reputadas, foi possível chegar às nossas próprias conclusões sobre particularidades como a análise da conjuntura pré-existente; a operação anfíbia de grande dimensão, que permitiu a chegada dos muçulmanos a terras ibéricas; a disposição das forças em confronto no terreno; a «dissecação» dos momentos bélicos mais significativos, todos eles favoráveis aos «intrusos» e a evolução político-militar do novel estado peninsular, o al-Andalus.

Também o recurso a novas edições e traduções de fontes muçulmanas, como aquelas produzidas por David James em 2009 - *Early Islamic Spain: The History of Ibn al-Qutiyah* – e 2012 - *A History of Early Al-Andalus: The Akhbar Majmu'a*, ou a tradução para castelhano da *Fath al-Andalus*, publicada em 2002 por Mayte Penelas, foi muito profícuo, clarificando textos fruto de traduções elaboradas no século XIX.

Outra das particularidades deste trabalho consiste no reiterado cruzamento das fontes escritas e bibliografia, com os subsídios da Arqueologia da Conquista, não raramente ignorados em investigações anteriores. A cunhagem de moeda, os selos de chumbo, o armamento recuperado (ainda que escasso) e os sinais de violência foram valiosos indicadores a somar a um processo de investigação que se queria transversal.

Posto isto, identificámos preciosas linhas de investigação que não desenvolvemos devido à natureza do nosso projeto, que continha como objetivo fundamental investigar um processo e uma cronologia bem definidos, não permitindo divigações que nos levassem a percorrer outros caminhos.

A primeira de todas, e aquela que consideramos basilar, é naturalmente o aprofundar do nosso conhecimento para esta cronologia sobre o formato de submissão das cidades do Gharb al-Andalus e a sua relação com a governação, a partir de Córdova. Isto permitirá entender melhor o papel de cidades como Beja, Évora, Faro, Mértola, Lisboa, Santarém, Coimbra e Porto na organização do território peninsular.

Nos anos que imediatamente se seguem à chegada de Tariq e Musa, as narrativas sugerem que as cidades do sudoeste participaram ativamente nas tentativas de reacção encabeçadas por Sevilha, com maior destaque para Beja. Estes contornos, de natureza militar, são até agora desconhecidos, e merecem também investigações mais apuradas.

Igualmente desconhecidas são as causas da ausência das forças navais visigodas, que, a existirem, poderiam facilmente ter obstaculizado a operação anfíbia comandada por Tariq ibn Ziyad; num espaço fortemente vinculado ao Mediterrâneo, não nos parece até hoje ter sido clarificado onde navegavam a frota visigoda e a de Ifriqiya, em abril/maio de 711.

Quanto à islamização e arabização do território a que corresponde hoje Portugal, o saber é ainda diminuto, no que toca à nossa cronologia; começamos a olhar estes processos normalmente a partir da instalação dos egípcios em Beja, e em fases mais adiantadas do al-Andalus. Será possível percebê-los nestes anos da «infância» do estado muçulmano na península Ibérica? Esperamos que sim, e de algum modo replicar para outras localidades aquilo que fez Santiago Macias para a *kura* de Beja⁸¹³.

Esperamos que esta dissertação contribua para estimular as investigações sobre os anos da transição do reino visigodo de Toledo para o al-Andalus, e a compreensão da conjuntura político-militar que lhe está associada, fundamentalmente no território que hoje constitui Portugal.

⁸¹³ MACIAS, 2005, op. cit.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes impressas

«Akhbar majmua» - JAMES, David, *A History of Early Al-Andalus: The Akhbār majmū'a, A study of the unique Arabic manuscript in the Bibliothèque Nationale de France, Paris, with a translation, notes and comments*, London and New York, Routledge, 2012.

«Akhbar majmua» - LAFUENTE Y ALCANTARA, Emilio, *Ajbar Machmuâ, coleccion de tradiciones*, Madrid, Real Academia de História, 1867.

«Annales et Chronica aevi carolini» - PERTZ, Georg Heinrich, edi., *Monumenta Germaniae Historica. Scriptorum. Tomus I, Annales et Chronica aevi carolini*, Leipzig, 1925.

«Chronica minora» - MOMMSEN, Theodor edi., [*Monumenta Germaniae Historica auctores antiquissimi XI, Chronica minora saec. IV, V, VI, VII*](#), vol. 3, Berlin, 1898.

«Crónica Albeldense» - in *Semanario Pintoresco Español*, nºs 18 a 20, CASTOR DE CAUNEDO, Nicolás trad., 1852. [Consult. 08-01-2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://humanidades.cchs.consejosuperiordeinvestigacionescientificas.es/ih/paginas/fmh/albeldensia.htm>.

«Crónica Moçárabe de 754» - LÓPEZ PEREIRA, Jose Eduardo, estudo, edição critica e tradução, *Continuatio Isidoriana Hispana*, Leon, 2009.

«Crónica Muzarábica» in *Corpus Scriptorum Muzarabiorum*, GIL FERNÁNDEZ, Juan, Madrid, Instituto Antonio de Nebrija, 1973, pp. 15-54.

«Dikr Bilad al-Andalus» - MOLINA, Luis, edição, tradução e estudo, *Dikr Bilad al-Andalus: Una descripción anónima de al-Andalus*, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 1983.

«Fath al-Andalus» - PENELAS, Mayte, trad., *La conquista de al-Andalus*, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 2002.

«Fatho-L-Andaluçi: Historia de la Conquista de España, códice árábigo del siglo XII - DE GONZÁLEZ, Joaquín, trad. e notas, Argel, León Renordet & Cª, 1889.

«Historia Silense» - SANTOS COCO, Francisco; GÓMEZ-MORENO, Manuel edi., *Historia Silense*, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1921.

«leges novellae et extravagantes» in *Monumenta Germaniae Historica*, Leges I, Vol. 1, 1965, pp. 22-456.

«Liber iudiciorum sive Lex Visigothorum edita ab Reccessvindo rege a. 654, renovata ab Ervigio rege a. 681, accedunt (suis locis insertae) leges novellae et extravagantes» in ZEUMER, Karl, edi., *Monumenta Germaniae Historica. Legum Sectio I. Legum Nationum Germanicarum. Tomus I*, Hannover/Leipzig, 1902.

«O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século VII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghribî» in *Medievalista*, nº I, REI, António, 2005, pp. 1-22. [Consult. 18-01-2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://medievalista.fcsh.unl.pt/MEDIEVALISTA1/INDEX.htm>.

«Tempore Belli» - in *Himnodia Gotica. Die Mozarabischen Hymnen des alt-spanischen Ritus*, BLUME, Clemens, Leipzig, 1897, pp. 281-283.

«The Chronicle of 754» - in *Conquerors and Chroniclers of Early Medieval Spain*, WOLF, Keneth Baxter, 2ª edi., Liverpool, Liverpool University Press, 1999, pp. 91-128.

«Un Cronicón del siglo IX» - in *Semanario Pintoresco Español*, 22 (28 de maio de 1854), pp. 169-173, CASTOR DE CAUNEDO, Nicolás trad., 1854. [Consult. 06-01-2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://pt.scribd.com/doc/282873471/Cronica-Alfonso-III>.

«Un texte mozarabe d'Histoire universelle» in *Études d'Orientalisme dédiées a la mémoire de Lévi-Provençal*, I, DELLA VIDA, Giorgio Levi, Paris, 1962, pp. 175-183.

«Vita Sancti Frutuosi» - NOCK, Francés Claire, Text with a Translation, Introduction and Commentary, *The Vita Sancti Frutuosi*, The Catholic University of America Press, Washington, 1946.

AL-BAKRI - *Abū 'Ubayd al-Bakrī: Geografía de España (Kitab al-masalik wa-l-mamalik)*, VIDAL BELTRAN, Eliseo, intro., trad., notas e índices, Zaragoza, Universidad de Zaragoza, 1983.

AL-HAKAM – JONES, John Harris, *Ibn Abd El-Hakem's History of the Conquest of Spain*, London, Williams & Norgate, 1858.

AL-HAKAM - VIDAL BELTRÁN, Eliseo, introdução, tradução, notas e índices, *Conquista de África del Norte y de España*, Valência, Anúbar, 1966.

AL-HIMYARI - LÉVI-PROVENÇAL, Evariste, trad., *Kitab r-Rawd al Mi'tar fi Habar al-Akhtar, La Péninsule Ibérique au Moyen Âge d'après le Kitab ar-Rawd al Mi'tar fi Habar al-Aktar d' Ibn Abd al-Mu'nim al-Himyari*, Leiden, 1938.

AL-HIMYARI - MAESTRO GONZÁLEZ, Maria Pilar, trad., *Kitab r-Rawd al Mi'tar fi Habar al-Akhtar*, Valência, Anubar, 1963.

AL-IDRISI - *Descripción de España, de Xerife Aledris, conocido por el Nubiense*, CONDE, Josef Antonio, trad., Madrid, Real Biblioteca, 1799.

AL-MAKKARI - «The History Of the Mohammeden dynasties in Spain», Vol. II, in GAYANGOS, Pascual de, trad. e notas AL-MAKKARI, *Nafhu-t-tib min Goshni-l-Andalusi r-Rattib wa Táríkh Lisánu-d-Din ibni-l-Khattib*, London, Oriental Translation Fund, 1843. «Chronica Byzantia-Arábica» in *Corpus Scriptorum Muzarabiorum*, t. 1, GIL FERNÁNDEZ, Juan, Madrid, 1973, pp. 7-14; apresentação, estudo e tradução de MARTÍN, Jose Carlos, e-*Spania* [Em linha], 01-06-2006. [Consult. 07-12-2020]. Disponível na Internet: <URL: journals.openedition.org/e-spania/329>.

AL-MAKKARI – «The History Of the Mohammeden dynasties in Spain», Vol. I, in *Nafhu-t-tib min Goshni-l-Andalusi r-Rattib wa Táríkh Lisánu-d-Din ibni-l-Khattib*, GAYANGOS, Pascual de, trad. e notas London, Oriental Translation Fund, 1840.

AL-NAWAYRI - «Conquête e l'Afrique seteptrionale par les musulmans et histoire de ce pays sous les émirs arabes» in DE SLANE, Le Baron, trad., IBN KHALDOUN: *Histoire des Berbères et des dynasties musulmanes de l'Afrique septentrionale*, Tomo I, Argel, 1852, pp. 314-447.

AL-TABARI - HINDS, Martin, traduzido e anotado, *The History of al-Tabari (Ta'rikh al-rusul wa'l-muluk)*, volume XXIII, *The Zenith of the Marwānid House*, Albany, State Univerity of New York Press, 1990.

AL-TABARI - HOWARD, I. K. A., traduzido e anotado, *The History of al-Tabari (Ta'rikh al-rusul wa'l-muluk)*, volume XIX, *The Caliphate of Yaztd b. Mu` Awiyah*, Albany, State Univerity of New York Press, 1990.

AL-TABARI - HUMPHREYS, R. Stephen, traduzido e anotado, *The History of al-Tabari (Ta'rikh al-rusul wa'l-muluk)*, volume XV, *The crisis of the Early Caliphate*, Albany, State University of New York Press, 1990.

Crónica de Alfonso III - GARCÍA VILLADA, Zacarías, edição preparada, Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1918.

Crónica Geral de Espanha de 1344 - CINTRA, Luís Filipe Lindley edi. volume II, 2ª edi., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2009.

FREDEGÁRIO - *The Fourth Book of the Chronicle of Fredegar with its continuations* (1981), WALLACE-HADRILL, John Michael, Westport, Praeger Publishers, 1981.

GIL FERNÁNDEZ, Juan (1985) - *Crónicas Asturianas*, Oviedo, Universidad de Oviedo, pp. 114-149 e 151-188.

GÓMEZ-MORENO, Manuel (1921) - *Introducción a la Historia Silense*, Madrid, Centro de Estudios Históricos.

IBN ABI RIQA - «Notas de Ibn Ab i Riqa de las lecciones de ibn Habib acerca de la conquista de España por los árabes» in *Cuadernos de Historia de España*, 1-2, MARTINEZ ANTUÑA, Melchor, Buenos Aires, Instituto de Historia de España, 1944, pp. 248-268.

IBN AL-ATHIR - *Annales du Maghreb & de L'Espagne*, FAGNAN, Edmond, traduites et annotées, Argel, Typographie Adolphe Jourdan, 1898.

IBN AL-KHARDABUS - MAILLO SALGADO, Filipe estudo, tradução e notas, *Historia de Al-Andalus: Ibn Al-Kardabüs*, 2ª edi., Madrid, Ediciones Akal, 1986.

IBN AL-QUTIYYA - JAMES, David, *Early Islamic Spain. The story of Ibn al- Qūtiya. A study of the unique Arabic manuscript in the Bibliothèque Nationale de France, Paris, with a translation, notes and comments*, London and New York, Routledge, 2009.

IBN AL-QUTIYYA - RIBERA, Julián, trad., *Historia de la conquista de España de Abenalcotia el Cordobés*, Madrid, Real Academia de Historia, 1926.

IBN AL-SABBAT - SANTIAGO SIMÓN, Emílio de «Un fragmento de la obra de Ibn al-Sabbat (s. XIII) sobre al-Andalus» in *Cuadernos de Historia del Islam*, nº5, Granada, Universidad de Granada, 1973, pp. 7-93.

IBN IDAHRI - *Histoire de L'Afrique et de L'Espagne intituleé Al-Bayano'L-Mogrib*, vol. I, FAGNAN, Edmond, traduites et annotés, Argel, Imprierie Orientale Pierre Fontana, 1901.

IBN IDAHRI - *Histoire de L'Afrique et de L'Espagne intituleé Al-Bayano'L-Mogrib*, vol. II, FAGNAN, Edmond, traduites et annotés, Argel, Imprierie Orientale Pierre Fontana, 1904.

Cronica Mozarabe de 754 - FANJUL, Serafin; CORONEL RAMOS, Marco A., tradução Valencia, Institució Alfons el Magnànim, 2011.

IBN IDAHRI - *Historia de Al-Andalus por Aben Adhari de Marruecos*, FERNÁNDEZ GONZÁLEZ, Francisco, trad., notas e estudo crítico, Tomo I, Granada, 1860.

IBN ISHAQ - GUILLAUME, Alfred, trad. e intro. - *The life of muhammad. A translation of Ishaq's Sīrat Rasūl Allāh*, Oxford, Oxford University Press, 1955.

IBN KHALDUN - «La historia de los godos según Ibn Jaldûn» in *Cuadernos de Historia de España*, I—II, MACHADO, Oswaldo, 1944, pp. 139-155.

ISIDORO DE SEVILHA – «Crónica de Isidoro, o bispo Pacense» in *Revista mensual de filosofía, literatura y ciencias de Sevilla*, tomo II, MARTINEZ DE ESCOBAR, Teófilo, edição e tradução, 1870, pp 21-28, 74-79, 118-126, 216-226, 264-272, 317-327, 361-371 y 412-417.

ISIDORO DE SEVILHA - *Historia de regibus Gothorum, Vandalorum et Suevorum*, Isidorus Hispalinsis, FB Editions, 2014.

ISIDORO DE SEVILHA - MARCOS CASQUERO, Manuel-António; OROZ RETA, José, *Etímulogias*, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.

JOÃO DE BICLARO - «El Chonicon de Juan de Bicláro. La Crónica del Rey Leovigildo y del III Concilio de Toledo. Estudio y Traducción», FERNÁNDEZ JIMÉNEZ, Francisco Maria in *Toletana*, nº 16, Toledo, Instituto Superior de Estudios Teológicos San Ildefonso, 2007, pp. 29-66.

JOÃO DE BICLARO – *Crónica*, CARDELLE DE HARTMANN, Carmen, edição critica e apresentação, Lisboa, Edições Colibri, 2002.

JULIÃO DE TOLEDO - MARTINEZ PIZARRO, Joaquin, trad. e intro., *The story of Wamba. Julian of Toledo's Historia Wambae regis*, Washington D.C., Catholic University of America Press, 2005.

Kitāb al-tārīḥ - AGUADÉ, Jorge; estudo e edi., Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 1991.

La chronica gothorum pseudo-isidoriana - GONZÁLEZ MUÑOZ, Fernando, edição crítica, tradução e estudo, A Coruña, Editorial Toxosoutos, 2000.

LEÃO VI - *The Taktika of Leo VI*, DENNIS, George T. texto, tradução e comentários, Washington, Dumbarton Oaks Library, 2010.

LUCAS DE TUI - PUYOL, Júlio, edi. - *Crónica de España por Lucas, Obispo de Túy*, Madrid, Real Academia de História, 1926.

MAURICIO I - *Maurice's Strategikon – Handbook of Byzantine Military Strategy* Filadélfia, DENNIS, George T., texto, tradução e comentários University of Pennsylvania Press, 1984.

PAULO ORÓSIO - PENELAS, Mayte, *Kitāb Hurūšiūš. Traducción árabe de las 'Historiae adversus Paganos' de Orosio*, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 2001.

RODRIGO XIMÉNEZ DE RADA - *Historia de los hechos de España*, FERNÁNDEZ VALVERDE, Juan, Introd., trad., notas e índices, Madrid, Alianza Editorial, 1989.

SEBEOS - MACLER, Frédéric, traduite de L'Arménien et annotée, *Histoire d'Heraclius, par l'éveque Sêbeos*, Paris, Imprimerie Nationale, 1904.

TEÓFANES - MANGO, Cyril; SCOTT, Roger, translated with introduction and commentary, *The Chronicle of Theophanes Confessor, Byzantine and Near Eastern History AD 284-813*, Oxford, Clarendon Press, 1997.

Estudios

ABULAFIA, David - *The great Sea. A Human History of the Mediterranean*, Oxford, Oxford University Press, 2011.

ALARCÃO, Jorge; ETIENNE, Robert, Dir. - *Fouilles de Conimbriga; Trouvailles diverses, conclusions générales* Volume VII, Paris, Editions de Boccard, 1979.

ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago; FRANCO, Bruno - «Mérida islámica (S. VIII-IX): el processo de transformación de la ciudad tardoantigua en una medina» in *Xelb 9, Actas do 6º Encontro de Arqueologia do Algarve, o Gharb no al-Andalus: sínteses e perspectivas de estudo*, Silves, Camara municipal de Silves, 2009, pp. 191-228.

ALCAZÁR SEGURA, Agustín - *Historia Militar de la Reconquista*, Tomo I, *De la invasión al Califato de Córdoba*, Createspace Independent Publishing Platform (Amazon), Scotts Valley, 2015.

ALVES, Adalberto - *O meu coração é árabe*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1987.

AL-WASIF, Muhammad-Fajri - «La inmigración de árabes yemeníes a al-Andalus desde la conquista islámica (92/711) hasta fines del siglo II / VIII.» in *Anaquel De Estudios Árabes*, 1, 203, Madrid, Universidade Complutense de Madrid, 1990, pp. 203-219.

ARASA I GIL - «El Punt del Cid d'Almenara (La Plana Baixa, Castelló). Notes sobre de la primera campanya d'excavacions» in *Cuadernos de Prehistoria y Arqueología de Castellón*, nº 7, 1980, pp. 219-242.

ARCE, Javier - *Esperando a los Árabes: Los visigodos en Hispania (507-711)*, Madrid, Marcial Pons, 2011.

BACHARACH, Jere I. - «Signs of sovereignty: The "Shahāda," Qur'anic verses, and the coinage of 'Abd al-Malik» in *Muqarnas*, nº 27, 2010. [Consult. 25-01-2021]. Disponible na Internet: <URL: <http://www.istor.org/stable/25769690>.

BALAGUER PRUNES, Anna Maria - *las emisiones transicionales árabe-musulmanas de Hispania*, Barcelona, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 1976.

BALBÁS, Yeyo - «Centauros de metal» in *Ejércitos medievales hispánicos (I) Los visigodos*, número especial XXIII, Desperta Ferro Ediciones, Madrid, 2020, pp. 60-63.

BARBERO, Abilio; VIGIL, Marcelo - *La formación del feudalismo en la Península Ibérica*, Barcelona, Editorial Crítica, 1978.

BARCELÓ, Miquel - Un fals de ÿihād encunyat a Tanÿa probablement abans 92-711 in *Acta Numismatica*, nº VII, 1977, pp. 187-189.

BENEROSO SANTOS, José - «Acerca de la entrada de los Araboberéberes en la Península Ibérica en el año 711: hipótesis, ucronia, y realidad histórica» in *Almoraima, revista de estudios campogibraltareños*, nº 36, 2008, pp. 129-137.

BENEROSO SANTOS, José - «Breve análisis del embarque y del desembarco de los árabo-bereberes de Tariq Ibn-Ziyad en la península Ibérica en 711» in *Aljaranda*, nº 81, *XIII Centenario desembarco árabo-bereber*, Tarifa, Revista de Estudios Tarifeños, 2011, pp. 14-27.

BENEROSO SANTOS, José - «En referencia a Tariq ibn Zyad “El Tuerto”. La incorporación del elemento bereber en el proceso expansivo de los arabo-musulmanes y su protagonismo en el origen de al-Andalus» in *XIX Jornadas de Historia de Ceuta*, Instituto de Estudios Ceuties, Ceuta, 2017, pp. 567-624.

BENEROSO SANTOS, José - «La importancia de la participación de Tarif ibn Malik en la entrada de los arabo-bereberes en la Península Ibérica» in *Al Quantir*, nº 12, Atas. I Jornadas de Historia de Tarifa, 2012, pp. 39-53.

BENEROSO SANTOS, José - «los primeros tramos de los itinerarios seguidos por Tariq Y Musa: una cuestión todavía sin resolver.» in *Almoirama*, nº 38, 2009, pp. 45-55.

BERENJENO BORREGO, Ana María; SOTO CHICA, José - «La última posesión bizantina en la Península Ibérica: Mesopotameno-Mesopotamino. Nuevas aportaciones para su identificación.» in *II Jornadas de Roma a Bizancio. El territorio en el Sureste peninsular*, Almería, 10-11 de enero de 2014, [Consult. 23-01-2021]. Disponible na Internet: <URL: https://www.academia.edu/8233792/y_Berenjeno_Borrego_Ana_Mar%C3%ADDa_LA_%C3%9ALTIMA_POSESI%C3%93N_BIZANTINA_EN_LA_PEN%C3%8DNSULA_IB%C3%89RICA_M

ESOPOTAMENOI_MESOPOTAMINOI_NUEVAS_APORTACIONES_PARA_SU_IDENTIFICACI%C3%93N.

BISHOP, Mike C.; COULSTON, Jonathan Charles Nelson - *Roman Military Equipment – From the Punic Wars to the fall of Rome*, 2ª ed., Oxford, Oxbow Books, 2006.

BLANKINSHIP, Khalid Yahya - *The end of the Jhyâd State: The Reign of Hisham Ibn Àbd Al-Malik and the Collapse of the Umayyads*, New York, State University of New York Press, 1994.

CALVO CAPILLA, Susana - «Las primeras mezquitas de al-Andalus através de las fuentes árabes (92/711-170/785)» in *Al-qantara*, nº XXVIII 1, 2007, pp. 143-179.

CANARD, Marius - «The Arab Expansion: The Military Problem» in DONNER, Fred M. ed., *The Expansion of the Early Islamic State*, London and New York, Routledge, 2016, pp. 63-80.

CANTO, Alberto; SALVATIERRA, Vicente - *Al-Andalus, de la invasión al Califato de Córdoba*, Madrid, Editorial Síntesis, 2008.

CASTELLANOS, Santiago - *The Visigothic Kingdom in Ibéria - Construction and Invention*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2020.

CASTILLO LOZANO, José Ángel - «La enigmática figura histórica de Suniefredo a la luz de sus emisiones monetales» in *Revista Numismática Hécate*, nº 2, 2015, pp. 119-124.

[Consult. 21-02-2021]. Disponível na Internet: <URL: http://revista-hecate.org/files/7914/5095/7545/Castillo_Lozano2.pdf.

CASTRO, Américo - *España en su historia - Cristianos, Moros y Judios*, Barcelona, Editorial Critica, 2001.

CASTRO, Michele Rosado de Lima - «Historiografia islâmica clássica: as narrativas sobre os primeiros anos do Islã» in *Oficina Do Historiador*, 11(2), pp. 199-219. Atual. 18-12-2018.

[Consult. 02-01-2021]. Disponível na Internet: <URL: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/26214>.

CATARINO, Helena - «A Ocupação Islâmica» in MEDINA, João dir., *História de Portugal*, vol 3: *Portugal Medieval*, Amadora, Ediclube, 1993, pp. 47-92.

- CEBRIÁN, Juan António - *A aventura dos Godos*, Lisboa, Guimarães Editores, 2002.
- CHALMETA, Pedro - «Una historia discontinua e intemporal (*jabar*)» in *Hispanía*, nº 123, 1973, pp. 23 – 76.
- CHALMETA, Pedro - *Invasión e islamización: la sumisión de Hispania y la formación de al-Andalus*, Madrid, Mapfre, 1994.
- CHIC GARCÍA, Genaro - «Lacca» in *Habis*, nº 10-11, Sevilha, Universidad de Sevilha, 1979-1980, pp. 255-278.
- CLARKE, Nicola - *The Muslim Conquest of Ibéria: Medieval Arabic Narrative*, London and New York, Routledge, 2012.
- COELHO, António Borges - *História de Portugal*, vol 1: *Donde Viemos*, Lisboa, Editorial Caminho, 2010.
- COELHO, António Borges - *Historiador em discurso directo: António Borges Coelho*, Mértola, CCC, 2003.
- COELHO, António Borges - *Portugal na Espanha Árabe*, 4ª edi, Lisboa, Editorial Caminho, 2008.
- COLLINS, Roger - *Early Medieval Spain: Unity in Diversity, 400–1000*, Londres, McMillans, 1983.
- COLLINS, Roger - *la conquista árabe, 710-797*, Barcelona, Editorial Crítica, 1991.
- COLLINS, Roger - *La Europa de la Alta Edad Media*. Madrid, Akal, 2000.
- COLLINS, Roger - *The Arab Conquest of Spain, 710–797*, Cambridge, Blackwell Publishers, 1989.
- COLLINS, Roger - *Visigothic Spain 409-711*, Oxford, Blackwell Publishing, 2004.
- CONTAMINE, Philippe - *La guerra en la Edad Média*, Buenos Aires, Ediciones Labor, 1984.
- COPPÉE, Henry - *Conquest of Spain by the Arab-Moors*, vol. I, Boston, Litle, Brown & Company, 1881.
- CORREIA, Fernando Branco - *Fortificação, guerra e poderes no Gharb al-Andalus (dos inícios da islamização ao domínio norte-africano)*, tese de doutoramento em História submetida à Universidade de Évora, 2010.

DE BLOIS, F.C. - «Tarikh» In BEARMAN, P.J.; BIANQUIS, TH.; VAN DONZEL, E; HEINRIGHS, W. P. edis., *The Encyclopaedia of Islam*, Leiden, Brill, Vol 10, 2000, p. 257-302.

DEL CASTILLO, Arcadio; MONTENEGRO, Julia - «La invasión musulmana de la Península Ibérica en el año 711 y la flota de Ifriqiya» in *Anuario de Estudios Medievales*, nº 42/2, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 2012, pp. 755-769

[Consult. 10-03-2021]. Disponible na Internet: <URL:

<http://estudiosmedievales.revistas.Consejo Superior de Investigaciones Cientificas.es/index.php/estudiosmedievales/article/view/417>.

DEL CASTILLO, Arcadio; MONTENEGRO, Julia - «Pecisiones sobre Ceuta antes de la Conquista Musulmana (siglos VI-VIII)» in *Byzantion Revue Internationale des Études Byzantines*, vol. LXVII, fasciculo 1, 1997, Bruxelles, pp. 70-88.

DEVRIES, Kelly; SMITH, Robert D. - *Medieval Military Technology*, 2nd Edition, Toronto, University of Toronto Press, 2012.

DEVRIES, Kelly; SMITH, Robert D. - *Medieval Weapons – an illustrated history of their impact*, Santa Bárbara, ABC Clio, Inc, 2007.

DIAZ MARTÍNEZ, Pablo C. - «El reino visigodo en vísperas del 711: Sistema político y administración» in *Zona arqueológica*, 15, 1, Madrid, Museo Arqueológico Regional, 2011, pp. 29-40.

DÍAZ MARTÍNEZ, Pablo C. - «La dinámica del poder y la defensa del territorio: para una comprensión del fin del reino visigodo de Toledo» in *De Mahoma a Carlomagno: Los primeros tiempos (siglos VII-IX)*, Actas XXXIX Semana de Estudios Medievales, Estella, Gobierno de Navarra, 2012, pp. 167-205.

DIAZ MARTÍNEZ, Pablo C. - «Rey y Poder en la Monarquía Visigoda» in *Iberia, Revista de la Antigüedad*, nº 1, Universidad de La Rioja, 1998, pp. 175-196.

DIAZ Y DIAZ, Manuel - «Noticias Históricas en dos Himnos Liturgicos Visigoticos» In *Antigüedad y Cristianismo: Los Visigodos: Historia y Civilizacion*, III, Universidad de Murcia, Murcia, 1986, pp.443-456.

DISNEY, Anthony R. - *A History of Portugal and the Portuguese Empire*, vol I, Cambridge, Cambridge University Press, 2009.

DOMINGUES, José García - «Invasão e conquista da Lusitânia por Muça Ben Noçair e seu filho Abdalaziz» in Congreso de Estudios Árabes y Islámicos, Actas, Córdoba, 1964, pp. 215-230.

DONNER, Fred McGraw - *The Early Islamic Conquests*, New Jersey, Princeton University Press, 1981.

DOZY, Reinhart - *Histoire des Mussulmans d'Espagne, Jusqu'à la Conquête de l'Andalousie par les Almoravides, 711-1110*, CASTRO, Frederico de, trad., Madrid, Turner Publicaciones, SL, 1984.

FANJUL, Serafin - *Al-Andalus contra España. La forja del mito*, Madrid, Siglo XXI Editors, 2000.

FANJUL, Serafin - *La quimera de al-Andalus*, Madrid, Siglo XXI Editores, 2004.

FELIPE, Helena de - «Los bereberes en el al-Ándalus» in *Ejércitos medievales hispánicos (II) Conquista y resistència (711-929)*, número especial XXVII, Desperta Ferro Ediciones, Madrid, 2021, pp. 18-21.

FERNANDES, Hermenegildo - 711 - «Confronto e interação: o islão na Península Ibérica» in FIOLHAIS, Carlos; FRANCO, José Eduardo; PAIVA, José Pedro, dir., *História Global de Portugal*, Lisboa, Temas e Debates, 2020, pp. 163-168.

FERNANDES, Hermenegildo; MACEDO, Francisco Pato; MARQUES, A H de Oliveira - «O Campo Muçulmano» in MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel, dirs., *Nova História de Portugal*, vol 3: *Portugal em definição de Fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do século XIV*, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 64-88.

FERNANDES, Isabel Cristina; AYALA MARTINEZ, Carlos, coords. - *Cristãos contra muçulmanos na Idade Média Peninsular*, Lisboa, Edições Colibri, 2015.

FERNANDES, Isabel Cristina; BRANCO, Maria João, coords. – *Da Conquista de Lisboa à Conquista de Alcácer - 1147-1217: definição e dinâmicas de um território de fronteira*, Lisboa, Edições Colibri, 2019.

FERNÁNDEZ FONFRÍA, Lidia; GARCIA MORENO, Luis A.; SÁNCHEZ MEDINA, Esther edi. - *Historiografía y representaciones III Estudios sobre las fuentes de la conquista islámica*, Madrid, Real Academia de História, 2015.

- FIERRO, Maribel (2011) - «Los que vinieron a Al-Andalus» in *Zona arqueológica*, 15, 1, Madrid, Museo Arqueológico Regional, pp. 163-174.
- FISCHER, Anthony - «Kais-Ailan» in HOUTSMA, Martjin Theodoor *et alii*, edis., *First Encyclopaedia of Islam (1913-1936)*, vol. IV ITK-KWATA, Leiden, New York e Koln, 1993, p. 652.
- FRANCO MORENO, Bruno - «Distribución y asentamientos de tribus bereberes (Imazighen) en el territorio emeritense en época emiral (S. VIII-X)» in *Arqueología y Territorio Medieval*, nº 12, Jaén, Universidad de Jaén, 2005.
- FRANCO MORENO, Bruno; ALBA, Miguel; FEIJOO, Santiago, coords. - IV Jornadas de Arqueología e Historia Medieval de la Frontera Inferior de Al-Andalus; *La Lusitania tras la presencia islámica (713-756 d.C./94-138 H)*; XIII centenario de la presencia árabe y bereber en la Lusitania, Mérida, Consorcio Ciudad Monumental Histórico-Artística y Arqueológica, 2015.
- GALLEGOS VÁSQUEZ, Federico - «El Ejército Visigodo: El primer Ejército Español» in MARTÍNEZ PEÑAS, Leandro; FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuela, coords., *reflexiones sobre poder, guerra y religión en la Historia de España*, Madrid, Universidad Rey Juan Carlos, 2011, pp. 15-55.
- GALLEGOS VÁSQUEZ, Federico - «El ejército visigodo: El primer ejército español» in FERNÁNDEZ RODRÍGUEZ, Manuela; MARTÍNEZ PEÑAS, Leandro, coords., *Reflexiones sobre poder, guerra y religión en la Historia de España*, Madrid, Universidad Rey Juan Carlos, 2011, pp. 15-56.
- GAMITO, Teresa Júdice - *O Algarve e o Magreb (711-1249)*, Faro, Universidade do Algarve, 2009.
- GARCÍA JIMÉNEZ, Gustavo; VIVÓ I CODINA, David - «Sant Julià de Ramis y Puig Rom: dos ejemplos de yacimientos con armamento y equipamiento militar visigodo en el Noreste Peninsular» in *Gladius, estudios sobre armas antiguas, armamento, arte militar y vida cultural en Oriente y Occidente*, nº XXIII, 2003, pp. 161-190.
- GARCÍA JIMÉNEZ, Gustavo; VIVÓ I CODINA, David - «Sant Julià de Ramis y Puig Rom: dos ejemplos de yacimientos con armamento y equipamiento militar visigodo en el Noreste

Peninsular» in *Gladius, estudios sobre armas antiguas, armamento, arte militar y vida cultural en Oriente y Occidente*, nº XXIII, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 2003, pp. 161-190.

GARCIA MORENO, Luis A. - «Fuentes no islámicas de la invasión y conquista de España por el império Árabe- Islámico» in GARCIA MORENO, Luis A.; VIGUERA MOLINS, Maria Jesús, edis. - *Del Nilo al Ebro: Estudios sobre la conquista Islámica*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá de Henares, 2009, pp. 181-207.

GARCÍA MORENO, Luis A. - «La legislación antijudía del reino visigode de Toledo: un ensayo sociopolítico» in *Miscelánea de estudios árabes y hebraicos, Sección Hebreo*, vol. 42, Universidad de Granada, 1993, pp. 37-49.

GARCIA MORENO, Luis A. - *España 702-719 La Conquista Musulmana*, 2ª ed., Sevilla, Universidad de Sevilla, 2014.

GARCÍA MORENO, Luis A. - *Historia de España Visigoda*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1989.

GARCÍA MORENO, Luis A.; VIGUERA MOLINS, Maria Jesús, edis. - *Del Nilo al Ebro: Estudios sobre la conquista Islámica*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá de Henares, 2009.

GARCÍA MORENO, Luis A; SANCHEZ MEDINA, edis. - *Del Nilo al Guadalquivir II estudios sobre las fuentes de la conquista islámica: homenaje al profesor Yves Modéran*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2013.

GARCÍA SANJUÁN, AleJandro - «Denying the Islamic conquest of Iberia: A historiographical fraud» in *Journal of Medieval Iberian Studies*, 11;3, 2019, pp. 306-322. [Consult. 06-01-2021]. Disponible na Internet: <URL: <https://doi.org/10.1080/17546559.2019.1601753>.

GARCÍA SANJUÁN, Alejandro - *La conquista islámica de la Península Ibérica y la tergiversación del pasado*, Madrid, Marcial Pons, 2013.

GARCÍA, Senén - «The Masmuda Berbers and Ibn Tumart, an ethnographic interpretation of the rise of the Almohad movement» in *Ufahamu: A Journal of African Studies*, Los Angeles, UCLA, 1990, pp. 3-23.

GASPARIÑO GARCÍA, Sebastián - *História de al-Andalus según las crónicas medievales*, III, 710-718, La Conquista de al-Andalus, Lorca, Editorial Fajardo el Bravo, 2009.

- GIBB, Hamilton A. R. - «Abd Allah ibn al-Zubayr» in GIBB, H. A. R.; KRAMERS, J. H.; LÉVI-PROVENÇAL, E.; SCHACHT, J.; LEWIS, B.; PELLAT, C., eds., *The Encyclopaedia of Islam, New Edition*, vol. IV, A-B, Leiden, E. J. Brill, 1960, pp. 54-55.
- GOMES, Rosa Varela - *Silves (Xelb) uma cidade do Gharb Al-Andalus: a zona da Arrochela, espaços e quotidianos*, Lisboa, IGESPAR, 2011.
- GOMÉZ ARAGONÉS, Daniel - *Vouillé, 507 - El nacimiento del Regnum Gothorum de España*, Zaragoza, HRM Ediciones, 2016.
- GONZALEZ FERRÍN, Emílio - *Historia General de al-Andalus*, Córdoba, Editorial Almuzara, 2006.
- GONZÁLEZ MUÑOZ, Fernando - «Un perfil para el autor de la Crónica Mozárabe de 754» in *Collectanea Christiana Orientalia*, nº 15, Córdoba, 2018, pp. 31-48, Disponible na Internet: <URL: <https://helvia.uco.es/xmlui/handle/10396/17092>.
- GONZÁLEZ SALINERO, Raúl - «Formación y estructura del ejército visigodo» in *Ejércitos medievales hispánicos (I) Los visigodos*, número especial XXIII, Desperta Ferro Ediciones, Madrid, 2020, pp. 24-27.
- GOZALBES CRAVIOTO, Enrique - «El Comes Iulianus (Conde Julián de Ceuta), entre la historia y la literatura» in *Al Qantir*, Monografías y documentos sobre la historia de Tarifa, nº 11, 2011, pp. 3-35.
- GUICHARD, Pierre - «L'integration des Baleares au pouvoir omeyyade de Cordoue» in ROSSELÓ-BORDOY, Guillem (ed.), *Les illes orientals d'Al-Andalus i les seves relacions amb Sharq al-Andalus, Magrib i Europa cristiana (ss. VIII-XIII)*, Palma de Mallorca, Institut d'Estudis Baleàrics, 1987, 1987, pp. 55-71.
- GUICHARD, Pierre - *Al-Andalus estructura antropológica de una sociedad islámica en Occidente*, Barcelona, Editorial Seix Barral, 1976.
- GUICHARD, Pierre - *Al-Andalus, 711-1492 - Une histoire de l'Espagne musulmane*, Paris, Pluriel, 2019.
- GUTIÉRREZ LLORET, Sónia - «La materialidad del Pacto de Teodomiro a la luz de la arqueología» in *eHumanista/IVITRA 5*, Santa Barbara, Centre d'Estudis Catalans, 2014. [Consult. 12-07-2021]. Disponible na Internet: <URL:

https://www.ehumanista.ucsb.edu/sites/secure.lsit.ucsb.edu.span.d7_eh/files/sitefiles/ivitra/volume5/1_gutierrezlloret.pdf.

HALDON, John - *Byzantium at War AD 600-1453*, London and New York, Routledge, 2002.

HALSALL, Guy - *Warfare and Society in the Barbarian West 450-900*, London and New York, Routledge, 2003.

HAWTING, G. R. - *The First Dynasty of Islam The Umayyad Caliphate AD 661–750*, Second Edition, London and New York, Routledge, 2000.

HERCULANO, Alexandre - História de Portugal Volume I in *As melhores obras de Alexandre Herculano*, décimo volume, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1987.

HERRERO, Omayra - «Tariq b. Ziyad: las distintas visiones de un conquistador beréber según las fuentes medievales» in MEOUAK, Mohamed, edi., *Biografías magrebíes. Identidades y grupos religiosos, sociales y políticos en el Magreb medieval. Estudios Onomástico-Biográficos de al-Andalus*, XVII, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, Universidad de Cádiz, 2012, pp. 141-186.

HITTI, Philip K. - *The History of the Arabs - From the earliest times to the present*, 10th Edition, London and Basingstoke, MacMillan Publishers, 1970.

HOFFMEYER, Ada de Bruhn - *Arms and Armour in Spain II - A Short Survey*, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 1982.

HOYLAND, Robert G. - *In God's path. The Arab Conquests and the Creation of na Islamic Empire*, Oxford, Oxford University Press., 2015.

<https://pt.weatherspark.com/y/34081/Clima-caracter%C3%ADstico-em-Gibraltar-durante-o-ano>.

ISLA FREZ, Amancio - «Conflictos internos y externos en el fin del reino visigodo» in *Hispania, revista española de Historia*, vol. 62, nº 211, 2002, pp. 619-635.

ISLA FREZ, Amancio - *Ejército, sociedad y política en la península ibérica entre los siglos VII y XI*, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, 2010.

JAROUCHE, Mamede - A conquista de Alandalus segundo o relato de Abdulmalik Bin Ḥabīb (m. 238 H./853 d.C.) in *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 35, p. 222-245, maio/ago.

2017, [Consult. 09-01-2021]. Disponível na Internet: <URL:

<http://dx.doi.org/10.1590/2237-101X01803501>.

JAVIER SIMONET, Francisco - *História de los mozárabes de España*, Madrid, Real Academia de História, 1897-1903.

KALUS, Ludvik - «Aspects morphologique et technique des boucliers musulmans» in *Gladius, estudios sobre armas antiguas, armamento, arte militar y vida cultural en Oriente y Occidente*, nº XIII, 1977, 1977, pp. 25-61.

KENNEDY, Hugh - *Muslim Spain and Portugal: a political history of al-Andalus*, London and New York, Routledge, 2014.

KENNEDY, Hugh - *The Armies of the Caliphs: military and society in the early Islamic State*, London and New York, Routledge, 2001.

KENNEDY, Hugh - *The Great Arab Conquests*, Philadelphia, Da Capo Press, 2007.

LÉVI-PROVENÇAL, Évariste - *Histoire de l'Espagne musulmane*, Paris, Maisonneuve, 1950.

LIROLA DELGADO, Jorge - «Conquistas por mar» in *Al-Andalus y el Mediterráneo*, Barcelona, Lunwerg, 1995, pp. 27-36.

LIROLA DELGADO, Jorge - *El poder naval de al-Andalus en la época del califado omeya (siglo IV Hégira/X era cristiana)*, Tese Doutoral dirigida pelo Professor Doutor Emílio Molina López, Granada, Universidade de Granada, 1991.

LIVERMORE, Harold - *The Twilight of the Goths: the Rise and Fall of the kingdom of Toledo c. 565-711*, Bristol and Portland, Intellect, 2006.

LÓPEZ FERNÁNDEZ, Manuel - «Aproximación al desembarco beréber en Gibraltar el año 711.» in *Aljaranda*, nº 81, *XIII Centenario desembarco árabo-bereber*, Tarifa, Revista de Estudios Tarifeños, 2011, pp. 56-63.

LORENZO JIMÉNEZ, Jesús - «The conquerers and the formation of al-Andalus» in FIERRO, Maribel, *The Routledge Handbook of Muslim Ibéria*, London and New York, Routledge, 2020, pp. 18-36.

MACIAS, Santiago - «Islamização no território de Beja - reflexões para um debate» in *Análise Social*, vol. XXXIX (173), 2005, pp. 807-826.

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio - «O Gharb al Andalus» in MATTOSO, José dir., *História de Portugal*, vol I, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1992, pp. 363-437.

MACIAS, Santiago; VALENTE, José Gonçalo; GASPAR, Vanessa (2014) - «*Lacalt e laqant*: da toponímia antiga à islamização» in GÓMEZ MARTÍNEZ, Susana; MACIAS, Santiago; LOPES, Vergílio, coords., *O Sudoeste Peninsular entre Roma e o Islão*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, 2014, pp. 166-177.

MAÍLLO SALGADO, Filipe - *Acerca de la conquista árabe de Hispania. Imprecisiones, equívocos y patrañas*, 2ª edi., Madrid, Abada Editores, 2016.

MANZANO MORENO, Eduardo - «Épocas medievales» in FONTANA, Josep; VILLARES, Ramón, dirs., *Historia de España*, vol 2, Barcelona., 2010.

MANZANO MORENO, Eduardo - «Las fuentes árabes sobre la Conquista de al-Andalus: una nueva interpretación» in *Hispania*, LIX/2, número 202, 1999, pp. 389-432.

MANZANO MORENO, Eduardo - «The Iberian Peninsula and North Africa» in ROBINSON, Chase F. edi., *The New Cambridge History of Islam*, vol. I, *The Formation of the Islamic World Sixth to Eleventh Centuries*, Cambridge, Cambridge University Press, 2011, pp. 581-624.

MANZANO MORENO, Eduardo - *Conquistadores, emires y califas. Los Omeyas y la formación de al-Andalus*, Barcelona, Editorial Crítica, 2006.

MARÍN, Manuela - *Al-Andalus/España. Historiografías en contraste Siglos XVII-XXI*, Madrid, Casa de Velásquez, 2009.

MARQUES, A H de Oliveira - «O Portugal Islâmico» in MARQUES, A H de Oliveira; SERRÃO, Joel, dirs., *Nova História de Portugal*, vol 2: *Portugal das Invasões Germânicas à Reconquista*, Lisboa, Editorial Presença, 1993, pp. 121-249.

MARREN, Peter - *1066: The battles of York, Stamford Bridge e Hastings*, Barnsley, Pen & Sword Books, 2004.

MARTÍNEZ CARRASCO, Carlos- «El último patricio romano de Spania. Una relectura de la figura del “conde don Julián” .», 2014 [Consult. 01-03-2021]. Disponível na Internet: <URL: [https://www.academia.edu/7516539/El %C3%BAltimo patricio romano de Spania Una relectura de la figura del conde don Juli%C3%A1n.](https://www.academia.edu/7516539/El_%C3%BAltimo_patricio_romano_de_Spania_Una_relectura_de_la_figura_del_conde_don_Juli%C3%A1n)>

- MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio - «Y al-Dajil arribó a al-Andalus... En torno al desembarco de 'Abd al-Rahman I en la playa de Burriana/Bitruh Riyāna» in *Al-Qantara*, nº XXVII 1, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2006, pp. 199-210.
- MARTÍNEZ ENAMORADO, Virgilio; TORREMOCHA SILVA, António - «Monedas de la Conquista: algunos feluses hallados en la ciudad de Algeciras» in *Caetaria*, nº 3, 2000, pp.135-149.
- MARTINS, Miguel Gomes - *A arte da guerra em Portugal (1245-1367)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- MARTINS, Miguel Gomes - *De Ourique a Aljubarrota. A guerra na Idade Média*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011.
- MARTINS, Miguel Gomes - *Guerreiros Medievais Portugueses*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.
- MATTOSO, José, dir. - *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, 2011.
- MATTOSO, José, dir. - *História de Portugal*, vol I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992.
- MAZZOLI-GUINTARD, Christine - *Villes d'al-Andalus: l'Espagne et le Portugal à l'époque musulmane (VIII^e-XV^e siècles)*, Rennes, Presses universitaires de Rennes, 1996.
- MILES, George Carpenter - *The Coinage of the Visigoths of Spain, Leovigild to Achila II*, New York, American Numismatic Society, 1952.
- MIRANDA CALVO, José - «Consideraciones militares sobre la conquista árabe: del Guadalete a Toledo» in *Anales Toledanos*, nº 6, 1973, pp. 3-122.
- MOLENÁT, Jean Pierre - «El relato de la conquista de Toledo por los musulmanes (711), según las crónicas medievales, árabes andalusíes y cristianas.» in *Creer y entender: Homenaje a Ramón González Ruiz*, Toledo, Real Academia de Bellas Artes y Ciencias Históricas de Toledo, 2014, pp. 171-179.
- MOLINA, Luis - «Los Ajbār Ma'ymū'a y la historiografía árabe sobre el periodo Omeya en al-Andalus» in *Al-qantara, Revista de Estudios Árabes*, volume X, nº 2, 1989, pp.513-542.
- MOLINA, Luis - «Los itinerarios de la Conquista: el relato de 'Arīb» in *Al-qantara, Revista de Estudios Árabes*, volume XX, nº 1, 1999, pp. 27-46.

- MOLINA, Luis - «Sobre el autor del Dikr bilad al-Andalus» in *Al- qantara, Revista de Estudios Árabes*, vol XXXVI, I, 2015, pp. 259-272.
- MONTEIRO, João Gouveia - *Grandes conflitos da História da Europa. De Alexandre Magno a Guilherme, o “Conquistador”*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- MONTEIRO, João Gouveia coord.; MARTINS, Miguel Gomes; AGOSTINHO, Paulo - *Guerra e poder na Europa Medieval: das Cruzadas à Guerra dos 100 anos*, Coímbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.
- MONTEIRO, Nuno Gonçalo; RAMOS, Rui; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *História de Portugal*, Lisboa, Esfera do Caos, 2009.
- NICOLLE, David - «Arms of the Umayyad Era: Military Technology in a Time of Change» in LEV, Yaacov, edi., *Wars and Society the Eastern Mediterranean*, Leiden, E. J. Brill, 1997.
- NICOLLE, David - *Armies of Islam 7th-11th century*, London, Osprey Publishing, 1982.
- NICOLLE, David - *European Medieval Tactics (1) The Fall and Rise of Cavalry 450-1260*, London and New York, Osprey Publishing, 2011.
- NICOLLE, David - *Poitiers 1356 The capture of the King*, Oxford, Osprey Publishing, 2004.
- NICOLLE, David - *Yarmuk AD 636: The Muslim conquest of Syria*, London, Osprey Publishing, 1994.
- OLAGÜE, Ignácio - *Les Arabes n’ont jamais envahi l’Espagne*, Bordéus, Flammarion, 1969.
- OLIVER, Dolores - «De vuelta sobre el Ajbār Maÿmū’a: la historia de la invasión y de los valies» in *Anaquel de Estudios Árabe*, nº XIII, 2002, pp. 131-150.
- OLIVER, Dolores - «El Ajbār Maÿmū’a: una obra polémica» in *Qurtuba: Estudios Andalusíes*, nº VI, 2001b, pp. 77-108.
- OLIVER, Dolores - «Los autores del Ajbār Maÿmū’a: los Tammām ibn ‘Alqama?» In *Anaquel de Estudios Árabe*, nº XII, 2001a, pp. 514-554.
- ORLANDIS, José - *Historia del reino visigodo español*, Madrid, Ediciones Rialp, 2003.
- ORTEGA ORTEGA, Julián M. - *La Conquista Islámica de la Península Ibérica – Una perspectiva arqueológica¹*, Madrid, La Ergastula Ediciones, 2018.
- ORTEGA RUBIO, Juan - *Los Visigodos en España*, Madrid, Imprenta de los hijos de M. G. Hernández, 1903.

PÉREZ SÁNCHEZ, Dionisio - *El Ejército en la sociedad visigoda*, Salamanca, Universidad de Salamanca, 1989.

PICARD, Christophe - «Les ribat au Portugal à l'époque musulmane: sources et définitions» in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes, Lisboa / Palmela, Colibri / Câmara Municipal de Palmela, 2002, pp. 203-212.

PICARD, Christophe - *Histoire du Portugal et de l'Espagne Occidentale a l'époque musulmane: (début VIII^{ème}-milieu XIII^{ème} siècle)*, Paris, Librairie Geuther, 1991.

PICARD, Christophe - *L'origine du ribat en Méditerranée: un heritage «Abbaside in Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)*, Coord. de Isabel Cristina Fernandes, Lisboa / Mértola, Colibri / Campo Arqueológico de Mértola, Vol. 1, 2013, pp-163-173.

PICARD, Christophe - *Le Portugal musulman, VIIIe-XIIIe siècle: l'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve & Larouse, 2000.

PLIEGO, Ruth - «La moneda en el reino visigodo (c. 420-714)» in *Catálogo da Exposição En tempos de los visigodos en el territorio de València*, València, Museu de Préhistòria de València/Deputació de València, 2020, pp. 185-194.

PRYOR, John H.; JEFFREYS, Elizabeth M. - *The age of the Dromon. The Byzantine Navy ca 500-1204*, Leiden and Boston, Brill, 2006.

PURTON, Peter - *A history of the early medieval siege c. 420-1220*, Woodbridge, Boydell Press, 2009.

REI, António - «A tradução do Livro de Rasis e a memória da casa Senhorial dos Aboim-Portel» in *Cahiers d'Etudes Hispaniques* (33), 2010, pp. 155-172. [Consult. 03-01-2021].

Disponível na Internet: <URL: https://www.persee.fr/doc/cehm_1779-4684_2010_num_33_1_2238.

REI, António - «Almeida e a cidade de Ammaya (Marvão) no itinerário de Târiq ibn Ziyâd e do seu exército em fins 711 - inícios de 712» in BARROCA, Mário Jorge; FERNANDES, Isabel Cristina, coords., *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII)*, Palmela,

Camara Municipal de Palmela / Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2015, pp. 85-90.

REI, António - «Manuscrito inédito atribuído à Crónica do Mouro Rasis, em Portugal - o ms. LV do Museu Nacional de Arqueologia», Lisboa in *O Arqueólogo Português*, série IV, 19, 2001, pp. 235-246.

Revista de Estudios Tarifeños Aljaranda, Año XXI (2011) - Número 81 - 2º trimestre Junio de 2011, Tarifa, Ayuntamiento de Tarifa.

ROBINSON, Chase F. - «The rise of Islam 600-705» in ROBINSON, Chase F. ed., *The Formation of the Islamic World Sixth to Eleventh Centuries*, Cambridge, Cambridge University Press, 2010, pp. 173-225.

RODRÍGUEZ AGUILERA, Angel - *Granada Aqueológica*, Granada, Caja General de Ahorros de Granada, 2001.

SAAVEDRA, Eduardo - *Estudio sobre la invasion de los árabes en España*, Madrid, El Progreso, 1892.

Saint Theophanes the Confessor in *The Editors of Encyclopaedia Britannica* [em linha]. Encyclopaedia Britannica. Atual. 27-04-2020. [Consult. 27-12-2020]. Disponível na Internet: <URL: <https://www.britannica.com/biography/Saint-Theophanes-the-Confessor>.

SÁNCHEZ DELGADO, Jorge - «El final del regne visigot (710-725)» in *Annals de l'Institut d'Estudis Gironins*, vol. 54, Girona, Universitat de Girona, 2013, pp. 297-326.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio - «El ejército visigodo: su protofeudalización» in *Investigaciones y documentos sobre las instituciones hispana*, Santiago, Editora Jurídica de Chile, 1970, pp. 5-56.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio - «El Senatus Visigodo. Don Rodrigo, rey legitimo de España» in *Cuadernos de Historia de España*, nº 6, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1946, pp. 5-99.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio - «Itinerario de la conquista de España por los musulmanes» in *Cuadernos de Historia de España*, nº 10, 1948, págs. 21-74.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio - «La Crónica de Albelda y la de Alfonso III» in *Bulletin Hispanique*, tomo 32, nº4, 1930, pp. 305-325.

- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio - «La saña celosa de un arabista» in *Cuadernos de la Historia de España* xxvii, 1958, pp. 5-42.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio - «Outra vez Guadalete y Covadonga» in *Cuadernos de Historia de España*, nº 2, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 1944b, pp. 11-140.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio - *De la Andalucía Islámica a la de hoy*, 2ª edi., Madrid, 1998.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio - *El Ajbār Maʿmūʿa. Cuestiones historiográficas que suscita*, Buenos Aires, 1944a.
- SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Cláudio - *España, un enigma histórico*, Barcelona, EDHASA, 2 Volumes, 1977.
- SANTIAGO SIMÓN, Emílio de - «The Itineraries of the Muslim Conquest of al-Andalus in the Light of a New Source: Ibn al-Shabbat» in MARÍN, Manuela edi., *The Formation of al-Andalus, Part 1: History and Society*, London and New York, Routledge, 2016, pp. 1-12.
- SANTOS RODRÍGUEZ, Juan Ignacio - «Recenciones» in *Territorio, sociedad y poder: revista de estudios medievales*, nº 12, 2017, pp. 89-116.
- SAYAS ABENGOCHEA, Juan José- «La actitud de los vascones frente al poder en época visigoda» in *Memorias de Historia Antigua*, nº 8, Oviedo, Universidad de Oviedo, 1987, pp. 63-80.
- SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao - «El comienzo de la conquista musulmana de España» in *Al Quantir*, nº 11, XIII centenario del desembarco de Tarif ibn Malik, Tarifa, 2011b, pp. 92-135.
- SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao - «Inicio de la invasión árabe de España: Fuentes documentales» in *Al Quantir*, nº 10, Monografías y Documentos sobre la Historia de Tarifa, Tarifa, 2010.
- SEGURA GONZÁLEZ, Wenceslao - «La incursión de Tarif ibn Malik en 710. Preludio de una invasión» in *Al Quantir*, nº 11, XIII centenario del desembarco de Tarif ibn Malik, Tarifa, 2011a, pp. 36-55.
- SÉNAC, Philippe - «Guerra y paz en el norte de al-Andalus: conquistas árabes, resistencia cristiana e intercâmbios» in *Ejércitos medievales hispánicos (II) Conquista y resistència (711-929)*, número especial XXVII, Desperta Ferro Ediciones, Madrid, 2021, pp. 50-56.

SÉNAC, Philippe; IBRAHIM, Tawfiq - *Los presintos de la conquista omeya y la formación de al-Andalus*, Granada, Universidad de Granada, 2017.

SILVA, António de Morais - *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, vol III, 6ª ed., Lisboa, Editorial Confluência, 1990.

SOLEDAD ORLOWSKI, Sabrina - «Fideles Regis en el reino visigodo de Toledo: aproximaciones para su estudio desde las prácticas recíprocitarias» in *Miscelánea Medieval Murciana*, XXXIV, 2010, pp. 83-91.

SOLER DEL CAMPO, Álvaro - «El armamento medieval islámico en la Península Ibérica» in BARROCA, Mário; MONTEIRO, João Gouveia coords., *Pera Guerrejar – Armamento Medieval no Espaço Português*, Palmela, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal de Palmela, 2000, pp. 15-36.

SOLER DEL CAMPO, Álvaro (2011) - «El armamento en torno al 711dj.» in *Zona Arqueológica*, nº 15, Volumen II, Alcalá de Henares, Museo Arqueológico Regional, pp. 341-346.

SOTERAS ESCARTÍN, Fernando - «El Rey Rodrigo y su concepto de fuerza: estudio comparativo de generación de fuerzas entre las campañas militares de los reys Wamba y Rodrigo en los años 673 d. C. y 711 d.C., respectivamente» In *Revista de Historia Militar*, Año LIV, Núm. 108, Madrid, Instituto de Historia y Cultura Militar, 2010, pp. 191-231.

SOTO CHICA, José - «El ejército del rey goda. Composición, reclutamiento, organización y cadena de mando» in *Ejércitos medievales hispánicos (I) Los visigodos*, número especial XXIII, Desperta Ferro Ediciones, Madrid, 2020b, pp. 34-41.

SOTO CHICA, José - *Imperios y Bárbaros: La guerra en la Edad Oscura*, Madrid, Desperta Ferro Ediciones, 2019.

SOTO CHICA, José - *Los Visigodos: Hijos de un Dios furioso*, Madrid, Desperta Ferro Ediciones, 2020a.

SOTOMAYOR MURO, Manuel - «Dónde estuvo Iliberri? una larga y agitada controversia ya superada.» in *Granada en la época romana Florentia Iliberritana: Museo Arqueológico y Etnológico de Granada, diciembre 2008 - abril 2009*, Granada, Junta de Andalucía, 2008, pp. 33-40.

SUÁREZ PADILLA, José; TOMASSETI GUERRA, José Maria; JIMÉNEZ-CAMINO ÁLVAREZ, Rafael - «Algeciras Altomedieval. Secuencia arqueológica al norte del río de la Miel: del siglo IX al siglo X» in *Almoraima*, nº 33, 2006, pp. 359-390.

TAHA, Abdulwahid Dhanun - *The Muslim Conquest and Settlement of North Africa and Spain*, London and New York, Routledge, 1989.

TAHIRI, Ahmed - *Fath al-Andalus o las luces del Islam en Occidente*, 2ª ed., Sevilla, 2019.

THOMPSON, E.A. - *The Goths in Spain*, Oxford, Clarendon Press, 1969.

THOMPSON, E. A. - «Early Germanic Warfare» in DEVRIES, Kelly; FRANCE, John – *Warfare in the Dark Ages*, London and New York, Routledge, 2008, pp. 119-146.

Tonegwa Collection, [Consult. 23-01-2021]. Disponible na Internet: <URL: <http://www.andalustonegawa.50g.com/>.

TORRES, Cláudio - *Sábado*, 2 de fevereiro de 2018, [Consult. 09-01-2021]. Disponible na Internet: <URL: https://www.sabado.pt/vida/pessoas/detalhe/claudio-torres-d-afonso-henriques-nao-conquistou-lisboa-aos-mouros-foi-aos-cristaos?fbclid=IwAR1N9IrOIROaJ7Dyz2pUWXpty8XsNWzQ_LsvS56Fi7nXXmRdHxWI92GPK4.

TORRÓ, Josep - «Fortificaciones en *ġbāl Balansiyya*. Una propuesta de secuencia» in MALPICA CUELLO, António edi., *Castillos y territorio en al-Andalus*, Granada, 1998, pp. 385-418.

TREADWELL, Luke - «Symbolism and meaning on the early Islamic copper coinage of Greater Syria» in ODDY, Andrew; SCHULZE, Ingrid; SCHULZE, Wolfgang edis., *Coinage and history in the Seventh Century Near East*, vol. 4, London, Archtype Publications, 2015, pp. 73-95.

VELÁSQUEZ SORIANO, Isabel - «Wamba y Paulo: Dos personalidades enfrentadas y una rebelión» in *Espacio, Tiempo y Forma*, Serie II, Historia Antigua, t. II, UNED, 1989, pp. 213-222.

VIGUERA MOLINS, Maria Jesús - «Documentos en crónicas árabes» in MARTÍNEZ DE CASTILLA, Nuria, edi., *Documentos y manuscritos árabes del Occidente musulmán Medieval*, Madrid, CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS, pp. 189-202.

VIGUERA MOLINS, Maria Jesús - «La conmemoración estudiosa en torno al 711 y la conquista» in GARCIA MORENO, Luis A.; SÁNCHEZ MEDINA, Esther; FERNANDEZ FONFRÍA, Lidia coords., *Historiografía y representaciones III estudios sobre las fuentes de la conquista islámica*, Madrid, Real Academia de la Historia, 2015, pp. 193-213.

VIGUERA MOLINS, Maria Jesús - 22 crónicas árabes sobre la expansión por al-Andalus in GARCIA MORENO, Luis A.; VIGUERA MOLINS, Maria Jesús, eds. – *Del Nilo al Ebro: Estudios sobre la conquista Islámica*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá de Henares, 2009, pp. 209-228.

VIGUERA MOLINS, Maria Jesús (2011) - «La conquista de al-Andalus según Ibn al-Qutiyya (siglo X)» in *Aljaranda*, Año XXI, nº 81, 2010, pp. 8-13.